

Relatório da Unidade Curricular
Sociologia da Família Teorias e Debates

Apresentado no âmbito das
Provas de Agregação em Sociologia
para dar cumprimento ao disposto
na alínea b) do artigo 5º
do Decreto Lei nº 239/2007 de 19 de Junho.

Anália Maria Cardoso Torres

Lisboa, Março de 2010

ÍNDICE

Introdução	7
I Sociologia da Família. Teorias e debates.	9
1.1 Objectivos da Unidade Curricular e sua inserção no Mestrado Família e Sociedade.	9
II Programa, objectivos de aprendizagem, organização das aulas e bibliografia desenvolvida	17
2.1 Programa	17
2.2 Conhecimentos a adquirir, competências a desenvolver e objectivos do processo de ensino-aprendizagem	19
2.3 Organização das aulas	19
2.4 Bibliografia desenvolvida	21
III Conteúdos, bibliografia fundamental e material pedagógico (aula a aula)	29
Aula 1	29
1.1 Objecto e objectivos da UC.	29
1.2 Da crise da família à plasticidade das famílias: um debate permanente	29
O que mostram os resultados da pesquisa;	
A persistência da valorização da família.	
Os afectos no centro; Mudanças, tensões, velhos e novos problemas;	
Tendências e configurações fundamentais no plano nacional e internacional.	
Aula 2	37
A perspectiva dos clássicos	37
2.1 Revolução Francesa, industrialização e mudanças na família	37
2.2 Durkheim e a família conjugal moderna	40
2.3 Simmel, a sociologia da família e do casamento	51
Aula 3	61
Burgess, Parsons e Goode	61

3.1 Da instituição ao companheirismo: a perspectiva de Burgess	61
3.2 Parsons e o sacrifício das mulheres casadas	67
3.3 Goode: comparação e complexidade	81
Aula 4	91
A ruptura dos anos 70: Andrée Michel e as propostas feministas.	91
4.1 A ruptura dos anos 70, Andrée Michel e novos resultados de pesquisa	91
4.2. O casamento, a família e o trabalho doméstico: D. Smith, C. Delphy, B. Friedan, H. Hartman e Macdowell, Pringle e T.S. Fernandes	97
4.3 Casamento, divisão social e sexual do trabalho, género e classe: Kergoat, Battagliola, Philipps, Lorber e Farrell	104
4.4 A dominação masculina e a família na óptica de Pierre Bourdieu	111
4.5 Contributos portugueses: L. Amâncio, H. Carreiras, Vale de Almeida, L. Rodrigues, M.D. Guerreiro e V. Ferreira	116
4.6 Connell, Kimmel e outros contributos mais recente	123
Aula 5	131
A sociologia da família: teorias e propostas dos finais do século XX aos inícios do século XXI (I)	131
5.1 Família, determinações sociais, sexo e género	131
5.2 Kellerhals e colaboradores: dos casamentos no quotidiano aos estilos conjugais “É preciso três para fazer um casal!”	133
5.3 François de Singly: do sexo dos capitais à família relacional	142
5.4 Michel Bozon: casamento, homogamia e mobilidade social	146
Aula 6	151
A sociologia da família: teorias e propostas dos finais do século XX aos inícios do século XXI (II)	151
6.1 Berger e Kellner: casamento, identidade pessoal e social	151
6.2 Identidade versus estabilidade, tensões e reconstruções: J.C. Kaufmann, J. Askham, A. Giddens	156
6.3 Contributos portugueses: a família como unidade de análise, identidade, permanência e mudança; J. Ferreira de Almeida, A. Nunes de Almeida, N. Lourenço, K. Wall, E. Leandro	160

6.4 Balanceando perspectivas	168
Aula 7	175
A sociologia da família no século XXI	175
7.1 O triunfo do sentimento? Centralidade do sentimento amoroso	175
W. Goode e a importância teórica do amor	
Luhmann e as promessas improváveis do amor	
Gilberto Velho: subjectividade e sociedade	
Giddens, a relação pura e o amor confluyente	
U. Beck, Elizabeth Beck-Gernsheim: a igualdade entre homens e mulheres e o caos normal do amor	
P. Bourdieu: o amor suspende a dominação?	
Relações afectivas, o amor e o casamento: um olhar específico	
7.2 Família, sexo e poder no século XX: Goran Therborn	191
7.3 Elizabeth Beck-Gernsheim: a reinvenção da família	193
Aulas 8, 9 e 10	201
Das teorias aos temas e debates:	201
O privado e íntimo na agenda pública e política;	
Problemas sociológicos, problemas sociais e familiares: a visibilidade dos lados obscuros da família;	
Infância e protecção: o lugar da criança na família contemporânea; adopção: laços afectivos/biológicos;	
Novas conjugalidades e parentalidades: significados e implicações sociais;	
Família e igualdade entre homens e mulheres: implicações e tensões do tempo presente e futuro;	
IV Estratégias pedagógicas, avaliação dos discentes e da docente	205
4.1 Avaliação dos discentes	205
4.2 Avaliação da UC e da docente	205
V Referências bibliográficas	211

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Plano de estudos Mestrado <i>Família e Sociedade</i>	10
Quadro 2	Onde vive o idoso com necessidade de cuidados especiais?	32
Quadro 3	Avaliação por parte dos alunos do Mestrado <i>Família e Sociedade</i> da UC Sociologia da Família: Teorias e Debates I Ano Lectivo 2002/2003	206
Quadro 4	Avaliação da docente Anália Torres por parte dos alunos da UC Sociologia da Família: Teorias e Debates. Ano Lectivo 2008/2009	207
Quadro 5	Avaliação por parte dos alunos da UC Sociologia da Família: Teorias e Debates Ano Lectivo 2008/2009	208

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Importância de cada um dos aspectos na vida (<i>média</i>)	30
Figura 2	Opiniões dos homens e das mulheres sobre o trabalho	32
Figura 3	Inquiridos divorciados e inquiridos casados que alguma vez se divorciaram (%)	32
Figura 4	Índice sintético de fecundidade e mães trabalhadoras na Europa (%)	32
Figura 5	Mulheres, segundo o nível de instrução atingido que se declaram activas em 2002 (25-64 anos) (%)	34

Introdução

O relatório da Unidade Curricular *Sociologia da Família. Teorias e Debates*, que a seguir se apresenta, está organizado em quatro partes.

Na primeira explicitam-se os objectivos da Unidade Curricular, enquadra-se a sua inserção no Mestrado *Família e Sociedade* e fundamentam-se, de forma desenvolvida, as opções programáticas assumidas.

Na segunda, expõem-se o programa, os objectivos de aprendizagem, a organização das aulas e a bibliografia desenvolvida.

Os conteúdos, a bibliografia específica de referência e o material pedagógico são na terceira parte desenvolvidos aula a aula.

Finalmente, na quarta parte, são ilustradas as estratégias pedagógicas para a avaliação dos discentes e mostram-se, discutindo-os, resultados da avaliação tanto da Unidade Curricular como do desempenho da docente.

I Sociologia da Família. Teorias e Debates

1.1 Objectivos da Unidade Curricular e sua inserção no Mestrado Família e Sociedade

A Unidade Curricular *Sociologia da Família. Teorias e debates* insere-se no Mestrado Temático *Família e Sociedade* do Departamento de Sociologia, do ISCTE-IUL. Este mestrado foi criado por minha iniciativa tendo começado a funcionar no ano lectivo de 2002/2003¹. Em 2008/2009, no âmbito da adequação a Bolonha, desenvolvida pelo Departamento de Sociologia, o mestrado conheceu uma ligeira reorganização tendo actualmente o seu plano de estudos o desenho que se pode ver no quadro 1.

Constituindo-se como uma das UCs nucleares do curso *Sociologia da Família. Teorias e Debates* é leccionada no primeiro semestre do primeiro ano do mestrado. Os objectivos científicos e pedagógicos desta Unidade Curricular centram-se no aprofundamento do conhecimento sobre as principais propostas teóricas no âmbito da sociologia da família que se produziram desde a viragem do século XIX para o século XX, até às teorias mais marcantes do século XX e aos recentes contributos teóricos do século XXI. Identificam-se igualmente os debates contemporâneos no âmbito das relações familiares que se consideram mais decisivos.

Importa, antes de fundamentar melhor tais objectivos, localizar esta UC no plano de estudos do Mestrado. Como se pode ver, *Sociologia da Família. Teorias e Debates* coexiste no mesmo primeiro semestre com Unidades Curriculares obrigatórias como *Conjugalidades Contemporâneas*, *Seminário Temático* ou *Família e Gerações* e, no segundo semestre, com *Sociologia do Género* e *Família e Trabalho*.

O conteúdo programático da UC *Sociologia da Família. Teorias e Debates* sofreu algumas alterações relativamente ao que tinha sido definido quando o mestrado começou no ano lectivo de 2002/2003. O presente plano de estudos, fruto da adequação a Bolonha do desenho inicial do mestrado, acabou por ter efeitos positivos na definição do programa da

¹ O programa, o plano de estudos e a coordenação do Mestrado têm sido asseguradas, desde então, por mim própria e pela Professora Doutora Maria das Dores Guerreiro.

UC². Com efeito a compressão de horas lectivas, por referência ao passado, foi contrabalançada pela criação de outras UCs que permitem o tratamento mais exaustivo de temáticas antes abordadas de forma sintética em *Sociologia da Família e do Género. Teorias e Debates I e II*. É o caso da UC designada como *Conjugalidades Contemporâneas, Seminário Temático e Sociologia do Género*, cuja coordenação é também da minha responsabilidade, mas também, embora com menor incidência das UCs *Família e Gerações e Família e Trabalho*, UCs coodernadas pela Prof. Maria das Dores Guerreiro.

QUADRO 1 Plano de estudos Mestrado *Família e Sociedade*

1.º ano	
1.º Semestre	2.º Semestre
Sociologia da Família: teorias e debates	Sociologia do género
Família e gerações	Família e trabalho
Conjugalidades contemporâneas	Estado e políticas de família e de protecção social
Seminário temático família e sociedade	Métodos e técnicas de investigação: o desenho da pesquisa
Optativa livre ou unidade curricular de formação supletiva	Optativa em família e sociedade
2.º ano	
1.º Semestre	2.º Semestre
Técnicas especializadas de pesquisa (opção)	Elaboração da dissertação ou trabalho de projecto em família e sociedade
Optativa em família e sociedade	
Elaboração da dissertação ou trabalho de projecto em família e sociedade	

Outra mudança decorrente da adequação a Bolonha tem efeitos que implicam ajustamentos, não tanto no plano dos conteúdos científicos, mas mais no plano pedagógico. O facto de a UC ser agora de escolha livre para todos os cursos – mestrados e programas de doutoramento de vários departamentos - torna o número de inscritos muito superior àquele que se verificava no passado, quando ele incluía apenas os alunos do mestrado *Família e*

² Estas duas disciplinas (*Sociologia da Família e do Género. Teorias e Debates I e II*) na versão pré-Bolonha do mestrado tinham conteúdos programáticos hoje correspondentes fundamentalmente a *Sociologia da Família. Teorias e Debates* e a *Sociologia do Género* mas também, secundariamente, a *Conjugalidades Contemporâneas*. A repartição pós-Bolonha permitiu ganhos significativos. *Sociologia do Género* tornou-se uma UC abrangente, para além da família, abordando de forma também mais transversal aos diferentes domínios da vida social a temática do género. A autonomização das “*Conjugalidades Contemporâneas*”, por outro lado, permitiu que os temas associados às relações conjugais – com pesquisa já muito vasta e produtiva no plano nacional e internacional – pudessem ser focados de modo mais desenvolvido aliviando também a UC *Sociologia da Família. Teorias e Debates*.

Sociedade. Como veremos melhor, é no plano das estratégias pedagógicas e de participação dos alunos que este facto tem consequências substanciais implicando a adopção de procedimentos particulares.

Vale a pena agora insistir nos conteúdos da UC fundamentando as opções tomadas. A opção por um desenho do programa que privilegia as teorias sociológicas sobre a família, por um lado, e os debates contemporâneos, por outro, assenta num conjunto de razões que se complementam. Assim e, quanto ao destaque dado às teorias, podemos apontar três fundamentos principais.

Em primeiro lugar, considera-se essencial para um real conhecimento das realidades familiares que se parta de uma perspectiva teórica. Esta é a consequência lógica de se assumir, no plano epistemológico, o racionalismo aplicado para a análise científica sobre qualquer campo da realidade (Bachelard, 1984; Torres, 2002). Mas ela impõe-se ainda mais num domínio tão atravessado por normatividades e ideologias explícitas ou implícitas, com referência particular, ao obstáculo da “familiaridade com o social” como tão bem caracterizou P. Bourdieu (1968).

Em segundo lugar, o défice teórico foi durante muito tempo um dos problemas apontados à progressão deste domínio científico da sociologia. Num balanço feito em número especial de uma revista relevante no campo - o *Journal of Marriage and the Family* - afirma-se, a dado passo, que “só em cerca de 1% dos estudos analisados era claro que uma teoria geral estava a ser utilizada” (Nye, 1988: 311) e esse valor apenas aumentava para 25% quando se tratava de investigações que tinham utilizado as chamadas teorias de médio alcance ou mesmo “micro” teorias (Torres, 1990).

Esta ausência de teoria que se expressa num volume tão vasto de pesquisas, numa revista que publica sobretudo investigação de origem norte-americana ou de influência anglo-saxónica, é indicador de uma tendência forte que poderia também ser identificada de outra forma - a prevalência nesta época, nesta área disciplinar e geográfica, da corrente empirista. É claro que há, como veremos à frente, no mesmo período a que aqueles autores se referiam - do início dos anos 20 aos anos 80 do século XX – várias propostas teóricas marcantes no campo da sociologia da família nos EUA e no mundo anglo-saxónico. No entanto, menos atenção era dada a tais propostas, crescendo em paralelo e quase vertiginosamente, em contrapartida, um conjunto de estudos empíricos. Aí se iam correlacionando variáveis produzindo descrições lineares sobre a realidade, mas com fraco ou nenhum impacto teórico neste campo disciplinar. Dar relevância às teorias e aos autores mais marcantes, percorrendo

o caminho das origens – desde a proposta inaugural de Durkheim – até aos nossos dias, no programa de uma unidade curricular em sociologia da família parecia, assim, opção com fundamento.

De resto, quando em tempos se procurou para efeitos da realização da tese de doutoramento uma sistematização das principais teorias no campo da sociologia da família, na produção científica disponível em inglês e francês, verificou-se que ela era inexistente. Este constitui o estímulo adicional para concretizar tal sistematização. Ela está reflectida no livro *Sociologia do Casamento* (Torres, 2001) o qual, juntamente com a sistematização das propostas teóricas entretanto surgidas feita posteriormente, constitui a matriz básica do programa desta UC.

A escolha da identificação e debate das teorias fundamentais tem desde logo outras vantagens, que dão forma à segunda razão fundamental desta opção. Assumindo-se uma viagem que parte de alguns dos clássicos da sociologia e chega a autores do século XXI, é possível desde logo ganhar perspectiva, relacionar o olhar teórico com os contextos e as realidades familiares em mutação. Realidades que tantas vezes e tão claramente interpelam as teorias, impondo rupturas de concepção, outros problemas de realidade, novas formulações teóricas, outras perguntas.

A terceira razão é de natureza contextual. Quando se desenhou a disciplina de mestrado de que esta UC é herdeira e que tinha a mesma orientação de fundo privilegiando a abordagem das teorias, coexistiam no mercado editorial português livros, que se podem designar como manuais de Sociologia da Família, com análises de natureza diferente da que então se propunha.

Destacamos sobretudo três obras que são logo indicadas na primeira aula como referência para análises mais genéricas no âmbito da sociologia da família. As duas primeiras são *Sociologia da Família* de Martine Segalen (1999) e a *Sociologia da Família* de Chiara Saraceno nas suas várias versões até uma última, em português, escrita com Manuela Naldini (Saraceno e Naldini, 2003). São excelentes manuais usados há muitos anos na disciplina de sociologia da família da licenciatura. Têm o mérito de se irem actualizando – sinal também do interesse nestas áreas – e o facto de terem edições em português, torna-as ainda mais acessíveis aos estudantes. O livro de Chiara Saraceno e Manuela Naldini, na versão portuguesa mais recente contou com a colaboração da Professora Maria das Dores Guerreiro. Além da revisão científica da tradução a nossa colega contribuiu de forma sistemática,

acrescentando informação sobre a realidade da família a partir da investigação sociológica existente em Portugal.

A terceira obra de referência é a *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas* de Engrácia Leandro (2001) que é a primeira autora portuguesa neste domínio científico a sistematizar, em termos de manual, os contributos da sociologia para a análise das realidades familiares. Trata-se de um livro de grande utilidade que, para além de elencar globalmente os contributos da sociologia da família, como desenvolveremos à frente, também procura referenciar alguns dos desenvolvimentos da pesquisa em sociologia da família em Portugal até ao momento.

Com bibliografia tão relevante, de abordagem fácil e próxima por parte dos alunos, parecia inútil organizar uma Unidade Curricular reproduzindo a mesma lógica destes manuais que privilegiam perspectivas generalistas da sociologia da família e da transformação das relações familiares nas sociedades contemporâneas. Assim, para além da opção teórica de fundo, que se explicitou inicialmente, assumiu-se também, numa lógica de complementaridade, desenvolver nesta UC a análise sistemática das propostas teóricas dos autores da sociologia da família que só de forma lateral eram abordados nos manuais referidos.

A mesma preocupação de complementaridade, de resto, foi a tônica comum ao escolher formas de abordagem de teorias e debates que não se sobrepujassem aos temas tratados tanto nas disciplinas da primeira versão do mestrado (*Família e Sociedade I e II*) quer, no pós-Bolonha, nas UCs *Família e Gerações* e *Família e Trabalho*.

O segundo ponto forte desta UC – os debates - que desde logo se enuncia na sua designação *Sociologia da Família. Teorias e Debates*, foi assim definido por se considerar fundamental dar a conhecer um conjunto de temas da actualidade discutindo-os na perspectiva dos autores ou das teorias no âmbito da sociologia da família que foram abordados na UC. Em cada ano se vão identificando temas³ relevantes, quer pela sua actualidade e presença no espaço público, quer por se prestarem a um exercício de distanciamento crítico e debate reflexivo que procura pôr em uso as teorias entretanto aprendidas. É mais um momento de tentativa de ruptura com visões demasiado normativas, ideológicas, imediatistas e de senso comum convocando temas “familiares” aos alunos,

³ À frente quando se desenvolvem os conteúdos das aulas 8, 9 e 10 ilustram-se o conjunto dos temas apresentados no ano lectivo de 2008/2009, bem como a metodologia de trabalho proposta. Pretende-se que estes temas sejam apresentados pelos alunos na aula contando a preparação, apresentação e debate do tema na aula como momento de avaliação.

alguns dos quais objecto de debate nos *media*, analisando-os de forma mais informada e sistemática. Ao mesmo tempo procura-se do ponto de vista cognitivo treinar os alunos, através da simulação do exercício de “operacionalizar” as teorias e os modelos, em práticas e procedimentos que serão mais tarde fundamentais, aquando da escolha de objectos de pesquisa e da realização da dissertação de mestrado.

Os temas da vida privada, das relações familiares e das grandes transformações operadas nestes planos nas sociedades contemporâneas no âmbito da família e dos seus processos de transformação têm ocupado cada vez mais o espaço público e mesmo o debate político. Desde logo, a temática da relação família trabalho está implícita e explicitamente associada ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, às questões da sustentabilidade da segurança social, à fertilidade, à reposição das gerações, ao envelhecimento na Europa e a tantos outros problemas actuais que mostram, de resto, a forte associação entre temas privados, do chamado domínio micro, e grandes problemas ou temas macro das nossas sociedades.

Mostrar essas relações na perspectiva da sociologia da família constitui o objectivo principal das aulas em que estes temas serão analisados. Trata-se de aulas pensadas fundamentalmente como aulas práticas com exposição e debate organizado pelos próprios alunos e como um dos momentos de avaliação.

Questões como a igualdade entre homens e mulheres, novas perspectivas sobre a infância, novos direitos no âmbito da família e do casamento, ou como as transformações mais recentes que decorrem das possibilidades criadas pela reprodução medicamente assistida, foram ou podem vir a ser alvo de debate procurando sempre mobilizar o olhar sociológico para lhes responder.

Outros problemas sociais relacionados com a família, convocando as pesquisas realizadas ao nível nacional e internacional, são igualmente susceptíveis de constituir áreas de debate. Entre eles estão os chamados lados “obscuros” da família incluindo aspectos como: violência na família, maus-tratos às crianças, toxicod dependência entre outros. Preside também aqui a preocupação de não haver sobreposição temática com outras Unidade curriculares, nomeadamente *Conjugalidades Contemporâneas*⁴ ou mesmo o *Seminário Temático*⁵,

⁴ Ver o programa desta UC em www.analiatorres.net/ensino.html

⁵ Ver o programa desta UC em www.analiatorres.net/ensino.html

Vejamos então de forma mais desenvolvida os conteúdos fundamentais da UC detalhando em primeiro lugar o programa, a bibliografia, a organização e os objectivos de aprendizagem da UC (II) para depois desenvolver os conteúdos, a bibliografia fundamental e o material pedagógico, aula a aula (III). No final, definem-se os critérios de avaliação pedagógica dos discentes e apresentam-se resultados de avaliações da actividade da docente.

II Programa, objectivos de aprendizagem, organização das aulas e bibliografia desenvolvida

2.1 PROGRAMA

I. Objecto e objectivos da UC

1.1. Problemas do conhecimento científico sobre a realidade social da família. Senso comum, ideologias e controvérsias.

II. Da crise da família à plasticidade das famílias: um debate permanente.

2.1 O que mostram os resultados da pesquisa:

A persistência da valorização da família. Os afectos no centro;
Mudanças, tensões, velhos e novos problemas;
Tendências e configurações fundamentais no plano nacional e internacional;

III. Teorias e debates fundamentais.

3.1 A perspectiva dos clássicos

Revolução francesa, industrialização e mudanças na família
Durkheim e a família conjugal moderna.
Simmel, a sociologia da família e do casamento.

3.2 Burgess, Parsons e Goode

Da instituição ao companheirismo: a proposta de Burgess.
Parsons e a família conjugal americana.
W. Goode: comparação e complexidade

3.3 A ruptura dos anos 70: Andrée Michel e as propostas feministas.

A ruptura dos anos 70, Andrée Michel e novos resultados de pesquisa
O casamento, a família e o trabalho doméstico
Casamento, divisão social e sexual do trabalho, género e classe:
Connell, Kimmel e outros contributos mais recentes
Contributos portugueses

3.4 A sociologia da família: teorias e propostas dos finais do século XX aos inícios do século XXI

Família, determinações sociais, sexo e género

Kellerhals e colaboradores: dos casamentos no quotidiano aos estilos conjugais. “É preciso três para fazer um casal!”

François de Singly: do sexo dos capitais à família relacional

Michel Bozon: casamento, homogamia e mobilidade social

Berger e Kellner: casamento, identidade pessoal e social

Identidade versus estabilidade, tensões e reconstruções: J.C. Kaufmann, J. Askham, A. Giddens

Contributos portugueses: a família como unidade de análise, identidade, permanência e mudança

3.5 A sociologia da família no século XXI

3.5.1 O triunfo do sentimento? Centralidade do sentimento amoroso

W. Goode e a importância teórica do amor

Luhmann e as promessas improváveis do amor

Giddens, a relação pura e o amor confluyente

U. Beck, Elizabeth Beck-Gernsheim: a igualdade entre homens e mulheres e o caos normal do amor

Gilberto Velho: subjectividade e sociedade

Relações afectivas, o amor e o casamento: um olhar específico

3.5.2 Família, sexo e poder no século XX: Goran Therborn

3.5.3 Elizabeth Beck-Gernsheim: a reinvenção da família

3.6 Das teorias aos debates contemporâneos fundamentais

O privado e íntimo na agenda pública e política;

Problemas sociológicos, problemas sociais e familiares: a visibilidade dos lados obscuros da família;

Infância e protecção: o lugar da criança na família contemporânea; adopção: laços afectivos/biológicos;

Novas conjugualidades e parentalidades: significados e implicações sociais;

Família e igualdade entre homens e mulheres: implicações e tensões do tempo presente e futuro;

2.2 Conhecimentos a adquirir, competências a desenvolver e objectivos do processo de ensino-aprendizagem

Esta unidade curricular tem como objectivos proporcionar as seguintes aprendizagens aos estudantes:

- a) aprofundamento e actualização de conhecimento sociológico sobre as principais teorias da sociologia da família.
- b) aprofundamento e actualização de perspectivas sobre temas e debates actuais no âmbito das relações familiares nas sociedades contemporâneas.
- c) aquisição de capacidades de pensar criticamente, discutir e escrever sobre os tópicos do programa, mobilizando para tal informação sociologicamente fundamentada
- d) capacidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos à investigação em sociologia e à intervenção profissional.

2.3 Organização das aulas

A concretização dos objectivos desta unidade curricular faz-se através de aulas teóricas, teórico-práticas, orientação tutorial e outras actividades de contacto com os docentes, bem como através do trabalho pessoal dos estudantes, individualmente e em grupo. Tem 10 aulas presenciais de 2 horas (20 horas), sendo seis aulas teóricas – que decorrem sempre com interpelação e participação activa dos alunos - e quatro práticas, estas constituídas principalmente por exposições dos alunos. A preparação, apresentação e debate do tema na aula conta como momento de avaliação. Relativamente a certos temas as aulas práticas, como veremos à frente, podem ser teórico-práticas, isto é, contam com uma breve introdução teórica inicial por parte da docente.

Para além dos alunos do mestrado esta UC pode ser escolhida por qualquer aluno licenciado, do ISCTE (ou fora do ISCTE). Tem tido por isso um número expressivo de alunos muito para além daqueles que pertencendo ao mestrado de Família e Sociedade têm esta UC como obrigatória.

2.4 Bibliografia desenvolvida

- Abbott, Pamela, Claire Wallace e Melissa Tyler (2005) *An Introduction to Sociology. Feminist Perspectives*, London, Routledge.
- Almeida, Ana Nunes (1986), "Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina" *Análise Social*, vol. XXII (92-93).
- Almeida, Ana Nunes (1990), *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, Lisboa, ISCTE, Dissertação de Doutoramento em Sociologia.
- Almeida, Ana Nunes, M. D. Guerreiro, C. Lobo, A. Torres, K. Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", in, J.M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais no Campo*, Edições do Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- Almeida, J. Ferreira de, F. L. Machado, L. Capucha, A. C. Torres (1994) *Introdução à Sociologia*, Universidade Aberta.
- Almeida, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Fim de Século Edições.
- Amâncio, Lúcia (1994), *Masculino e Feminino, A construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- Andersen, Michael, (1984), *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*, Lisboa; Editorial Quercus.
- Anshen, Ruth, (org.) (1949, 1971), *A família: sua Função e Destino*, Lisboa, Editora Meridiano.
- Ariès, Philippe (1973), *L'Enfant et la Vie Familiale dans L'Ancien Regime*, Paris, Seuil.
- Askham, Janet (1984), *Identity and Stability in Marriage*, Londres, Cambridge University Press.
- Barrère-Maurisson, Marie Agnès (1992), *La Division Familiale du Travail, La vie en double*, Paris, PUF.
- Battagliola (1984), "Employés et employées. Trajectoires professionnelles et familiales" *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif* (obra colectiva), Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- Beck, Ulrich, (1992) *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Sage Publications.
- Beck, Ulrich e E. Beck-Gernsheim (1990, 1995), *The normal chaos of love*, Cambridge, Polity Press.
- Beck, U. e E. Beck-Gernsheim, (2001), *Individualization*, London, Sage.
- Beck-Gernsheim, Elizabeth, (2002), *Reinventing the Family. On Search of New Life Styles*, Cambridge, Polity Press.
- Becker, Gary S. (1981), *A Treatise on the Family*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Berger, P. e H. Kellner (1964, 1975), "Marriage and the construction of reality", in Anderson, M. (ed.) *Sociology of the family - selected readings*, Harmondsworth, Penguin Education, pp.302-323. Texto original publicado em *Diogenes*, 1964.

- Bertilsson, Margareta (1991), "Love's labour lost? A sociological view", in, M. Fertherstone, M. Heptworth e B. Tuner (ed.), *The Body. Social process and Cultural theory*, Londres, Sage Publications, 297-324.
- Blood, Robert O. e Donald Wolfe (1960), *Husbands and Wives*, Nova York, Free Press.
- Blumberg, Rae Lesser (1991), *Gender, Family, and Economy. The Triple Overlap*, London, Sage Publications
- Bourdieu, Pierre (1972), "Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction", *Annales, E.S.C.*, nº24, 4-5.
- Bourdieu, Pierre (1998), *La domination masculine*, Paris, Éditions du Seuil.
- Bozon, Michel e F. Héran (1987), "La découverte du conjoint I", *Population*, 42 (6).
- Bozon, Michel e F. Héran (1988), "La découverte du conjoint II", *Population*, 43(1).
- Bozon, Michel (1990), "L'écart d'âge entre conjoints. Une domination consentie" I, *Population* 45(2).
- Bozon, Michel (1990a), "L'écart d'âge entre conjoints. Une domination consentie" II, *Population* 45(3).
- Bozon, Michel (1991) "Mariage et mobilité sociale en France", *European Journal of Population*, 7.
- Bozon, Michel (1991a), "Apparence physique et choix du conjoint", in T. Hibert e L. Roussel, *La nupcialité: évolution récente en France et dans les pays développés*, INED, Congrès et Colloques, nº7.
- Bozon, Michel (1991b), "La nouvelle place de la sexualité dans la constitution du couple", *Sciences Sociales et Santé*, vol. IX, nº4.
- Bozon, Michel (1992), "Sociologie du rituel du mariage", *Population*, 2.
- Brown, Robert, (1987), *Analysing Love*, Cambridge University Press, Cambridge Studies in Philosophy.
- Burgess, Ernest, M. J. Locke, M. Thomas (1960), *The family from institution to companionship*, Nova York, American Book.
- Burguière, André (dir.) (1996), *História da Família*, Lisboa, Edições Terramar.
- Caplan, Pat (ed.) (1987), *The Cultural construction of sexuality*, Londres, Tavistock Publications.
- Carreiras, Helena (1997), *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Casey, James, (1989) *História da Família*, Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Chaudron, M., "Sur les trajectoires sociales des femmes et des hommes. Stratégies familiales de reproduction et trajectoires individuelles" in, *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif* (obra colectiva), Presses Universitaires de Grenoble, 1984.
- Commaille, Jacques (1993), *Les Stratégies des Femmes. Travail, Famille et Politiques*, Paris, La Découverte.
- Connell, R.W, (1987) *Gender & Power*, Cambridge, Polity Press.
- Connell, R.W, (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta.

- Delphy, Christine (1978), "Travail ménager ou travail domestique?", Andrée Michel (dir), *Les femmes dans la société marchande*, Paris, PUF.
- Delphy, Christine (1992), "A Theory of Marriage", in, L. McDowell e R. Pringle (ed.) *Defining Women. Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press, The Open University.
- Desrosières, Alain (1978), "Marché matrimoniale et classes sociales", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Março.
- Durkheim, Émile (1892, 1975), *Textes, Fonctions sociales et institutions*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Durkheim, Émile (1893,1977), *A divisão do trabalho social I*, Lisboa, Editorial Presença.
- Elias, Norbert (1969, 1973), *La civilisation des mœurs*, Paris, Calmann-Levy.
- Engels, F. (1884, 1976), *A origem da família da propriedade privada e do estado*, Lisboa, Editorial Presença.
- Featherstone, Mike (org.) (1998), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on *Love and Eroticism*, Volume 15, nº 3-4.
- Fernandes, Maria Teresa Sousa (1981), *Women and the wage labor system. A theoretical approach to the sexual division of labour*, Phd Dissertation, Brandeis University.
- Fernandes, Maria Teresa Sousa (1993), "Assimetria dos sexos e construção do mundo social na teoria de Georg Simmel", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13.
- Ferreira, Virgínia, (1981), "Mulheres, Família e Trabalho Doméstico no Capitalismo", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 6, 47-86.
- Ferreira, Virgínia, (1999), "A segregação sexual do mercado de trabalho"-perspectivas teóricas e políticas", *Sociedade e Trabalho*, 6, 39-45.
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1992), *The Transformation of Intimacy. Sexuality, Love & Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.
- Girard, Alain (1964), *Le choix du conjoint*, Paris, PUF, Travaux et Documents, Cahier nº 44.
- Goode, William (1959), "The theoretical importance of love" in *American Sociological Review*, Fevereiro.
- Goode, William (1963, 1969), *Revolução Mundial e Padrões de Família*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Guerreiro, Maria das Dores (1994), *Famílias na Actividade Empresarial. Empresas familiares em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, ISCTE.
- Hartmann, Heidi (1976), "Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex" *Signs* 1, pp. 137-169.
- Harré, Rom (org.) (1986), *The Social Construction of Emotions*, Oxford, Basil Blackwell.
- Illouz, Eva (1998), "The lost innocence of love. Romance as a Postmodern Condition", in, Mike Featherstone (ed.), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on *Love and Eroticism*, Volume 15, nº 3-4.
- Jackson, Stevi (1993), "Even Sociologists fall in love: an exploration in the sociology of emotions", *Sociology*, Vol.27, nº2.

- Johnson, Miriam (1989), "Feminism and the theories of Talcott Parsons", in, Ruth Wallace (org.), *Feminism and Sociological Theory*, Newbury Park, Sage Publications.
- Kaufmann, Jean Claude (1988), *La chaleur du foyer. Analyse du repli domestique*, Paris, Meridiens Klincksieck.
- Kaufmann, Jean Claude (1992), *La Trame conjugale. Analyse du couple par son linge*, Paris, Nathan.
- Kaufmann, Jean Claude (1993), *Sociologie du couple*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Kaufmann, Jean Claude (1997), *Le coeur à l'ouvrage. Théorie de l'action ménagère*, Paris, Nathan.
- Kellerhals, Jean (1982), *et al., Mariages au quotidien - inégalités sociales, tensions culturels et organisation familiale*, Lausanne, Ed. Pierre Marcel Favre.
- Kellerhals, Jean e P. Trutot (1982a) "Divorce et Modèles matrimoniaux - quelques figures pour une analyse des règles d'échanges" in *Revue Française de Sociologie*, XXIII.
- Kellerhals, Jean *et. al.* (1984), *Microsociologie de la famille*, Paris, PUF, Que sais-je?
- Kellerhals, Jean, (1985), "Statut social, projet familial et divorce: une analyse longitudinale des ruptures d'union dans une promotion de mariage", *Population*, 6.
- Kellerhals, Jean (1987), "Types d'interaction conjugale", *L'Année Sociologique*, 37.
- Kellerhals, Jean e Louis Roussel (1987), "Les sociologues face aux mutations de la famille: quelques tendances de recherche 1965-1985", *L'Année Sociologique*, 37.
- Kergoat, D. (1984), "Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation", in, *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif* (obra colectiva), Presses Universitaires de Grenoble.
- Kimmel, Michael (2000), *The Gendered Society*, Oxford, Oxford University Press.
- Le Gall, Didier (1992), "Secondes amours. Aimer la raison?" in, *Revue Internationale d'Action Communautaire Sociologia*, 27/67.
- Leandro, Engrácia (1995), *Familias portuguesas projetos et destins*, Paris, CIEMI/ L' Harmattan.
- Leandro, Engrácia e C. Leite (1996), "Identidades femininas em contexto migratório", *Dinâmicas multiculturais novas faces, outros olhares*, Lisboa, Edições ICS, pp 175-189.
- Leandro, Engrácia, (2001) *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Lobo, Cristina (1994), *Processos de Recomposição Familiar: Estratégias e Trajectórias nas Famílias Recompuestas*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Lorber, Judith and S. Farrel, (eds.) (1991), *The Social Construction of Gender*, California, Sage Publications.
- Lourenço, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria. Mudança social na região de Leiria*, Lisboa, Fragmentos.
- Luhmann, Niklas (1986), *Love as Passion, The Codification of Intimacy*, Cambridge, Polity Press.

- Macdowell, Linda e Rosemary Pringle (orgs) (1992), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Macdowell, Linda (1992), "Gender divisions in a post-Fordist era: new contradictions or the same old story?", in Linda Macdowell, e Rosemary Pringle (orgs), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Machado, Fernando L. e António Firmino da Costa, "Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e de mobilidade social" in, J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.) *Portugal, que Modernidade?*; Oeiras, Celta Editora, 1998.
- Michel, Andrée, (org.) 1970, *La Sociologie de la Famille*, Paris, École Pratique de Hautes Études and Mouton,.
- Michel, Andrée, (org.) (1978), *Les femmes dans la société marchande*, Paris, PUF.
- Michel, Andrée (1983), *Sociologia da família e do casamento*, Lisboa, Rés editora, (tradução s/data, 1ª edição, 1972, 2ª edição 1978).
- Morgan, J. (1978), "Aspects quantitatifs de la production non marchande dans les familles américaines", in, Andrée Michel, *Les femmes dans la société marchande*, Paris, PUF, 1978.
- Nye, F. Ivan, (1988), "Fifty Years of Family Research, 1937-1987", in *Journal of Marriage and the Family*, 50 (May, 1988), pp: 305-316.
- Oakley, A. (1974), *Housewife*, London, Allen and Unwin.
- Osmond, Marie Withers (1987), "Radical-critical theories" in Marvin B. Sussman, Suzanne K. Steinmetz, (orgs.), *Handbook of Marriage and the Family*, Nova York, Plenum Press.
- Parsons, Talcott e Robert Bales (1956, 1968), *Family, Socialization and Interaction process*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Parsons, Talcott, "A Estrutura social da família" (1971, 1949) in Ruth Ashen (org.), *A Família sua função e destino*, Lisboa, Edições Meridiano.
- Paz, Octávio (1995), *A chama dupla. Amor e Erotismo*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Phillips, Anne (1992) "Classing the women and gendering the class" in, L. Macdowell, e R. Pringle (orgs), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Pinto, José Madureira (1991), "Considerações sobre a produção social de identidade" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, 217- 231.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (1989), *Mulheres empresárias: resultados de uma investigação empírica sobre as mulheres empresárias em Portugal*, Lisboa, ISCTE, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Trabalho de Síntese.
- Roussel, Louis (1989), *La Famille incertaine*, Paris, Odile Jacob.
- Saraceno, Chiara e Manuela Naldini, (2003) *Sociologia da Família*, Lisboa, Editora Estampa
- Scanzoni, John (1983), *Shaping Tomorrow's Family*, California, Sage Publications.
- Segalen, Martine (1999) *Sociologia da Família*, Lisboa, Edições Terramar.
- Shorter, Eduard (1975), *Naissance de la famille moderne*, Paris, Éditions du Seuil.
- Simmel, George (1988), *Philosophie de l'amour*, Paris, Petite Bibliothèque Rivages.
- Simmel, Georg (1895, 1998), "On the Sociology of the family", in Mike Featherstone (org.), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on Love and Eroticism, Volume 15, 3-4.

- Singly, François de (1987), *Fortune et infortune de la Femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*, Paris, Presses universitaires de France.
- Singly, François de (1987a), "Théorie critique de l'homogamie", *L'Année Sociologique*, 37.
- Singly, François de (1991), "Les relations conjugales", in, F. de Singly (dir.), *La famille. L'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Singly, François de (1993), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan, edição em português (2007) *Sociologia da Família Contemporânea*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Singly, François de, et. al. (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan.
- Singly, François de, et. al. (1996), *La famille en questions, état de la recherche*, Paris, Syros, Institut de l'enfance et de la famille.
- Sussman, Marvin B., S. K. Steinmetz. (ed.) (1987), *Handbook of Marriage and the Family*, New York and London, Plenum Press.
- Tilly, Louise e Joan Scott, (1978), *Women, Work and Family*, New York, Holt, Rinehart and Winston.
- Therborn, G. (2004), *Between Sex and Power. Family in the world, 1900-2000*, London, Routledge.
- Thomas, Darwin L. e J. E. Wilcox (1987), "The rise of family theory: a historical and critical analysis, in, Marvin B. Sussman, Suzanne K. Steinmetz, (orgs.), *Handbook of Marriage and the Family*, Nova York, Plenum Press.
- Torres, Anália Cardoso (1987), "Amores e desamores - para uma análise sociológica das relações afectivas", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 3.
- Torres, Anália Cardoso (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos*, Celta Editora, Oeiras.
- Torres, Anália Cardoso e F.Vieira da Silva (1998), "Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho entre homens e mulheres", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 28, pp.9-65.
- Torres, Anália Cardoso, (2000) *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade, Assimetrias Sociais e de Género no Casamento*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Torres, Anália Cardoso, (2001) *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso, (2002), *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália, F. Vieira da Silva, T. L. Monteiro, M. Cabrita (2004), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, CITE,.
- Torres, Anália, Rita Mendes e Tiago Lapa (2006), *Famílias na Europa, in Vala e Torres Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Torres, Anália e Rui Brites (2006), "Atitudes e valores dos Europeus: a perspectiva de género numa análise transversal", in Vala e Torres *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Torres, Anália, "Nova Lei do Divórcio", in *Nova Lei do Divórcio*, Edição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pp. 13-28.

- Turner, Bryan, "Sociology of the Family" (2005) in Craig Calhoun, Chris Rojek, Bryan Turner, *The Sage Handbook of Sociology*, London Sage Publications, pp135-153.
- Velho, Gilberto (1986), *Subjectividade e Sociedade. Uma experiência de Geração*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Wall, Karin (1998), *Famílias no campo. Passado e Presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Wall, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin e Lúcia Amâncio (org.) (2007), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- Wallace, Ruth (ed.) (1989), *Feminism and Sociological Theory*, Newbury Park, Sage Publications.
- West, Candance, D. H. Zimmerman (1991), "Doing Gender", in J. Lorber and S. Farrel, (eds.), *The Social Construction of Gender*, California, Sage Publications.

E ainda os seguintes números especiais de revistas:

- Revista *Ex aequo*, nº 5, 2001 e nº 6 de 2002, da responsabilidade da APEM (Associação portuguesa de estudos sobre as mulheres) editado pela Celta Editora, Oeiras.
- Revista *Análise Social*, número especial *Famílias*, nº. 163, vol.XXXVII, Verão 2002
- Revista *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº.43, 2003. Dossiê *Famílias nos Censos 2001*

Em relação a cada aula, e para além do material pedagógico referido como se verá à frente, é indicada bibliografia básica de referência.

III Conteúdos, bibliografia fundamental e material pedagógico (aula a aula)

AULA 1

Sumário

1. 1.1 Objecto e objectivos da UC

1.1.1. Apresentação dos objectivos da UC, do programa, do plano das aulas e das estratégias pedagógicas.

1.1.2. Problemas do conhecimento científico sobre a realidade social da família. Senso comum, ideologias e controvérsias.

1.2 Da crise da família à plasticidade das famílias: um debate permanente.

1.2.1. O que mostram os resultados da pesquisa:

A persistência da valorização da família. Os afectos no centro.

Mudanças, tensões, velhos e novos problemas

Tendências e configurações fundamentais no plano nacional e internacional

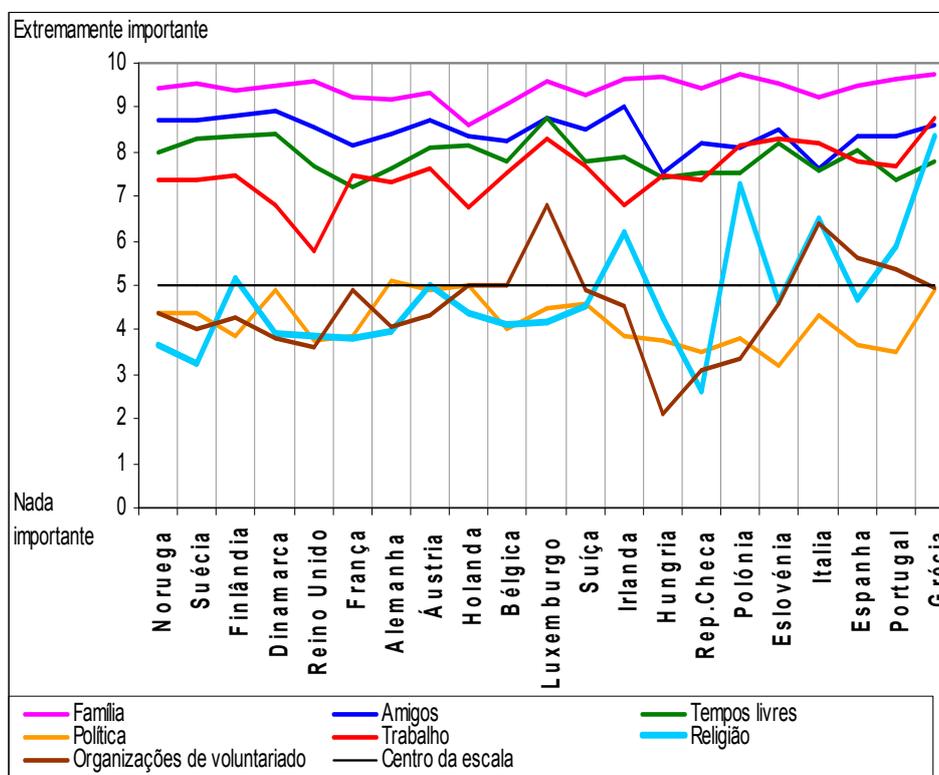
A primeira parte desta aula é constituída pela apresentação do programa da UC e pela definição dos seus objectivos, bem como pela explicitação do plano das aulas, das estratégias pedagógicas e da bibliografia fundamental. Apresentam-se também, de forma global, os principais manuais de sociologia da família mais utilizados (Segalen, 1999; Torres, 2001; Leandro, 2001; Saraceno e Naldini, 2003;). Os livros são levados para a aula e depois de apresentados circulam entre os estudantes para melhor primeira apreensão dos seus conteúdos.

No plano programático, e para além da apresentação geral, insiste-se na relevância de perspectiva sociológica nas temáticas da família. Parte-se, por um lado, de uma enunciação mais global sobre os instrumentos conceptuais da sociologia como domínio científico. Especifica-se depois, por outro, como esta perspectiva aplicada ao campo da realidade familiar pode ser útil ao identificar e ao ganhar distância em relação ao senso comum, a ideologias implícitas – e muitas vezes explícitas – trazendo para a luz do dia uma visão mais crítica sobre as grandes transformações que se observam nos últimos anos nas sociedades contemporâneas. Com efeito, tem sido este um campo de mudanças, que alguns apelidam até de vertiginosas e bruscas, e um terreno de debates que têm mobilizado muitas vezes a opinião pública a nível nacional e internacional.

No plano da transmissão de conhecimentos e das estratégias pedagógicas, um conjunto de resultados comparativos de pesquisa partindo do *European Social Survey*, mas convocando também investigação sobre Portugal, têm-se revelado como poderosos aliados. Com efeito, quando se mostra que os Europeus valorizam a família como prioridade fundamental nas suas vidas ou que tanto homens como mulheres atribuem idêntica importância à família e ao trabalho (Figuras 1), só para dar alguns exemplos, surgem de imediato as interrogações. Por que será que estes resultados aparecem como novidade aos estudantes?

[FIGURA N.º 1]

Importância de cada um dos aspectos na vida⁶(média)



Fonte: European Social Survey, 2002, in Anália Torres, Rita Mendes e Tiago Lapa, Famílias na Europa, in Vala e Torres *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS da Universidade de Lisboa.

A resposta a estas interrogações ilustra com clareza a possível distância entre realidade e percepção corrente dessa realidade. Tudo aponta afinal para o contrário do que o

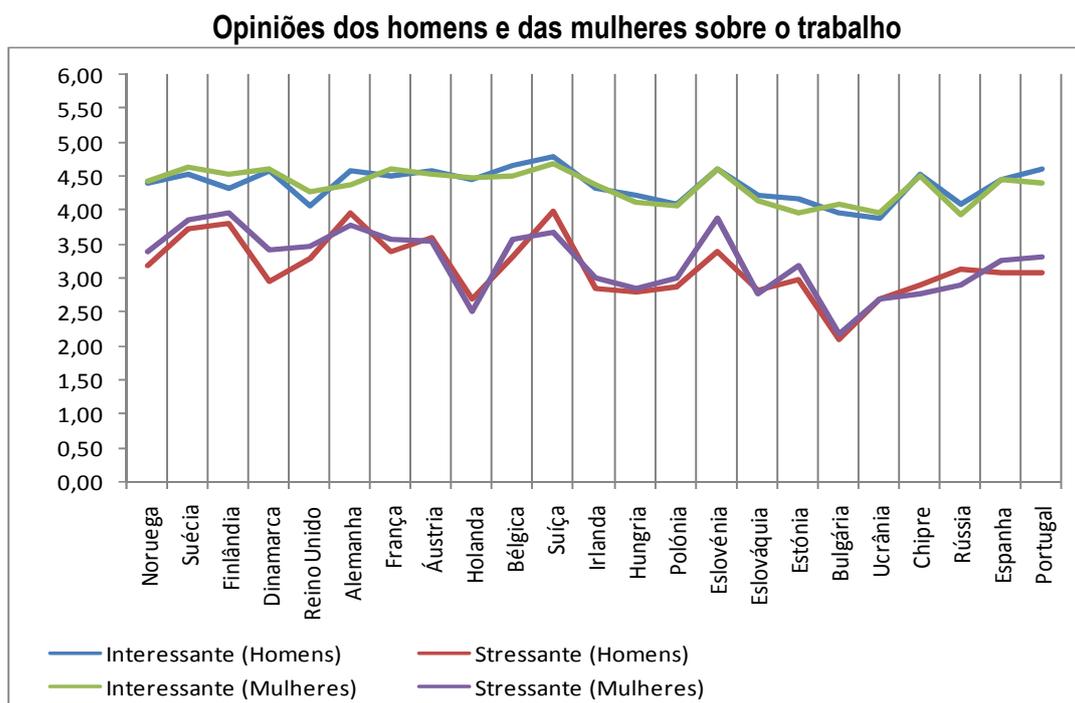
⁶ Importância atribuída à família [$F=64,764$ (20; 36954); $p=0.000$; $Eta^2=0,035$]; Importância atribuída aos amigos [$F=60,408$ (20; 36887); $p=0.000$; $Eta^2=0,033$]; Importância atribuída aos tempos livres [$F=35,43$ (20; 36737); $p=0.000$; $Eta^2=0,020$]; Importância atribuída à política [$F= 87,289$ (20; 36782); $p=0.000$; $Eta^2=0,047$]; Importância atribuída ao trabalho [$F= 136,920$ (20; 36373); $p=0.000$; $Eta^2=0,072$]; Importância atribuída à religião [$F= 336,823$ (20; 36849); $p=0.000$; $Eta^2=0,159$]; Importância das organizações de voluntariado [$F= 245,970$ (20; 36557); $p=0.000$; $Eta^2=0,122$].

senso comum parece indicar, quando tão rapidamente se considera que as mudanças vertiginosas a que se assiste só podem significar desvalorização da família e das relações familiares ou da conjugalidade. Mas se assim não é, e se na verdade as pessoas afirmam que o aspecto principal das suas vidas é a família, por que razão é diversa a opinião mais frequente? Então o que mudou afinal? E quanto às tensões, dificuldades, problemas? São velhos ou novos problemas? A informação disponibilizada e o debate em volta do aparente paradoxo ajuda a compreender melhor a importância de uma visão sistemática e informada sobre esta realidade tão “familiar”, preparando os estudantes para os constantes exercícios críticos e reflexivos que impõe a compreensão da realidade do lugar da sociologia.

Alguns dos processos sociais e das tendências no plano dos valores que ajudam a explicar as grandes mudanças verificadas no plano das relações familiares no decurso do século XX e em particular nos seus últimos quarenta anos – sentimentalização, secularização, individualização – são também mencionados brevemente neste primeira aula. A partir da apresentação de indicadores demográficos e de outros dados nacionais e internacionais, insiste-se na importância de fazer diagnósticos correctos, de forma a identificar de forma mais precisa o que os dados podem significar.

É importante mostrar, por exemplo, que, como já se referiu, a família continua a ser o aspecto mais valorizado na vida dos Europeus e que mulheres e homens valorizam o trabalho de forma absolutamente idêntica (Figura 2), tal como acontece com a família; ou que os divorciados tendem a voltar à conjugalidade e que o divórcio não significa necessariamente a rejeição do casamento ou da vida em família, mas apenas a separação relativamente a um parceiro conjugal específico (Figura 3). Ou revelar também que a percentagem de idosos dependentes que vivem em lares é muito reduzida (cerca de 3%) em Portugal e que a esmagadora maioria é cuidada no quadro familiar, mais precisamente pelas mulheres, muitas vezes sem beneficiar de condições adequadas de assistência médica necessária (Quadro 1). De qualquer modo tal verificação contraria todos os estereótipos transmitidos nomeadamente através dos media – e às vezes reproduzidos por colegas pouco informados – segundo os quais os portugueses “despejam” os seus idosos em lares e deixam de querer saber deles.

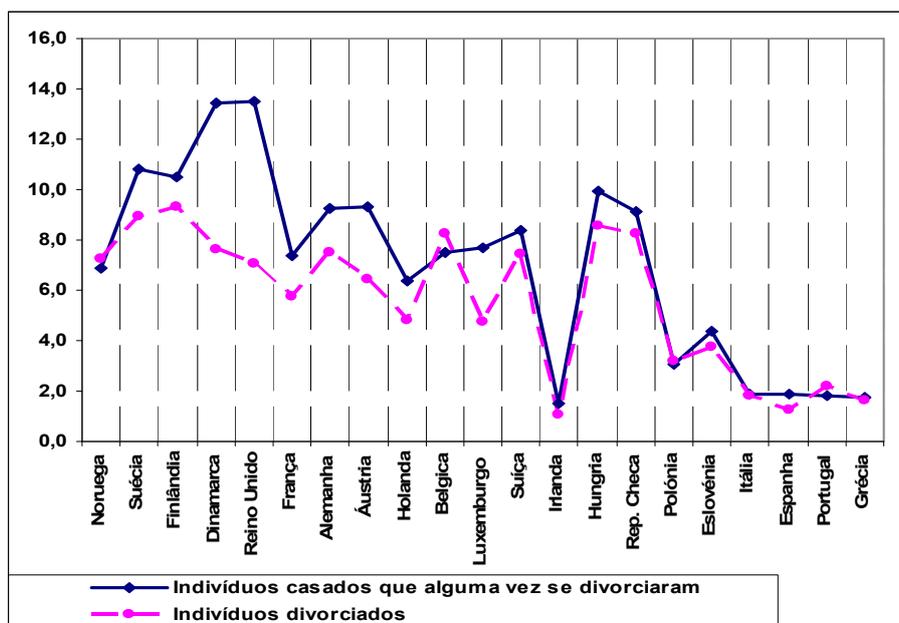
[FIGURA N.º 2]



Fonte: ESS, round 3, 2006; escala de 0 (nada interessante ou stressante) a 6 (muito interessante ou stressante)

[FIGURA N.º 3]

Inquiridos divorciados e inquiridos casados que alguma vez se divorciaram (%)



Fonte: European Social Survey, 2002 (Torres, Mendes e Lapa, 2006)

QUADRO 2 Onde vive o idoso com necessidade de cuidados especiais? *

	%
Em casa do inquirido/a ou de um familiar do/a inquirido/a	52,6
Em casa do próprio idoso	44,8
Num lar/casa de repouso	2,6
Total	100,0

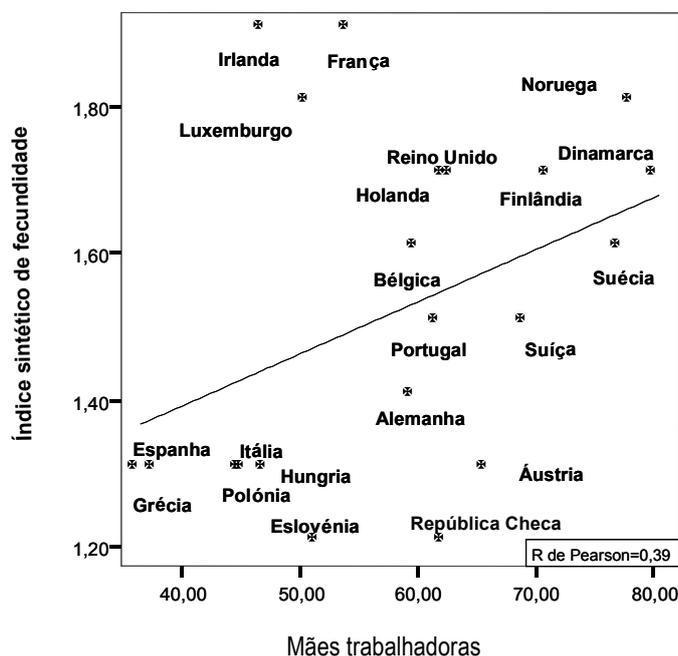
(*) Consideraram-se *cuidados especiais* aqueles que pudessem estar relacionados com perdas ou limitações de autonomia, implicando situações de dependência. Por ex: cuidados de saúde, cuidados de higiene, alimentação e preparação das refeições, deslocações, etc.

Fonte: Analia Torres, F. Vieira da Silva, T. L. Monteiro, M. Cabrita, Homens e Mulheres entre Família e Trabalho, CITE, 2004

Pode também mostrar-se como ideias que parecem fazer sentido à primeira vista – a baixa fecundidade das mulheres europeias estar associada às mais elevadas taxas de actividade feminina – não correspondem à realidade, como se pode ver na Figura 4, impondo-se por isso outro olhar e outras explicações.

[FIGURA N.º 4]

Índice sintético de fecundidade e mães trabalhadoras na Europa (%)⁷



Fonte: European Social Survey, 2002; (Torres, Mendes e Lapa, 2006)

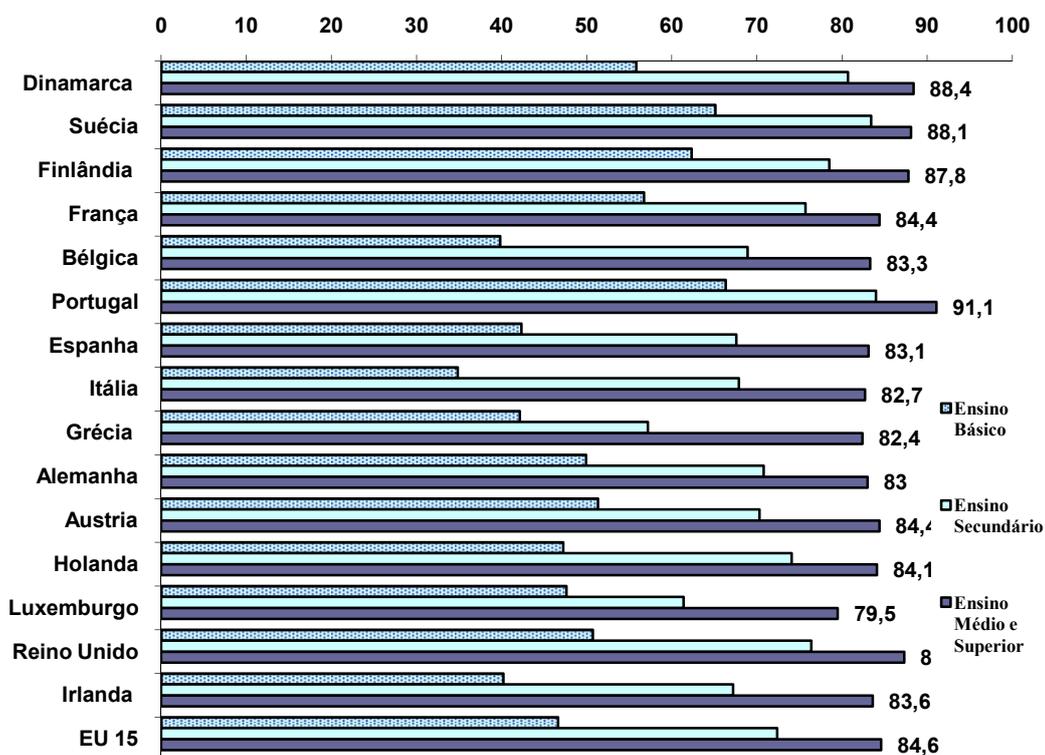
⁷ Este *scatter plot* foi seleccionado de um artigo publicado numa revista em inglês (Torres, Mendes e Lapa, 2008) para figurar como um de doze textos incluído na publicação intitulada *Exploring Public Attitudes, Informing Public Policies. Selected findings from the first three rounds*, publicado pela equipa central do European Social Survey. Foi com muito gosto que vimos o nosso texto seleccionado de entre um conjunto vastíssimo de artigos que a nível mundial usaram os dados do European Social Survey, desde 2002 até 2008, cf www.analiatorres.net.

Ou ainda revelar-se que quanto maior é a escolaridade maior é a probabilidade de se ser mulher activa e que este modelo veio para ficar na UE. Na verdade, uma mulher com o ensino superior na Europa a 15 é de forma quase esmagadora uma mulher activa (85%) atingindo essa percentagem em Portugal os 90% (Figura 5).

A apresentação de resultados de pesquisa, e a discussão que a seu propósito se estabelece, serve assim o duplo objectivo de transmitir novos conhecimentos ao mesmo tempo que se ilustra o modo como a perspectiva sociológica pode permitir uma visão mais multifacetada e mais aproximada da realidade.

[FIGURA N.º 5]

Mulheres segundo o nível de ensino activas (25 a 64 anos) (%) 2002



Fonte: Employment Outlook , OECD, 2002

Esta primeira aula é apresentada com o auxílio de um *power point* com informação e resultados de investigação muito mais completos do que aqueles de que aqui damos conta. Fizemos alguma economia de exposição para não transformar o relatório, nesta fase inicial, numa sucessão de gráficos, figuras e quadros.

Plano das aulas

Na apresentação do plano das dez aulas, com os temas e tipos de aula – teóricas, teórico-práticas ou práticas – procura-se desde logo que os alunos se inscrevam nos diferentes temas para a participação em grupo nas aulas práticas. Depois da escolha do tema, e do texto ou textos a apresentar, fica definida a data e a aula em que vão apresentar o tema, a apresentação que conta como já se referiu, para a avaliação dos alunos.

AULA 1 Bibliografia de referência

Almeida, Ana Nunes, M. D. Guerreiro, C. Lobo, A. Torres, K. Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, in, J.M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

Leandro, Engrácia, (2001) *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta.

Roussel, Louis (1989), *La Famille incertaine*, Paris, Odile Jacob.

Saraceno, Chiara e Manuela Naldini, (2003) *Sociologia da Família*, Lisboa, Editora Estampa.

Segalen, Martine (1999) *Sociologia da Família*, Lisboa, Edições Terramar.

Singly, François de (1993), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan, edição em português (2007) *Sociologia da Família Contemporânea*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

Torres, Anália (1995) “Família”, in Almeida, J. Ferreira, Anália Torres, Fernando L. Machado e L. Capucha, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.

Torres, Anália Cardoso, (2001) *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.

Torres, Anália, Rita Mendes e Tiago Lapa “Famílias na Europa”, com, in Jorge Vala e Anália Torres (org.), *Contextos e Atitudes e Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 93-144, 2006.

AULA 2

Sumário

2 A perspectiva dos clássicos

- 2.1 Revolução Francesa, industrialização e mudanças na família
- 2.2 Durkheim e a família conjugal moderna.
- 2.3 Simmel, a sociologia da família e do casamento.

2.1 Revolução Francesa, industrialização e mudanças na família

Com esta aula pretende-se, numa primeira parte, dar conta de forma muito abreviada e numa perspectiva sócio histórica, dos principais processos sociais que estão associados às mudanças na família. Com o auxílio de alguns manuais (Leandro, 2001), textos introdutórios (Almeida *et al.*, 1994) e livros de abordagem sócio histórica (Andersen, 1984; Casey, 1989) são mostradas, de forma exemplificativa, as relações entre formas de organização da vida social e formas de organização da vida familiar. Sublinha-se o carácter marcadamente social e cultural das diferentes modalidades que assumem as relações familiares, em diferentes momentos históricos e em diferentes civilizações ou partes do mundo. Contribui-se assim para uma visão antropológica e sociológica da família, pondo em causa visões marcadamente ahistóricas e ideológicas que assumem uma perspectiva monolítica assente no determinismo biológico (Almeida, *et al.*, 1994).

Enunciam-se e analisam-se, por outro lado, alguns dos marcos históricos que representaram transformações políticas e sociais fundadoras de novas maneiras de encarar a família. Dá-se aqui particular atenção ao século XVIII e XIX e aos processos de mudança associados à industrialização e à revolução francesa, com a consequente afirmação da burguesia e do ideário que estabelece que todos nascem livres e iguais em direitos e deveres. São assim as definições sociais e políticas de uma época que dão sentido específico às relações familiares e à biologia. Com efeito, passou-se de uma visão segundo a qual casamentos, nascimentos e certas relações familiares eram importantes assuntos de Estado directamente articulados ao poder político numa sociedade dada, como acontecia no Antigo Regime, para uma concepção segundo a qual, no plano do direito, todos nascem livres e iguais em direitos perante a lei, podendo assim aceder aos cargos políticos e de governo das

sociedades independentemente das condições do seu nascimento⁸. Neste sentido, de resto, a revolução burguesa não foi só uma afirmação de ruptura com o Antigo Regime mas também a afirmação de uma lógica familiar que associava família à propriedade e à sua transmissão. Verifica-se mesmo nesta forma familiar uma reafirmação e concentração do poder do patriarca e chefe de família sobre a mulher e os filhos, relativamente a regimes anteriores em que a linhagem dominava sobre o núcleo conjugal (Casey, 1989).

Começa aqui a desenhar-se a lógica da valorização do indivíduo, entendido como homem-cidadão, chefe de família, já que às mulheres continuava vedada a afirmação no espaço público e restringida a sua actividade ao que decorria do seu “destino” biológico, ou seja ao seu papel de mãe e de doméstica. Neste sentido, e como Ulrich Beck afirma, podemos dizer que as relações homem-mulher no contexto da família na época da industrialização se regem pela lógica feudal, na medida em que é o nascimento a determinar um papel específico, no caso das mulheres um lugar subordinado e dependente. Referindo-se ao trabalho não pago que as mulheres desempenham no lar, afirmando de resto que no contexto da industrialização o trabalho assalariado pressupõe o trabalho doméstico, Beck continua: “A distribuição destes trabalhos – e aqui reside o fundamento feudal da sociedade industrial – permanece fora da sua decisão. Eles são *atribuídos* por nascimento e género” (Beck, 1992: 107). Para evidenciar as contradições ou ambivalências da sociedade industrial no plano das relações homem/mulher, que pressupõe a modernidade e um corte com lógicas tradicionais, Beck escolhe muito significativamente para um dos subtítulos de uma parte do seu livro a seguinte frase “*A sociedade industrial é uma sociedade moderna feudal*” (Beck, 1992: 106).

Mas para além destas tendências centrais o que uma visão histórica mesmo breve permite elucidar é a necessidade de entender de forma conjugada a relação que sempre se estabelece entre condições sociais e normas culturais, por um lado, e arranjos, estruturas ou formas familiares pelo outro. O que implica também mostrar, no contexto de uma sociedade dada, de que modo as diferentes classes sociais organizam os seus modos de vida familiar; ou como é necessário ter em conta, quando se fala de mulheres e independentemente do estatuto de submissão que a todas afecta, as suas diferentes posições sociais e as implicações que elas têm na forma de viver os papéis sociais que lhes são atribuídos nesta época.

⁸ Esta “igualdade”, como se sabe, cedo excluiu as mulheres, subalternizando-as e tratando-as como cidadãs de segunda sem direito a eleger ou a ser eleitas. Situação que só no século XX foi sendo corrigida, com as feministas da primeira e segunda vaga a ter papel decisivo na consagração destes direitos na maior parte dos países ocidentais.

Olha-se também para os efeitos que certas formas de regulação da família e normas do direito resultantes da visão igualitária do pós revolução francesa têm em aspectos mais alargados da vida social e económica. Um dos exemplos retidos é o do fim da herança através do filho primogénito, legislado em 1804 em França e seguido em muitos outros países europeus. Através destes exemplos podemos ver como uma regra da vida familiar tem impacto na desaceleração das lógicas agrícolas – pela excessiva parcelarização das terras – e acaba por favorecer a industrialização. A lei do fim da primogenitura, aliás, é atribuída por alguns a uma cedência à pressão da burguesia industrial que tinha por objectivo exactamente o de aumentar a mão-de-obra disponível para a indústria. Este e muitos outros exemplos acabam por permitir ilustrar de forma muito clara as estreitas relações entre família e as diferentes esferas da vida social nos diferentes contextos históricos.

Temas como a eclosão dos sentimentos na conjugalidade com Eduard Shorter (1975), ou nas relações pais/filhos, com Philippe Ariès (1973), são igualmente enunciados, bem como um conjunto muito valioso de estudos de autores da chamada história social como Laslett, Flandrin, Jack Goody e André Burguière. Todos eles contribuíram eficazmente – mesmo nas suas diferenças – para que as relações familiares e a vida privada saíssem da penumbra como objecto de análise científica.

Para uma visão sócio histórica e antropológica mais completa sobre estas matérias os alunos são remetidos para os manuais indicados no início. Recomenda-se em especial o de Engrácia Leandro, porque para além de conter uma abordagem sintética interessante sobre a família em várias latitudes, se debruça também sobre aspectos sócio históricos específicos da realidade portuguesa. Nesta perspectiva é particularmente recomendado o capítulo 2, em especial das páginas 53 à 68, onde se abordam os fundamentos gregos e romanos da família, a família nas civilizações árabes, chinesa, indiana e japonesa, para além de aspectos sócio históricos da realidade familiar em Portugal. Também se sublinha a importância da síntese elaborada por Engrácia Leandro sobre o conceito de grupo doméstico, que tantos efeitos produtivos teve na pesquisa em sociologia da família. Outra parte importante da obra recomendada aos alunos, relativamente a esta matéria, é a que consta do capítulo 3, nomeadamente quando a autora identifica os contributos de Frederic Le Play, até porque nos nossos próprios escritos essa referência tem estado ausente (Leandro, 2001: 119-125).

Depois desta breve introdução sócio histórica inicia-se a abordagem das propostas teóricas, começando pela inaugural de Durkheim e seguindo com as formulações sobre casamento e família na obra teórica de Simmel.

2.2 Durkheim e a família conjugal moderna

É desde logo um início estimulante. Com o espaço de mais de um século a separar-nos do período em que o autor elabora as suas principais análises sobre a família e os seus processos de transformação, admira-se a extrema modernidade e até a profunda actualidade de algumas das suas posições, não deixando também de se registar, como é óbvio, alguns dos seus inevitáveis anacronismos. Destacam-se das propostas do fundador da sociologia da família como disciplina universitária três ideias centrais sobre a família conjugal moderna.

Durkheim afirma, em primeiro lugar, a passagem da família “paternal” e “patriarcal” para um novo tipo de família – a família conjugal moderna – e identifica as suas características distintivas. Em segundo lugar, sustenta a ideia da valorização do papel do indivíduo, dos seus interesses e sentimentos em relação ao colectivo da família. Em terceiro lugar, salienta o papel específico do Estado no contexto dessa nova forma de organização familiar que considera dominante.

A ideia da passagem da família paternal à chamada família conjugal moderna é tão conhecida e divulgada quanto criticada. Demógrafos e historiadores da família⁹ puseram em causa a perspectiva de Durkheim, ao demonstrarem que estas passagens poderiam configurar-se de forma mais complexa e que, sobretudo, não se deveria falar, linearmente, do retraimento da família, na medida em que noutras formas anteriores de organização social a família também assumira tamanho reduzido e formas de relacionamento semelhantes.

Mas ninguém pode contestar que foi exactamente no sentido indicado por Durkheim que evoluíram as relações familiares e as normas a elas associadas. Por um lado, o modelo que ele considerava começar a afirmar-se na altura - a família constituída apenas pelo marido, a mulher e os filhos menores e solteiros do casal - foi exactamente o que se afirmou ao longo do século XX continuando, de resto, e apesar da coexistência de formas diversas de família, a ser largamente dominante no final do século. Se é verdade que havia excessiva simplificação e homogeneização nesta perspectiva, Durkheim, apesar de tudo, acertou no essencial quanto ao sentido das transformações verificadas.

Mais, mesmo em termos das normas, da definição dos deveres, direitos e obrigações que o autor francês começava a ver desenhadas na chamada família conjugal moderna ainda no século XIX, verifica-se que, pelo menos até aos anos 60 do século XX, estavam ainda em

⁹ Burguière em França, J. Goody em Inglaterra e muitos outros.

vigor as orientações principais que ele apontava como características distintivas daquela então nova forma de família. Com efeito, o pai tem obrigação de alimentar os filhos, estes dependem da sua vontade até à maioridade, mas depois desta cessam todas as obrigações paternais e os filhos assumem a sua personalidade, os seus interesses e a sua responsabilidade própria. Essa regra não prejudica, naturalmente, a subsistência de ligações e laços de proximidade entre pais e filhos, bem como de certos deveres recíprocos como o do direito dos filhos a herdar parte da riqueza dos pais, ou o de lealdade e de assistência na doença aos pais idosos. Nada se mantém, contudo, desse “estado de dependência perpétua” que estava na base da família paternal e da família patriarcal (Durkheim, 1892, 1975).

O facto de a dependência total, como norma, deixar de existir na família conjugal moderna, está associado também a outra ideia chave: nesta forma familiar é o casamento que funda a família e não o contrário, como acontecia noutros modelos em que é a família que impõe aos descendentes o casamento adequado à continuidade de determinada lógica familiar e colectiva. Embora saibamos que persistem formas mais subtis de preservar as continuidades familiares, e que outras modalidades de condicionamento se verificam, a verdade é que um século depois são ainda estas, em grandes linhas, as normas que regulam as relações entre pais e filhos. O século XX foi, na verdade, o século da afirmação da ideia de independência dos filhos em relação à vontade dos pais, do valor da escolha livre e do sentimento como pretexto para a conjugalidade. Não é o facto de se saber que coexistem outros pretextos e condicionantes interferentes no casamento que invalida o sentido global da análise de Durkheim.

Esta análise é, de resto, extremamente fundamentada e minuciosa. Durkheim preocupava-se também em demonstrar como devia funcionar, na sua óptica, a perspectiva científica no domínio da sociologia. Embora seja hoje possível estabelecer distância, quer em relação a conteúdos teóricos substantivos quer a algumas das suas propostas metodológicas, estes textos demonstram as preocupações pedagógicas de um fundador de um domínio científico com os seus protocolos, as suas regras, os seus modos de investigar, de infirmar ou confirmar hipóteses de pesquisa. Há um cuidado extremo, nomeadamente, na tentativa de identificar o que é efectivamente comparável – criticando aqueles voos rasantes, tão frequentes na época, em que se passa da família na Austrália, ao papel da religião e ao lugar das mulheres na Idade Média, às características globais das sociedades europeias – para procurar perceber o lugar dos regimes matrimoniais, os costumes, as leis e os hábitos associados às formas de organização social de cada sociedade referida.

A proposta da passagem da família paterna e patriarcal à família conjugal moderna é fundamentada através da análise comparativa e da discussão de um conjunto substancial de textos sobre direitos e usos matrimoniais, numa profusão de países em diferentes épocas e períodos históricos, com o cuidado de procurar perceber linhas de força, tendências diferenciadoras e de aproximação.

Estabelece-se através desta análise comparativa, por exemplo, que as famílias de tipo germânico (de tipo paterna) eram mais favoráveis a uma certa autonomia dos filhos casados em relação aos ascendentes – nomeadamente pelo facto de tenderem a sair de casa do pai e a fundarem uma família como “comunidade de bens conjugal”, liberta das lealdades ao chefe e patriarca que eram comuns na família romana. E exactamente porque constituíam uma nova unidade “os sentimentos conjugais deixavam de ser neutralizados pelos sentimentos propriamente domésticos, e os bens adquiridos pelo marido e pela mulher, no decurso da sua colaboração, apareciam muito naturalmente como a coisa comum da sociedade dos esposos” (Durkheim, 1892, 1975: 129). Aliás, a ideia segundo a qual o direito romano acaba por contribuir para a maior desigualdade entre homens e mulheres no contexto do casamento e da família associa-se à maior dependência deste tipo de família perante a autoridade do patriarca: “a noção romana de poder marital substitui-se à concepção germânica de *mainbourmié*: o marido torna-se “senhor e mestre” dos bens comuns; ele pode dispor deles “à sua vontade e prazer”; a mulher, ao contrário, foi atingida por uma incapacidade e inferioridade radicais” (Durkheim, 1892, 1975: 130).

Assim, nesta perspectiva, maior igualdade entre homens e mulheres, maior respeito pelos direitos das crianças, eram as características da família germânica paterna que daria mais tarde origem à família conjugal moderna. Já vimos que as transições não foram tão lineares, como Durkheim poderia prever, já vimos também que muitos outros elementos, na esfera da organização da vida social, da religião e da ideologia e mesmo no plano estritamente jurídico contribuem para dar corpo aos códigos que hoje reconhecemos como sendo o das famílias conjugais modernas. Mas os princípios fundamentais que as regem parecem, enquanto “tipo-ideal”, já estarem desenhados nas propostas de Durkheim.

Os indivíduos são mais importantes dos que as coisas

A segunda ideia que importa reter diz respeito à valorização do papel do indivíduo, dos seus interesses e sentimentos. Em oposição à lógica de valorização das coisas – dos bens materiais, do património e da sua concentração e transmissão – Durkheim afirma que a família

conjugal moderna tende a sublinhar a vontade das pessoas. Também aqui não parece ser muito necessário mostrar como ele acerta no sentido global da previsão – os códigos morais contemporâneos assentam exactamente, levando-a às últimas consequências, na afirmação da individualidade e dos sentimentos no contexto familiar e conjugal. As coisas perdem em função das pessoas e dos seus interesses. Durkheim chega mesmo ao ponto de afirmar que o direito sucessório – e a correlativa herança – fica sem o seu fundamento essencial (Durkheim, 1892, 1975: 43-44) e tenderá a desaparecer, já que é a vontade das pessoas e não as imposições da consanguinidade e do “comunismo familiar” que se afirma. O exemplo de alguns países como a Inglaterra onde o direito de testar é, e era já há um século, extremamente livre, servia também aqui de referência.

Será possível encontrar ambiguidades, lacunas, raciocínios talvez demasiado homogeneizadores a propósito do entendimento desta maior liberdade das pessoas em relação às coisas e à problemática da herança, como ainda a propósito de outros aspectos. Talvez desde já se possa até dizer que o primeiro sociólogo da família quando caracterizava as sociedades modernas, tendia por vezes a raciocinar a partir de certos sectores sociais: os sectores urbanos mais modernos em progressão e movimento, sem património, que engrossarão mais tarde as chamadas classes médias. Deixava outros sectores sociais na penumbra. Contudo, novamente, teremos de reconhecer a Durkheim o mérito de sem equívocos mostrar a tendência geral que, no plano das relações familiares, acaba por marcar o século XX: tanto na conjugalidade, como nas relações pais filhos, é o respeito pelos sentimentos, é o acento tónico no afectivo em detrimento da lógica da prestação de serviços que se instala como norma e, portanto, como prática para a qual se tende. Não estará também a afirmação de tal tendência relacionada com a cada vez maior importância dos sectores intermédios, justamente os que eram no início do século portadores de novos valores e práticas?

Onde a modernidade de Durkheim parece ainda mais evidente, olhada da contemporaneidade, é na definição do papel do Estado no contexto das relações familiares. Considera ele que a intervenção do Estado é crescente no interior da vida familiar e que “o Estado tornou-se um factor na vida doméstica”. Afirma ainda que com “a família conjugal os laços de parentesco se tornam totalmente indissolúveis. O Estado, tomando-os sob a sua garantia, retirou aos particulares o direito de os quebrar” (Durkheim, 1892, 1975: 39). Se fizermos o que no cinema se chama um *travelling* e passarmos rapidamente do final do século XIX, quando estas linhas foram escritas, para o final do século XX, vemos que com pretextos

empíricos diferentes o que Durkheim nos mostra é uma mudança fundamental que começava já a esboçar-se na época.

Associada à ideia da maior intervenção do Estado na vida privada está outra igualmente interessante e que vai sendo enfatizada ao longo do século XX: há relação directa entre a maior amplitude na rede de relações do indivíduo – à medida que a lógica fusional do pequeno grupo doméstico e da dissolução no colectivo se esbate e que a divisão social do trabalho se intensifica – e a sua fisionomia própria, a sua maneira de sentir e de pensar, numa palavra, o reforço da sua individualidade (Durkheim, 1892, 1975: 42). Esta ideia parece servir de inspiração, um século depois, a autores contemporâneos. Ocorre de imediato a proposta muito semelhante de Giddens: na modernidade tardia a globalização desenvolve-se, em simultâneo, com a intensificação dos processos de reforço e de intervenção sobre a identidade pessoal (Giddens, 1991).

Mas voltemos a Durkheim. Em que reside e como fundamenta ele este novo papel do Estado? O autor ilustra a sua ideia quando refere a necessidade de intervenção estatal a propósito, por exemplo, da protecção dos órfãos, ou da limitação à intervenção dos pais quando eles excedem certos limites¹⁰ (Durkheim, 1892, 1975: 38). E defende que os laços de parentesco são indissolúveis, porque doravante há normas – direitos e deveres -- que regem o contrato específico que é o casamento e a filiação¹¹, não podendo ninguém que se tenha submetido a essas normas subtrair-se a elas. Enquanto na família patriarcal o poder do pai não tem limites porque, teoricamente, será sempre em nome do colectivo e do interesse “privado” do grupo familiar que ele agirá, na família conjugal moderna, liberta das amarras do parentesco e de interesses particulares do grupo familiar que se imponham à vontade das pessoas, deve estar a cargo do Estado a regulação dos interesses, a protecção dos mais frágeis. Neste sentido é esclarecedora a expressão que Durkheim utiliza: “É o Estado que, na pessoa do magistrado, preside ao conselho de família”. No fundo trata-se de uma extensão da ideia de solidariedade orgânica, numa sociedade cada vez mais diferenciada e regulada por normas gerais e abstractas e menos pela indiferenciação e pelos particularismos.

¹⁰ Durkheim desenvolve a crítica ao papel e ao poder excessivo do pai em formas familiares anteriores através de um conjunto de textos em que analisa as modalidades de regulação do contrato de casamento numa perspectiva histórica. Particularmente interessantes são as comparações entre direito germânico e românico sobre a definição dos direitos e deveres dos membros da família, as regras da separação dos sexos e as modalidades de regulação do casamento. Apesar das grandes transformações ocorridas no decurso do século XX ainda persistem marcas dessas antigas diferenças

¹¹ No livro *A Divisão do Trabalho Social* Durkheim define de forma particular a especificidade da natureza contratual do que ele chama o “direito doméstico” (Durkheim, 1893, 1977: 238).

Trata-se de uma ideia completamente inovadora quando aplicada à família na época citada, que só muito mais tarde virá a ser retomada. Durante a maior parte do século XX, como veremos, as perspectivas de “privatização” da família que tendem a acentuar a existência de esferas separadas, pública e privada, com lógicas inteiramente diferenciadas e nunca interpenetráveis acabam por ser largamente dominantes. É apenas a partir dos anos 60 e mais claramente dos anos 80 -- com a crise do Estado-Providência, com a necessidade de regulação dos direitos e deveres no pós-divórcio -- que uma nova visão sobre as relações entre família, vida privada e Estado se torna de novo evidente.

Na verdade, o papel do Estado em relação à família é vincado nos finais do século XX. Cada vez mais se faz sentir esta mudança dupla e paralela: à medida que aumenta a liberdade de acção e se acentua a afirmação da individualidade no contexto da família, maior é, simultaneamente, a capacidade de intervenção do Estado. Esta faz-se sentir quer na defesa do que se vai considerando ser, a cada momento, o respeito pelos direitos elementares dos indivíduos no contexto privado, quer de forma correctiva e compensadora de desequilíbrios de poder existentes no contexto das relações familiares. As decisões do tribunal a propósito, por exemplo, do trabalho infantil, instigado, por vezes, pela família; as situações de regulação do poder parental em caso de divórcio; a limitação ou mesmo interdição do exercício do poder parental no caso das maus tratos às crianças; a interdição e a criminalização da violência conjugal; a batalha para tentar levar à prática o que em teoria está há muito definido -- a igualdade de direitos entre homens, mulheres e crianças -- constituem exemplos da intervenção mais intensa do Estado na esfera de acção do grupo doméstico. Como diria Durkheim, trata-se de um cada vez maior afastamento do império da consanguinidade, das lógicas da natureza, do instinto e do biológico, a favor da esfera das normas gerais, universais e da cultura de uma época.

Como se referiu existem naturalmente fragilidades nas suas propostas quando olhamos “olimpicamente” para elas um século depois. Mas o que motiva as referências à sua obra é o facto de a reflexão sobre o que se mantém actual e o que não se adequa ao presente na perspectiva Durkheimiana continuar a constituir importante fonte de aprendizagem.

Consideremos, agora, apenas de forma muito breve, os problemas que mais directamente se relacionam com a análise da conjugalidade, sem deixar de notar outras dificuldades. Abordaremos, depois, um pouco mais pormenorizadamente, a questão das mulheres.

Quanto ao problema da indissolubilidade da família e da “quase indissolubilidade” do casamento, a posição de Durkheim é, pelo menos, equívoca. Ele refere que os laços de parentesco são indissolúveis exactamente a partir do momento em que o casamento deixa de ser um acto privado para vir a ser um contrato “específico” e público, regulado juridicamente, passando o Estado a funcionar de forma supletiva sempre que os indivíduos não assumam as suas responsabilidades. Não se percebe, então, por que razão o casamento tende a ser indissolúvel. É que o facto de haver deveres e direitos implícitos no contrato de casamento faz prever as sanções específicas do não cumprimento desses deveres podendo, portanto, implicar a respectiva dissolução. Será por isto talvez que Durkheim fala em “praticamente indissolúvel”. Mas não deixa de se estranhar o acento tónico que parece estar mais no “indissolúvel” do que no “praticamente”, isto quando o próprio sociólogo sugere a valorização do indivíduo e dos seus interesses. Não será que também na altura haveria situações em que os interesses individuais estariam, em determinadas circunstâncias, contra a indissolubilidade do casamento? Sabe-se no entanto que, enquanto cidadão, Durkheim esteve contra o divórcio por mútuo consentimento, argumentando com o interesse das crianças (Singly, 1993: 15). A ideologia parece aqui sobrepor-se, impedindo de levar às últimas consequências aquilo que decorria das posições tomadas a partir do lugar da sociologia. São contradições compreensíveis se nos situarmos no espírito da época.

Mas não podemos deixar de referir que muito poucos anos depois, em Portugal, o divórcio por mútuo consentimento – o qual em rigor só pode ser entendido como o contraponto lógico do contrato conjugal, que deve cessar quando as partes deixarem de nele estar pessoalmente envolvidas e interessadas - seria aprovado imediatamente após a implantação da República em 1910 (Torres, 1996). Mas à parte esta originalidade portuguesa, que acaba sendo posta em causa depois de 1926, o sentido da evolução do direito em todos os países ocidentais foi, até aos finais do século XX, exactamente no da legalização do divórcio por mútuo consentimento. Tal como Durkheim também afirmara, no contexto da conjugalidade o interesse das pessoas deve, tendencialmente, prevalecer sobre as lógicas institucionais.

Do mesmo modo as considerações de Durkheim sobre a união de facto, adequadas à época, ficam historicamente ultrapassadas quando olhadas a partir da contemporaneidade. As situações de união de facto eram julgadas imorais porque a não publicitação e legalização dessa forma de conjugalidade corresponderia à recusa do cumprimento de um conjunto de deveres e direitos que Durkheim considerava fundamental assegurar quer na relação homem mulher, quer quanto aos descendentes (Durkheim, 1892, 1975: 48). Percebe-se bem que era

no sentido da protecção dos mais desfavorecidos no contexto familiar que se fundamentava este ponto de vista. Mas era difícil, senão impossível, para o sociólogo, prever o facto de estas situações poderem vir a ser vividas de forma menos dramática e anómala, como sucede actualmente em diversos países, sem pôr em causa os direitos e deveres dos envolvidos e dos mais frágeis. Com efeito, o tal papel supletivo do Estado que tão bem foi previsto, associado à maior igualdade entre homens e mulheres, permite hoje que os direitos dos filhos sejam preservados mesmo nas situações de união de facto. A concepção actual prevê, assim, maior liberdade individual, sem descuidar os deveres e as responsabilidades contraídas em relação a terceiros em situações não paritárias.

A união de facto em muitos países europeus funciona, por outro lado, já não de forma supletiva em relação ao casamento, mas como prelúdio ou fase experimental antes da fundação da família. Na verdade, em França, na Bélgica ou na Suíça, por exemplo, a coabitação tende a ser prévia ao casamento o qual surge, em geral, com o nascimento do primeiro filho, verificando-se assim uma combinatória entre um experimentalismo inicial e a posterior conformidade com a regulação institucional.

Em Portugal, tal como nos outros países da Europa do Sul, a situação assume alguns traços particulares que não deixam de mostrar, provavelmente, os tais receios de ausência de cumprimento de direitos e deveres que também contribuíram para que Durkheim considerasse a união de facto imoral. Também aqui o casamento sem papéis, quer como forma de entrada para a vida conjugal, quer como situação permanente, é pouco utilizado. Tal situação é susceptível de ser explicada por certas marcas de conservadorismo e tradicionalismo que se podem traduzir no receio e retraimento face a situações não reguladas pela lei ou pela Igreja católica. Estes receios serão tanto maiores quanto menor for a capacidade de afirmação e de autonomia dos indivíduos. Na verdade, é justamente nos sectores sociais com mais altos níveis de escolaridade onde se encontra a maior proporção de pessoas a viver em união de facto no nosso país (Torres, 2000).

O que era também difícil para Durkheim prever, a um século de distância, era esta capacidade que os actores sociais têm de combinar, adequar e até de manipular as instituições, situação que, entre outras condicionantes, decorre do acréscimo de liberdades e direitos individuais que o sociólogo, por outro lado, previra. O casamento não se tornou indissolúvel. Tornou-se antes menos institucional, mais relacional e surgiram, como se viu, novas modalidades legais que permitem afirmar deveres e direitos em relação aos mais desprotegidos sem recorrer, necessariamente, ao contrato conjugal. As relações de afinidade e até as de parentesco, pela mesma razão do maior papel da regulação pública que Durkheim

salientara poderão, em certas circunstâncias, sempre que interesses fundamentais dos envolvidos estejam ameaçados, ser dissolúveis¹². E no mesmo sentido teremos de concluir, como o primeiro sociólogo da família, que são as pessoas, a natureza e a qualidade das relações que tende a sobrepor-se ao império das coisas.

A desvalorização do papel da herança

Outro aspecto saliente da perspectiva do autor é a sua posição perante a herança. Aqui o sentido das posições de Durkheim é exactamente o inverso da que se referiu anteriormente. Ele vem anunciar a tendência clara para a extinção de uma instituição que, pelo contrário, persistiu, segundo velhas e novas formas, ao longo do século XX. Talvez aqui fosse mais a perspectiva igualitária do socialista não marxista e a sua própria situação social que conduziram Durkheim a transformar um desejo em previsão sociológica. Provavelmente terá igualmente pesado nesta prospectiva uma certa tendência para pensar a evolução e a transformação social como um processo de vector único e menos como um conjunto de combinatórias. De qualquer modo torna-se fácil, um século depois, apontar onde falharam as previsões do autor.

A propósito da questão da herança e do papel da família e do casamento nesse processo, poderemos localizar, no decurso do século XX, fenómenos de diferente natureza. Por um lado, se os segmentos sociais sem património – terra, capital – cresceram de forma muito substancial, isto não significou, por outro, que os que o detêm não tenham até aumentado essa riqueza através de lógicas de concentração. O papel de estratégias familiares complexas, em que a herança está incluída, no sentido de manter esses bens no âmbito e domínio da família e de os aumentar, foi e continua a ser central na construção de autênticas dinastias familiares. Como é lógico, nem sempre se consegue ter êxito nesse empreendimento. Mas a racionalidade económica tende a impor-se e a impor essas estratégias de concentração, que também passam pela herança.

Quanto à tendência para a liberdade de testar que, segundo Durkheim, tenderia a generalizar-se, conduzindo assim à relativa periferização da lógica da concentração da herança nos familiares directos, não só ela não se expandiu da forma prevista nos países que já tinham alguma tradição, como também não tendeu a ser adoptada nos que a não tinham.

¹² Dizemos dissolúveis porque é de prever que no futuro também possa reforçar-se a recusa de laços de filiação quer pelo lado dos pais quer pelo lado dos filhos. Os casos já existentes de filhos que pedem a separação dos pais podem constituir exemplo de uma tendência que poderá vir a ser mais frequente no futuro. Não será esta uma das soluções possíveis para situações de abuso sistemático e de maus-tratos?

As lógicas da herança permaneceram firmemente agarradas às lógicas familiares. Por outro lado, aumentaram também as oportunidades – embora muito menos do que uma certa propaganda do capitalismo popular poderia fazer supor – para a criação de fortunas rápidas, que se tenta manter e reconverter através dos mesmos processos.

Há ainda a questão da reconversão dos patrimónios e da transformação dos capitais herdados ou a herdar, devidas à mudança socioeconómica. Por exemplo, fortunas que no passado se concentravam em terra e património imobiliário podem vir a transformar-se na segunda ou terceira geração apenas em capitais escolares e culturais. Mas estes, como Bourdieu muito bem mostra, são também reconvertíveis em capital económico. Pelo que a herança assume hoje modalidades variadas, embora, em geral, se reconduzam à lógica de reprodução e transmissão geracional de pais para filhos. Até a casa própria pode constituir um bem relativamente importante a transmitir aos filhos, quando escasseiam outras dimensões do património. Em última análise, a simples herança de um nome pode ser susceptível de constituir importante elemento diferenciador no acesso a certo tipo de recursos. Durkheim, como F. de Singly (1993: 13) afirma, sentia-se despossuído de capitais a transmitir aos seus herdeiros, o que talvez tenha contribuído para a previsão de um desaparecimento tão rápido do instituto da herança.

Durkheim parece manifestar alguma dificuldade em captar os acertos, as manipulações dos actores sociais em relação aos constrangimentos ou condicionamentos sociais, para além da sua previsão das grandes tendências pesadas. E esta dificuldade reside, fundamentalmente, num problema epistemológico central, que hoje se reconhece ao positivismo e que resulta da tentativa sistemática de demonstrar a exterioridade dos factos sociais, de fundar uma ciência “empírica e autónoma”, liberta da subjectividade, das interpretações individualistas da psicologia. Assim se desvalorizam relativamente, do mesmo passo, as acções e as interacções dos actores sociais. A capacidade de analisar em simultâneo, quer os constrangimentos sobre as práticas sociais quer a importância autónoma dos sujeitos dessas práticas, capacidade que permitiria ver tendências centrais, mas também diversidade em relação à média, composição, reconfiguração e combinatórias – só foi possível através da longa caminhada da sociologia no século XX, de que Durkheim foi, juntamente com Marx e Weber, um dos pioneiros.

Mas ainda quanto à herança há, apesar de tudo, um aspecto da sua perspectiva que permanece válido e actual. Na verdade, hoje em dia é difícil a alguém esperar pela herança a receber – pelo menos, sem demonstrar as suas capacidades de gestão futura dessa própria herança – para organizar a sua vida adulta ou viver em função dela. As transformações

socioeconómicas no século XX, não tendo posto em causa o papel das diversas modalidades de herança no plano da reprodução social, produziram, pelo menos, um efeito de esbatimento da sua anterior relevância. Se assim é no plano dos factos, não faltaram formulações teóricas, mesmo do insuspeito lugar da sociologia funcionalista norte-americana do segundo pós-guerra, a denunciar a ilegitimidade da riqueza herdada por contraponto àquela que o trabalho do próprio permita gerar.

Vale a pena terminar com uma referência breve a uma questão que ilustra algumas ambiguidades da abordagem de Durkheim, mas cuja discussão suscita problemas interessantes. Entendia ele que o casamento e a filiação, com as transformações das sociedades modernas, deixavam de representar um fim em si mesmo, isto é, já não cumpriam o papel necessário do “transcendente” – alguma coisa que está para além e depois de nós e pela qual faz sentido viver. Esse papel iria ser desempenhado pela pertença a um grupo profissional. Vejamos como.

Por um lado, o pressuposto de partida era que o “indivíduo não é, para ele próprio, um fim suficiente” (Durkheim, 1892, 1975: 45). Por outro, viu-se que achava que a transmissão hereditária, embora constituísse um objectivo transcendente, tinha tendência a desaparecer. E quanto ao bem-estar doméstico, ele deixava igualmente de ser objectivo de investimento e de sentido suficiente, visto que a “sociedade conjugal” se desfaz com a morte de um dos cônjuges. Assim, seria necessário encontrar algum objectivo transcendente, de continuidade, que se substituísse às finalidades que até aí pareciam ter cumprido essa função. Como o bem social, genericamente entendido, se torna para a maioria um objecto demasiado distante e abstracto, o grupo profissional parecia tender a desempenhar esse papel. Com efeito, ele cumpre a função de ultrapassar os próprios indivíduos e está, além disso, suficientemente próximo para permitir a identificação e a busca de sentido transcendente. Na noção de obra feita que perdura para além de nós e através da qual tecemos laços de pertença a alguma entidade mais vasta, se cumpriria um papel ontológico.

Esta proposta mostra com bastante clareza alguns dos problemas já apontados. Parece hoje evidente que o casamento e a família não perderam a capacidade de representar formas de investimento e de sentido transcendente muito importantes, porventura ainda intensificadas em relação ao passado.

No plano familiar, concentrou-se esse investimento num número bem mais reduzido de filhos e, muitas vezes, numa forte aposta no sentido da mobilidade social destes, de forma a “transcenderem” os pais. No plano relacional e amoroso verifica-se um sobreinvestimento

conduzindo inclusivamente a que, nos sectores sociais em que isso é possível, a relação conjugal se mantenha apenas enquanto dá garantias de recompensa e satisfação. O sentido transcendente pode, para o bem e para o mal, ter sido transferido para a meta da relação ideal, tornando-se para alguns numa busca contínua e incessante. Aliás, a própria impossibilidade de controlar esferas da vida social em que os indivíduos estão envolvidos – o trabalho e a sua precariedade, é uma delas – pode tender a transformar a vida íntima e privada num local de sobreinvestimento, exactamente porque aí se tem, ao menos, a ilusão de proximidade e controlo.

O grupo profissional, em contrapartida, não parece destinado a cumprir o papel que Durkheim tinha pensado. Constituindo, certamente, um dos vários círculos de pertença dos indivíduos, desempenhando um papel genericamente importante do ponto de vista identitário, este tipo de grupo não parece, no entanto, apresentar-se como especialmente relevante no plano da transcendência, se quisermos levar a sério a centralidade que Durkheim atribuía a este conceito de natureza filosófica e que, na linguagem sociológica contemporânea, se traduziria, eventualmente, na noção de projecto.

A pertença a um grupo profissional pode ser uma das diferentes fontes de mobilização dos indivíduos mas não parece nem substituir-se a outras, nem desempenhar sempre um lugar de especial realce. Esta é uma das questões em que o autor tendeu a apostar demasiado num vector da transformação social, perdendo o sentido da complexidade e das combinatórias possíveis. As questões do sentido, da transcendência, da identidade, permitem mostrar, aliás, que o sentido da mudança resulta de apostas múltiplas, como forma de enfrentar a incerteza, e não da excessiva concentração de desejos, expectativas e projectos numa única dimensão da vida social.

2. 3 Simmel, a sociologia da família e do casamento

Já sabemos como as análises teóricas de Simmel e Durkheim radicam em posições e pressupostos epistemológicos inteiramente diferentes. O que no segundo é inspiração positivista, defesa da proximidade entre ciências da natureza e ciências sociais, procura de um conhecimento objectivo da realidade, no primeiro é uma visão mais relativista da irreducibilidade da realidade ao saber, tão cara aos neo-kantianos, com a sua afirmação da especificidade das ciências da cultura ou do espírito.

Apesar dessas diferenças, no entanto, encontramos objectos de reflexão partilhados pelos dois autores e até preocupações e posições idênticas a propósito de certos temas. Na verdade, é interessante verificar como, há precisamente cem anos atrás, a temática do casamento e da questão feminina parecia mobilizar a atenção dos pensadores da época. Assim, enquanto Durkheim analisa pormenorizadamente os argumentos do livro de Westermarck *The history of Human Marriage*, editado em 1891 e traduzido para francês, distanciando-se de várias das suas conclusões¹³. Simmel, por seu turno, integra a extensa informação desenvolvida nessa obra num texto intitulado *On the sociology of the family*, publicado em 1895 (Durkheim, 1895, 1975: 70-92; Frisby, 1998; Simmel, 1895, 1998).

Nesse artigo, Simmel utiliza muitos dos exemplos do estudo de Westermarck sobre as origens do casamento e do casamento por rapto, no qual se conclui a dado passo “a mulher já não é propriedade do marido e, de acordo com as ideias modernas, o casamento é, ou deveria ser, um contrato baseado na perfeita igualdade entre os sexos; a história do casamento humano é a história de uma relação em que as mulheres têm vindo gradualmente a triunfar sobre as paixões, os preconceitos e os interesses egoístas dos homens” (Frisby, 1998: 279). Posição semelhante é assumida por Simmel em a *Filosofia do Dinheiro*, onde também desenvolve a sua perspectiva sobre o casamento, a família e a emancipação feminina.

Mas vale a pena fazer um parêntesis para um breve comentário. Os textos dos clássicos da sociologia a que se fez referência, escritos curiosamente no mesmo ano (1895), abordam nos seus preâmbulos a sociologia e os sociólogos. Um século mais tarde, tais preâmbulos suscitam um interesse particular. Durkheim, ao comentar o livro de Westermarck, elogia a seriedade do autor, nomeadamente a partir da exaustiva recolha de informação em que se baseia, servindo-se desse elogio para criticar todos os sociólogos “improvisados” que desprezam a informação empírica sistemática e cuidadosa para abordar os problemas científicos, “numa época onde a voga crescente e, talvez demasiado rápida, dos estudos sociológicos, faz eclodir por todos os lados vocações apressadas que a impaciência do sucesso, o desejo de responder imediatamente às exigências e preocupações das pessoas, tornam demasiado frequentemente indiferentes à circunspecção científica.” (Durkheim, 1895, 1975: 70). Problemas que, como vemos, não são exclusivos do nosso tempo...

¹³ Sem ser agora necessário retomar a argumentação de Durkheim, pode lembrar-se que uma das suas principais críticas a Westermarck se baseia no facto de considerar que este explica fenómenos sociais por factores psicológicos, violando a regra de “explicar o social pelo social”.

Em contrapartida, Simmel sugere que as novas disciplinas, como a sociologia, se confrontam frequentemente com o problema de terem fronteiras demasiado permeáveis, sendo por vezes confrontadas com um conjunto de questões de ordem moral, política ou ética que, na realidade, as transcendem. A sociologia, durante um tempo, diz Simmel, “pareceu ser a palavra mágica que poderia oferecer solução para todos os enigmas tanto da história como da vida prática, da moral como da estética, da religião como da política” (Simmel, 1895, 1998: 283). O autor sugere depois que importa, um pouco no mesmo sentido de Durkheim, especificar teorias mais modestas, de modo a delimitar os problemas a que se quer responder. Considerando que há várias modalidades possíveis de conceber as tarefas fundamentais da sociologia, ele próprio propõe que ela deve constituir-se como “a investigação das formas através das quais os homens são socializados¹⁴ e que mostram a mesma essência e a mesma evolução através da multiplicidade dos objectivos e dos conteúdos em torno dos quais se cristalizam as sociedades” (Simmel, 1895, 1998: 283).

Dois comentários diferentes que remetem para a visibilidade da sociologia nesse final de século XIX, para os debates mais ao menos apaixonados que ela poderia suscitar, quer quanto aos seus procedimentos, quer quanto aos resultados obtidos, e, em particular, para a popularidade de temáticas como a da família, do casamento e das mulheres, que continuam a constituir cem anos depois, inevitável tema de discussão. Talvez hoje o ambiente seja mais céptico em relação à disciplina e os debates menos apaixonados, mas os temas, com as especificidades induzidas pela contemporaneidade, esses aí estão de novo, a suscitar reflexão e resposta. Não deixa também de ser curioso notar a preocupação plenamente actual, partilhada aliás pelos dois autores apesar das posições teóricas e epistemológicas que os separam, em demarcar a perspectiva científica da sociologia de visões demasiado abrangentes, sem referente teórico e sem aferição empírica.

Voltando a Simmel, vale a pena dar conta brevemente das suas posições fundamentais, insistindo apenas em aspectos aparentemente mais relevantes. No texto sobre sociologia da família, a que já se fez referência, as suas posições resultam claras. Em primeiro lugar, parece-lhe fundamental afirmar que a variedade de formas de relacionamento entre homens e mulheres, ao longo dos tempos, está associada a “circunstâncias históricas específicas” e não decorre de uma evolução simples e linear a partir de um estado primitivo e originário. A preocupação principal é, assim, mostrar a diversidade das situações e das

¹⁴ Em inglês o termo usado é *sociated*. Utilizamos para a tradução, além do texto em inglês mencionado, uma versão francesa desse mesmo texto (Simmel, 1988: 27, 28).

conjunturas históricas, defendendo que não houve necessariamente um princípio pré-histórico comum nas formas de regular as relações conjugais e familiares (Simmel, 1895, 1998).

A relação mais estável ao longo do tempo não seria a que se estabelece entre homens e mulheres, mas a que associa mães e filhos. Depois de mostrar que o surgimento da propriedade privada terá permitido a individualização da relação pai/filho através do desejo de transmissão do património, Simmel vem afirmar, em consequência, o carácter recente dessa relação: “o conceito de pai teve de sofrer um longo desenvolvimento a partir do seu sentido original, que incluía apenas a posse da criança através da posse da mãe, até poder desenvolver-se no de uma relação directa e individual entre o progenitor e a criança” (Simmel, 1895, 1998: 289). Comentário interessante, que faz lembrar como ainda hoje a relação entre pai e filhos, não mediada pela mãe, parece um fenómeno recente e que se torna mais notório, aliás, com as situações de ruptura conjugal.

A propriedade privada estaria também na origem da valorização da monogamia e da fidelidade feminina no casamento, enquanto meio de garantir a transmissão do património a filhos legítimos. E a partir desta decorre outra evolução importante: “o que foi a causa para a espécie é um efeito para o indivíduo; foi apenas a validade da monogamia, que surgiu a partir de circunstâncias económicas e políticas, que trouxe para o primeiro plano os sentimentos específicos do amor e da fidelidade para a vida; e agora, inversamente, a emergência deste sentimento constitui o ímpeto para o indivíduo se casar.” (Simmel, 1895, 1998: 290).

A mesma inversão se verifica em relação aos sentimentos perante os filhos. Se de início terá sido a necessidade de garantir certa estabilidade e coesão para a melhor sobrevivência das crianças que esteve na base da manutenção de relações conjugais mais duradouras, essa continuidade ter-se-á traduzido, posteriormente, nas relações de afecto e no sentido de projecção na geração seguinte, o que assegura, simultaneamente, a continuidade social.

Estas ideias, em particular as que se relacionam com a evolução do casamento e o estatuto das mulheres, estão ainda mais desenvolvidas no livro *Filosofia do Dinheiro*. Simmel afirma que aquilo que parece hoje estranho, o casamento por compra das mulheres, constitui na época uma evolução, na medida em que significou o assumir de um conjunto de regras e prescrições que protegiam as mulheres. Mas, mais importante do que isso, ao impor esforço e sacrifício para garantir a posse da mulher através do pagamento em espécie ou dinheiro, essa regra de acesso ao casamento acaba por criar o amor ao “objecto” possuído (Simmel, 1898, 1988: 47-91). Vê-se aqui novamente a ideia da causa que se torna em

consequência e a preocupação de procurar reconstituir as condições sociais que explicam certo tipo de configurações, fugindo de explicações naturalistas.

A explicação da passagem do casamento por compra ao casamento com dote é igualmente elucidativa do esforço de captar as circunstâncias sociais que teriam contribuído para que se processasse tal transformação. No contexto do casamento por compra a mulher é considerada um objecto, uma espécie particular de animal de trabalho, um “bem” que passa da família de origem para o marido que a adquire. Este tipo de situação seria mais frequente quando a divisão do trabalho entre os sexos não era ainda muito nítida, participando as mulheres na actividade produtiva. Assim se compreenderia melhor, aliás, que o casamento de uma filha representasse perda de mão-de-obra para a família de origem, apenas compensável pela “compra” da jovem. O valor acrescentado das capacidades reprodutivas femininas só vem ainda acentuar as vantagens, para o marido, da aquisição. De facto, aqui parece estar completamente em uso a lógica da mulher como mercadoria (Simmel, 1898, 1988: 47-67).

A passagem do casamento por compra para o casamento com dote processa-se, na perspectiva de Simmel, porque as circunstâncias sociais mudam. Quando a economia perde o seu carácter familiar e se desenvolve a economia monetária, acentua-se a divisão do trabalho entre os sexos, ou seja, entre trabalho doméstico não directamente produtivo e trabalho para o mercado, assumindo os homens praticamente a exclusividade do trabalho exterior. Nesta medida, as mulheres deixam de ter valor produtivo, passando, a partir do casamento, a constituir para os homens um “encargo”. O dote da família da noiva funciona, assim, como forma de atenuar essa despesa futura. A separação das esferas masculina e feminina, a desvalorização monetária do trabalho doméstico no contexto de uma economia mercantilista, estão associadas a novos regimes matrimoniais.

Vemos então uma relação inteiramente próxima, muito mais ainda em Simmel do que em Durkheim, entre estatuto e situação das mulheres e formas de organização de vida familiar e conjugal. Independentemente de maior ou menor concordância com as propostas substantivas de Simmel, o que importa realçar é o facto de ele procurar, numa perspectiva sociológica, reconduzir as condições sociais que geram estas ou aquelas configurações. É um esforço que, na linguagem de Durkheim, poderíamos classificar como de explicação do social pelo social. O livro *Filosofia do Dinheiro* revela enorme acutilância de análise, mostrando com crueza e clareza o papel de objecto de troca e de força de trabalho produtivo e reprodutivo que foi, durante muito tempo, destinado às mulheres.

Mas não é sempre do mesmo lugar sociológico que no texto referido, ou mesmo noutros, Simmel discorre sobre a condição feminina. Na verdade, ao reflectir sobre as diferenças entre os sexos, coloca-se essencialmente numa posição ontológica já que propõe a distinção entre “feminino” e “masculino” a partir da definição de essências. Desloca-se assim, neste contexto de aplicação, a análise sociológica para a definição ontológica. Não seria problemático discutir no último terreno, se não se desse o caso de as definições ontológicas serem imunes à aferição empírica, o que apenas torna possível a sugestão de definições alternativas do “ser”. Mas vejamos para já dois exemplos, entre muitos outros possíveis, das posições de Simmel sobre as diferenças entre os sexos.

O primeiro surge ainda em *a Filosofia do dinheiro* e refere-se ao problema das diferenças entre homens e mulheres a propósito da sexualidade. Com efeito, dos argumentos aí expostos destaca-se claramente a ideia de uma natureza feminina específica e inteiramente diferenciada da do homem. Ilustra-o, por exemplo, a seguinte passagem: “ (as mulheres) ligadas mais estreitamente e mais intensamente do que os homens ao fundo primordial, obscuro, da natureza, o essencial da sua personalidade está ancorado muito mais solidamente nas funções eminentemente naturais e universais que garantem a unidade da espécie” (Simmel, 1898, 1988: 58). Esta diferenciação mostra-se ainda no facto de as mulheres serem em essência uma totalidade, encontrando-se todos os seus diferentes aspectos intimamente fundidos no seu ser a partir “dos afectos, vontades e pensamentos incluídos”. Portanto, a mulher é verdadeiramente o “ser”, totalidade com uma unidade psíquica mais indistinta, enquanto o homem é “devir”, ser dividido mas muito diferenciado, racional e distante dos fundos obscuros da natureza (Fernandes, 1993).

Estas diferenciações têm como consequência duas posturas inteiramente distintas de homens e de mulheres perante a sexualidade. Enquanto estas no relacionamento sexual entregam todo o seu ser, eles entregam apenas uma ínfima parte. É também a partir deste critério básico que Simmel referencia as diferenças entre os sexos perante a prostituição e justifica a maior condenação social a que o adultério feminino é votado. Trata-se assim de uma visão fundamentalmente essencialista e naturalista a que distingue o masculino do feminino. Perdem-se aqui as referências às circunstâncias sociais que contribuíam, por exemplo, para explicar as diferentes modalidades de casamento.

O mesmo tipo de visão orienta as posições de Simmel sobre a cultura feminina. Ao especificar melhor as diferenças entre os sexos, respondendo, entre outras questões, ao problema da emancipação feminina, o autor alemão sustenta que só existirá verdadeiramente emancipação se as mulheres afirmarem a sua cultura própria, que se caracteriza pela

oposição total à cultura existente. Esta última é masculina, porque é objectivada e assenta na essência racionalista e dispersa do masculino. Essa especificidade da cultura feminina, dotada de maior proximidade das emoções, dos sentimentos e da subjectividade tem enormes vantagens em certas profissões e áreas do saber, mas torna-se simultaneamente imprestável para outras. Na medicina e na história, por exemplo, Simmel considera que a alma feminina, capaz de empatia e de capacidade de entendimento das paixões humanas, se revela particularmente útil (Simmel, 1902, 1988: 69-91).

Aparecem acentuadas assim as diferenças entre os sexos, tal como o fazem, aliás, certas correntes feministas actuais. Mas, em vez de considerar que essas diferenças decorrem de aprendizagens e de circunstâncias históricas e sociológicas, assenta-as o autor na alma feminina, entrando em territórios que não se prestam à comprovação empírica e que se afastam da pesquisa sociológica. Será que há uma alma feminina e outra masculina? O sexo da alma não aparece todos os dias desmentido por proximidades intersexos e por distâncias intrasexos? São territórios em que as questões suscitam respostas em que não se pode separar as verificações fácticas dos seus contextos explicativos.

Ninguém duvida, no entanto, e a pesquisa sociológica tem-no confirmado, que as mulheres estejam, de forma global, mais habilitadas para o desenvolvimento de tarefas relacionais, para as quais, ao longo de séculos de história, têm desenvolvido competências superiores às dos homens, competências treinadas, por exemplo, nos cuidados com as crianças e na atenção às necessidades dos outros. Mas o que os últimos cem anos demonstraram foi exactamente que o facto de terem essas competências não significa que elas estejam inscritas no seu ser biológico nem que, por outro lado, não possam desenvolver outras, tal como os homens podem e têm desenvolvido mais competências para cuidar e proteger. A entrada das mulheres em todos os territórios masculinos, com sucesso, está bem patente no final do século XX. Um exemplo, entre muitos, é a existência de percentagem maioritária de mulheres nos cursos superiores em toda a União Europeia, mostrando que não há zonas interditas ou impenetráveis à “natureza feminina”. É que não se trata de um problema de natureza, trata-se de contextos diversificados de aprendizagens, de socialização, de cultura.

Parece inteiramente justa, em contrapartida, a preocupação de Simmel ao sublinhar as vantagens do que ele considera ser a “cultura feminina”, se a entendermos como procura de atingir a totalidade, ou como vontade de mostrar que, na vida social, para além das dimensões racionais importa também ter em conta as emocionais, sendo ambas faces de uma mesma moeda que se traduz na palavra “pessoa”. Não se trata é, evidentemente, de atributos

inscritos na natureza ou na alma feminina, mas de competências dos seres humanos. Por razões históricas, de divisão do trabalho, de funções e de papéis, as mulheres terão desenvolvido mais essas competências. A procura de zonas de complementaridade entre emoção e razão têm constituído, aliás, como se sabe, crescente objecto de pesquisa, em particular no âmbito da neurobiologia (Damásio, 1994).

Podemos considerar ainda os avanços feitos pelas mulheres nos territórios ditos masculinos como revelações, pela positiva, da capacidade de “misturar mundos” e quebrar antigas barreiras. Também pela negativa se pode ver que certas situações ultrapassam largamente o problema dos atributos do masculino ou o do feminino, para se relacionarem com circunstâncias económicas, culturais ou simbólicas. A prostituição masculina, por exemplo, mostra que a questão não é a de uma particular degradação da alma feminina, porque as mulheres teriam uma posição essencialmente diferente dos homens perante a sexualidade, mas que se trata de situações genéricas de compra ou venda de serviços que atingem quem os presta, ou quem os procura, independentemente do seu sexo.

As observações críticas, como aliás já foi referido a propósito de Durkheim, tornam-se fáceis cem anos depois de estes textos terem sido escritos. É inequívoca, em todo o caso, a importância do contributo de Georg Simmel para a sociologia e, nomeadamente, para as questões do casamento, da família e do estatuto das mulheres. Ele tematizou aspectos inovadores, abordou e questionou a realidade social do seu tempo de modo produtivo e fecundo.

AULA 2 Bibliografia de referência

- Almeida, J. Ferreira de, F. L. Machado, L. Capucha, A. C. Torres (1994) *Introdução à Sociologia*, Universidade Aberta.
- Andersen, Michael, (1984), *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*, Lisboa; Editorial Quercus.
- Ariès, Philippe (1973), *L'Enfant et la Vie Familiale dans L'Ancien Regime*, Paris, Seuil.
- Beck, Ulrich, (1992) *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Sage Publications.
- Casey, James, (1989) *História da Família*, Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Durkheim, Emile (1975), *Textes, Fonctions sociales et institutions*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Durkheim, Émile (1977, 1893), *A divisão do trabalho social I*, Lisboa, Editorial Presença.
- Frisby, David, “Introduction to Georg Simmel’s ‘On the sociology of the family’”, in Mike Featherstone (org.) (1998), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on *Love and Eroticism*, Volume 15, nº 3-4.

- Leandro, Engrácia, (2001) *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta, pp-53-68,119-125
- Simmel, Georg, "Sociability" (1964, 1917), in, Kurt Wolff (org.), *The Sociology of George Simmel*, Glencoe, Illinois, The Free Press of Glencoe.
- Simmel, George (1988), *Philosophie de l'amour*, Paris, Petite Bibliothèque Rivages.
- Simmel, Georg (1998), "On the Sociology of the family", in Mike Featherstone (org.), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on *Love and Eroticism*, Volume 15, 3-4.
- Shorter, Eduard (1975), *Naissance de la famille moderne*, Paris, Éditions du Seuil.
- Torres, Anália Cardoso (2001), *Sociologia do Casamento*, Celta Editora, Oeiras, pp. 10-34.

AULA 3

Sumário

Burgess, Parsons e Goode

- 3.1 Da instituição ao companheirismo: a proposta de Burgess.
- 3.2 Parsons e o sacrifício das mulheres casadas
- 3.3 Goode: comparação e complexidade

Com a Europa ainda mergulhada na I Guerra mundial, e no esforço de reconstrução que se seguiu, as vozes da sociologia passam a ecoar do outro lado do Atlântico. Com a sociologia da família, de resto, só nos anos 70 do século XX é que se falará de novo de autores europeus relevantes. Até à década de 50 é na produção norte-americana do âmbito da sociologia da família que se encontram os autores de referência obrigatória. Ernst Burgess, é um deles. O outro autor determinante é Parsons, incontornável neste domínio da sociologia e cujas propostas exercem influência muito para além do campo sociológico.

3.1 Da instituição ao companheirismo: a proposta de Burgess

Até aos anos 60 do século XX é em torno da ideia do surgimento da família moderna e da centralidade do casamento neste novo contexto, que as principais teorias e análises se desenvolvem. Situando-nos na literatura norte-americana, E.W. Burgess, que dirige equipas de pesquisa de inspiração interaccionista na conhecida escola de Chicago, vem propor a ideia de transformação da família “instituição” em família “companheirismo”. A transformação dever-se-ia, essencialmente, à passagem da produção agrícola e artesanal à produção industrial bem como à mobilidade geográfica e às vagas de urbanização que a acompanhavam. A caracterizar o modelo “companheirismo”, e por oposição à lógica da instituição, temos uma família que é fundada pelo casamento decidido pela livre escolha dos cônjuges, que instala a democracia como princípio de funcionamento e que tem como finalidades o bem-estar pessoal do casal e dos filhos (Burgess, *et. al.*, 1960).

Nesta perspectiva é o novo casal e, portanto, o casamento na verdadeira acepção da palavra, que funda a família e não, como na lógica institucional, a família através da “conveniência” ou do “interesse” que impõe aos mais novos o casamento. Como afirma Burgess, no modelo institucional as preocupações patrimoniais e económicas sobrepõem

todas as outras. Com o assalariamento, possível também para um número mais significativo de pessoas através da industrialização, tende a difundir-se o “companheirismo” como nova forma de encarar a família e o casamento.

Considerado o pai da sociologia da família americana por ser um dos autores que mais consistentemente investigou e teorizou neste domínio, Burgess é, simultaneamente, um dos fundadores da Escola de Chicago (Osmond, 1987). As suas publicações, em conjunto com outros colaboradores, marcam profundamente o panorama científico desde os anos 20 até, pelo menos, 1955. O que veio mais tarde a ser conhecido como “interaccionismo simbólico” é a corrente teórica inspiradora, de forma global, dos trabalhos destas equipas, dando origem à primeira definição da família como *“unidade de personalidades em interacção existindo primordialmente para o desenvolvimento e gratificação mútua dos seus membros...unidos mais por coesão interna do que por pressões externas”*¹⁵. Posteriormente, a análise multifacetada dos diferentes tipos de família em termos de evolução diacrónica e, na perspectiva sincrónica, a identificação de diferentes tipos de família urbana, fornecem pistas de análise. Temas como as expectativas que a família e, em particular, as mães, depositam nos filhos, os eventuais conflitos gerados por diferentes tipos de expectativas, questões como os factores distintos a partir dos quais se pode construir a unidade familiar e os graus dessa mesma unidade, são alguns dos que Burgess e os seus colaboradores analisam.

Mais atentas às acções dos indivíduos, ao seu protagonismo e às suas interacções, do que às determinantes e aos constrangimentos exteriores, as análises produzidas sob a sua orientação, com outros enquadramentos teóricos, reproduzem-se parcialmente em propostas e investigações de vários autores contemporâneos. O facto de se tratar de uma corrente inspirada no interaccionismo simbólico facilita, aliás, essa reutilização. É o caso de autores que têm vindo a prestar particular atenção ao funcionamento das interacções familiares, aos factores que contribuem para a unidade ou coesão da família ou que contribuem para a sua organização ou regulação. Eles inspiraram-se, com efeito, pelo menos parcialmente, nas análises de Burgess (Kellerhals, *et. al.*, 1984).

E se alguns dos limites da proposta são também reconhecíveis à distância, a bondade de fundo da perspectiva é inteiramente confirmada pelo correr do tempo. Cada vez mais a família é valorizada no quadro da vida individual, como fonte de gratificação e bem-estar afectivo e não tanto como prestadora de serviços ou como unidade de produção de bens económicos. Foi exactamente no sentido que Burgess apontava que as relações familiares

¹⁵ Definição avançada por Burgess num texto de 1926 em que analisa os resultados de uma pesquisa sobre crianças delinquentes, citado em Osmond (1987: 113).

evoluíram de forma nítida desde os anos 20 até ao final do século XX. O autor da escola de Chicago apenas deu menos atenção ao facto de persistirem na família funções económicas, ainda que em formas actualizadas sob a modalidade da gestão de recursos, que coexistem com as funções afectivas sem a elas necessariamente se oporem nem a elas necessariamente se imporem.

Algumas críticas têm sido formuladas à proposta de Burgess. São recorrentes reparos em dois planos, que acabam por estar interligados: o do conteúdo substantivo das propostas e o que se refere ao que podemos designar por enviesamento ideológico normativo. Quanto ao primeiro plano, importa clarificar que Burgess apresenta a vida familiar e a vida pública como esferas autónomas, dicotomizáveis, por serem governadas por lógicas diferentes – de um lado a lógica da protecção, do afecto e da intimidade, do outro a da competição, do interesse e do lucro. Tal separação é também considerada consequência da mencionada perda, por referência ao passado, das funções económicas da família.

Ora, demasiada ênfase nestas ideias, retomadas aliás, embora noutra contexto teórico e conceptual, por Parsons, teve efeitos nefastos. Por um lado, produziu a subestimação, ou mesmo a total invisibilidade, de um conjunto de trocas e de relações internas à vida familiar que não passam necessariamente apenas pela lógica dos afectos. É claramente o caso, a título de exemplo, do enorme volume de serviços prestados, e mesmo de trabalho “produzido”, na esfera familiar – dos cuidados com os filhos à realização das tarefas domésticas ou ao trabalho para o mercado, este mais visível, que se desenvolve ainda no quadro familiar em diversos contextos sociais. Por outro lado, a dicotomização entre vida familiar e vida pública está associada a uma perspectiva que considera a distribuição de papéis diferenciados e complementares entre mulher e homem como “natural” e “universal”. A questão das mulheres, ou a questão das diferenças de sexo, está aqui completamente obscurecida pela visão “naturalizada” da distribuição dos papéis de acordo com as diferenças biológicas¹⁶. A tendência para encarar a vida familiar e o casamento como empreendimentos abstractos desligados de outras dimensões da vida social, governados apenas por lógicas sentimentais e interpessoais, por oposição às dimensões consideradas agressivas e difíceis das outras relações sociais, alimentou ainda, por sua vez, e por demasiado tempo, a ideia de família como casulo protector. Subestimava-se a possibilidade de factores externos interferirem no funcionamento interno da família, com a possibilidade, em certas

¹⁶ Há mesmo um autor deste grupo inicial da Universidade de Chicago que explica a necessária complementaridade das funções desempenhadas pelos homens e pelas mulheres a partir de analogias com as plantas, propondo que o metabolismo das mulheres era, tal como o das plantas, estável e duradouro enquanto o metabolismo dos homens estava mais voltado para a acção e para as explosões de energia (Osmond, 1987).

circunstâncias, de a desestruturar. Não se entendia que apesar de serem governadas pelo companheirismo, sentimento e afecto, as famílias podiam ser também palco de conflitos, tensões, desentendimentos, problemas.

Tratava-se de uma visão da vida familiar penetrada pelo optimismo, o que é também de certo modo compreensível na época em que foi formulada. Parecia que Burgess queria sublinhar a vitória dos “bons princípios” – os do sentimento e do companheirismo – contra os “maus princípios” do passado – as lógicas do interesse como pretexto e fundamento para o casamento. E parece ser também este tipo de lógica que explica a sobreposição entre as afirmações que se referem ao que “é” a família e aquilo que ela “deve ser”. É aqui que os dois planos que referimos atrás – o dos conteúdos substantivos e o do enviesamento ideológico e normativo – se entrecruzam. Burgess considera, com efeito, que a família tem um papel central na manutenção da ordem social, exactamente porque a considera como factor compensatório e equilibrador dos constrangimentos e dificuldades a que os indivíduos estão sujeitos nas outras esferas da vida social.

A ideia da centralidade da família como factor protector do indivíduo – numa sociedade e numa época onde são inexistentes ou incipientes os sistemas do Estado-Providência – reconhece-se inteiramente na análise de Burgess sobre a situação dos sem-abrigo. De facto, ele considera esta situação “reflexo dos problemas da família”. Ora, se há factores que contribuem para a situação dos sem-abrigo que possam ter origem no disfuncionamento familiar, muitas vezes esse mesmo disfuncionamento deriva, directamente, da própria inserção social dos indivíduos e dos chamados problemas externos à família e que têm sobre ela impacto – crise económica, desemprego. Esses factores, articulados a fragilidades já existentes no contexto familiar, desestruturam frequentemente a família, tornando-a ainda mais incapaz de desempenhar qualquer função protectora. Estamos aqui em presença de fenómenos de interinfluência e não de causalidades unívocas.

Mas não deixa de ser curioso verificar, fazendo um parêntesis, que já se falava nos anos 20 dos “sem-abrigo”, em época de crise económica e desemprego, num contexto em que não havia Estado-Providência e se sublinhava a importância da família como forma de protecção social. Na verdade, vamos encontrar referências idênticas aos problemas dos “sem-abrigo” nos anos 80. Repare-se que se trata de uma fase em que o Estado-Providência enfrenta alguma crise e dum período em que se lamenta, igualmente, as dificuldades da família enquanto factor de segurança e protecção dos seus membros. Não valerá a pena equacionar o problema ao contrário, perguntando como podem as famílias, sobretudo as mais carenciadas, numa altura de crise, de desemprego, instabilidade e precariedade, projectar o

futuro, fazer poupanças, em suma, proteger eficazmente os seus membros? Fechando o parêntesis, voltemos a Burgess e assinalemos alguma evolução das suas análises.

Desde a altura em que, a propósito de um estudo sobre delinquência, formula a definição de família atrás referida, em 1926, até ao livro *The family: from institution to companionship*, muitas pesquisas e significativas transformações sociais ocorreram. Vai-se gerando maior afastamento das perspectivas normativistas e do conjunto das tendências até aí genericamente dominantes, no trabalho sociológico sobre a família. Paralelamente, abandona-se uma certa subordinação das lógicas da pesquisa aos problemas e às procuras sociais, subordinação justificável, nas pesquisas de Burgess e de muitos investigadores a ele associados, que tinham por objecto central as famílias urbanas dos bairros pobres de Chicago num período marcado pela conturbação do desemprego e da crise social.

A confirmação do esbatimento dos aspectos mais normativistas destes autores surge, claramente, no livro, já referido, publicado em 1960. Num contexto em que mais uma vez se aborda a tão propalada, já desde essa altura, crise da família, Burgess et. al., têm o cuidado de sublinhar que “a função do sociólogo não é avaliar as mudanças como boas ou más, mas antes fundamentar factos concretos sobre as mudanças em curso bem como descrevê-las e analisá-las” (Burgess, et. al., 1960: 339).

Depois de analisar o processo que constitui a tese central do livro – a transição da instituição para o companheirismo – os autores, em jeito de conclusão, apontam algumas sugestões quanto ao que consideram poder vir a ser o futuro da família americana à luz dos seus e de outros resultados de pesquisa. É evidente que o diagnóstico e a prospectiva, neste último livro, não se devem apenas a maiores preocupações teóricas, entre outras contra os desvios normativistas, mas, sobretudo, à enorme diferença de contextos sociais entre os Estados Unidos dos anos 20 e dos anos 50. Com efeito, através das análises de Burgess nos anos 20, lê-se bem o peso da pobreza, da delinquência ou a vida dos sem-abrigo dos bairros pobres de Chicago. No livro posterior, em contrapartida, o que se apresenta é o optimismo prudente do começo de um período de crescimento económico e de pleno emprego.

Prosperidade económica, estabilidade da família?

Veja-se, com mais atenção, a análise prospectiva realizada em *The family: from institution to companionship*. Uma das previsões é, exactamente, a que sugere a passagem de “uma economia de risco para uma base de segurança” (Burgess, *et. al.*, 1960: 539) e que tem como consequência efeitos positivos, de maior estabilização, nas relações familiares. Prevê-se igualmente a sobrevivência da família, quer devido à sua capacidade de adaptação à mudança, quer à centralidade que ela detém no plano afectivo e no da satisfação pessoal. Como consequência da última previsão, outra ainda: a de que se teria chegado a um patamar máximo no número de divórcios, que estes tenderiam, no futuro, a não aumentar.

Se quanto à primeira previsão, a que se refere à estabilidade e ao bem-estar económico, os factos vieram a confirmá-la plenamente, já a respeito da estabilização do divórcio a previsão foi menos certa. Com efeito, nos finais dos anos 50 a ruptura conjugal tinha atingido, nos E.U.A., os valores mais altos até aí registados desde a existência de estatísticas (Blood e Wolfe, 1960) com valores da ordem de mais de 1 divórcio em 5 casamentos¹⁷. Era natural, assim, que este novo fenómeno suscitasse atenção e que se achasse que se tinha atingido um patamar muito elevado. Mas foi precisamente a partir dos anos 60 que a sua subida se tornou ainda mais vertiginosa, passando para valores que hoje em dia chegam a cerca de 1 divórcio para 2 casamentos registados no mesmo ano. O aumento do divórcio a partir dos anos 60 tornou-se, de resto, igualmente norma em quase todos os países da Europa (Torres, 1996).

A ideia de que a estabilidade económica pudesse estar associada a estabilidade no plano da família não seria de modo nenhum ilógica. Simplesmente, como mais tarde se tornaria mais claro, essa relação parece ter-se estabelecido de forma diferente da prevista por Burgess e seus colaboradores, por duas vias – quer pelo lado da família ou do indivíduo, quer pelo lado do económico ou do acesso aos recursos. Vejamos como.

Pelo lado da família e das relações interpessoais, a valorização do afectivo e do sentimento no contexto das relações conjugais, tão bem sugerida por Burgess, teve como consequência, entre outras, o acentuar das exigências individuais no plano amoroso e no quadro da relação conjugal. Ora essa maior exigência, em contexto de insatisfação, teve como efeito criar condições, em certos sectores sociais mais do que em outros, para sugerir a hipótese de concretização da ruptura conjugal. Por outras palavras, começa-se a colocar com

¹⁷ Valores semelhantes aos que ocorrem nos anos 90 em Portugal.

mais clareza a possibilidade de ser legítima a iniciativa do divórcio por meras razões de sentimento quando, até aí, só as chamadas razões de força maior o poderiam legitimar (Torres, 1996). Assim, a valorização do sentimento não se traduziu, forçosamente, na estabilidade da família.

Por outro lado, a estabilidade económica pode ter outros efeitos que não o da estabilidade afectiva e familiar. Ela é susceptível de contribuir, até por via indirecta, para o aumento da ruptura conjugal. Na verdade, estabilidade económica, menor desemprego, e sobretudo o surgimento, nos finais dos anos 50, de maiores oportunidades de emprego para as mulheres dos chamados sectores administrativos e de serviços, colocou também a questão da menor dependência feminina face ao casamento. Publicado no mesmo ano de 1960 do livro de Burgess, Locke e Thomas, o de Blood e Wolfe afirma uma perspectiva distinta e salienta a dado passo: “O casamento já não é uma necessidade económica, nem o divórcio é economicamente impossível. Os empregos estão hoje ao alcance não só das mulheres solteiras ou divorciadas como também das mulheres casadas. Em 1950, pela primeira vez na história americana, a maioria de todas as mulheres trabalhadoras eram casadas” (Blood e Wolfe, 1960: 3).

Ora, exactamente a estabilidade económica e o maior acesso aos recursos por parte das mulheres casadas, em conjugação com a maior importância atribuída aos sentimentos, foram factores decisivos no aprofundamento do processo, já nessa altura em curso, de transformação das famílias. O que Burgess, Locke e Thomas não captaram foi precisamente a natureza contraditória dessas transformações. Não é porque as lógicas que comandam a vida familiar tendam agora a polarizar-se em torno do sentimento e do companheirismo, que outras lógicas ou dimensões deixam de existir e de interagir com a dimensão dos afectos. Nem mesmo esse lado mais subjectivo da vida conjugal e familiar está imune a contradições internas ao casal e até a cada um dos seus membros.

3.2 Parsons e o sacrifício das mulheres casadas

A referência a Parsons, no contexto do debate sobre a família, as mudanças sociais e o papel das mulheres, é obrigatória. A proposta parsoniana não só marca profundamente a sociologia da família, como serve de fundamento a uma visão sobre a legitimidade do desempenho de funções na família, de acordo com o sexo, que extravasou largamente o campo disciplinar, transformando-se mesmo numa espécie de saber comum invasor e perversivo. Embora já

muito glosada e criticada no domínio da sociologia, em especial, vale a pena retomar essa proposta nalguns dos seus argumentos fundamentais, sobretudo naqueles que se referem aos temas com interesse directo para a temática da família, do casamento e da questão feminina.

Antes ainda de analisar as posições do estrutural-funcionalismo de Parsons, significativamente diferentes do interaccionismo simbólico de Burgess e da Escola de Chicago, vale a pena evidenciar outras distinções enraizadas em pressupostos epistemológico diferentes. A perspectiva de Parsons é por um lado mais vasta, já que vai para além da interacção específica no contexto da família, procurando situá-la no contexto alargado das relações sociais, ou seja, em linguagem parsoniana, da estrutura social e dos sistemas e subsistemas de acção. Por outro lado, é mais afunilada, no sentido em que procura partir da estrutura e dos sistemas sociais para chegar ao indivíduo, à sua personalidade e às formas de funcionamento psíquico e até psicanalítico. Parte, assim da sociologia ao encontra da psicologia e da psicanálise, desafiando fronteiras disciplinares e definindo um olhar que procura dar conta das múltiplas dimensões empíricas que se cruzam numa realidade tão complexa e multifacetada como é a da família.

Vale a pena sublinhar, deixando para depois o debate crítico da perspectiva de Parsons, que se trata de uma proposta riquíssima, pela multilateralidade das suas abordagens. E, ao contrário do que talvez fosse de esperar numa proposta que cede em demasia às preocupações com a tendência para o equilíbrio dos sistemas e a uma certa rigidez de pressupostos, veremos também como a sensibilidade a certos aspectos da realidade empírica e, precisamente, ao funcionamento dos próprios sistemas familiares, não deixa de estar presente.

Na verdade, em textos de finais de 50 aparecem referências às disfuncionalidades do sistema conjugal americano que mais parecem a total e completa premonição do que vai acontecer cerca de 10 a 20 anos mais tarde com o desencadear dos movimentos feministas. Também pela polémica que os seus textos criaram, é fundamental conhecê-los melhor já que por referência a eles e às críticas sistemáticas que se lhes foram fazendo, se desenvolveu uma sociologia da família atenta aos desvios ideológicos, problematizante e teoricamente mais exigente.

Ao identificar e analisar a realidade da família americana daquela época no livro feito em parceria com Bales e incluindo contributos de vários autores, (Parsons e Bales, 1956) Parsons destaca as profundas transformações que ocorreram na família para se situar um pouco contra a corrente da “desorganização ou crise da família” e propor a ideia de

“desorganização de transição” (Parsons e Bales, 1956, 1968: 4). Trata-se, afirma ele, de caminhar para um novo tipo de família conjugal, processo complexo, que não significa a perda de importância da família mas, antes, a intensificação e valorização de certas dimensões do seu funcionamento. Vejamos os principais argumentos que fundamentam tal posição.

O divórcio, que iria crescer de forma ainda mais acentuada anos depois, diz sobretudo respeito, afirma Parsons, a pessoas casadas há pouco tempo e sem filhos. Além disso, continua, a ruptura conjugal não representa a recusa da conjugalidade, já que os divorciados tendem a voltar a casar. A descida da natalidade, por sua vez, que tinha tido em meados de 30 o ponto máximo de não substituição das gerações, conhece no imediato pós-guerra uma viragem para o crescimento, para descer depois até chegar em meados de 50 a um patamar estável. Isso explica-se, segundo Parsons, pela mudança demográfica que se iniciou no século XX e é marcada por uma tendência de longo termo, que se traduziu na passagem de um regime de baixa esperança de vida e alta natalidade, para o regime de baixa natalidade e alta esperança de vida.

Estávamos assim a assistir, diz-nos o autor, a mudanças que se articulavam com transformações na estrutura social decorrentes dos complexos processos de diferenciação e que se traduzem não na desorganização da família mas sim na transição desta para um novo modelo. Em vez de se desorganizar, ou perder importância, a família transforma-se num subsistema altamente especializado, com funções vitais quer para o funcionamento social global, quer para o indivíduo. Ocupa, deste modo, um lugar charneira insubstituível.

As características estruturais que constituem o fundamento essencial das transformações na família conjugal americana seriam as seguintes: o facto de o casamento ocupar na sociedade americana o lugar estrutural chave do parentesco e o relativo isolamento da família conjugal, precisamente, em relação ao parentesco; a perda das funções económicas da família; as novas formas de obtenção de recursos através, basicamente, do salário do homem, do qual depende o estatuto social da família. A essas transformações está associada a especialização da família em duas funções primárias essenciais – a socialização das crianças e a estabilização da personalidade do adulto. As famílias transformam-se, assim, em autênticas “fábricas de produção de personalidades humanas” (Parsons e Bales, 1956, 1968: 16).

A identificação das funções da família e a análise das mudanças estruturais é ainda complementada por uma teoria, muito divulgada, dos papéis masculinos e femininos que já podia ser adivinhada nos textos de Durkheim, como vimos atrás. Trata-se da célebre distinção

entre o papel expressivo e instrumental, o primeiro a ser desempenhado pela mulher no contexto familiar e o segundo a ser desempenhado pelo marido, provedor de recursos obtidos no exterior. Parsons afirma a necessidade da complementaridade destes papéis e fundamenta a sua atribuição, essencialmente, nas características psicológicas e biológicas diferenciais dos sexos, definidas basicamente a partir de propostas teóricas de raiz freudiana.

Pode então afirmar-se, nesta perspectiva, que não só são estas as funções a desempenhar pelos dois sexos, como é aconselhável que o sejam. Por exemplo, as mulheres, sobretudo quando têm a seu cargo crianças, não devem trabalhar no exterior porque isso poderia ter por consequência uma indesejável competição no contexto da família. Se os papéis não forem complementares e diferenciados como, por exemplo, se ambos desempenharem o papel instrumental, podem tender a competir entre si, deixando a família de funcionar como lugar de pacificação e refúgio protector em relação ao exterior. O sistema desequilibrar-se-ia.

Pensando na crescente percentagem de mulheres americanas que, já nessa altura, tinham actividade profissional, Parsons afirma que isso não muda, nem “deve” mudar a distribuição de papéis. E vale a pena citar: “Não se pode colocar a questão da simetria entre os sexos a este respeito e, argumentamos, que não há tendência séria nesta direcção” (Parsons e Bales, 1956, 1968: 13,14). Viu-se mais tarde que o caminho foi, na verdade, em direcção à simetria, pelo menos no plano das ideias. Mas mesmo no das práticas e, especificamente, quanto ao trabalho profissional, verificam-se também claras tendências para maior esbatimento das assimetrias entre homens e mulheres.

Embora Parsons afirme, por outro lado, caminhos para a mudança nos conteúdos das concepções sobre masculinidade e feminilidade, traduzindo-se na maior valorização do amor romântico, ele considera também que o acento tónico da diferenciação entre os sexos não se alterou significativamente. A necessidade de complementaridade em termos emocionais e de personalidade entre homens e mulheres persistiria. Por outras palavras, a mudança joga a favor da especialização do subsistema familiar em subsistemas particulares que se organizam fundamentalmente em torno da lógica da diferenciação e da complementaridade dos papéis, nunca da sua indiferenciação.

Parsons procura, assim, alcançar o ambicioso objectivo de estabelecer o sentido da relação entre personalidade, sistema social e cultura destacando o papel que a família tem como mediador deste trinómio. A cultura numa sociedade define as crenças, valores e normas que irão ser internalizadas pelos indivíduos através dos processos de socialização, nas quais

a família desempenha papel decisivo. Retrata-se bem aqui o destaque das relações do sistema familiar em relação aos outros sistemas e em que, por isso mesmo, se define a família como “sistema social institucionalizado” (Parsons e Bales, 1956, 1968: 163). Ao contrário de Burgess, Locke e Thomas, cuja obra é referida aliás no livro que temos vindo a citar, Parsons afirma que a família é uma instituição seja no tipo de família *companheirismo* seja no *institucional*, porque em ambos os casos os estatutos do casamento e da parentalidade estão sempre ligados a expectativas, normas e obrigações de carácter legal ou informal, definidas de forma exterior aos indivíduos. Este é, por certo, um bom exemplo da diferença de perspectiva teórica entre os estrutural-funcionalistas e os interaccionistas: os primeiros estão mais preocupados com os contextos e com a interpenetração dos diferentes sistemas sociais, enquanto os segundos dirigem o essencial da sua atenção ao que se passa nas relações entre indivíduos.

Noutra linguagem, poderíamos dizer que o que Parsons considera é que as lógicas familiares são também condicionadas pelo que a sociedade numa determinada época vai considerando como normal, legítimo, possível, justo ou adequado, quanto ao desempenho de certos papéis. As escolhas dos indivíduos não são assim só dependentes dos juízos afectivos, íntimos e individuais. Embora hoje se valorizem cada vez mais as escolhas e a durabilidade do casamento com base no sentimento e na satisfação pessoal, isso não significa que os indivíduos não tenham em conta nem sejam influenciados por outras dimensões normativas das relações conjugais e familiares.

Esta questão da dimensão mais ou menos institucionalizada da relação conjugal vem aliás a ser recolocada mais tarde, a partir da proposta de L. Roussel sobre a “desinstitucionalização do casamento” (Roussel, 1989). Se no tempo de Burgess e Parsons uma das questões que evidencia as mudanças no plano da família é o aumento do divórcio, trinta anos depois a ideia da desinstitucionalização vai surgir também, quer a partir da continuação do aumento da ruptura conjugal, quer com base na subida das uniões de facto e da coabitação juvenil.

Antes ainda de alinhar as principais críticas feitas aos enunciados de Parsons e Bales, convém fazer referência a um texto publicado por Parsons, alguns anos antes, e em que a sua perspectiva parece parcialmente diferente (Parsons, 1949, 1971). Na verdade, ao falar da família conjugal americana, das suas funções e morfologia, salienta também as disfuncionalidades do sistema, que no livro citado quase não surgem. É um texto de forte acento normativista mas em que, paradoxalmente, Parsons identifica os pontos de tensão do sistema teórico e ideológico que formulou e que anos mais tarde vem, por assim dizer, revelar

a sua efectiva fragilidade no plano da realidade – referimo-nos à chamada questão feminina. Vejamos como Parsons parecia vislumbrar, pelo menos parcialmente, esta questão.

Disfuncionalidades, ambiguidades e tensões no desempenho dos papéis femininos

A primeira parte do texto, essencialmente descritiva – as características específicas da família conjugal americana, a funcionalidade do seu isolamento estrutural – é seguida por outra parte onde são identificadas as referidas disfuncionalidades. Em primeiro lugar, tendo definido a centralidade emocional da mãe no processo de desenvolvimento psicológico da criança, assinala o facto de haver maior dependência afectiva desta em relação à figura materna em comparação com a situação que se verifica num sistema familiar mais alargado. Aí a criança encontra outros adultos significativos com quem se identificar. Lembre-se, entretanto, que na perspectiva de Parsons, o pai está “especializado” no seu papel instrumental e que por isso mesmo se encontra “adequadamente” mais distante emocionalmente da criança. Ora, o que este super lugar materno pode ter como consequência, continua Parsons, é que qualquer “alteração das atitudes emocionais da mãe pode perturbar gravemente a criança” (Parsons, 1949, 1971: 281).

A centralidade da mãe tem ainda efeitos particulares de acordo com os sexos das crianças. Parsons identifica as desordens e os possíveis efeitos perversos em relação à educação dos rapazes. Refere o “síndrome do rapaz mau” que acaba sendo protegido pela mãe¹⁸. Quanto às raparigas, são outras as disfuncionalidades apontadas. Parsons sublinha que as jovens, na adolescência, enfrentam uma situação de insegurança e enuncia as contradições e armadilhas a que elas estão submetidas. Ao procurar seguir as normas dá-se o confronto com o que afinal se traduz num constante duplo padrão. Por um lado, elas têm de interessar sexual e eroticamente o homem, desde que escolhem e são escolhidas, até ao decurso do casamento, em que devem esforçar-se por conservar os maridos. Mas, ao mesmo tempo, têm de revelar recato, conformismo, competências maternas. Têm de demonstrar atitudes passivas mas, simultaneamente, são obrigadas a entrar em competição com outras mulheres para escolher os parceiros mais adequados. São forçadas ainda a manter uma

¹⁸Ansiedades, agressividades, vandalismo, comportamentos desviantes, podem ter origem na necessidade de desvinculação do rapaz em relação à imagem materna. Por sua vez, a mãe pode actuar de forma ambivalente protegendo o rapaz “mau”. Parsons confirma estas afirmações com o facto de “a fixação materna estar presente, habitualmente, em todos os tipos de desordens neuróticas e psíquicas dos homens americanos” (Parsons, 1949, 1971: 282).

espécie de ambivalência permanente entre a imagem “*glamour*” e a de domesticidade, equilíbrio difícil, já que um ligeiro excesso de acento de um lado poderia pôr o outro em risco.

E a importância do comportamento adequado é grande, exactamente, diz Parsons, porque a segurança futura depende totalmente da escolha que fizerem. As escolhas, por seu turno, envolvem altas margens de risco, pois em idades ainda jovens o perfil profissional do eleito não está ainda nada definido. É o que se chama uma aposta no escuro.

Parsons continua com a identificação das contradições e dificuldades desta situação das jovens mulheres. Considera que, do ponto de vista psicológico, as ambivalências e as inseguranças que nascem desta situação conduzem, muitas vezes, a frustrações de várias ordens e até ao reconhecimento da situação de subordinação e dependência em relação ao homem (o que Parsons chama num texto de há 40 anos a “descoberta da superioridade masculina”). Elas dependem do favor pessoal dos homens e isso afasta-as completamente dos sonhos de identificação com a mãe, quando julgaram que para serem felizes bastava copiar o seu papel. Chegam a sentir-se enganadas e podem, também, desenvolver ambivalências em relação ao futuro papel materno.

Mas as dificuldades e armadilhas não ficam ainda por aqui. Continuando a insistir nas exigências funcionais da especialização dos sexos em tarefas diferenciadas no contexto da família conjugal, Parsons acentua que essa diferenciação não se prende somente com o bom funcionamento familiar ou com os interesses da criança, mas que radica nas imposições estruturais do próprio sistema profissional. Esse sistema rege-se por normas universais, em oposição às particularistas que dominam as lógicas familiares e que impõe ainda outras exigências. Para o empenhamento total do homem na profissão e para efeitos de mobilidade social ascendente, o sistema familiar deve ser ágil, liberto de quaisquer outras lealdades em termos de parentesco. Dele, como já foi dito, deve estar excluída a competição interna. Todos devem estar mobilizados em torno da tarefa superior do desempenho profissional do homem, subordinando a esta outros objectivos.

Tal imposição cria ainda outras disfuncionalidades. Parsons salienta, em particular, o facto de as jovens, sobretudo as das classes médias, terem aspirações de realização pessoal e profissional, nomeadamente quanto detêm diplomas do ensino superior, que não podem de modo algum ser concretizadas pelo facto de a sua função essencial ser sempre a de mãe e de dona de casa. Mesmo que esta pudesse ser uma solução para “evitar o dilema do beco sem saída domesticidade-*glamour*”, a verdade é que “a nossa estrutura social põe obstáculos formidáveis a um ulterior desenvolvimento nesta direcção, exercendo a este propósito sobre

as mulheres as mais severas pressões” (Parsons, 1949, 1971: 296). Não há assim por onde escolher e as mulheres casadas têm mesmo de se sacrificar.

Parsons termina o texto num parágrafo lapidar, céptico e talvez inconscientemente premonitório, que não hesitamos em reproduzir: “Parece claro, por exemplo, que as origens da ambivalência do encargo da mulher são tão profundas que qualquer tentativa para forçar ou persuadir uma enorme maioria de mulheres americanas a aceitar apenas o papel da pura e virtuosa dona de casa, estaria provavelmente condenada a morrer. Porém, se vingasse, teria provavelmente um grave efeito de desequilíbrio e criaria mais problemas do que aqueles que viria a resolver”.

Como vemos é o próprio Parsons a prever que as mulheres, sobretudo as das classes médias, não irão aceitar apenas o papel de donas de casa e que, mesmo a limitação a esse papel, levantaria mais problemas do que os que resolveria. Então e o que aconteceria à família conjugal americana? Teria, forçosamente, de mudar também, mas, como o futuro mostrou, produzindo as tais transformações no sistema familiar que Parsons provavelmente temeria.

De facto, as mulheres das classes médias e com formação superior, quer as americanas, quer as de outros países do mundo ocidental, não estiveram dispostas ao sacrifício. Foram elas a mostrar que Parsons tinha razão ao identificar as contradições, as armadilhas e as dificuldades em que se encontravam. Simplesmente para concluir, ao contrário do sociólogo americano, que o sistema não podia continuar imutável. Não seriam elas a persistir no sacrifício por “ele”: teria de ser ele a mudar. E mudou, em muitos aspectos, mas também através de uma transformação estrutural de peso. O emprego das mulheres deixa de ser, nas sociedades ocidentais mais desenvolvidas, apenas simples contributo para a sobrevivência da família e passa a ser igualmente considerado como opção de independência económica em relação aos homens e de realização profissional legítima. É um processo ainda em curso nestes inícios do século XXI mas que marca um ponto de não retorno. Mudança acompanhada de outras, no plano das ideias, sempre mais céleres e a que já fizemos referência.

Parsons revisitado

Quando se consultam as resenhas críticas sobre Parsons e, sobretudo, quando estas são abordadas dos lugares da sociologia que procuram analisar as questões da família e das mulheres, as perspectivas sobre o autor são em geral muito simplificadoras e estão longe de

sublinhar os lados mais actuais, sofisticados e, porventura, inesperados, das suas análises e previsões. Mas, embora as ideias acima expostas tenham surgido da leitura em primeira mão das obras do autor e, particularmente, a partir dos textos mencionados, uma revisão bibliográfica mais aprofundada, mostrou que, como é natural, já tinham sido salientados antes aspectos idênticos da obra de Parsons.

Um texto de Miriam M. Johnson¹⁹, numa antologia intitulada *Feminism and Sociological Theory* (Wallace, 1989), chama a atenção para o facto de a perspectiva de Parsons já mencionar a situação ambivalente das mulheres americanas das classes médias dos anos 40 e 50, o problema que B. Friedan evidenciou mais tarde como “o problema que não tem nome”. Sublinha também o facto de que, muito antes de Nancy Chodorow e Dorothy Dinnerstein terem recorrido a Freud para o “virarem de cabeça para baixo” e defenderem a ideia segundo a qual a misoginia masculina constitui uma reacção ao excesso de poder materno na infância, já Parsons tinha partido de Freud para mostrar as contradições que manietavam as jovens mulheres e os problemas de agressividade dos jovens rapazes surgidos em consequência do excesso de centralidade do papel da mãe, como vimos atrás de forma muito clara nos textos citados (Johnson, 1989: 104).

É claro que é preciso perceber que embora Parsons mostrasse estas contradições e problemas do sistema conjugal americano e dos papéis masculinos e femininos, a conclusão que tirava embora hesitante, ia no sentido do necessário sacrifício das mulheres casadas. Ora o que isto mostra é como a partir de um diagnóstico relativamente correcto da situação se pode traçar uma terapêutica completamente desadequada, que a dinâmica histórica veio contestar, de resto, e que se compreende que tenha suscitado a total desaprovação das feministas da época.

Como se pode entender que um autor tão sofisticado e informado nas suas análises sustente este óbvio desajustamento entre diagnóstico e terapêutica? O problema reside, na nossa perspectiva, no próprio sistema teórico que o autor defendeu durante toda a sua vida. O “sacrifício” das mulheres casadas, que se traduzia na imposição do papel exclusivamente materno das mulheres no contexto familiar e na relativa retracção das suas ambições de realização pessoal e profissional era considerado fundamental para que o sistema conjugal não se desequilibrasse.

¹⁹ Miriam Johnson foi colaboradora de Parsons nos finais dos anos 40 e princípios de 60 e, avançando alguns apontamentos pessoais, afirma que Parsons era de todos os professores do sexo masculino do Departamento de Relações Sociais de Harvard o menos sexista e que manifestamente ele encorajava as mulheres a ir mais longe considerando-as intelectualmente iguais (Johnson, 1989: 116).

A alternativa, isto é, a possibilidade de as mulheres se realizarem nos dois planos, só seria pensável, na perspectiva de Parsons, com “profundas alterações na estrutura da família”. Defender essas alterações era pôr em causa tudo o que Parsons tinha avançado até aí acerca da funcionalidade e das vantagens para a mobilidade social de tal divisão de papéis. Não é de espantar, assim, que lhe não fosse possível mais do que revelar algumas contradições e fragilidades do sistema conjugal americano já que – dadas as inúmeras vantagens que ele igualmente tinha – parecia fundamental que ele persistisse. Por tudo isso, as feministas em primeiro lugar, e depois, um conjunto mais alargado de mulheres, vieram evidenciar essas fragilidades e contradições de que eram as principais vítimas, acabando por rejeitar o sistema enquanto tal.

Retomando Miriam Johnson, ela vai ainda mais longe ao propor a releitura de Parsons. Procura evidenciar outros aspectos positivos da sua proposta. Por um lado, sugere que a perspectiva evolucionista do autor americano acaba por ser confirmada pelos acontecimentos mais recentes relacionados com a emancipação progressiva das mulheres. O facto de cada vez menos as mulheres estarem circunscritas aos papéis aparentemente decorrentes das suas características biológicas, parece a M. Johnson um claro exemplo da ideia parsoniana dos processos de “diferenciação”. O cada vez maior reconhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres revela, por seu turno, os processos de “generalização de valores” que Parsons considera típicos da evolução e progresso social. Em suma, para esta feminista americana, Parsons não só mostrou algumas das fragilidades do sistema conjugal americano, como sustentou um quadro teórico que permanece no essencial válido e que pode ainda ser reactualizado de forma útil na perspectiva feminista. Esta última ideia de M. Johnson é certamente discutível. Mas encontrámos sintonia na valorização positiva de certas perspectivas parsonianas, demasiadas vezes esquecidas.

Parsons premonitório, contra Parsons sistémico

Vale a pena agora, para que não restem dúvidas, sistematizar de forma breve as principais críticas que se podem fazer a Parsons, sabendo que a sua vasta obra merece olhar cuidado e atento e que nem todas as suas propostas estão marcadas de igual forma pelos limites dos pressupostos teóricos que lhes dão forma.

Resumindo e acrescentando um ou outro apontamento ao que já foi afirmado, as críticas a Parsons podem desenvolver-se em três planos. Por um lado, é possível identificar as infirmações das suas propostas através dos resultados da pesquisa empírica que as questionam. Estas são, de resto, as críticas “fáceis” que a pesquisa empírica logo suscita e o percurso histórico impõe. Por outro lado, podem ressaltar-se as observações que se referem ao sistema teórico e que acabam também por coincidir, pelo menos parcialmente, com as críticas ao funcionalismo. Finalmente, os problemas ideológicos e de natureza epistemológica, embora estejam também associados aos de natureza teórica, são dotados de alguma autonomia, e porque se trata de um território tão sensível como o da família, interessa referi-los de forma abreviada.

No primeiro plano pode considerar-se, desde logo, que Parsons, apesar de ter sido sensível às disfuncionalidades do sistema conjugal americano, em particular no que toca aos problemas da divisão dos papéis entre homens e mulheres, não deu conta da tendência que também já se começava a esboçar para uma ideologia da simetria de desempenhos entre os sexos. Os mesmos dados – os números sobre a actividade feminina das mulheres casadas, por exemplo – foram interpretados de forma inteiramente diversa por Parsons e Bales e por outros autores²⁰. Parsons e Bales afirmam com toda a clareza que mesmo que as mulheres trabalhem profissionalmente a distribuição de papéis entre os cônjuges não deve ser alterada. Relembre-se a citação: “Não se pode colocar a questão da simetria entre os sexos e, argumentamos, não há tendência séria nesta direcção” (Parsons e Bales, 1956, 1968: 13, 14).

Se o futuro veio demonstrar que o facto de as mulheres trabalharem no exterior, na verdade, não as aliviou da responsabilidade e da execução das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, também é inegável que, hoje, esta situação de contradição plena entre ideologia e prática é vivida com alguma tensão. Isto é, efectivamente, ao contrário do que Parsons e Bales afirmaram, a tendência foi no sentido da simetria, quer no plano do que ele chama o sistema normativo, quer mesmo no terreno das práticas, embora neste último de forma indubitavelmente mais lenta.

O facto de Parsons procurar captar as tendências globais de transformação da família contribuiu provavelmente para um dos erros que mais frequentemente lhe foram apontados: o de tender a homogeneizar a família segundo um único modelo, o das classes médias. Lembre-se que ele afirmava que se estava num momento não de crise da família, mas de

²⁰ Blood e Wolfe, W. Goode, mas também Tilly e Scott, Andrée Michel e F. de Singly, como veremos de forma mais desenvolvida à frente, interpretam a subida da taxa de actividade feminina das mulheres casadas de forma inteiramente diferente da de Parsons.

“desorganização de transição”. A preocupação em identificar as características centrais dessas transformações – o relativo isolamento da família conjugal em relação ao parentesco, a perda das funções económicas, etc. - terá certamente contribuído para o fazer “esquecer” que sob configurações de forma aparentemente idênticas se escondiam realidades bem diferentes. Ora, muitos outros mostraram, pouco depois e também para os Estados Unidos, que as regras da relação conjugal, as suas finalidades, as modalidades de troca e interacção e a divisão dos papéis assumiam contornos diferenciados nas famílias das classes médias, nas das chamadas classes trabalhadoras ou nas famílias de proprietários industriais e rurais²¹.

Este tipo de enviesamento que consiste em homogeneizar características ignorando a especificidade e contornos particulares de certas classes e grupos, parece constituir um risco e um erro recorrente, muito para além da época e da orientação teórica do autor referido, por dois motivos fundamentais. Em primeiro lugar, é difícil – embora possível – apontar tendências centrais sem cair no exagero de amalgamar os grupos. Sempre existiram e coexistiram na mesma época diferentes modelos familiares; em muitas perspectivas, tal como na de Parsons, essa diversidade é, porém, tendencialmente ignorada.

Não basta, em todo o caso, afirmar a pluralidade das situações familiares. Essa coexistência não deve conduzir a abdicar da identificação de tendências centrais, isto é, de procurar perceber em cada momento, em cada época histórica, qual é o sentido em que se processam as transformações e quais são as modalidades mais estruturantes de determinadas relações sociais. Assim, dizer que nas sociedades ocidentais contemporâneas há tendência para a simetria entre homens e mulheres no contexto da relação conjugal não implica, de modo algum, deixar de reconhecer que em diferentes sectores sociais essa mesma tendência central assumia configurações diversificadas.

Mas há uma segunda razão pela qual é mais frequente do que parece o enviesamento ideológico que consiste em olhar a realidade apenas segundo o referente das classes médias, generalizando-o às outras. É que na verdade estes são os sectores de classe que foram mais rápidos na adopção de certos padrões de comportamento – por razões também elas articuladas ao lugar que ocupam na divisão social e sexual do trabalho - e que, simultaneamente, mais visibilidade e dinamismo dão a essas tendências. Nas sociedades actuais, tanto ou mais do que há quarenta anos, a generalização da influência dos meios de comunicação de massa pode tender ainda a reforçar este efeito de homogeneização, dando a impressão de que só há um modelo “normal”. No caso dos anos 40 e 50 nos EUA, a imagem

²¹ Entre eles os já mencionados Blood e Wolfe e W. Goode.

marcante seria a da dona de casa à porta da sua vivenda, nos calmos e ricos subúrbios, com os seus três filhos, de braços abertos para receber o marido que vem estafado do trabalho. Nos anos 90, a família dita hegemónica e “normal” poderia bem ser a de Clinton – sem referência ao caso Lewinsky... – família de chamada dupla carreira e apenas com um filho.

Por outras palavras, nada impede que se tente a cada momento, numa dada época, perceber qual é o modelo que, pelas características dos seus actores suporte, se pode considerar marcante – ou como diria Merton (1968), qual é o grupo de referência dominante. Mas esta tentativa não é contraditória com a identificação e análise de outros modelos familiares coexistentes e da tentativa de percepção não só das suas lógicas internas como da forma com as tendências dominantes são incorporadas e vividas por esses sectores específicos.

Assim, por exemplo, numa sociedade como a portuguesa, o modelo da mulher casada activa generalizou-se de tal modo, como imagem positiva, que a ideia de uma mulher com carreira e com filhos é hoje considerada absolutamente normal e mesmo desejável, como concluímos em resultados de diversos inquéritos (Torres, 2000). Mesmo que se saiba que apenas um grupo minoritário tem carreira e que a esmagadora maioria das mães trabalhadoras casadas sofrem quotidianos pesados. Mas o modelo existe, e a projecção e identificação também. De tal modo que muitas mulheres entrevistadas na pesquisa sobre o casamento (Torres, 2000) mesmo quando desempenham trabalhos penosos e pesados, aspiram não a deixar de trabalhar mas a terem um emprego melhor, nas suas palavras, um trabalho que as realize.

O problema de Parsons é ter reduzido os modelos de família ao que parecia ser a imagem dominante do momento – o das classes médias. Mas, nem a imagem dominante se constrói a partir de realidades inexistentes ou pouco expressivas, nem a análise do modelo “mediaticamente” dominante -- porque poderia ainda discutir-se se ele seria de facto dominante e/ou onde é que ele o seria, em que meios de comunicação, em que imagens -- pode substituir a cuidadosa referenciação da multiplicidade e diversidade coexistente dos modelos familiares.

Quanto à necessidade da diferenciação e complementaridade de papéis masculinos e femininos vários estudos viriam também questionar as propostas de Parsons. Houve quem mostrasse como o exclusivo desempenho do papel expressivo pelas mulheres se poderia traduzir também em crises de neurastenia e sentimentos de isolamento (Michel: 1983). Recorde-se que o próprio Parsons tinha já feito diagnósticos semelhantes, juntamente com a

percepção de certas ambiguidades. Também vimos por que razão ele não pôde retirar todas as consequências do que concluiu.

Outros autores acentuaram que a divisão e exclusividade dos papéis expressivo e instrumental não só eram questionáveis como poderiam ser desvantajosas – o facto de a mesma pessoa desempenhar os dois papéis foi avaliado de forma positiva em pesquisas recenseadas por J. Aldous. Os resultados de várias investigações parecem convergir também na ideia segundo a qual os níveis de satisfação conjugal – com todas as dificuldades que este tipo de indicadores pode comportar – estariam relacionados com a partilha das tarefas entre os cônjuges e não com o seu desempenho diferenciado e complementar (Kellerhals, 1984).

Mas as críticas que se podem desenvolver às perspectivas epistemológicas e teóricas de Parsons tornam ainda mais claras as inconsistências verificadas através das infirmações no plano empírico. A sua proposta sobre a especificidade da família conjugal americana, como aponta A. Michel, assenta em três pilares teóricos fundamentais: uma teoria das funções, uma teoria da estrutura social e das relações entre os diferentes sistemas, uma teoria sobre o desempenho e a complementaridade dos papéis no contexto familiar.

Quanto à última, ocupámo-nos já largamente das dificuldades e incongruências que comporta. Em síntese, poder-se-ia dizer que Parsons propõe um sistema de diferenciação e complementaridade de tarefas entre homens e mulheres no contexto da relação conjugal que ele próprio vem demonstrar como disfuncional, ambíguo e inconsistente. O tempo e a pesquisa empírica vieram a mostrar essas tensões e dificuldades as quais, por sua vez, deram origem, tal como o autor americano também admitiu, a significativos processos de transformação na família. As perspectivas normativas e ideológicas de Parsons conduziam-no à qualificação dessas mudanças que ele acabava por temer, por as considerar negativas.

Mas por que não consideraria ele de igual modo negativas as fortíssimas ambiguidades identificadas no desempenho das tarefas atribuídas às mulheres no seu modelo? Por que não considerava tão mais violentas as auto-limitações intelectuais e profissionais que ele mesmo dizia que as mulheres mais escolarizadas das classes médias deviam impor-se a si próprias para desempenharem exclusivamente o papel materno? Por que seriam estas ambiguidades e dificuldades menos más do que os eventuais problemas que surgiriam com as mudanças no sistema familiar a propósito da diferenciação dos papéis? Já vimos que resultava das propostas teóricas de Parsons a dificuldade em assumir as transformações na família como consequências “normais” dos enormes mal-estares que ele, apesar de tudo, reconhecia.

Na verdade, mais do que pensar a transformação social, a perspectiva teórica de Parsons tendia a conduzi-lo para a ideia da manutenção da ordem social e do equilíbrio. As funções, incorporadas em sistemas institucionalizados cumprem objectivos, que, por sua vez, respondem a necessidades. Tal como outros funcionalistas, ele considerava que os sistemas sociais tendiam “naturalmente” para o equilíbrio (homeostasia) e esse pressuposto epistemológico e teórico repercutia-se, inevitavelmente, na sua teoria do social. A ideia da tendência para o equilíbrio radicava, por sua vez, em analogias com o funcionamento dos organismos vivos, tão caras aos funcionalistas. Os sistemas sociais eram interdependentes uns dos outros e não só tendiam para o equilíbrio como “deveriam” fazê-lo sob pena de produzirem uma desagregação crescente, e eliminarem a primeira das necessidades sociais que é a da manutenção da ordem.

Aqui se encontra, também, o lugar de confluência entre os problemas que decorrem da perspectiva teórica e o que temos designado por normativismo do autor. Quando Parsons propõe, como vimos atrás, a ideia das famílias como “fábricas de produção de personalidades humanas” (Parsons e Bales, 1956, 1968: 16) sugere igualmente o que se poderia designar por um “modo correcto de fabricar”, cuja receita básica assentava, quer nas propostas de Freud, quer na sua própria perspectiva sociológica segundo a qual as relações entre os diferentes sistemas e subsistemas de acção deveriam assumir contornos diferenciados com vista à mobilidade social. Mais do que uma análise do que é, esta abordagem resulta assim numa análise do que a família “deve ser” e das modalidades através das quais deve agir para cumprir as suas funções básicas e as suas finalidades. Um “deve ser”, contudo, já datado e distante do que, passados sessenta anos, se consideraria a norma adequada.

3.3 Goode: comparação e complexidade

William Goode partilha de um conjunto de perspectivas que representam uma viragem no domínio da sociologia da família com origem nos Estados Unidos da América. Maiores exigências teóricas e menor colagem directa aos problemas sociais revelam-se na produção de vários autores que, a partir dos anos 50, começam a marcar o panorama científico neste domínio (Thomas e Wilcox, 1987). É também a época em que se procura cortar com visões ideológicas, como a que resulta do funcionalismo parsoniano, e se insiste na elaboração de hipóteses, na definição mais precisa de conceitos, na formalização das teorias. A influência de Merton, nomeadamente a proposta das teorias de médio alcance, torna-se dominante.

As pesquisas comparativas que W. Goode realizou e cujos resultados foram publicados em *World Revolution and Family Patterns* (1963, 1969) inscrevem-se no paradigma estruturo-funcionalista e contribuíram para perspectivar a família e o casamento em moldes muito diferentes dos de Burgess. A distinção mais vincada, implícita desde logo na orientação teórica, traduz-se no equacionar da articulação entre família e outras esferas das relações sociais, de um modo que também se afasta das análises parsonianas.

Interessa apenas aqui destacar alguns dos elementos mais relevantes desses contributos, nomeadamente os que se referem à conjugalidade e à questão das mulheres. Outros aspectos teóricos e metodológicos serão também brevemente referidos.

Ao tematizar, no livro mencionado, a relação entre a industrialização e o surgimento da família conjugal em contextos civilizacionais completamente distintos, Goode vê esta relação de forma biunívoca. Na verdade, e no quadro da mesma orientação teórica, eram mais habituais as abordagens que pensavam os possíveis efeitos da industrialização, ou do desenvolvimento tecnológico e económico, sobre a família, postulando apenas esse sentido de determinação ou interferência. Ora W. Goode salienta também as influências de sentido contrário, isto é, o contributo de certas formas de organização familiar para a industrialização.

No plano teórico-metodológico o autor considera o grupo familiar como variável independente, susceptível de explicar um leque variado de práticas e atitudes e, portanto, como sede importante de análise sociológica. Isso mesmo resulta das suas palavras: “A análise precedente acentua a influência independente das variáveis da família. Significa isso que elas também têm a sua influência; que os padrões de família não podem ser preditos apenas através do conhecimentos dos factos económicos ou tecnológicos, e que mesmo quando as variáveis da família são sobrepujadas por outros grupos de forças elas resistem e, por conseguinte, provam que devem ser levadas em consideração em qualquer análise adequada da sociedade”(W. Goode, 1963, 1969: 36).

W. Goode sublinha, ainda, o papel da ideologia, recusando-se a estabelecer relações de causalidade mecânicas e lineares, antes optando por uma visão de múltiplas influências que implica investigação e análise cuidadosas. Aspecto também decisivo nas suas propostas é o facto de distinguir, no contexto familiar, a influência da pertença a diferentes sectores sociais como factor de distinção de práticas e atitudes.

Importa igualmente chamar a atenção para o facto de Goode ter sido dos primeiros, logo desde os anos 60, a combater a ideia de crise da família. Ele considera, aliás, ser esse um estereótipo de uma realidade que nunca existiu e uma perspectiva mal informada acerca

do que era a família no passado. Combate totalmente a ideia segundo a qual as gerações conviviam unidas em plena harmonia e felicidade, apelidando tal estereótipo de “família clássica da nostalgia ocidental” (Goode, 1963, 1969: 9).

Ele procura sistematicamente demarcar-se de ideias aceites sem fundamentação empírica e científica, bem como de perspectivas simplificadoras e normativistas. No plano metodológico, insiste na necessária distinção entre relações de concomitância e relações de causalidade e denuncia, por outro lado, a facilidade de afirmar relações estabelecidas apenas hipoteticamente mas sem nunca serem comprovadas ou infirmadas empiricamente. Esta postura de rigor na pesquisa afirma-se também em quatro ideias do autor que merecem ser realçadas, até em função da sua actualidade.

Diversidade social e cultural dos contextos e das famílias

A primeira refere-se à chamada de atenção para o facto de ser necessário distinguir entre padrão ideal de família, ou funcionamento da família como tipo-ideal, e realidade concreta da vida familiar. Dando como exemplo, entre vários outros, o da escolha do cônjuge por parte dos jovens, Goode afirma que a norma era considerar não deverem os pais interferir na escolha dos seus filhos. Mas o que se passava, de facto, era que eles efectivamente interferiam. Muito embora de forma indirecta, e, por vezes pouco visível, os pais acabavam por ser decisivos na escolha do futuro cônjuge ao controlarem os locais de encontro, as formas de sociabilidade, ou seja, ao enquadrarem socialmente a “inclinação amorosa” dos seus filhos. Esta ideia surge de forma muito clara quando afirma: “Os jovens provavelmente devem casar-se tão-só com as pessoas pelas quais se apaixonam; e apaixonam-se apenas por pessoas que encontram. Assim, o foco do controlo dos pais assenta na pessoa a quem se permite conhecer nas festas, na escola, na vizinhança, etc.” (Goode, 1963, 1969: 12).

Noutro texto, extremamente inovador para a época, W. Goode fala da “importância teórica do amor” abordando o tema que na linguagem de outros autores foi designado pela questão da homogamia, mas dando-lhe contornos muito específicos. Em termos globais, o que interessa destacar, no entanto, é que ele desenvolve sempre pesquisas sofisticadas que não se compadecem com primeiras e superficiais impressões, tendências demasiado genéricas e amalgamadas. Isso mesmo se verifica igualmente em outros exemplos, quando Goode sublinha a necessidade de distinguir entre o que são os modelos ideais e a realidade. É também neste sentido que aponta quando denuncia as idealizações sobre o passado ou

quando sugere que o isolamento da família conjugal moderna – numa crítica implícita a Parsons - é mais aparente do que real, mostrando que são ainda muito intensas as relações e as redes de parentesco.

A segunda ideia a sublinhar diz respeito ao facto de Goode, talvez porque parte importante da sua pesquisa inclui a comparação dos sistemas familiares em diferentes sociedades, estar particularmente atento aos factores de diferenciação e de transformação dessas sociedades estudadas. É a partir destas diferenciações que considera que, embora fosse possível admitir o caminho para a prevalência global do modelo de “família conjugal moderna”, seria necessário também ter em conta que em termos de práticas e atitudes, essa convergência seria mais difícil. Na verdade, partia-se em cada sociedade de patamares de evolução muito diferentes. Mas esta visão complexificada e diversificada vai ainda mais longe quando Goode, ao contrário de Parsons ou de Durkheim, mostra lógicas familiares inteiramente diferenciadas em sectores sociais também eles distintos. Apesar de Burgess ter identificado, pelo seu lado, diferentes tipos de família, é com Goode que, de forma mais consistente e sistemática, entra em cena a variável *status*. A inspiração é aqui claramente weberiana, por influência directa de Merton.

O poder atractivo das ideias na mudança social

No que parece ser outra influência *mertoniana*, o papel de destaque conferido à ideologia, particularmente nos processos de mudança social, constitui a terceira ideia a realçar. Referindo-se à força propulsora e atractiva da ideologia tomada no seu sentido lato, ele mostra que ideias como a do progresso económico, a do desenvolvimento tecnológico, a do igualitarismo entre homens e mulheres e mesmo a da família conjugal moderna têm defensores em países não ocidentais, muito antes das mudanças se darem aí, quer no sistema industrial, quer no da família.

A circulação da informação, que nos anos 90 será explicada pelo chamado efeito de “globalização”, parece ter já papel de relevo nos anos 60, sobretudo porque se refere a temas atractivos para alguns sectores da população. Assim, ideias como a da liberdade individual de escolha, a do funcionamento democrático e igualitário, e mesmo a do romance e do amor como expoente máximo dessa liberdade e desse igualitarismo, são poderosas e surgem, por vezes, “através de alguns porta-vozes mesmo antes que as condições materiais para a sua existência estejam presentes” (Goode, 1963, 1969: 28).

Não seria necessário dar exemplos de sociedades não ocidentais para observar o fenómeno acima relatado. A sociedade portuguesa, pelo menos ao longo do século XX, tem sido palco privilegiado desta antecipação das ideias. A defesa da lei do divórcio antes da primeira república e a sua rápida aprovação, logo seguida aliás de um pacote de leis referentes à família, escassos dois meses após o nascimento do novo regime, é exemplo desse tipo de adiantamento. Este conjunto de leis fazia parte do programa ideológico e das aspirações de sectores bem localizados e minoritários da população portuguesa – classes médias urbanas cultivadas, profissionais liberais, a *intelligencia* da época – que marcaram depois o ideário subjacente a diversas leis deste período da primeira República. Estes liberais portugueses ultrapassaram mesmo as influências externas, o poder atractivo das ideias igualitárias e românticas, os ventos vindos de Paris e foram dos primeiros em toda a Europa a consagrar na lei o divórcio por mútuo consentimento (Torres, 1996 e 2008).

Mais tarde, e a partir de 1926, estas leis foram substituídas por outras, bem contrárias ao igualitarismo, como de resto aconteceu em muitos outros países da Europa. Em 1974, no seguimento de um movimento que existia já desde 1966, é exigida na rua a revogação da cláusula da concordata que impedia a dissolução civil dos casamentos celebrados pela Igreja. Mas trata-se de outra época e de outra conjuntura política. Para todos os efeitos a base social

de apoio desta nova legislação e, neste sentido, as condições materiais da sua aplicação, tinham sido substancialmente reforçados, como é óbvio, de 1910 para 1974.

Retomando Goode, a defesa do papel atractivo das ideias está também em causa quanto ele analisa o quarto aspecto que queríamos aqui destacar: a questão da igualdade entre os sexos. Colocando o problema em moldes completamente diferentes dos de Durkheim ou de Parsons, Goode equaciona a questão da igualdade das mulheres em termos de direitos cívicos, mostrando os avanços que se tinham dado nesse campo desde o início do século, em todos os países ocidentais. Surge assim, pela primeira vez, em relação aos autores que temos vindo a referir, uma perspectiva inteiramente nova da questão feminina que integra esta num conjunto mais vasto, tal como o da luta das minorias étnicas dos negros nos EUA pelos direitos cívicos ou a dos povos pela independência das colónias.

As mulheres como sujeitos de direito e de cidadania

Para tentar explicar os avanços nos direitos das mulheres, Goode, a partir da análise de dados referentes a um vasto conjunto de países, identifica outro tipo de transformações sociais, como as que se deram no campo da actividade feminina no exterior, com a sua entrada mais significativa no mercado de trabalho, e no campo da família, como a tendência para o menor autoritarismo masculino nesse contexto.

Conclui que é a conjugação de vários factores, e não, como alguns pretendem, apenas os avanços tecnológicos tornando certas tarefas menos pesadas, que tem de ser avançada para explicar tais mudanças. Sugere Goode que na sociedade romana – onde as mulheres tinham direitos significativos quando a comparamos com outras sociedades – haveria certamente trabalhos menos pesados que as mulheres podiam ter executado ou dirigido. Simplesmente, achava-se que esse tipo de trabalhos fora do lar não era adequado para elas. Ou seja, Goode assinala que além das transformações na estrutura social, são também as mudanças culturais a elas associadas que permitem explicar a progressão nos direitos das mulheres. Uma citação desse texto mostra claramente o que o autor pretende afirmar: “Em todas as grandes civilizações, as mulheres poderiam ter desempenhado, adequadamente, a maioria das tarefas se tivessem sido treinadas para elas, e todas as civilizações seriam mais ricas se assim tivessem procedido. Contudo as tarefas eram culturalmente definidas como impossíveis para elas” (W. Goode, 1963, 1969: 81).

Goode analisa de forma pormenorizada dados estatísticos e inquéritos de opinião em vários países para tentar avaliar a configuração mais precisa das transformações em curso. Conclui então que, embora se registem alguns avanços por parte das mulheres no plano do desempenho das actividades no exterior, ou no da aquisição de maiores direitos no campo das relações familiares, obstáculos de monta podem ainda encontrar-se no percurso da igualdade. No plano do trabalho exterior feminino, e embora, por vezes, dados de diferentes países não convirjam no mesmo sentido, de forma genérica pode dizer-se que as mulheres, por volta de finais de 50, não encaravam o seu trabalho fora de casa numa lógica de carreira, mas sim numa lógica de complemento ao salário masculino. Na família, por outro lado, se se verificava algum progresso no plano do poder das mulheres e de maior reconhecimento da sua autoridade, sobretudo quando estas trabalhavam no exterior, continuavam a sobrelevar em última instância, contudo, as decisões masculinas.

Apesar da existência de um ambiente ideológico muito mais favorável aos direitos das mulheres, tudo se passava ainda no início dos anos 60, como se se achasse que as responsabilidades essenciais das mulheres fossem as familiares. Até os peritos e teóricos da família acabavam por ajudar a construir esta imagem – estaria aqui implícita outra crítica a Parsons? – já que “identificariam os direitos da mulher com ‘desintegração moderna da família’” (W.Goode, 1963, 1969: 83).

Outro obstáculo à cidadania feminina plena reside, na opinião de W. Goode, na própria resistência que os homens oferecem à perda de poder: “(...) os homens, entretanto, não têm cedido voluntariamente suas antigas prerrogativas. Afinal de contas, nenhum grupo de posição dominante renuncia aos seus poderes” (W.Goode, 1963, 1969: 81). O autor retoma aqui o tema da cidadania feminina, mostrando como apesar dos direitos formais as mulheres continuam a ser sobrecarregadas com tarefas a que os homens continuam a esquivar-se. O que, na opinião de Goode coloca a questão feminina ao lado das lutas como a dos direitos cívicos das minorias que, apesar da resistência que sofreram por parte dos dominantes, acabaram vencendo e impondo novas regras e novas práticas.

Para último exemplo da maior complexidade da perspectiva de Goode, vale a pena citar ainda uma sugestão de análise a propósito da relação entre a defesa ideológica do igualitarismo e as posições dos homens das diferentes classes sociais. Ele identifica “tensões” entre o igualitarismo que se proclama de forma teórica e a resistência a pô-lo em prática, tema que vem a ser retomado na contemporaneidade por autores como Kellerhals. Sugere Goode que, embora o igualitarismo entre homens e mulheres seja globalmente defendido por todos, mais pelas mulheres e mais ainda pelos sectores mais instruídos, a verdade é que a posição

dos homens exprime descoincidências relativas às práticas e expectativas. A posição masculina não é, de resto, uniforme, variando com o *status*: “os homens da classe inferior concedem, ideologicamente, menos direitos que suas mulheres realmente obtêm e os mais instruídos provavelmente admitem mais direitos, ideologicamente, do que os que concedem” (W.Goode, 1963, 1969: 31). O que esta afirmação indica, esteja ela hoje mais ou menos actualizada no plano da linguagem teórica e da realidade empírica, é a necessidade de articular as diferenças de sexo com as diferenças que Goode classifica como sendo de *status* e que temos vindo a referenciar à classe ou às condições de existência. Postura moderna, portanto, que aponta ainda, muitos anos depois, no sentido certo.

A perspectiva de Goode ultrapassa, assim, alguns dos problemas apontados às anteriores. Será depois, já nos finais de 60 e inícios de 70, que outras portas se abrirão. Quer porque no plano da realidade as transformações se sucedem nesses anos a ritmo muito acelerado, quer porque no plano teórico surgem novos protagonistas. Começam a aparecer as correntes feministas assumindo propostas muito concretas quer quanto ao casamento, quer quanto à questão feminina. Dentro da própria sociologia da família surgem, simultaneamente como objecto e sujeito de investigação, as mulheres. Na teoria como na sociedade estes foram momentos de ruptura que iremos agora muito brevemente enunciar, para passar, depois, à discussão directa dos contributos teóricos e empíricos mais contemporâneos.

AULA 3. Bibliografia de referência

- Blood, Robert O. e Donald Wolfe (1960), *Husbands and Wives*, Nova York, Free Press.
- Burgess, Ernest, M. J. Locke, M. Thomas (1960), *The family from institution to companionship*, Nova York, American Book.
- Johnson, Miriam (1989), “Feminism and the theories of Talcott Parsons”, in, Ruth Wallace (org.), *Feminism and Sociological Theory*, Newbury Park, Sage Publications.
- Goode, William (1959), “The theoretical importance of love” in *American Sociological Review*, Fevereiro.
- Goode, William (1969, 1963), *Revolução Mundial e Padrões de Família*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Goode, William (1970), *A Família*, S.Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.
- Parsons, Talcott e Robert Bales (1956, 1968), *Family, Socialization and Interaction process*, Londres, Routledge & Kegan Paul.

Parsons, Talcott, "A Estrutura social da família" (1971, 1949) in Ruth Ashen (org.), *A Família sua função e destino*, Lisboa, Edições Meridiano.

Torres, Anália Cardoso (2001), *Sociologia do Casamento*, Celta Editora, Oeiras, pp. 34-59.

AULA 4

Sumário

A ruptura dos anos 70, Andrée Michel e as propostas feministas.

- 4.1 A ruptura dos anos 70, Andrée Michel e novos resultados de pesquisa
- 4.2 O casamento, a família e o trabalho doméstico. D. Smith, C. Delphy, B. Friedan, H. Hartman e Macdowell, Pringle e T.S. Fernandes
- 4.3 Casamento, divisão social e sexual do trabalho, género e classe. Kergoat, Battagliola, Philipps, Lorber e Farrell
- 4.4 A dominação masculina e a família na óptica de Pierre Bourdieu
- 4.5 Connell, Kimmel e outros contributos mais recentes
- 4.6 Contributos portugueses. L. Amâncio, H. Carreiras, Vale de Almeida, L. Rodrigues, M.D. Guerreiro e V. Ferreira

4.1 A ruptura dos anos 70, Andrée Michel e novos resultados de pesquisa

Com W. Goode encontramos, na literatura anglo-saxónica e antes das abordagens feministas, os traços de uma sociologia da família que equaciona pela primeira vez a ideia de que a mulher pode ser definida enquanto actor social pleno, fora dos contextos que a natureza biológica lhe impõe. Mas é ainda uma definição da ordem da identificação dos direitos e do lugar da denúncia da discriminação e menos de ordem teórica e conceptual. Ou seja, Goode mostra as assimetrias e injustiças a que as mulheres estão submetidas como, de resto, também sublinhou as diferenças sociais e o seu papel nas escolhas matrimoniais e na vida familiar, mas não propõe no plano teórico e na sociologia da família mudança de perspectiva para captar a realidade das distinções inter-sexos, nem sugere novos conceitos.

Só com os anos 70 se dá o que, à distância, podemos hoje designar por ruptura de paradigma. A chamada condição feminina começa a ser olhada de outra forma, ganhando fôlego, com mais clareza, um processo de transição conceptual e de imagem: aquilo que poderemos chamar a passagem de uma noção de mulher-natureza, condicionada pelas suas funções biológicas e por um destino específico, para uma concepção de mulher-indivíduo.

Para essa ruptura contribuem, de forma mais decisiva e no plano das práticas sociais, as mudanças de valores e de comportamentos dos anos 60, as primeiras manifestações e

reivindicações de um feminismo de segunda vaga²² bem como outras rupturas (Segalen, 1993) no plano dos indicadores demográficos, como a subida do divórcio e a descida da natalidade e da nupcialidade, as transformações no plano da inserção das mulheres no mercado de trabalho. No plano ideológico e teórico, por outro lado, surge um conjunto de novas propostas das correntes feministas e, no contexto da sociologia da família, as investigações que começam a pôr em causa adquiridos anteriores, nomeadamente a perspectiva parsoniana e a rígida divisão de tarefas e de funções que ela impunha. O próprio Parsons, como se viu, previa desconspensões, ambiguidades e dificuldades resultantes dessa rígida compartimentação de funções. Aliás, também como ele já deixava antever, foram sobretudo as mulheres mais intelectualizadas que tomaram a dianteira procurando evidenciar os limites e as desvantagens da sua situação.

São essas mesmas desvantagens e limites que um conjunto de pesquisas, no mundo anglo-saxónico e fora dele, vão revelar. Andrée Michel, quer pelas investigações comparativas em que ela própria se envolve, quer pelo trabalho de sistematização de informação a que procede através da publicação de várias colectâneas de textos e de manuais, tem um papel chave, desde os anos 60 e sobretudo na década de 70, no processo de articulação entre a temática da família e a da situação das mulheres. Vejamos muito sinteticamente alguns desses contributos sabendo que outros se encontram integrados, em vários momentos de análise de resultados, ao longo da pesquisa.

As críticas de Andrée Michel a Parsons assumem lugar de destaque, não só pelo trabalho de desmontagem da própria argumentação do autor, como também pela sistematização de referências a resultados de pesquisa que infirmam as propostas do sociólogo americano (Michel, 1983). Andrée Michel tem ainda papel importante ao subscrever ou divulgar várias teorias alternativas a Parsons e às versões semelhantes mais actualizadas na época como a de Scanzoni (1983). Assumem aqui particular relevo aquelas que procuraram demonstrar pela primeira vez o carácter “produtivo” do trabalho doméstico ou, por outras palavras, o valor económico e de troca do trabalho de reprodução desempenhado pela mulher no contexto familiar. A essas novas posições ligam-se Dorothy Smith, Christine Delphy, Heidi Hartmann entre outras como veremos de forma mais desenvolvida na próxima aula.

Vejamos primeiro, de forma sintética, resultados de pesquisas que, no decurso dos anos 60 e 70, contrariam a ideia da vantagem da diferenciação dos papéis

²² De segunda vaga por referência, logicamente, à vaga inicial do feminismo do início do século XX protagonizada pelas sufragistas.

(instrumental/expressivo) entre os cônjuges e mostram o mal estar feminino perante a circunscrição ao desempenho exclusivo do seu papel tradicional.

Numerosas foram as investigações na Europa e nos Estados Unidos, nos anos referidos a demonstrar, com resultados muito convergentes, que o trabalho profissional das mulheres está de forma clara associado ao aumento do seu poder de decisão e autoridade no casal, a maiores níveis de partilha das tarefas domésticas entre os cônjuges (embora de forma nenhuma essa partilha seja completamente igualitária), a maior percepção de companheirismo, camaradagem, interajuda e comunicação no casal²³ (Michel, 1983). Dito por outras palavras, o facto de tanto homens como mulheres desempenharem o papel instrumental na família é um factor positivo para a percepção que as mulheres têm de si próprias, da relação conjugal e da sua autoridade no contexto familiar. O crescimento da taxa de actividade feminina das mulheres casadas nos anos 60 e 70, quer nos Estados Unidos quer na Europa²⁴, pode testemunhar assim também esse crescente desejo de maior autoridade feminina.

Se é verdade que o móbil da actividade feminina no exterior parece por essa altura ser, fundamentalmente, o desejo de melhorar as condições de vida da família, os dados não deixam contudo de fazer pensar que outros elementos começam também a pesar nas decisões femininas quanto à actividade profissional. A título de exemplo, verificou-se que as mulheres casadas com menos posses que trabalham no exterior quando comparadas com outras mulheres dos mesmos sectores sociais e sem actividade profissional, parecem estar mais satisfeitas perante dimensões fulcrais da relação conjugal apesar de pagarem o preço de uma dupla jornada de trabalho (Blood e Wolfe, 1960).

Mas as desvantagens da exclusividade do desempenho do papel expressivo pelas mulheres no contexto da família podem ser analisado ainda por outro prisma. Por um lado, as mulheres mais instruídas assumem, nestes anos 60 e 70, alguma retracção perante a conjugalidade verificando-se que é entre elas que é maior a taxa de celibato (Michel, 1983: 155). Este facto vai sendo interpretado como a percepção das desvantagens do casamento, nos moldes da divisão tradicional dos papéis, para a realização profissional e pessoal das mulheres. Por outro lado, as mulheres casadas desses mesmos sectores sociais começam a

²³ Andrée Michel refere, discutindo o âmbito e os resultados de cada pesquisa, vários autores dos quais destacamos os seguintes: Blood e Wolfe, David Heer, Reuben Hill (E.U.A.), R.Konig (Alemanha), M.Young e P. Willmott (Inglaterra), C. Leplae (Bélgica) Andrée Michel (França) (Michel, 1983: 207-250).

²⁴ A taxa de actividade feminina das mulheres casadas nos E.U.A. passou de 15% em 1940 para 41% em 1970. Em França, em 1962, 32% das mulheres casadas trabalhavam tendo esse número aumentado para 34% em 1968. Mas, no conjunto das mulheres com actividade profissional em 1968 em França 55% eram casadas, enquanto essa percentagem era apenas de 48 em 1954 (Michel, 1983: 198).

sentir as ambiguidades e os efeitos nefastos da situação da mulher doméstica de que falava Parsons.

A situação de isolamento das mulheres domésticas, associada ao alto sentido de responsabilidade pelos cuidados com os filhos, tendia a causar neurastenia e sentimento de vazio como Betty Friedan e I. Tallman concluem (Michel, 1983: 136). Noutras investigações salienta-se uma correlação negativa entre saúde mental e trabalho doméstico²⁵ e também se conclui, noutras ainda, como as que foram conduzidas por G. Mauco, que “os papéis de autoridade concedidos ao homem no casamento dão à mulher uma imagem desvalorizante dela mesma o que se traduz por um desequilíbrio familiar” (Michel, 1983: 124). Esses desequilíbrios têm consequências negativas não só para as próprias mulheres como para as crianças. E até sociólogos como Becker, que está longe de contestar a divisão tradicional das tarefas no contexto familiar, são obrigados a admitir que a dependência económica das mulheres pode ter efeitos desastrosos quando um casamento não é bem sucedido (Michel, 1983: 125).

Quanto à satisfação da mulher no casamento, um conjunto de trabalhos realizados nos Estados Unidos e na Europa, em meados de 60 inícios de 70, parecem igualmente chegar a resultados bastante convergentes. A satisfação conjugal declina com o nascimento dos filhos e mantém-se baixa até aos filhos serem adolescentes, são os resultados a que chegam quer Andrée Michel, quer Feldman, quer Rollins e Feldman, quer Burr (Michel, 1983: 230-243). A partir dessas idades dos filhos a satisfação parece novamente aumentar, podendo estar também associada à retoma da actividade profissional²⁶.

Os níveis de insatisfação com a relação conjugal podem reforçar-se com o nascimento do segundo filho e parecem estar relacionados, entre outros factores, com a sobrecarga de trabalho, com a existência de maiores problemas sexuais, com menos dinheiro e mais problemas com a profissão do marido, com menos bom humor, falta de comunicação entre os cônjuges etc. (Michel, 1983: 232). Não deixa de ser curioso notar assim que, ao

²⁵ Em 1960, Gurin e seus associados numa pesquisa em que se pretendia relacionar o trabalho com a saúde mental, que envolveu 2460 americanas e americanos, concluíram que o trabalho doméstico pode ser nefasto para a saúde mental das mulheres que ficam em casa (Michel, 1978: 91).

²⁶ Sempre que não se especificar se as mulheres casadas com filhos pequenos de que se está a falar, nesta época, são ou não activas devemos imaginá-las, na sua maioria, domésticas, não esquecendo que a forma de viver esta situação varia de acordo com as classes sociais. É que, quando atrás se fez referência ao aumento da taxa de actividade feminina entre as mulheres casadas, que chegou ao patamar de 41% nos EUA, em 1970 e de 34% em 1968, em França, não se pode esquecer que esse número é uma média. No segmento de idade em que as mulheres têm filhos pequenos essa percentagem desce de forma significativa. Fenómeno que nos anos 80 e 90 se vem a alterar de forma expressiva já que não só sobe ainda mais a percentagem das mulheres casadas activas, na maior parte dos países da Europa e nos Estados Unidos, como hoje se tende cada vez mais a não interromper a actividade profissional com o nascimento dos filhos.

contrário provavelmente do que em termos de senso comum poderia ser de esperar e do que na teoria da diferenciação dos papéis está tão claramente prescrito, a maternidade parece ser, por vezes, “inimiga” da relação conjugal e da satisfação das mulheres no âmbito relacional.

Quanto à relação entre satisfação conjugal e interação conjugal também parece haver convergência num conjunto de resultados de investigação. No inquérito realizado por A. Michel em meados dos anos 60 a 456 famílias parisienses, a satisfação da mulher no casamento “é negativa e significativamente afectada pela autoridade do marido no casal, pelo monopólio da realização das tarefas domésticas pela mulher, pela especialização das decisões em função do sexo” (Michel, 1983: 238). A satisfação das mulheres casadas é mais elevada, por outro lado, quando há divisão de tarefas entre os cônjuges e as decisões e autoridade também são partilhadas. Encontraram-se os mesmos resultados na Bélgica e nos Estados Unidos (Blood e Wolfe, 1960). Embora os níveis de satisfação das mulheres casadas estejam também relacionados com o maior nível de instrução e de rendimentos dos maridos, factores como a comunicação recíproca no casal parecem sobrepor-se a esses de carácter económico ou de estatuto como ficou claramente demonstrado quer nos resultados da pesquisa acima referida de A. Michel sobre as parisienses, quer numa investigação realizada na Bélgica. Entre os factores favoráveis à maior comunicação no casal contavam-se, precisamente, na pesquisa de A. Michel, factores como o igualitarismo no casal no plano das decisões e no da divisão das responsabilidades. O carácter decisivo da comunicação no casal foi ainda mostrado por R. Hill, M. Stycos e K. Back (Michel, 1983: 241).

Estes resultados deixam transparecer claramente incomodidades femininas na aplicação do modelo tradicional de divisão das funções e tarefas entre homens e mulheres na família no decurso dos anos 60 e 70. É que se no plano da relação conjugal a realidade para a maioria das que eram domésticas, e sobretudo para aquelas que tinham filhos pequenos, era insatisfatória, a verdade também é que estas mulheres não tinham modo de a transformar, dada a situação de dependência em relação aos cônjuges. Ora não será forçado admitir, e a distância de 20 ou 30 anos também nos ajuda, que a vivência destas incomodidades vai traduzir-se em anos posteriores forma muito evidente no plano das práticas.

Para as mulheres menos instruídas e com menos rendimentos o trabalho profissional pode aparecer como uma resposta que permite simultaneamente obter mais poder no contexto conjugal, contribuir para o reforço do orçamento da família, diminuir, embora só ligeiramente, a carga doméstica, para já não falar de outros ganhos identitários, de reconhecimento de competências e de sociabilidade. Não será este um factor importante para explicar a subida da taxa de actividade feminina nos anos 80 e 90?

Para muitas mulheres mais instruídas os resultados destas pesquisas, ao revelar a insatisfação conjugal, a dificuldade em correlacionar positivamente maternidade, bem-estar conjugal e realização pessoal, só vêm funcionar como caixa de ressonância em relação à sua experiência e sentimentos pessoais. E se nos sectores sociais menos favorecidos a participação das mulheres no mercado de trabalho e a acumulação do trabalho doméstico com o trabalho profissional parecem ser o preço a pagar para um protagonismo feminino relativamente acrescido, nos sectores mais favorecidos trata-se de assumir claramente o direito a concretizar projectos de realização pessoal e profissional sem desistir da maternidade, da família e da relação conjugal. Assunção de direitos que ainda hoje necessita de ser continuamente afirmada e reafirmada, dadas as resistências e dificuldades reais que o seu exercício na prática ainda suscita, mas que começa a esboçar-se como questão a resolver exactamente nos anos 70. Também é verdade, em todo o caso, que desde essa altura se torna mais fácil para as mulheres mais instruídas e com maiores rendimentos criar condições para poder exercitar estes direitos de forma conjugada, já que se torna possível aliviar o peso das tarefas domésticas, nomeadamente, através da contratação de trabalho pago.

Mas, importa sublinhar, é a partir dos anos 70 que se tornam mais explícitas e visíveis as ambiguidades, as dificuldades e os custos decorrentes da dependência financeira das mulheres, a imposição do retraimento na concretização das suas ambições de realização pessoal e profissional, dificuldades que passam a poder ser nomeadas: termos como submissão feminina e dominação masculina começam a entrar no vocabulário comum a partir dos ensaios feministas. O que era vivido no plano pessoal como o problema daquele específico casamento, daquela específica mulher tende a ser vivido como questão mais global. Inicia-se uma convulsão social, com o horizonte da plena igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, que ainda hoje está em curso mas que se constitui nestes anos como um ponto de não-retorno.

Além da questão da igualdade, os resultados de investigação que temos vindo a referir revelam também a rejeição do modelo tradicional do casamento e a defesa explícita ou implícita de outras modalidades de relacionamento. Contra a ideia de reciprocidade com base na diferenciação e na complementaridade dos papéis e funções, vai-se impondo uma perspectiva sobre a relação conjugal marcada pelo igualitarismo, pela indiferenciação no desempenho das tarefas, pela proximidade entre os cônjuges e pela comunicação recíproca, como critérios para a satisfação conjugal.

Trata-se também de uma nova visão dinâmica da relação conjugal: “ (o casamento) é um processo dinâmico, no qual o equilíbrio é um objectivo e uma aposta mais do que um adquirido, um movimento entre forças centrífugas e centrípetas, forças de atracção e repulsão; as primeiras só se impõem às segundas através de negociações (*marchandages*), de avaliações cuja finalidade é a manutenção de reciprocidade de direitos e de deveres aceitável no seio do casal” (Michel, 1978). Esta afirmação baseia-se em comprovação empírica, diz a autora: o casamento tornou-se nos países industrializados uma instituição precária, pelo facto dos indivíduos não aceitarem a ausência de reciprocidade, chegando mesmo a poder rompê-lo quando sentem falta dela. Esta era a interpretação que A. Michel desenv

olvia para explicar o aumento exponencial do divórcio que se desencadeia de forma mais acentuada precisamente no início dos anos 60.

Em suma, o que estas novas perspectivas procuraram mostrar foram os equívocos da ideologia tradicionalista quando propunha que a realização pessoal e a satisfação das mulheres derivassem simplesmente dos serviços gratuitamente prestados aos filhos e ao marido e restantes familiares. As pesquisas empíricas que citámos encarregaram-se de desmistificar completamente esta ideia.

No plano teórico surgem também as teorias da corrente feminista que propõem novas explicações sobre a situação das mulheres e sobre o seu papel na família. Trata-se agora de uma perspectiva nova procurando dar visibilidade a um lado da vida familiar até aqui completamente oculto: o trabalho produtivo e reprodutivo que as mulheres desenvolvem no contexto do casamento e da família.

Também são de referência obrigatória para analisar os temas focados os contributos de outras áreas da sociologia, como uma certa sociologia do trabalho que faz ressaltar a articulação entre divisão social e sexual do trabalho. A proposta do conceito de género e a sua relação com a família e a classe, os contributos de autores portugueses que pesquisam na área da família e/ou do género serão também nesta aula objecto obrigatório de referência.

4.2 O casamento, a família e o trabalho doméstico. D. Smith, C. Delphy, B. Friedan, H. Hartman e Macdowell e Pringle e T.S. Fernandes

Dorothy Smith, numa perspectiva de simbiose entre a perspectiva estruturo-funcionalista e a marxista, vem afirmar que a família no capitalismo monopolista continua a desempenhar uma

função produtiva embora tenha deixado tendencialmente de produzir directamente para o mercado. O trabalho produtivo no contexto da família é constituído pela enorme quantidade de serviços domésticos produzidos, no essencial, pelas mulheres. Produção que é sistematicamente ocultada e não contabilizada. A família é assim um subsistema articulado ao sistema industrial (Michel, 1983)²⁷. Este tipo de argumentos tem o mérito de desmistificar os argumentos que justificam a divisão tradicional dos papéis como uma necessidade estritamente emocional e relativa aos cuidados com as crianças e salienta agora a necessidade de ter em conta e de avaliar os aspectos quantitativos e qualitativos do trabalho doméstico.

Para Christine Delphy importa definir o trabalho doméstico “como uma certa relação de trabalho, uma certa relação de produção no seio de uma unidade: o grupo doméstico (...)”. A natureza desta “relação de produção entre marido e mulher na família nuclear moderna”, é a de uma relação de subordinação de uma pessoa, a um chefe que está integrado numa relação de produção mercantil. A mulher é subordinada porque a sua produção, não se integrando no circuito mercantil, é desvalorizada e tornada invisível (Delphy, 1978).

Nestas condições, avança C. Delphy, é difícil a reciprocidade no contexto da relação conjugal e da família. De um lado, temos o chefe de família cuja produção é paga através de um salário, do outro a mulher, cujo contributo não é reconhecido socialmente nem sequer pelos dois implicados, sem protecção social, só com protecção através do marido. Além disso, as mulheres casadas que trabalham no exterior também acumulam a produção doméstica. Ou seja, para C. Delphy nas condições da divisão tradicional das tarefas e funções, o casamento é, independentemente da vontade das pessoas, um lugar de reciprocidades difíceis na medida em que os lugares que o homem e a mulher ocupam são, à partida, muito assimétricos. Num texto de início dos anos 90 C. Delphy reafirma: “o casamento é uma instituição através da qual o trabalho não pago é extorquido a uma categoria particular da população, as mulheres-esposas” (Delphy, 1992).

Depois de uma época em que a dedicação das mulheres ao marido e à família parece ser um dádiva não contabilizada, trocada pelo sustento material e legitimada pela ideia de um desempenho baseado na função biológica, começam a ser avaliadas as perdas e ganhos. Contabilização que parece resultar da própria centralidade das lógicas mercantis na sociedade capitalista (Morgan, 1978).

²⁷ Claro que esta visão retoma alguns dos argumentos já avançados por Engels no século XIX, nomeadamente em *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884, 1976).

A título de exemplo, registre-se uma das múltiplas formas de contabilizar que conduzem a conclusões curiosas. Num grande inquérito aplicado a mais de 2 mil famílias representativas de famílias de todos os tipos, Morgan revelou que o celibatário americano consagra cerca de 408 horas por ano às tarefas domésticas mas que depois de casado não faz mais do que 190. Conclui assim que o homem americano ganha com o casamento cerca de 218 horas por ano. Cálculos que atribuem aos homens mais 5 anos do que às mulheres casadas, tempo que eles “poupam” ao longo da vida de casados e que podem usar para muitas coisas: para mais trabalho e, assim, mais salário ou para mais lazer (Morgan, 1978). Ora, acrescente-se, as contrapartidas, isto é, o facto de serem as mulheres a ser sustentadas financeiramente pelos maridos parecem nem ser compensatórias, como C. Delphy procurou mostrar, nem absolutamente fiáveis.

Na verdade, A. Michel defende que o que as mulheres ganham em conforto e segurança quando dependem financeiramente dos maridos tem muitas vezes também em contraponto, sobretudo em certas classes sociais, o chamado mal indefinido da doméstica a que já se fez referência: o isolamento, o aborrecimento, a monotonia dos dias, a fuga para o consumo inútil, as visitas ao psicanalista ou psiquiatra ou a cura com tranquilizantes para apagar uma energia que não encontra lugar onde esgotar-se além da rotina das tarefas domésticas.

Outras propostas feministas, nos anos 70, procuraram também dar visibilidade ao trabalho doméstico. Ann Oakley (1974), considerando a dona de casa como uma figura característica do capitalismo contemporâneo, analisa as especificidades do trabalho doméstico, distinguindo-o das outras formas de trabalho e mostrando como ele está intimamente associado a uma visão particular sobre a mulher: a que a define segundo três características indissociáveis como mãe, esposa e trabalhadora doméstica.

Surgiram também polémicas a respeito deste tipo de trabalho. Maria Rosa della Costa e Selma Jones admitiam que devia ser reivindicado um salário para o trabalho doméstico. Mas a maioria das feministas tendia a considerar que este tipo de propostas só aprofundaria a situação de isolamento e de discriminação feminina (Macdowell e Pringle, 1992: 126). Embora, esta vaga inicial, que mostrava aspectos da situação das mulheres até aí ignorados, centrasse a sua atenção no domínio da vida familiar e doméstica, outras propostas procuravam relacionar a situação de discriminação na família com a discriminação no mundo do trabalho. Contudo, a polémica gerava-se à volta da atribuição da primazia a dar a cada uma dessas esferas.

Nos primeiros anos 70 sublinhava-se mais a esfera familiar e doméstica como o cerne da opressão, sugerindo-se que o patriarcado, “estrutura específica da dominação masculina” (Macdowell e Pringle, 1992) teria autonomia em relação às formas de exploração capitalista. A relação entre capitalismo e patriarcado ou entre género e classe constituíam tema de debate frequente. C. Delphy (1978), por exemplo, defendia que o patriarcado constituía um modo de produção separado. Heidi Hartmann (1976) pelo seu lado, sustentava que o patriarcado e o capitalismo constituíam sistemas duais que se beneficiavam mutuamente e que tinham como resultante a secundarização das mulheres no mundo do trabalho.

Tal como Macdowell e Pringle (1992) sustentam, as condições materiais desde o início dos anos 80 até hoje mudaram em todo o caso significativamente e as perspectivas feministas também: “no decurso dos anos 80 houve maior consciência da dificuldade de fazer afirmações teóricas a este nível de abstracção. As feministas desencorajaram as polaridades do tipo ou/ou e a distinção entre feministas radicais e socialistas esbateu-se”. Nesta linha é também de salientar que no decurso dos anos 80 e 90 apareceram novas perspectivas teóricas que propuseram a necessária articulação entre os conceitos de classe e de género (Phillips, 1992). Em simultâneo, perderam vigor as teorias que defendiam a centralidade do patriarcado, nomeadamente porque foi bastante questionada a forma de identificar e localizar as estruturas sociais que sustentavam tal “modo de produção”. Ver-se-á à frente que mais tarde se foi privilegiando a ideia de uma dominação masculina como dominação simbólica e como forma de exercício de um poder que se apresenta de forma “naturalizada” e se manifesta em todos os domínios das relações sociais conformando as instituições a essa lógica. Daí decorre a distribuição desigual de lugares de poder para homens e para mulheres.

A ideia do patriarcado como categoria transhistórica, aliás, fora já criticada em 1981 por Teresa Sousa Fernandes numa dissertação de doutoramento defendida na Brandeis University. Trata-se de uma obra a vários títulos perscrutadora já que é exactamente em finais dos anos 70 que questiona o que só se tornou pacífico e aceite no início dos 90 como vimos nos textos referidos acima. Vale a pena olhar sinteticamente para os traços gerais da sua proposta.

A autora faz a reavaliação crítica de alguns aspectos centrais do marxismo e do feminismo. Critica a ideia de “universalidade” contida na noção de patriarcado e de uma dominação masculina transhistórica que Kate Millet avança. Considera que Delphy faz uma colagem demasiado rápida, e pouco rigorosa, entre o modo de produção capitalista e a exploração do trabalho doméstico e reprodutivo que as mulheres desenvolvem no contexto da

família (Fernandes, 1981: 3). Também sugere os limites do biologismo de algumas propostas feministas como a de Firestone (Fernandes, 1981: 4).

Defende ainda que o marxismo não conseguiu produzir uma teoria capaz de explicar a opressão das mulheres, a divisão sexual do trabalho, nem a dominação masculina na família. Propõe, assim, a necessidade de ultrapassar os dualismos inerentes às versões feminista e marxista e afirma “a sociedade capitalista não é só um sistema de classe historicamente específico, mas também um sistema de dominação-subordinação dos sexos historicamente específico” (Fernandes, 1981: 7). Trata-se assim de uma proposta que a nosso ver sublinha *avant la lettre*²⁸ a necessidade de articulação entre divisão social e sexual do trabalho, o que sendo hoje pacífico era inovador para a época. Como decorre dos termos utilizados pela autora trata-se de considerar que “a caracterização da forma capitalista da divisão sexual parte da análise das relações sociais da reprodução humana na medida em que elas se interrelacionam com as relações de produção capitalistas e o poder político” (Fernandes, 1981: 7).

Centrando-se na análise da perspectiva marxista e procurando analisá-la de forma extremamente exaustiva percorre um leque variado de aspectos desde as propostas de Engels, à identificação das especificidades da relação salarial em Marx, ao papel do Estado e a evolução da época pré-moderna, ao grande surto de desenvolvimento industrial do século XIX e até 1975. Conclui a este propósito e de forma global sobre “a inaplicabilidade, na análise das divisões sexuais do trabalho, do aparato conceptual utilizado para caracterizar as divisões capitalistas do trabalho exclusivamente por referência à organização do processo produtivo imediato” (Fernandes, 1981: 288).

Depois de uma reinterpretação histórica sobre a externalização do trabalho de reprodução social avança os fundamentos de uma teoria sobre a divisão sexual do trabalho. Salienta a necessidade de analisar a articulação entre as relações de produção e as de reprodução desenvolvendo a partir de aqui nova análise aprofundada sobre a posição das mulheres trabalhadoras no sistema de reprodução social, por um lado, e na relação salarial, por outro, mostrando como se tecem e se interpenetram estas esferas. Retoma também algumas propostas como a de Meillassoux que assume posições idênticas ao analisar o trabalho feminino na agricultura (Meillassoux, 1977).

²⁸ Não dominamos suficientemente a literatura sociológica anglo-saxónica sobre a questão do género naquela época para dizermos com toda a segurança que não haveria então propostas que fossem já em sentido convergente com esta, mas é duvidoso que assim seja. A verdade é que os chamados “*women studies*” ganham visibilidade precisamente a partir dos anos oitenta com perspectivas que nos parecem aquém das que foram avançadas por Teresa Sousa Fernandes.

Encontramos assim uma alternativa muito elaborada às ideias mais simplistas sobre as características do trabalho doméstico no contexto das classes trabalhadoras (Fernandes, 1981: 571-586) e da relação entre este, a própria relação salarial e a “formação” do salário das mulheres e dos homens. A conclusão é que: “a forma burguesa de família das classes trabalhadoras e o trabalho doméstico privado que aí se desenvolve, aparecem como condições necessárias do sistema de trabalho assalariado” (Fernandes, 1981: 586).

Por outras palavras, a privatização da família das classes trabalhadoras é parte integrante do processo de externalização da reprodução do trabalho. O que significa que a formação dos salários masculinos nas classes trabalhadoras pressupõe a existência de uma reposição da força de trabalho operada pelo trabalho reprodutivo e não pago das mulheres no contexto doméstico, independentemente de estas trabalharem ou não no exterior. A divisão sexual do trabalho que impõe às mulheres casadas o desempenho das obrigações domésticas e familiares implica ainda que, quando elas trabalham no exterior, os seus salários sejam ainda muito inferiores aos dos homens dado que são desde logo “definidos” como salários de apoio. Tal divisão sexual traduz-se ainda de forma muito visível na divisão do trabalho vertical – as mulheres ocupam postos menos qualificados que os dos homens - e horizontal – a distribuição das mulheres por sectores de actividade específicos, produzindo determinados bens de consumo, e sendo mal remunerados e de trabalho intensivo, etc. (Fernandes, 1981: 744). Ideias que irão ser retomadas e em que se insistirá mais tarde. Tal como, aliás, a análise histórica das relações entre formas da estrutura familiar e posição face ao mercado de trabalho de homens e de mulheres das classes trabalhadoras, que T. S. Fernandes desenvolve analisando essas relações desde a fase da acumulação capitalista ao modelo vigente em meados dos anos 70 (Fernandes, 1981: 670-782). Procedimentos analíticos idênticos, embora com alguns contornos diferenciados, que outras autoras já em meados dos anos 80 e no decurso dos 90, irão sugerir.

Do conjunto variado de perspectivas desenvolvidas pela autora ao longo de cerca de 850 páginas vale a pena sublinhar mais duas ideias. Em primeiro lugar, são desenvolvidas com bastante pormenor as oposições à venda da força de trabalho feminina na fase de consolidação do capitalismo industrial. Oposição no próprio seio dos sindicatos, nos sectores mais “aristocráticos” da classe operária e mesmo do movimento socialista, em virtude da ameaça que representava a oferta de mão-de-obra feminina para a manutenção dos níveis salariais dos homens. Oposição também ideológica pela parte do Estado, já que se começa a desenvolver o ideal da doméstica e a circunscrição das mulheres trabalhadoras aos sectores

dos serviços pessoais, situação que se torna predominante na altura da viragem do século (Fernandes, 1981: 426-451).

A leitura destas páginas, ilustradas com diversos exemplos e casos históricos mostra as contradições entre “luta de classes e luta de sexos”. Situações que, com outros pretextos ou com os mesmo mais “matizados”, se podem ainda hoje localizar, muito mais de cem anos depois, nos diversos episódios das lutas actuais pela emancipação feminina e nas contínuas resistências, às vezes “envovergonhadas”, que a ideia de que as mulheres devem ser encaradas como “indivíduos” continua a suscitar. É na verdade muito complexo o percurso, a que atrás aludimos, da passagem da ideia de uma mulher dependente para sua sobrevivência dos ganhos do marido, limitada às suas funções biológicas e ao seu papel na família, para a ideia de uma mulher-indivíduo.

Em segundo lugar, e para concluir, Teresa Sousa Fernandes faz algumas observações que merecem ainda atenção. Pelo facto de ter dado na sua análise prevalência às posições dos sindicalistas e dos activistas do movimento sindical, interroga-se sobre como teriam as mulheres reagido, que estratégias teriam elas desenvolvido, como teriam elas vivido a sua compulsiva circunscrição ao papel materno? Na pesquisa que fizemos sobre o casamento (Torres, 2000) com uma lógica metodológica completamente diferente da investigação que temos vindo a abordar e com outras interrogações, procurou-se precisamente reconstituir o discurso quer das mulheres quer dos homens sobre a vida conjugal e sobre o trabalho profissional. Tem-se, aliás insistido na necessidade de não fazer economia da pesquisa, nem ceder às tentações ideológicas ou alteridades naturalistas que se podem traduzir pela suposição de que os dominantes são o reverso dos dominados.

Outra observação final da autora, enunciando um esforço desenvolvido pela própria também voltado para o futuro, refere-se ao facto de reafirmar a necessidade de ter em conta as diferenças de classe entre as mulheres e afastar as visões dualistas que implicam, por exemplo, a escolha mutuamente exclusiva de conceitos como patriarcado ou classe social. Na investigação sobre o casamento (Torres, 2000) procurei também superar o mesmo tipo de dualismos, tendência, aliás, que hoje se tem tornado mais frequente nestas áreas de investigação.

4.3 Casamento, divisão social e sexual do trabalho, género e classe. Kergoat, Battagliola, Philipps, Lorber e Farrell

O efeito da produção das correntes feministas nos anos 70 e o seu impacto, directo ou indirecto, na sociologia da família fez-se sentir, também, de forma quase transversal em diferentes domínios da sociologia. Interessa dar breve conta de algumas propostas que levantaram novos problemas a partir da sociologia do trabalho, articulando esfera familiar e actividade profissional. No domínio da família, além das ideias como a da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, foram as subidas e descidas de um conjunto de indicadores referentes à vida familiar que contribuíram para intensificar a pesquisa e propor outras análises. No domínio do trabalho, por seu turno, foi a crescente participação das mulheres na actividade, as mudanças tecnológicas com o reforço do sector dos serviços e o surgimento de postos de trabalho e empregos de natureza precária “abertos” à mão de obra feminina que vieram impor novas reflexões.

A ideia segundo a qual a divisão social do trabalho é também “sexuada” surge de forma clara nos finais dos anos 70, em França. Parte dessas propostas vêm a lume, numa antologia de textos, com o sugestivo título *Le sexe du travail* (1984) e entre as numerosas autoras encontramos os nomes de Danièle Kergoat, Martine Chaudron, Françoise Battagliola, Marie Agnès Barrère-Maurison. Vejamos algumas dessas ideias salientando sobretudo aquelas que

Martine Chaudron sublinha a necessidade de “se interrogar sobre os lugares respectivamente propostos às mulheres e aos homens na estrutura social *hic et nunc*, o que conduz a perguntar como se articulam precisamente as relações de classe e as relações de sexo” (Chaudron, 1984: 23). Esta perspectiva marxista tem a novidade de conceber a família como “atravessada, constituída fundamentalmente pelas relações sociais de sexo, na sua modalidade especificamente capitalista”. Isto é, não só sublinha a ideia de que as determinações sociais não param à porta da família, como afirma a especificidade do que nela ocorre. Na verdade, é no seu seio, avança a autora, que se desenvolve o essencial do trabalho de reprodução social, trabalho esse que está a cargo das mulheres através do desempenho das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos. O que aqui encontramos é uma variante das propostas feministas avançadas anteriormente e, em particular, da de A. Michel. Simplesmente, o ponto de partida deixa de ser a família, passando para o mundo do trabalho: o que ocorre no contexto familiar não são trocas gratuitas, são trocas de trabalho e estas, por sua vez, vão condicionar o que se passa com homens e mulheres na esfera da

actividade profissional. M. Chaudron acaba por salientar que esta divisão social e sexual do trabalho condiciona as trajetórias de ambos os sexos, estando as mulheres inseridas profissionalmente em posições hierarquicamente inferiores às dos homens porque lhes é atribuído, simultaneamente, o papel reprodutivo na família.

Françoise Battagliola, por sua vez, sublinha que os mecanismos de classe e de sexo operam nos dois sentidos: na esfera produtiva e na esfera reprodutiva. Ao estudar os empregos do terciário, ela mostra como a ocupação de certos postos de trabalho não depende apenas de escolhas individuais feitas pelos trabalhadores ou trabalhadoras mas varia fundamentalmente em função das necessidades domésticas e até da própria política de gestão da mão de obra: “a divisão do trabalho entre os sexos na família é redobrada pelos mecanismos de funcionamento da instituição: por um lado, a promoção interna no emprego favorece, no essencial, os homens; as medidas de política social usadas pelas mulheres, e não podendo sê-lo pelos homens, transformam-se num álibi para a não promoção e para a atribuição a estas de trabalhos repetitivos” (Battagliola, 1984: 58).

A diferenciação entre carreiras masculinas e femininas, por sua vez, tem como efeito a rigidificação da divisão do trabalho no casal. A promoção dos homens mobiliza o esforço familiar, o que representa maior afectação da mulher ao desempenho das tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos. Efeito que não se verifica quando é a mulher a desenvolver, no essencial, esse esforço de promoção profissional: “a divisão social do trabalho entre os sexos, que se exerce no quadro profissional, redobra, através de mecanismos próprios, a que estrutura a esfera familiar e contribui em retorno para a reproduzir. O que está em jogo numa e noutra esfera são as relações sociais entre os sexos, que asseguram tanto no domínio da produção como no da família a dominação social dos homens sobre as mulheres, através da divisão sexual do trabalho e das representações que lhe estão associadas” (Battagliola, 1984: 58).

Numa perspectiva macrosociológica, Marie-Agnès Barrère-Maurison insiste também na necessidade de ter em conta as estreitas relações entre estrutura familiar e estrutura profissional propondo mesmo mais tarde uma sociologia dessa relação em *La Division Familiale du Travail* (1992). Ao fazer a análise sistemática das relações entre estas duas esferas, que considera articuladas entre si, defende que se devem considerar as relações “homens-mulheres como relações sociais de sexo na medida em que elas atravessam a sociedade no seu conjunto e não apenas a família, ou mesmo a produção”. Só reinterrogando a família como lugar de relações de sexo, se pode então compreender melhor como funcionam as relações conjugais, as relações de uns e de outros com a produção de crianças,

a relação com o trabalho quer assalariado quer doméstico de cada cônjuge” (Barrère-Maurison, 1992: 27).

Mais do que verificar a necessidade desta dupla abordagem trabalho/família, e as modalidades de articulação entre os dois domínios, a autora propõe-se explicar a evolução e transformação no tempo e no espaço da relação entre as duas estruturas. Para o caso da França e desde 1945 até aos nossos dias, relaciona as mudanças nos sistemas produtivos e de emprego com os tipos dominantes de família e as modalidades de regulação familiar em relação ao trabalho, mostrando a passagem da família patriarcal à família conjugal e à família de *deux apporteurs* (Barrère-Maurison, 1992: 174). Analisa ainda as modalidades de relação entre estruturas familiares e estruturas do emprego e do mercado de trabalho a partir da especificidade dos diferentes sectores de actividade (a empresa, o serviço público, a agricultura e o trabalho independente). Mostra assim como, quer no domínio da família, quer no do trabalho, se verifica a existência de sistemas de funcionamento mais ou menos rígidos, em épocas diferentes, que se inter-influenciam. Conclui, que “o trabalho e a família são em parte autónomos, isto é, são regidos cada um pelas suas lógicas próprias e possuem uma dinâmica específica; mas eles estão igualmente em relação um com o outro, porque estão os dois submetidos a uma lei comum, a da divisão sexual do trabalho” (Barrère-Maurison, 1992: 159).

Estas perspectivas ultrapassam assim visões excessivamente dicotomizadas: de um lado as determinações de sexo, do outro as de classe. Porque introduzem o conceito de relações sociais de sexo, elas têm ainda o mérito de mostrar como os condicionamentos derivados destas diferenças atravessam e fazem comunicar todos os domínios da vida social, da família ao trabalho. Abandona-se de vez a lógica da procura da determinação “em última instância”, passando-se à análise sistemática de interacção dos diferentes domínios: a posição das mulheres e dos homens na família e a posição das mulheres e dos homens no mercado de trabalho estão ligadas entre si pela existência das relações sociais de sexo.

Em termos de operacionalização, estas propostas foram úteis à nossa pesquisa sobre o casamento. Embora um dos seus objectivos centrais fosse perceber as dinâmicas conjugais, pretendia-se dar conta, também, quer das posições relativas dos dois sexos perante o casamento e outras esferas da vida, quer das transformações de valores económicos e sociais dos últimos anos. Ora a visão que acabámos de expor permite abranger mais globalmente estas temáticas.

Certos fenómenos gerados no mercado de trabalho, por exemplo, como o crescimento do sector dos serviços, ou a procura de mão-de-obra precária, criam oportunidades mais facilmente adequadas à situação de discriminação das mulheres, gerando certos círculos viciosos. Nos sectores sociais mais desfavorecidos os patrões oferecem postos de trabalho “pensados” para serem ocupados por mulheres. Estas, por sua vez, aproveitam as oportunidades, mas são obrigadas a interromper com a gravidez e nos primeiros anos dos filhos porque não têm condições mínimas de protecção social nem equipamentos sociais de apoio. Quando voltam, só conseguem encontrar ocupações ainda em piores condições do que quando entraram, como é exemplificado no caso inglês (Macdowell, 1992).

O que nestes casos se revela, assim, é a interpenetração perversa e desfavorável para as mulheres, das lógicas do trabalho e da família. Mas os condicionamentos a que muitas mulheres estão submetidas não podem ser confundidos com o seu maior ou menor investimento na actividade profissional. Na verdade, também foi evidente que elas desejam ter trabalhos de tipo diferente, recusando a privação dos ganhos em autonomia relativa e auto-estima que eles proporcionam. Pretendem, pelo contrário, maior controlo sobre os seus recursos económicos e outras vantagens que o trabalho no exterior permite (Macdowell, 1992: 188). A ideia segundo a qual as mulheres estariam mais motivadas para a vida familiar do que para o trabalho profissional foi também claramente posta em causa pela nossa pesquisa. Noutra investigação realizada nos E.U.A., de resto, e utilizando técnicas diferentes de recolha de informação, se concluiu que considerar que as mulheres são “familiarmente-orientadas” e não “profissionalmente-orientadas” não é senão alimentar uma ideologia de género que não corresponde efectivamente às aspirações femininas (Lorber e Farrel, 1991: 9).

Ter em conta a divisão social e a divisão sexual do trabalho, de forma articulada, e as relações sociais de sexo, permite assim perspectivas mais alargadas sobre o que pode condicionar as vivências da conjugalidade para mulheres e homens contribui igualmente para entender os constrangimentos susceptíveis de influenciarem certas opções, preferências e expectativas dos cônjuges.

Género e classe

As correntes que em França sugeriram que a divisão social do trabalho era também “sexuada” coincidem de certo modo no tempo com as que nos EUA avançaram o conceito de género.

Este último, entre múltiplos entendimentos, pretendia, de forma muito genérica, dar conta das características socialmente construídas a partir das diferenças biológicas entre os sexos.

Disse-se atrás, ao procurar os momentos de ruptura e os fios condutores para o presente do debate teórico sobre mulheres e casamento, que nos anos 80 as divisões entre as correntes feministas em torno da questão da primazia a dar ao capitalismo ou ao patriarcado, que indirectamente se referiam, assim, a preferir o conceito de género ao de classe ou vice-versa, tenderam a esbater-se anos mais tarde. As posições teóricas e abstractas do tipo ou/ou foram sendo cada vez menos frequentes e, em muitos casos, as posições mais ideológicas e preocupadas com a intervenção directa, evoluíram no sentido de desenvolver pesquisas que contribuíssem para o entendimento de aspectos da discriminação de género que condicionam a vida de mulheres e de homens. Esta aproximação ao real constituiu enorme enriquecimento em termos do conhecimento da realidade e traduziu-se num maior grau de plasticidade na utilização dos conceitos.

As posições que defendem a necessidade de articulação entre classe, género e outras categorias sociais como a de etnicidade tornam-se mais expressivas: “na realidade, raparigas e rapazes e mulheres e homens são mais parecidos do que diferentes, mas como Rubin (1975) diz, as sociedades impõem-lhes um “tabu da semelhança”. Juntamente com raça, etnicidade e classe social as *categorias de género* constituem estatutos cultural e socialmente institucionalizados” (Lorber e Farrel, 1991: 8). A necessidade de analisar os contextos históricos e culturais específicos em que ocorrem as relações sociais de género torna-se decisiva.

Antes ainda de avançar o entendimento específico em que se decidiu utilizar o conceito de género, vale a pena dar um exemplo de utilização heurística da relação entre género e classe. Anne Phillips (1992) sugere esta articulação através de um sugestivo título de artigo *Classing the women and gendering the class*. Ela apoia-se na análise de três momentos da história inglesa – o século XIX, a viragem do século e o período posterior à segunda guerra mundial – e na relação das mulheres de diferentes classes sociais com o mercado de trabalho. Mostra então como as posições relativas das mulheres, muito embora pelos efeitos de género sejam sempre socialmente dominadas e inferiores às dos homens, se podem distanciar entre si pelos efeitos da classe. Vê-se ainda extremamente bem que as classes só ganham sentido a partir duma perspectiva relacional, com as mudanças ocorridas numas a implicarem forçosamente transformações de posição das outras. Igualmente se entende que o estatuto das mulheres casadas foi usado como marca de classe perfeitamente distintiva. Vejamos alguns exemplos.

Phillips considera que durante o século XIX se opera maior afastamento entre as classes médias e as classes trabalhadoras e que para essa distância contribuiu uma recodificação das ideias sobre as mulheres e o seu papel. O ideal de feminilidade, do recato doméstico e da entrega à educação dos filhos surge nos mesmos sectores sociais em contraste com a época anterior, quando as mulheres dos pequenos e médios comerciantes ou dos proprietários agrícolas médios geriam, lado a lado com os homens, os seus negócios. Nasce com esta reclusão das mulheres o seu equivalente afastamento do mundo dos homens.

Fenómeno complementar deste é o que se passa com as chamadas classes trabalhadoras. Enquanto as mulheres das classes médias passam a ficar no lar, as assalariadas agrícolas deixavam o campo e vinham para as fábricas ou surgiam a criar condições para que as fadas do lar exercessem mais facilmente o seu papel, isto é, passavam a empregadas domésticas. E à medida que as classes médias aumentavam, subia também o número das que se dedicavam ao trabalho doméstico, ao ponto de o serviço doméstico se tornar no grande empregador de mulheres nessa época (Phillips, 1992: 96). Embora se condenasse, do ponto vista moral, o emprego em fábricas das mulheres casadas e com filhos, a verdade é que as condições de pobreza e de miséria e, nomeadamente, a grande descendência que era necessário sustentar, empurravam as mulheres para esses trabalhos extenuantes.

Mas um conjunto de mudanças socioeconómicas vem provocar outras transformações nas fronteiras de classe entre as mulheres. Nos finais do século XIX, continua Phillips, os sectores mais baixos das classes médias começam a ocupar os novos postos de trabalho entretanto criados: professoras do ensino primário, enfermeiras, vendedoras, empregadas administrativas. A qualificação para estes trabalhos exigia formação escolar, o que implica algum acesso à educação a mulheres até aí afastadas dela. No início do século ter um emprego tornou-se mais normal para as mulheres das classes médias e a grande distinção entre as mulheres que eram obrigadas a trabalhar e as que não eram esbate-se ligeiramente. Durante a primeira guerra mundial, aparece até como tarefa patriótica o trabalho para o esforço de guerra, o que não deixa de produzir algum rasto para o futuro.

Depois da segunda guerra mundial, Phillips considera que, no caso inglês, as grandes diferenças entre as mulheres das classes médias e as das classes trabalhadoras -- a extrema pobreza por um lado e uma existência mais cómoda defendida pela existência de trabalho doméstico, por outro -- esbatem-se. Não só diminui e encarece a oferta de trabalho doméstico, como o modelo de actividade tende a generalizar-se a todas as mulheres casadas e com

filhos depois dos seis anos. Nem por isso logicamente deixa de haver fortes assimetrias sociais entre as mulheres destes dois sectores, mas o que Phillips sublinha é que a relação com o trabalho parece ser mais aproximada do que distante, ao contrário de um passado ainda recente.

Não faz sentido prolongar este exercício, que a autora desenvolve de forma muito mais aprofundada e rica do que seria possível aqui dar conta. Apenas se quis ilustrar as modalidades de interpenetração entre classe e género e algum do poder heurístico da perspectiva. Basta o confronto com a experiência de outro país, aliás, para nos apercebemos da especificidade da história portuguesa a este respeito -- do ainda predominantemente Portugal rural dos anos 60 à modernidade inacabada dos nossos dias -- e da necessidade de prolongar e intensificar a investigação. À frente far-se-á de forma limitada à época da vida adulta dos nossos entrevistados a análise de certos condicionamentos (desses anos 60 até hoje) que podem contribuir para explicar especificidades da relação entre classe e género, mulheres e mercado de trabalho.

Voltando ao conceito de género, para concluir, vale a pena ainda referir que além da tendência já focada para o seu enquadramento, contextualização e articulação a outros conceitos, dele têm sido dadas diferentes definições. Encontramos versões do conceito mais fenomenológicas que lhe conferem um carácter, no essencial, “construído” e que apontam para a ideia segundo a qual o género se vai “fazendo” e “reafirmando” através da relação com os outros (West e Zimmerman, 1991). Encontramos também, no outro extremo, interpretações mais estruturalistas, que o definem numa perspectiva “socio-estrutural, em que o género é encarado como uma das fundações de toda a ordem social existente” (Lorber e Farrel, 1991: 1). Mesmo nesta óptica, contudo, se assume uma visão não essencialista, ao partir-se do princípio de que, em rigor, se deve falar de géneros e não de género, visto que “ser mulher e ser homem muda de uma geração para a outra e é diferente para diferentes raças, etnias, e grupos religiosos, assim como para os membros de diferentes classes sociais” (Lorber e Farrel, 1991:1). Também se encontram versões de síntese quando, a partir da discussão de resultados de pesquisas com diferentes orientações teórico-metodológicas, se conclui sobre a inevitabilidade de uma tripla articulação entre género, família e economia (Blumberg, 1991).

4.4 A dominação masculina na óptica de Pierre Bourdieu

Numa colectânea de textos sob o título *La domination masculine*, P. Bourdieu propõe-se explicar os mecanismos que dão origem à dominação dos homens sobre as mulheres, analisando também os processos de mudança e permanência ocorridos neste âmbito nos últimos anos. Trata-se de uma visão abrangente dos condicionamentos da situação das mulheres que quer dar resposta a algumas interrogações essenciais. Vejamos como.

Num primeiro texto, e buscando inspiração em resultados de pesquisa realizadas há já alguns anos sobre a tradição Kabyle, Bourdieu desenvolve algumas analogias para explicar a dominação masculina nas sociedades modernas. Exercício arriscado, já que não raras vezes parecem forçadas tentativas de transposição das realidades dessas sociedades para as sociedades contemporâneas ocidentais. Mas Bourdieu justifica o exercício afirmando que é preciso introduzir distância em relação aos objectos de análise demasiado próximos, que quer identificar os “invariantes” observáveis apesar de todas as mudanças visíveis e que eles “precisam de ser “retirados da invisibilidade histórica”.

Os “invariantes” são esquemas de pensamento que constituem o cerne da organização social androcêntrica na sociedade Kabyle e que também existem nas nossas sociedades. Trata-se da perspectiva de uma divisão básica do mundo entre homens e mulheres, manifesta num conjunto de oposições fundamentais que concedem sempre supremacia ao pólo masculino. Oposições do tipo: alto/baixo; por cima/por baixo; seco/húmido; claro/escuro; de fora (público) /de dentro (privado): dominante/dominado, etc. (Bourdieu, 1998: 13). Claro que já não são estas oposições nem esta cosmogonia que caracterizam o androcentrismo nas sociedades urbanas modernas, segundo o que se pode deduzir do que Bourdieu afirma, mas o autor insiste que elas fazem sentido. Considera que é grande o peso dos condicionamentos que neste campo permanecem mesmo ao nível do inconsciente. Isso mesmo torna difícil a própria consciência da dominação por parte dos dominados, situação que contribui para explicar os limites que os avanços na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres ainda enfrentam.

Bourdieu afirma ainda que, ao contrário do que parece à primeira vista, não é a partir das diferenças biológicas entre os sexos que se construiu a ordem androcêntrica, mas exactamente o oposto: “não é o *phallus* (ou a sua ausência) que é o fundamento desta visão do mundo, mas é esta visão do mundo que, estando organizada segundo a divisão em *gêneros relacionais*, masculino e feminino, pode instituir o *phallus*, constituído como símbolo

da virilidade, de ponto de honra (*nif*) propriamente masculino e a diferença entre os corpos biológicos, em fundamentos objectivos da diferença entre os sexos, no sentido de géneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas” (Bourdieu, 1998: 28).

Trata-se de uma perspectiva interessante, reveladora do arbitrário cultural das hierarquias assim construídas entre os sexos. Recorde-se que já abordámos a questão neste capítulo. Aliás, a ideia que confere ao biológico o poder explicativo das diferenças entre os sexos pode bem ser posta em causa através da experiência das sociedades contemporâneas. Se olharmos para as sociedades ocidentais, vemos que cada vez mais as mulheres desempenham as tarefas que antes eram só atribuídas aos homens, reduzindo-se as diferenças de ocupação ou de interesses a limiares mínimos. E não fazem mais, não por falta de “quedá”, por limite biológico ou por ausência de desejo, mas porque lhes são colocadas barreiras objectivas. Em contrapartida, e a título de exemplo, nas sociedades de religião muçulmana, enquanto até aos anos 80 do século XX, se observava alguma lenta evolução na situação das mulheres, verificou-se a partir daí e com o incremento do fundamentalismo, um revés ideológico que voltou a impor as antigas regras obsoletas. A ideologia e a política, o arbitrário cultural, impõem assim definições de lugares e papéis que estão muito para além dos condicionamentos biológicos.

Noutro texto, em que procura também identificar os “constantes esquecidos” mas, desta vez, centrando-se nas sociedades contemporâneas, Bourdieu mostra de forma mais sistemática não só os efeitos da dominação masculina no plano simbólico, como tenta enraizá-la no conjunto de condições objectivas que alimentam e realimentam essa mesma dominação.

Embora a dominação masculina tenha perdido a sua evidência mais imediata, pelo menos ao comparar a sociedade contemporânea com a Kabyle, para Bourdieu mantêm-se certos mecanismos que fundam essa dominação como uma “relação de causalidade circular que se estabelece entre as estruturas objectivas do espaço social e as disposições que elas produzem tanto nos homens como nas mulheres”(Bourdieu, 1998: 63).

Através das estruturas objectivas como através das disposições incorporadas, o mundo sexualmente hierarquizado impõe-se de forma “naturalizada” através de silêncios, injunções, ou ordens explícitas. O campo do que é fazível, adequado para um homem ou para uma mulher é assim dado (ou lembrado) como se se tratasse de opções perfeitamente naturais. “É, sem dúvida, no encontro entre as “expectativas objectivas” que estão inscritas, sobretudo no estado implícito, nas posições oferecidas às mulheres pela estrutura, ainda

muito fortemente sexuada, da divisão do trabalho, que as disposições ditas 'femininas' inculcadas pela família e por toda a ordem social podem realizar-se e até ampliar-se, e encontrar-se da mesma forma recompensadas, contribuindo assim a reforçar a dicotomia sexual fundamental (...)”(Bourdieu, 1998: 64).

Os nossos resultados na investigação sobre o casamento mostram como parece ser exactamente desta forma “naturalizada” sem contestação, revolta ou queixa submissa, que vemos algumas mulheres viverem situações objectivamente injustas (como a sobrecarga de trabalho doméstico ou o serem preteridas em termos profissionais) exactamente como se se tratasse de um destino natural ou uma situação que à falta de alternativa, tende a ser vivida como inevitável (Torres, 2000). Embora não seja esta a reacção de todas as mulheres e se tenham encontrado nas entrevistas sinais de insatisfação ou atitudes reivindicativas, o mais frequente é mesmo um certo conformismo naturalista, ou, pelo menos, um “bom senso” adequado às circunstâncias: se não podes combatê-los...

Mas se há coincidência entre expectativas e disposições incorporadas, a verdade é que as expectativas têm vindo a ser alteradas. E de modo algum se pode pensar as mulheres como um grupo homogéneo. As expectativas das que têm formação de nível universitário são quase sempre muito mais elevadas em termos de realização pessoal fora do casamento e não raras vezes se pressente insatisfação e desconforto no seu discurso, exactamente porque há descoincidência entre expectativas e realidade. Mas à parte estes sinais de mudança, a que Bourdieu parece estar menos atento, não deixa de ser verdade, em termos globais, que ele propõe um diagnóstico realista da situação vivida por muitas mulheres.

O autor vai enunciando, através de vários exemplos, as dificuldades femininas em assumirem outra posição que não a esperada e o preço duro que, por vezes, têm de pagar quando rompem essas expectativas. Refere ainda as inseguranças originadas pela dominação masculina que transforma as mulheres em objectos simbólicos (e corpos) destinados não a *ser*, mas a constituir uma imagem para os outros. Situações que estão muito bem retratadas em numerosos e variados estudos no âmbito do feminismo, mas também no domínio da antropologia, da psicologia social e da sociologia.

Permanência e mudança na perspectiva de Bourdieu

Mas é preciso responder a um problema que as transformações dos últimos anos tornam incontornável. No plano da dominação masculina o que mudou, o que permanece? É o tema que Bourdieu aborda também neste seu livro. Para sintetizar, ele considera que a dominação masculina persiste, no essencial, nas sociedades contemporâneas, através das instituições e mecanismos encarregados de a reproduzir – a família, o Estado e a igreja. As modificações nestas instituições não foram apesar de tudo de molde, na opinião de Bourdieu, a mudar o sentido dessa dominação, limitando-se a introduzir alguma mudança relativa de posições.

A transformação mais relevante consistiria no facto de a dominação masculina não constituir já uma evidência inquestionável, sobretudo devido ao trabalho crítico do movimento feminista. Outras mudanças mais significativas estão ligadas à escola, ao acesso das mulheres à independência económica e à mudança nas estruturas familiares.

Mas, reafirma, trata-se de mudanças que escondem permanência nas posições relativas. E os exemplos são os já conhecidos: as mulheres não chegam aos postos de topo nas empresas, nas fileiras de ensino continuam a ser minoritárias nos domínios das ciências biológicas e físicas (o que não é verdade para Portugal onde elas estão em maioria quer em medicina quer nas faculdades de ciências), continuam a ocupar maioritariamente as profissões que podem ser entendidas como prolongamentos das funções tradicionais – cuidados de saúde, ensino, serviços. As posições de autoridade continuam a não ser assumidas pelas mulheres e também não são elas a desempenhar funções de carácter técnico ou onde se lida com máquinas (também depende do tipo de máquinas...).

Bourdieu fala ainda de outros temas mais conhecidos a que já fizemos referência, como a desvalorização do trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres. Finalmente, considera, como de resto de outra forma outros já tinham proposto, que se deve ter em conta a totalidade dos espaços em que se exerce a dominação e as relações que se estabelecem entre eles, condição para perceber o fenómeno nos seus múltiplos aspectos: “as mudanças visíveis que afectaram a condição feminina mascaram a permanência das estruturas invisíveis que só podem ser trazidas à luz do dia por um *pensamento relacional* (sublinhado nosso) capaz de pôr em relação a economia doméstica, portanto a divisão do trabalho e dos poderes que a caracteriza, e os diferentes sectores do mercado de trabalho (os campos) onde os homens e as mulheres estão envolvidos” (Bourdieu, 1998: 113).

Na mesma linha refere que se deve pensar nos constrangimentos que a estrutura do espaço doméstico (actual ou virtual) faz pesar sobre o espaço profissional (Bourdieu, 1998: 114) e, acrescentamos nós, na senda de Battagliola, importa ter também em conta a relação inversa. Bourdieu considera ainda que é fundamental ter em conta as formas variadas que assume a dominação masculina nos diferentes espaços sociais. Ou seja, e tal como temos vindo a sublinhar até aqui, importa analisar as diferenças de contexto social de forma articulada às de género; e importa também integrar nos nossos esquemas de análise, tal como temos procurado mostrar, os constrangimentos que se impõem aos actores sociais, não apenas no plano das condições objectivas de inserção no mundo do trabalho ou na família, como no plano simbólico.

Sabe-se que Bourdieu é particularmente arguto a detectar os mecanismos da reprodução das desigualdades, mas menos atento na avaliação das hipóteses ou mesmo da realidade da mudança. Tal limitação tinha já sido particularmente visível quando, ao estudarmos a questão do divórcio, se revelou menos útil a operacionalização de alguns dos seus conceitos, nomeadamente o de estratégias matrimoniais (Torres, 1996). Ele parecia definido, com efeito, em função de realidades vividas nas áreas rurais e menos nas urbanas ou onde predominam as classes médias. Também agora poderíamos dizer que seria difícil, a partir do esquema de pensamento de Bourdieu, prever há vinte ou trinta anos atrás a existência nos finais dos anos 90 de mais mulheres do que homens com formação de nível universitário na União Europeia. E se bem que, tal como Bourdieu mostra, os limites desses avanços sejam reais, a verdade é que no plano objectivo eles representam uma mudança de expectativa e de perspectiva em relação a um passado ainda recente. Se essa mudança fosse esquecida, tornar-se-iam invisíveis muitas dimensões do problema em análise. Na verdade, as transformações dos últimos quarenta anos no campo da família, do casamento, da situação das mulheres são muito significativas e têm de ser entendidas de forma interligada. O que não obsta, bem entendido, é a verificação fáctica da continuada dominação masculina em todas as áreas relevantes do poder político e institucional ao poder simbólico. Mas será lícito desvalorizar os avanços já feitos, à custa de muito empenho a favor da causa da igualdade e apesar das grandes resistências, na afirmação de uma ideia e de uma prática de mulher cidadã e indivíduo? Não me parece. No plano sociológico essa desvalorização representaria cegueira face à realidade. Afirmar a permanência dos mecanismos da dominação, e mesmo denunciá-la activamente, não justifica esconder debaixo do tapete avanços reais. Os mecanismos de dominação assumem, isso sim, configurações mais subtis que importa analisar e desmontar de forma analiticamente cuidadosa. Mas não se pode deixar na sombra

ou desvalorizar os avanços conquistados, tantas vezes tão duramente, nem as mudanças já adquiridas.

4.5 Contributos portugueses: L. Amâncio, H. Carreiras, Vale de Almeida, L. Rodrigues, M.D. Guerreiro e V. Ferreira

Vale a pena, ainda, referir brevemente alguns dos contributos dos que em Portugal têm utilizado o conceito de género de forma explícita ou implícita.

A primeira referência importante centra-se nas já indicadas propostas de Lúcia Amâncio (1994), basicamente no âmbito da psicologia social, domínio com linguagem própria que se procurou não “trair”, salientando aqui os traços da sua perspectiva que mais directamente se podem relacionar com aspectos da investigação sobre o casamento.

A autora procura explicar a construção social da diferença de género numa investigação que se propõe mostrar “que os conteúdos caracterizadores do masculino e do feminino, as dimensões explicativas do comportamento de homens e mulheres e da própria posição social dos dois grupos estão interligados numa relação de produção de sentido, e que o consenso que envolve esta forma de pensamento social o transforma numa ideologia colectiva” (Amâncio, 1994: 33). A partir de um conjunto de pesquisas mostra, mais especificamente para o universo do trabalho, a persistência das assimetrias de género revelando assim os limites, em termos do fim da discriminação feminina, da maior participação das mulheres na actividade profissional.

Conclui que os significados sociais atribuídos às categorias sexuais não são simplesmente diferentes, nem apenas assimétricos favorecendo o pólo masculino em detrimento do feminino. A autora mostra que ao estereótipo masculino são atribuídos os traços de “modelo referencial”, de carácter universal, sinónimo de pessoa adulta e de sentido dominante, enquanto que ao feminino se atribuem traços particularistas, contextuais e dominados. Acrescenta ainda que “a dominação do masculino não é uma propriedade dos homens, mas é uma propriedade do seu modo de ser na medida em que se confunde com a concepção dominante de pessoa, ao nível de um modelo de comportamento. É por isso que quando situamos os indivíduos em contextos públicos, como os do trabalho, os homens afirmam a sua distintividade de forma relativamente consistente, mas as mulheres fazem-no sob certas condições: a de que este comportamento não implique uma ruptura com o modo de ser feminino e a de que ele não subverta a natureza da relação entre os sexos” (Amâncio,

1994: 180). Ora, assim, ao assumir “naturalmente modelos de comportamento que lhes são socialmente impostos”, homens e mulheres contribuem de maneira diferente para a acentuação da diferença e do desvio das mulheres no mundo do trabalho.

Viu-se que há análises no domínio da sociologia que dão relevância à articulação entre divisão social e sexual do trabalho deduzindo daí os lugares diferenciados que homens e mulheres ocupam na estrutura social e que explicariam assim a discriminação de género. Há quem acrescente que, no decurso dos diferentes contextos de interacção, essas diferenciações são, no plano simbólico e no plano das práticas, actualizadas e realimentadas. A perspectiva assumida por Lúcia Amâncio permite dar visibilidade aos mecanismos de carácter ideológico que permitem manter a discriminação de género. Mas, mais do que isso, ao mostrar como estas ideologias de senso comum são partilhadas por homens e por mulheres, questiona directamente as perspectivas que, partindo da simples pertença de sexo, se apoiam nas versões automáticas de um essencialismo, naturalismo e biologismo do feminino que se traduziria numa visão moral e numa consciência diferente e libertadora.

Helena Carreiras tem conduzido pesquisas sobre a participação das mulheres nas Forças Armadas. Procurando, desde logo, desconstruir as posições de algumas correntes feministas, a autora acentua o carácter socialmente construído das categorias de género sublinhando que: “à abordagem sociológica não cabe definir diferenças entre grupos ou categorias de indivíduos, a partir da identificação de propriedades que lhes seriam intrínsecas, mas antes analisar os processos necessariamente relacionais através dos quais se constroem essas diferenças (e, do mesmo modo, as pertenças identitárias) bem como as modalidades da sua configuração em distintos contextos sociohistóricos” (Carreiras, 1997: 36).

Projectada neste plano, a análise sublinha a necessidade de distinguir entre sexo e género considerando que a última noção permite identificar os processos de categorização social que “embora do ponto de vista cognitivo tomem por referência o critério biológico, dele se distinguem enquanto produto especificamente social” (Carreiras, 1997: 37). Discutindo depois, na perspectiva sociológica, algumas das abordagens do conceito de género salienta as vantagens das versões mais fenomenológicas e etnometodológicas como a de West e Zimmerman (1991), citadas acima, pelo facto de mostrarem como o género “vai sendo” socialmente construído. Mas também mostra os seus limites ao enunciar o que é em geral criticado no plano teórico a estas propostas: o facto de elas não terem em conta os constrangimentos socio-institucionais, ou seja, darem menos atenção aos lugares que os actores ocupam na divisão social do trabalho e aos contextos em que decorrem as interacções (Carreiras, 1997: 39).

Também Helena Carreiras conclui pela necessidade de afastar raciocínios simplificadores como os que atribuem à entrada das mulheres nas Forças Armadas o significado mais visível de fim da discriminação de género. Ela mostra que, por um lado, se verificou ao nível dos processos de adaptação/integração feminina nas Forças Armadas, “a existência de altos níveis de satisfação com a experiência militar”, por outro, acrescenta que “esta apreciação geral se associa à percepção de dificuldades”. Precisando ainda mais aponta para que a “natureza das dificuldades encontradas – onde se destaca a identificação de resistências culturais à entrada das mulheres nas Forças Armadas – remete explicitamente para o plano das relações sociais de género”. Adianta também que as mulheres militares sentem que a sua condição de género funciona sempre como “filtro” para a análise do seu comportamento, situação que não se passa no caso dos homens, o que faz lembrar a ideia dos efeitos da “particularização” (Amâncio, 1994) na apreciação dos comportamentos femininos, sem equivalente no masculino.

Com Miguel Vale de Almeida viajamos para uma abordagem singular no contexto português. Mais do que debater o conceito de género, o autor propõe-se compreender a construção da masculinidade. A hipótese central da investigação constitui-se à volta da ideia de que a “masculinidade hegemónica é um modelo cultural ideal (...) que exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação da ritualização das práticas da sociabilidade quotidiana e de uma discursividade que exclui todo o campo emotivo considerado feminino” (Vale de Almeida, 1995: 17). A masculinidade hegemónica não se define apenas como diferente da feminilidade mas assume o estatuto de superioridade, a forma de ascendência social.

O autor analisa um terreno com contornos particulares. Trata-se de uma zona do Alentejo cuja actividade económica fundamental está ligada à extracção de pedra e em que a organização social da família assenta numa forte segregação entre os sexos, dedicando-se a mulher ao trabalho doméstico e aos cuidados com os filhos e o homens ao trabalho nas pedreiras. Resulta do trabalho de Miguel Vale de Almeida, que implicou presença prolongada no terreno em convívio próximo com o universo masculino da aldeia, uma perspectiva teórica e empiricamente muito rica da realidade que analisou. O acesso aos diversos espaços masculinos permitiu revelar alguns dos “segredos” -- para os universos femininos, nomeadamente, para a investigadora mulher -- da construção da masculinidade, desde a sua exibição mais directa na relação com o dinheiro e com o poder, até aos lados mais íntimos da expressão censurada da emoção.

Mas além de permitir que as mulheres investigadoras entendam melhor os universos da masculinidade, a pesquisa de Miguel Vale de Almeida contribuiu igualmente de forma directa para a investigação sobre a conjugalidade. Ao identificar, um espaço social muito específico dá visibilidade a práticas e representações que encontramos, noutra contexto geográfico e embora com diferenças etárias, em situação de classe idêntica. Por exemplo, alguns dos discursos de operários mais velhos que insistem na supremacia masculina e revelam muita dificuldade em aceitar os direitos das mulheres, na nossa pesquisa, são próximos dos discursos masculinos com que Vale de Almeida se confrontou em Pardais (Torres, 2002). Também a centralidade do casamento como sinal de passagem à vida adulta e a desejabilidade social pela aquisição clara do estatuto de homem, tanto se revela nos operários mais velhos na Grande Lisboa como nos de Pardais (Vale de Almeida, 19975: 66).

Beneficiou-se ainda com o debate teórico desenvolvido em *Senhores de Si*, que faz o percurso das problemáticas do género, da sexualidade e do corpo na antropologia, recorrendo igualmente a sociólogos contemporâneos. Verificou-se também proximidade de perspectivas nomeadamente porque Vale de Almeida, tal como já aqui se afirmou, procura mostrar como o que se define como feminino e masculino tem gradientes, tratando-se de características a ser confirmadas e reafirmadas, mas dependendo a sua configuração, também, de outras variáveis como a classe e a idade (Vale de Almeida, 1975: 66). O que significa, logicamente, e ainda mais uma vez, a recusa de posições essencialistas.

Num estudo sobre mulheres empresárias, Maria de Lurdes Rodrigues (1989) analisa a evolução da participação feminina nos sectores empresariais. Revela que, apesar de a taxa de actividade feminina global ter subido, o seu crescimento foi mais acelerado nesse grupo específico. Não deixando de verificar que se mantêm as características discriminatórias que acompanham a participação feminina no mercado de trabalho, mostra que entre 60 e os finais de 80 ocorreram mudanças de natureza não só quantitativa como qualitativa (Rodrigues, 1989: 70).

A conclusão da autora é que o envolvimento directo das mulheres na vida empresarial tem duas vertentes fundamentais: a motivação associada a estratégias familiares de reprodução patrimonial e a orientação para a profissão numa perspectiva de realização pessoal. Apesar da diversidade das situações, estas duas lógicas não seriam mutuamente exclusivas, antes interligadas e complementares. Sugere também a necessidade de uma análise dinâmica que tenha em conta a relação entre ciclo de vida familiar e ciclo de vida da empresa para conseguir captar, de forma adequada, como esses dois ciclos condicionam a participação e o protagonismo feminino na empresa. Finalmente, discutindo o problema da

invisibilidade da situação das mulheres empresárias, a autora mostra como se processa, em termos intergeracionais, clara mudança. Trata-se de uma transformação que se desdobra, quer no plano da visibilidade externa de protagonismo, quer no da forma como as empresárias assumem o valor do “trabalho”, as mais novas de forma muito mais evidente, numa lógica individualizada e autonomizante. (Rodrigues, 1989: 133-139).

Esta análise e os seus resultados, dirigidos a realidades diferentes das da nossa própria pesquisa, acabam, de forma indirecta, por convergir com ela. Na verdade, o que parece tornar-se claro nos últimos anos em relação ao trabalho feminino em Portugal, é que mesmo no tipo de inserções sociais em que se poderia esperar a presença mais marcante de atitudes “tradicionalistas”, elas podem já, de forma nítida nas mulheres jovens, ser ultrapassadas por orientações mais individualizantes e modernizantes.

O tema da invisibilidade do contributo feminino no meio empresarial foi também abordado por Maria das Dores Guerreiro (1996, 1998) numa análise mais vasta das relações família e pequenas e médias empresas. A autora traz para a ribalta a centralidade do contributo feminino, através das relações familiares, em diferentes modalidades de articulação com a lógica empresarial. Contesta a ideia segundo a qual as relações familiares, e de forma mais concreta ainda a participação feminina, constituiriam obstáculo ao desenvolvimento de lógicas de racionalidade económica na empresa, salientando ao contrário a sua decisiva importância. É assim analisado um conjunto de relações, em que as questões económicas estão envolvidas, que têm por base o trabalho familiar feminino e também o trabalho directo para a empresa. A pesquisa vem revelar modalidades de trabalho das mulheres raramente estudados e normalmente ausentes das taxas de actividade.

Mas as propostas portuguesas a propósito da ligação entre família, capitalismo e trabalho tiveram, ainda no início dos anos 80, outra autora relevante: Virgínia Ferreira. Num texto publicado ainda em Maio de 1981, pela *Revista Crítica de Ciências Sociais*, intitulado “Mulheres, Família e Trabalho Doméstico no Capitalismo”, a autora analisa em primeiro lugar a relação entre família e capitalismo, para depois se centrar nos debates da época sobre o significado do trabalho doméstico e a condição social das mulheres. Tal como outros autores, Virgínia Ferreira assume a necessidade de “considerar as interconexões existentes” entre o trabalho realizado no seio da família e o trabalho no sector da produção social” para analisar a situação das mulheres na sociedade capitalista.

Começando por analisar as posições sobre a família de autores clássicos como Marx, Engels e Weber, aponta depois as fragilidades da concepção funcionalista de Parsons

concentrando-se a seguir na identificação, com pormenor, de um conjunto de concepções alternativas que constituíam à época posições inovadoras. Essas posições alternativas mostram como são parcelares as perspectivas que defendem o papel funcional da família em relação ao capitalismo. Tanto aquelas que sustentam a ideia de que a família tem um papel de defesa ideológica dos “valores conservadores ao socializar os indivíduos numa relação de autoridade” (Ferreira, 1981), como aquelas que assentam estritamente numa ideia de família como “lugar de trabalho num processo de produção”. Recenseia depois outras perspectivas, as que acentuam o carácter contraditório da relação entre capitalismo e família.

A conclusão que retira é a de que cada uma das concepções recenseadas “não exclui as outras”. Para uma análise adequada da realidade deve ter-se em conta que “a família é uma instituição social fundamental que não pode ser analisada como um campo autónomo do social mas antes como um elemento intrinsecamente integrante desse todo social”. A vida familiar, na perspectiva da autora, não é estruturada a partir da vontade pessoal dos indivíduos, sendo antes socialmente determinada de forma múltipla quer no plano ideológico, quer no nível económico. Não está aliás “apenas subordinada aos interesses do capital mas também a eles se contrapondo”(Ferreira, 1981: 59).

As relações entre trabalho doméstico e capitalismo são, de seguida, analisadas. Depois de caracterizar o trabalho doméstico, debruça-se sobre um conjunto de propostas sobre a natureza desse trabalho. Discussão viva e muito interessante, assumindo Virgínia Ferreira, do lugar da sociologia, posição de pioneirismo ao introduzir o debate em Portugal. Salientem-se as teses centrais que mantém, de resto, inteira actualidade. A autora sublinha o importante papel da família, nomeadamente através do trabalho doméstico que aí se desenvolve, na reprodução, quer da força de trabalho, quer dos seres vivos. Ao mesmo tempo, sublinha a importância da distinção, no grande subconjunto de mulheres, de diferentes classes sociais. Parte da proposta de D. Bertaux (1978) é aqui recuperada de forma criativa.

O texto aborda, ainda, a condição social das mulheres, para percorrer as diferentes explicações sobre a origem da sua opressão e as formas históricas que foi assumindo, mostrando ao mesmo tempo as transformações na situação feminina. Sublinha o progressivo reconhecimento do direito ao trabalho das mulheres, condição da sua autonomização, sem deixar de salientar as contradições inerentes. Elas resultam das desigualdades que se mantêm no plano da própria inserção profissional, onde a segregação se continua a fazer sentir e também de continuar a atribuir às mulheres a responsabilidade fundamental na esfera da reprodução, em sentido amplo.

A autora mostra, assim, as encruzilhadas específicas da situação das mulheres. E não deixa de referir as propostas que, nos anos 60, representaram a expressão forte do movimento de emancipação das mulheres – as correntes feministas. Identifica as duas tendências centrais desses movimentos, na época. O feminismo reformista, que preferia no plano analítico dar prevalência à distinção entre as classes e o feminismo liberal, que considerava as mulheres como um só grupo assumindo como principal inimigo o sexismo.

A autora reafirma a necessidade, para compreender e interpretar quer a situação das mulheres quer a família e o trabalho doméstico, de insistir, no plano analítico, na articulação das esferas da produção e reprodução.

Num artigo mais recente de Virgínia Ferreira (Ferreira, 1999) são reequacionados, entre outros, alguns temas centrais do debate sobre divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho e na família. Retomando temas anteriores, a autora sistematiza o debate das teorias que tomam por referência ou o tema do emprego ou o da família, para depois abordar os que tentam estruturar uma visão conjunta das duas esferas da divisão sexual do trabalho. Velhos conceitos são revisitados, novas ideias analisadas, mostrando-se virtualidades e limites.

Depois de situar um conjunto de interrogações sobre o efeito das políticas de igualdade de oportunidades, desenvolve a crítica às teorias sobre a divisão sexual do trabalho na família, como a teoria do *capital humano* ou a do *new home economics*. Retoma depois o tema da divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho, fazendo a análise crítica das teses sobre o *dualismo* e a *segmentação no mercado de trabalho*, a da *desqualificação do trabalho*, a do *exército industrial de reserva*.

As relações entre a divisão sexual do trabalho na família e no mercado, articulação que a autora vem propondo desde 1981, são depois analisadas. De início, referem-se as teorias dos sistemas duais que tendem a privilegiar a atenção ou na família e nas relações de subordinação que aí ocorrem – como é o caso de C. Delphy, como atrás foi referido – ou na dimensão do mercado de trabalho. Mas também se olha para velhas e novas propostas de formulação do conceito de patriarcado.

V. Ferreira sublinha contributos como os de S. Walby que, procurando superar as críticas de ahistoricismo, biologismo, universalismo, descritivismo, dirigidas às formulações mais primitivas do conceito, sugere que “o patriarcado é um sistema de relações sociais e não um padrão de acções individuais”. Exemplo dessa procura de evitar formulações redutoras, é o de Walby ainda, ou o de Boaventura de Sousa Santos, quando procura evitar a localização da opressão das mulheres num “local” específico da estrutura social. Para Walby, em todo o

caso, parece clara a prevalência da ideia segundo a qual, nas sociedades ocidentais, são as relações de mercado que acabam por configurar de forma mais determinante o lugar de subordinação das mulheres na família e na sociedade em geral (Ferreira, 1999: 49).

Também a proposta de H. Hartmann, e as modalidades específicas de relação entre os dois sistemas patriarcado e capitalismo, é analisada por V. Ferreira, sugerindo que a autora norte-americana sublinha a cumplicidade e o reforço mútuo desses dois sistemas, actuantes nos próprios sistemas de trabalho (por exemplo, através do fechamento dos sindicatos e da formação profissional em relação às mulheres).

Mas também os limites destas propostas são apontados por V. Ferreira, ou por autores em que se apoia. Critica-se, por exemplo, o facto de posições como a de Walby e de Hartmann sublinharem demasiado o lado economicista e macro-estrutural dando menos atenção às práticas dos sujeitos concretos, ou à natureza relacional interdependente e contraditória da relação entre o masculino e o feminino nas sociedades ocidentais.

V. Ferreira considera mais vantajosa a utilização do conceito de *relações sociais de sexo*, em detrimento das teorias dos sistemas duais e das suas interações sustentando: “Na verdade estas duas correntes tomam o patriarcado e o capitalismo como sistemas que pré-existem ao momento da sua articulação. Ora a conceptualização da transversalidade das relações sociais de sexo implicam uma rejeição da noção de esferas separadas que depois se articulam” (Ferreira: 1999: 51). Insiste depois que o esquema analítico das relações sociais de sexo é fundamentalmente integrador, ao permitir equacionar, de forma transversal, tanto as condicionantes mais estruturais como o nível das interações face a face, as percepções subjectivas e as identidades.

4.6 Connell, Kimmel e outros contributos mais recentes

Também o contributo de autores de referência no campo do género como Connell (1989, 2002) ou Kimmel (2000) são analisados de forma breve. Sendo as perspectivas globais dos diversos autores tema obrigatório da Unidade Curricular *Sociologia do Género* procura-se na UC *Sociologia da Família. Teorias e Debates* focar apenas alguns dos seus traços principais, nomeadamente, quando estes se debruçam sobre o cruzamento entre género e família.

Depois de uma introdução à perspectiva de Connell, usando quer os textos de referência mais antigos (*Gender and Power*, 1987; *Masculinities*, 1996) quer os mais recentes

(Gender, 2002; Gender. Short Introductions, 2009) e também artigos onde o autor reage a algumas críticas dos últimos anos, selecciona-se o que nas suas análises mais directamente se relaciona com a família. Na perspectiva de Connell, a família aparece referida como tema de forma enquadrada numa versão mais vasta da “vida pessoal”. As ideias fundamentais do autor a propósito de género e vida privada centram-se na crítica à teoria da aprendizagem ou socialização de papéis de género que considera terem contribuído para essencializar, naturalizando-as, essas aprendizagens de género. Poderíamos dizer que para Connell a ideia segundo a qual o género – entendendo este também de forma naturalizada e estereotipada sobre o que é uma menina adequada ou um rapaz adequado - se aprende na socialização primária deixando as marcas para todo o sempre, constitui uma visão demasiado simplista e redutora sobre a ordem, os regimes de género, os processos de incorporação e de construção identitária. Explicando melhor, ele considera que há quatro aspectos em que estas teorias erram.

Em primeiro lugar, não há só um papel sexual adequado para ser aprendido por rapazes e raparigas. Há múltiplos padrões de masculinidade e feminilidade de acordo com as classes, as etnias, o momento do ciclo de vida e outro conjunto significativo de diferenças.

Em segundo lugar, o modelo da socialização supõe que se adquiram certos “traços” adequados a um género específico, mas estas visões em geral correspondem mais a estereótipos do que verdadeiramente a atitudes, opiniões e traços de comportamento reais dos indivíduos homens ou mulheres. Como já foi inúmeras vezes demonstrado, são mínimas as diferenças, mesmo as psicológicas, entre homens e mulheres por comparação com as diferenças internas ao grupo das mulheres e ao grupo dos homens. Neste sentido, e contrariando o senso comum, há menos diferenças inter-sexos do que intra-sexos. Como Connell afirma: “(...) the main finding, from about eighty years of research, is a massive psychological *similarity* between women and men in the population studied by psychologists. Clear-cut block differences are few, and confined to restricted topics” (Connell, 1987: 170²⁹)³⁰. É preciso pois estabelecer a diferença entre o que são respostas quando se trata de perguntas baseadas em estereótipos e quando que se trata de perguntas neutras e a partir delas se avalia o que homens e mulheres respondem. Isso mesmo temos verificado em

²⁹ No livro publicado em 2002, intitulado *Gender*, R. Connel reafirma a rejeição da “dicotomia de carácter” de homens e de mulheres com base das diferenças de género, discutindo resultados de pesquisa mais recentes (Connell, 2002). O mesmo se passa com o mais recente *Gender. Short Introductions* (2009).

³⁰ Mesmo quando se analisam características como a distribuição de atributos associados com a masculinidade e a feminilidade se verifica que, embora possa haver diferenças de médias, há muito mais sobreposição de características do que distância e diferença. Como Kimmel também mostra: “In fact, in virtually all the research that has been done on the attributes associated with masculinity or femininity, the differences among women and men are far greater than the mean differences between women and men” (Kimmel, 2000: 15).

relação a um conjunto muito substancial de respostas a questionários internacionais. Aí mais uma vez pudemos verificar que as diferenças de resposta e de opinião entre homens e mulheres, exceptuando poucos itens e, muito específicos, eram de facto muito pouco expressivas (Torres e Brites, 2006).

Em terceiro lugar, o modelo de socialização e de aprendizagem de papéis pressupõe sempre um actor ou aprendiz passivo. Não se admite que os papéis sejam desempenhados com “prazer”, isto é, que se trate de uma incorporação activa que pressupõe uma identificação positiva porque desejada enquanto tal, ou por questões identitárias. Nem se admite, por outro lado, que haja resistência e luta ou subversão relativamente a esses papéis impostos.

Em quarto lugar, o problema das teorias da socialização de género só reconhecem uma direcção da aprendizagem a que é relativa à incorporação das normas sobre os papéis sexuais. Tem muita dificuldade em compreender as mudanças de sentido que muitas vezes aparecem no decurso do desenvolvimento sobretudo no que diz respeito à adolescência. Connell considera que uma certa interpretação da teoria psicanalítica tem mais poder explicativo para identificar o que se pode passar nesta fase relativamente às identidades de género e à sexualidade. Os fenómenos de mudanças de identificação de um progenitor de um sexo para outro, os conflitos e contradições do processo de crescimento, as influências múltiplas, nomeadamente, as dos pares, são processos mais complexos do que a simples incorporação de uma norma única pelo efeito da socialização. E Connell continua: “Os padrões de género desenvolvem-se na vida pessoal como uma série de encontros com os constrangimentos e as possibilidades da ordem de género existente. Nestes encontros o aprendiz improvisa, copia, cria e desenvolve assim estratégias características para lidar com as situações em que as relações de género estão presentes - aprende como “desempenhar” de um forma particular. Com o tempo, especialmente se as estratégias tiverem sucesso, eles (padrões de género) estabilizam, cristalizando-se como padrões específicos de feminilidade e masculinidade (Connell, 2002: 82).

Em suma, e sintetiza Connell: “No life course is mechanically determined by its point of origin (Connell, 2002: 83). Esta perspectiva revela-se assim aberta e não determinista quanto aos efeitos das socializações familiares na construção de género. Ao criticar a teoria dos papéis sexuais, que dão uma prevalência determinística e unívoca às socializações primárias, reduzindo o papel dos sujeitos a seres passivos e afastando a influência de outros elementos externos à família na construção identitária, contribui assim, mais uma vez, para recusar uma visão essencialista do género, agora no plano da vida íntima e pessoal.

Ao falar na família “genderizada”, por sua vez, Michael Kimmel (2000) mostra de forma muito clara como o género atravessa todas as dimensões da vida familiar: da escolha do cônjuge ao casamento, da parentalidade à educação dos filhos e às políticas “genderizadas” relativas ao trabalho doméstico e aos cuidados com os filhos. Para além das desigualdades já conhecidas de poder entre homens e mulheres na família, ele procura identificar, com o exemplo dos EUA, as gritantes desigualdades na repartição de tempo de trabalho (pago e não pago) entre homens e mulheres na família ao mesmo tempo que denuncia as escassíssimas ou nulas políticas existentes no EUA relativamente ao apoio à família – nomeadamente a inexistência de licenças pagas de maternidade. Procura também, com a ajuda dos resultados de pesquisa recente – relativa a finais do século XX – mostrar as tensões a que as mulheres e mães trabalhadores, responsáveis sempre pelo “*second shift*”³¹, estão submetidas (Kimmel, 2000: 132).

Numa perspectiva muito original identifica ainda o que ele considera serem os “*problemas construídos*” da vida familiar contemporânea. Refere-se a um conjunto de perspectivas ideológicas e visões apressadas, retomando o sempre recorrente tema da “crise” da família, que tendem a confundir muitas vezes os problemas que visam analisar. É assim que se refere ao “problema” do cuidados às crianças em jardins de infância ou amas mostrando que há uma ideologia que tende a denegrir estas soluções educativas. Trata-se, considera, de uma ideologia no fundo contraditória e classista – já que considera “normal” as mães pobres trabalharem fora de casa e “empurra” as mulheres das classes médias para casa. Kimmel apresenta os resultados de um conjunto de pesquisas - tal com as que realizamos para Portugal e tal como as que referimos sobre um conjunto de países - que revelam a importância que as mulheres e as mães das várias condições sociais atribuem ao trabalho profissional. Também a vantagem para as crianças da frequência de jardins de infância e do contacto com outras crianças é frisada em resultados de pesquisa citados por Kimmel.

A propósito do divórcio e das famílias monoparentais o autor denuncia igualmente um conjunto de conclusões menos precisas. É muito seguro ao concluir que quando se fala dos efeitos negativos da ausência do pai – pelo divórcio, por exemplo – muitas vezes se confundem correlações com causalidade, já que em várias pesquisas se conclui que há

³¹ O autor pretende aqui falar da chamada dupla jornada de trabalho feminina mas refere-se especificamente a um dos livros de Arlie Hochschild intitulado justamente *The Second Shift* que tem como objecto primordial a vida dos pais e mães trabalhadoras da “working class” americana. A mesma autora tem outros livros muito importantes sobre o tema como *Time Bind* ou ainda *The Managed Heart* referências obrigatórias para quem quer analisar o tema da relação entre trabalho e família.

efeitos mediadores importantes. Assim, muitos autores concluem que em meios sociais pobres o afastamento dos pais homens é muito frequente o que dificulta obviamente a vida familiar no pós-divórcio ou na separação. Estar-se-á a assim a falar dos efeitos da pobreza ou dos efeitos das separações? Quanto ao “problema” do divórcio as posições que o autor assume e as conclusões de vários estudos que cita vão completamente ao encontro do que a autora destas linhas tem também escrito ou concluído. As semelhanças de perspectiva relativamente a conclusões de pesquisa já publicadas em 1996 (Torres, 1996) são muito evidentes como se pode ver neste excerto “O divórcio não é o remédio para o casamento; é o remédio para um mau casamento. E quando os investigadores comparam os resultados para as crianças de estas serem educadas numa família depois de um divórcio versus serem educadas numa família intacta, *mas infeliz*, (itálico do autor) as evidências são claras. As consequências do divórcio nas crianças dependem do nível de conflitualidade antes do divórcio”(Kimmel, 2000: 139). Citando das pesquisas mais sistemáticas sobre o divórcio, nomeadamente, as realizadas por Amato e Booth conclui, mais uma vez, que o que é prejudicial para as crianças é o nível de conflitualidade na família e não se os progenitores estão juntos. Também relativamente ao “problema” da custódia das crianças, se conclui citando a pesquisa de Mccobby e Mnookin’s que o bem-estar das crianças depois do divórcio não dependia de quem tinha a custódia mas antes da forma como o lar era dirigido e de que forma se desenvolvia a cooperação entre os progenitores ex-cônjuges (Kimmel, 2000: 141). Isto é, tanto no caso do divórcio como no da gestão das responsabilidades parentais o que importa é o “conteúdo” relacional e não a “forma” que assumem as configurações familiares (estar formalmente casado, ou não, estar divorciado ou separado, ter a guarda ou não ter formalmente a guarda da criança).

Também quando se refere ao “problema” da gravidez adolescente ou ao “problema” das famílias homossexuais Kimmel identifica de forma cuidadosa pesquisas que mostram resultados diferentes daqueles que alimentam visões mais ideológicas ou de senso comum. Em contrapartida, a estes “problemas” entre aspas o autor desenvolve o que ele chama o real problema da violência na família. É uma outra versão dos chamados lados obscuros da família que são aqui tematizados e que constitui um contributo para as aulas de debate em que o tema é abordado nesta UC.

A perspectiva sociológica de Kimmel ajuda assim a ter uma perspectiva actualizada dos temas da família, partindo em geral de resultados de investigação sobre os EUA, para além do tema do género que trata, de resto, de forma muito aprofundada em vários capítulos do livro.

Pamela Abbott, Claire Wallace e Melissa Tyler escreveram uma *Introdução à Sociologia* numa perspectiva feminista que em muito contribui para a revisão dos temas clássicos da sociologia. Esta releitura é de muita utilidade para quem ensina sociologia porque se trata de um livro onde todos os domínios da vida social são olhados na perspectiva das mulheres. Considerou-se importante apresentar aos alunos este olhar específico sobre a família que tende a salientar aspectos menos visíveis noutras abordagens. Depois de recorrer a bibliografia muito diversa, são quatro, em síntese, os aspectos fundamentais assinalados por Abbott, Wallace e Tyler.

Em primeiro lugar, salientam que enquanto os sociólogos orientados numa óptica masculina enfatizam a forma como a família serve a sociedade (os funcionalistas) ou o capitalismo (os marxistas), as feministas têm argumentado que a família tem sido um dos locais chave de opressão das mulheres, independentemente de quem tenha beneficiado com essa opressão. Em segundo lugar, as feministas têm dado atenção a vários factores associados à vida das mulheres no contexto da família: casamento, violência na família, divisão do trabalho doméstico, a dependência económica relativa das mulheres e as relações de género na parentalidade. Em terceiro lugar, as mulheres vivem em contextos e arranjos familiares muito diversos, realidade que as feministas têm evidenciado contrariando a ideologia que atribui a “normalidade” única à família patriarcal nuclear. Em quarto lugar, há sinais que revelam o enfraquecimento desta ideologia familiar e que a diversidade de formas familiares se torna mais evidente num conjunto significativo de sociedades (Abbott, Wallace e Tyler, 2005: 169).

Estes contributos mais recentes trazem a lume temas ainda pouco focados. Os chamados lados obscuros da família – violência, abusos sexuais, dependência e desigualdades profundas – são tornados mais visíveis. De resto, o tratamento destes assuntos no debate público em todos os países ocidentais resulta do contributo decisivo das propostas feministas. Temas antes ocultos, mas realidades bem difíceis vividas no contexto da família – tal como os maus-tratos às crianças - são assim obrigatoriamente explicitados fazendo parte, hoje, de qualquer programa curricular. E por isso também eles constam do programa desta UC e são abordados nas aulas práticas.

Importa reter, em síntese global e retomando o fio condutor que nos tem conduzido até aqui, que a corrente feminista dos anos 70 aos anos 80, na sua diversidade e pluralidade de abordagens, desde as que mostravam o que se escondia sob a capa da paz doméstica até às que propunham abordagens inteiramente inovadoras constituiu um dos passos em frente mais decisivos no campo da reflexão teórica sobre as temáticas da conjugalidade, da família e

das mulheres. Na verdade, esta corrente obrigou todos os que se debruçaram sobre estes temas a aprofundá-los, a orientar pesquisas com outros olhares e perspectivas. As mulheres emergiram simultaneamente enquanto sujeitos e actores da história social e enquanto proponentes da reflexão sobre essa mesma história.

AULA 4 Bibliografia de referência

- Abbott, Pamela, Claire Wallace e Melissa Tyler (2005) *An Introduction to Sociology. Feminist Perspectives*, London, Routledge.
- Almeida, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Fim de Século Edições.
- Amâncio, Lúcia (1994), *Masculino e Feminino, A construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- Amâncio, Lúcia (1999), *Sexo e Género: para uma teoria psicosociológica da relação de dominação entre os sexos*, Provas de Agregação, ISCTE.
- Blood, Robert O. e Donald Wolfe, *Husbands and Wives*, Nova York, Free Press, 1960.
- Connell, R.W. (1987) *Gender & Power*, Cambridge, Polity Press.
- Connell, R.W. (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- Connell, R.W. (2009), *Gender. Short Introductions*, Cambridge, Polity Press.
- Delphy, Christine (1978), "Travail ménager ou travail domestique?", Andrée Michel (dir), *Les femmes dans la société marchande*, Paris, PUF.
- Delphy, Christine (1992), "A Theory of Marriage", in, L. McDowell e R. Pringle (ed.) *Defining Women. Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press, The Open University.
- Ferreira, Virgínia, (1981), "Mulheres, Família e Trabalho Doméstico no Capitalismo", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 6
- Ferreira, Virgínia, (1981), "Mulheres, Família e Trabalho Doméstico no Capitalismo", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 6, 47-86.
- Ferreira, Virgínia, (1999), "A segregação sexual do mercado de trabalho" perspectivas teóricas e políticas", *Sociedade e Trabalho*, 6, 39-45.
- Guerreiro, Maria das Dores (1994), *Famílias na Actividade Empresarial. Empresas familiares em Portugal*, Dissertação de doutoramento em Sociologia, ISCTE.
- Kimmel, Michael (2000), *The Gendered Society*, Oxford, Oxford University Press,
- Macdowell, Linda e Rosemary Pringle (orgs) (1992), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Macdowell, Linda (1992), "Gender divisions in a post-fordist era: new contradictions or the same old story?" in Linda Macdowell, e Rosemary Pringle (orgs), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Michel, Andrée (1974), *Activité professionnelle de la femme et vie conjugale*, Paris, Éditions du CNRS.

- Michel, Andrée, (org.) (1978), *Les femmes dans la société marchande*, Paris, PUF.
- Michel, Andrée (1983, 1972), *Sociologia da família e do casamento*, Lisboa, Rés editora, (tradução s/data, 1ª edição, 1972, 2ª edição 1978).
- Rodrigues, Maria de Lurdes (1989), *Mulheres empresárias: resultados de uma investigação empírica sobre as mulheres empresárias em Portugal*, Lisboa, ISCTE, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Trabalho de Síntese.
- Thomas, Darwin L. e J. E. Wilcox (1987), "The rise of family theory: a historical and critical analysis, in, Marvin B. Sussman, Suzanne K. Steinmetz, (orgs.), *Handbook of Marriage and the Family*, Nova York, Plenum Press.
- Torres, Anália Cardoso (2001), *Sociologia do Casamento*, Celta Editora, Oeiras, pp. 59-109.

AULA 5

Sumário

A sociologia da família: teorias e propostas dos finais do século XX aos inícios do século XXI (I)

- 5.1 Família, determinações sociais, sexo e género
- 5.2 Kellerhals e colaboradores: dos casamentos no quotidiano aos estilos conjugais “É preciso três para fazer um casal!”
- 5.3 François de Singly, do sexo dos capitais à família relacional
- 5.4 Michel Bozon: casamento, homogamia e mobilidade social

5.1 Família, determinações sociais, sexo e género

A temática da relação entre pertença social – classe, estrato ou meio social – família e casamento, tinha surgido já com Goode, como se viu atrás. Mas este norte-americano constitui excepção à sociologia que se fazia então nos Estados Unidos da América. Desde Burgess que a visão do “companheirismo” e a ideia de uma escolha livre do cônjuge, obedecendo apenas aos sentimentos, tem influência nas pesquisas empíricas. Convergindo ou não com esta perspectiva, a verdade é que, por volta dos anos 60 e 70, os objectos de investigação parecem orientar-se mais para as interacções na relação conjugal do que para os contextos e determinações sociais, ou para as relações do subsistema conjugal com os outros subsistemas, como tinha proposto Parsons. Andrée Michel, em 1970, sublinha as palavras de Reuben Hill, numa das introduções de uma antologia de textos onde colaboraram outros sociólogos da família americanos e europeus: “As pesquisas situando a família no seu contexto atraem mais os europeus, mais sensíveis à perspectiva macro sociológica do que os americanos” (Michel, 1970: 95).

Tais tendências da sociologia norte-americana são exactamente opostas às que eram mais habituais em França. Em 1964, Alain Girard, com a publicação do seu livro *Le Choix du conjoint, une enquête psycho-sociologique en France*, vem sublinhar o papel das determinações sociais na escolha do cônjuge, revelando a tendência largamente maioritária para a homogamia social. Com efeito, ao procurar responder à questão “Quem casa com quem?” Girard mostra que a proximidade geográfica e social condiciona fortemente as escolhas conjugais e revela que é ainda muito forte a “rede de determinações que encerra por

todos os lados os jovens na época da sua adolescência” (Girard, 1964: 199) quando decidem com quem casar. Salientava ainda que, se na época já não havia casamentos arranjados e se a família “não decide sobre o casamento dos filhos de maneira autoritária, ela inclina-os numa direcção precisa, pelos seus modos de vida, pelas suas relações, pela sua presença” (Girard, 1964: 200).

Esta perspectiva, que influencia fortemente a produção em sociologia da família de língua francesa naquela época, tem, ainda hoje, seguidores e actualizadores (Bozon e Héran, 1987, 1988) mas encontra também os seus críticos (Singly, 1987a).

Outras das abordagens, que prolongam a de Girard, na medida em que salientam o peso das estruturas e dos condicionamentos sociais, são a de Bourdieu (1972), quando propõe o conceito de “estratégias matrimoniais” e a de um seu seguidor, A. Desrosières (1978), que além do conceito de estratégias valoriza a ideia de “mercado matrimonial”. Organizadas também em torno do conceito de reprodução social estas perspectivas consideram o casamento a funcionar num mercado onde se trocam e negociam bens e capitais com o objectivo de reproduzir e ampliar o património, buscando os cônjuges mais do que afinidades, verdadeiras alianças.

Nesta lógica, a homogamia social seria resultante das estratégias matrimoniais que operam no casamento, sendo que ela “não é o produto da obediência a uma regra ideal, mas o resultado de um estratégia que, pondo em acção os princípios profundamente interiorizados de uma tradição particular, pode reproduzir, mais inconscientemente do que conscientemente, tal ou tal das soluções típicas que essa tradição aponta explicitamente” (Bourdieu, 1972a: 107). Tendo como referente central os sectores sociais em que a questão da reprodução patrimonial mais se coloca, como os sectores camponeses, Bourdieu tende por vezes a forçar com menos sucesso o uso do conceito a outras classes sociais.

Como já se mostrou em trabalhos anteriores (Torres, 1996), se podemos ainda hoje reconhecer claramente sectores sociais onde estas estratégias matrimoniais comandam, mesmo que inconscientemente, as escolhas conjugais, a história dos últimos quarenta anos e das profundas transformações ocorridas no quadro da família e do casamento, é exactamente a demonstração do crescimento dos sectores sociais em que essas lógicas menos se aplicam. Mesmo quando à posteriori temos de reconhecer traços de homogamia social nas escolhas conjugais, inclinações claras para gostar do que se conhece, ou para se escolher quem está socialmente próximo, imperioso é admitir, como mostra F. de Singly, que estas teorias são demasiado deterministas. Escapam-lhes, com efeito, dimensões fundamentais – afectivas,

amorosas – que estão também explícita e estrategicamente em jogo na conjugalidade. As teorias da homogamia e das estratégias matrimoniais parecem ainda partir da crença de que os actores sociais têm interiorizados os objectivos da manutenção do seu estatuto social. Adicionalmente admitem que os instrumentos estratégicos de que dispõem são fiáveis e reprodutíveis (Singly, 1987a: 192). Finalmente, atribuem papel reduzido ou mesmo nulo quer às diferenças de interesses de homens e mulheres, quer ao papel da própria dinâmica da vida conjugal como eventual factor de mudança (ampliação ou redução) da homogamia ou da heterogamia do momento inicial.

Assim, a preocupação fundamental que une Girard e Bourdieu parece ser a tentativa de desvendar as determinações e as regularidades sociais menos visíveis e mesmo ocultas em práticas sociais como o casamento que, de acordo com o senso comum, não teria a pauta-lo senão a livre escolha dos sujeitos nele empenhados. Relembre-se a definição de casamento de Burgess: “unidade de personalidades em interacção, existindo primordialmente para o desenvolvimento e gratificação mútua dos seus membros unidos mais por coesão interna do que por pressões externas”³² Vemos ainda mais claramente que as preocupações deste autor americano estão nos antípodas das perspectivas dos franceses referidos.

5.2 Kellerhals e colaboradores dos casamentos no quotidiano aos estilos conjugais. É preciso três para fazer um casal!

Esta passagem rápida por autores que definem de forma contrastada a questão da conjugalidade permite agora visitar as propostas de outro autor de língua francesa, J. Kellerhals. A partir de uma pesquisa sobre o casamento ele e a sua equipa apresentam um conjunto de propostas teóricas que superam as dificuldades e as limitações das que acabaram de ser citadas.

Embora fosse possível referenciar elementos multifacetados dessas propostas que abrangem a problemática da mudança social, a identificação das tensões e conflitos no contexto conjugal contemporâneo, como veremos adiante, importa centrar desde já a análise apenas nas posições que relacionam estatuto social e casamento. Note-se, aliás, que as perspectivas de Kellerhals constituem bom exemplo da superação da clássica dicotomia micro-macro.

³² Como se referiu atrás, definição avançada por Burgess num texto de 1926 em que analisa os resultados de uma pesquisa sobre crianças delinquentes, citado em Osmond (1987: 113).

Em *Mariages au quotidien* (Kellerhals, *et.al.*, 1982) propõe-se a análise da relação entre interações no contexto da conjugalidade e estatuto social. São recenseados diversos modelos familiares e conjugais, contrariando a ideia de um modelo único, e mostra-se como as determinantes socioculturais e o sexo condicionam a existência de diferentes normas, regras e formas de regulação das interações no contexto da conjugalidade. Por outras palavras, ao nível das interações conjugais fazem-se sentir, de forma específica, as diferentes normas e regras da troca conjugal cuja origem deve ser localizada nos diferentes estatutos sociais dos casais. Ou seja, não decorrem simplesmente e de forma mecânica das determinações sociais de nível macro as lógicas que governam as práticas sociais referentes à família e ao casamento. Encontra-se, pelo contrário, nas próprias interações familiares um nível intermédio onde, embora se reconheçam claramente os traços do estatuto social, se nota também autonomia relativa, normas culturais específicas, que assumem contornos particulares ao regular a vida familiar. Parte-se do macro para chegar ao nível micro das interações; ou, se quisermos e em sentido contrário, reconhece-se nas interações de nível micro, sem fazer a economia de as analisar especificamente, os traços das pertenças de nível macro.

Em busca de fundamentação, Kellerhals começa por questionar as teses de Burgess e de autores congéneres. Opõe-se a uma interpretação específica da tendência para a privatização da família e das relações conjugais. Embora considere que já não há interferência directa dos pais na escolha do cônjuge para os filhos, tal como Girard, reconhece influências indirectas. O que importa perceber são os mecanismos que se geram e as pontes que se podem estabelecer entre estatuto social e escolha do cônjuge, admitindo que o casamento não implica apenas escolhas electivas e afinidades entre os cônjuges.

Kellerhals contrapõe à proposta de Burgess de passagem do casamento “instituição” ao casamento “companheirismo” uma outra perspectiva. Lembre-se que Burgess considerava que na primeira forma de casamento as trocas eram reguladas do exterior em função de tradições variáveis segundo os meios sociais, enquanto na segunda são os cônjuges que escolhem os modos de organização da vida familiar e conjugal. “Instituição” era, para Burgess, sinónimo de identidade social e lugar de sobrevivência económica e “companheirismo”, seria o lugar, essencialmente, da gratificação interpessoal.

Pelo seu lado, Kellerhals, não põe em causa o peso cultural e normativo do modelo “companheirismo”, apenas questiona que ele equivalha à independência entre hierarquias sociais e formas familiares. Pelo contrário, aliás, considera que é mesmo este modelo

normativo que permite que as diferenças de posição social se manifestem na esfera conjugal e familiar. Como e porquê?

O autor suíço considera que se é verdade que o crescimento da representação romântica do casamento e a sua passagem à prática estão “correlacionados com a independência dos filhos em relação aos pais, com o desenvolvimento do assalariamento e com o ethos individualista da sociedade industrial nascente” (Kellerhals, *et.al.*, 1982: 20), a verdade é que isso não significa que o casamento romântico deixe de ser moldado pelos códigos sociais e pelas clivagens de classe.

Na verdade, afirma, os sentimentos alimentam-se mais dos códigos sociais do que se lhes opõem. Quando dominava o casamento de conveniência isso não significava que os filhos obedecessem de forma escravizada à imposição dos pais. O que se passava era que quando os pais impunham um noivo ou noiva, os filhos estavam preparados para obedecer e para considerar essa a escolha ajustada. Assim, o sentido das conveniências e as afinidades não se opõem tão necessariamente, antes se condicionam mutuamente. E há ainda confusão em Burgess, continua o autor suíço, entre motivos da “entrada em casal” e o “decorso da vida conjugal”. Com efeito, Kellerhals considera que o facto de se entrar no casamento com “romantismo” não significa que seja dispensável gerir ou otimizar recursos. Do mesmo modo, aliás, que, quando se entrava na vida conjugal numa lógica de conveniência, não viessem a desenvolver-se também sentimentos, solidariedade, conivências entre os cônjuges. Certas perspectivas e visões ideológicas mostram tendência, em todo o caso, a apresentar o casamento como tendo uma lógica única, a da afinidade, oposta a todas as outras lógicas e esferas da vida social.

Mais importante ainda do que mostrar que a presença do romantismo não elimina necessariamente a existência de dimensões mais instrumentais no relacionamento familiar, é a conclusão segundo a qual o modelo companheirista permite, ainda de forma mais evidente do que o modelo institucional, a manifestação das diferenças de estatuto social. Com efeito, argumenta Kellerhals, a ausência de rígidos modelos normativos de conduta tem como consequência que cada um se sinta a fazer uma espécie de cálculo de probabilidades para escolher o modelo de organização da vida familiar que melhor se adequa aos seus objectivos.

Ora, as imagens que cada um tem das modalidades de troca ideais dependem justamente, em grande parte, do estatuto social. Esta relação é particularmente visível quanto aos aspectos da estrutura das trocas nomeadamente, quanto à “extensão” – até onde se alarga o espaço de partilha – e também quanto às normas que regem essas trocas e que

Kellerhals classifica em três tipos distintos: normas societárias, comunitárias ou perequativas. A escolha de um ou de outro tipo de normas para regular as relações familiares tem assim a ver com o estatuto social, já que o cálculo de probabilidades feito pelos actores não opera no vazio. Ele depende das construções culturais, das representações, do que o processo sociohistórico vai definindo e redefinindo. A privatização, neste sentido, significará apenas que se tornou legítimo serem os indivíduos a fazerem esse cálculo de probabilidades e não as instituições a impor uma norma universal.

Outra ideia acentuada por vários autores americanos e que Kellerhals questiona, diz respeito à tão referida separação geográfica entre produção económica e reprodução familiar. Argumenta o autor suíço que a existência dessa separação não significa que na zona familiar deixem de se desenvolver inúmeras tarefas instrumentais e deixem de se prestar diversos serviços. Decidir sobre quem vai ocupar-se de gerir e executar esses serviços implica, aliás, a opção de saber em qual dos dois mercados se quer investir, escolha essa que depende dos recursos disponíveis e de quem os obtém e também está directamente relacionada com a imagem acerca do bem-estar do casal e da criança. Se atrás Kellerhals dava relevo ao papel do estatuto social nas formas de organização e nas modalidades de troca adoptadas pelos cônjuges, aqui sublinha a diferenciação dos papéis a partir do sexo e as suas consequências nas interacções conjugais.

Um outro argumento relacionado com o anterior diz respeito à ideia de esvaziamento de funções da família por referência ao modelo institucional. Ora, afirma Kellerhals, se é verdade que o Estado hoje se ocupa mais das tarefas educativas e de socialização do que no passado, também se verifica que a sentimentalização e o centramento no bem-estar da criança impõe o aumento de um conjunto de cuidados e tarefas da responsabilidade da família, em diferentes planos que irão desde “o da vigilância”, às actividades lúdicas e formativas, às trocas afectivas” (Kellerhals, *et. al.*, 1982: 22).

Nesta óptica, o que se passa não é tanto que as famílias tenham perdido tarefas de socialização. O que aconteceu foi a diversificação dos objectivos das entidades socializadoras. A família está enquadrada por diversas instâncias de controlo social e exerce uma acção não só de mediação como desenvolve um conjunto de tarefas múltiplas e importantes. A procriação está associada tanto ao prazer que se espera do laço afectivo com a criança, como à identidade social que se retira da maternidade e da educação. E nos dois planos estão sempre presentes os benefícios que se podem retirar de investimentos alternativos. Aqui nos reencontramos novamente com as diferenças sociais e de sexo. Para dar um exemplo, o facto de as mulheres disporem de níveis de instrução elevados pode tornar

atractivos e compensadores os investimentos exteriores à família, enquanto níveis de instrução mais baixos e oportunidades de emprego menos aliciantes são susceptíveis de implicar valorização do reforço identitário que se obtém através do desempenho das tarefas familiares.

A relação entre sistema familiar e estruturas económicas está longe, por outro lado, de ser funcional como Parsons admitia. Socorrendo-se de autores como A. Michel, Kellerhals sublinha as tensões e conflitos que se podem gerar entre as duas esferas, mostrando também como a separação entre o desempenho dos papéis domésticos e o poder de decisão no casal pode ser pernicioso. Isso mesmo vimos, de resto, na aula anterior.

Em síntese, para Kellerhals, a conveniência social e o amor romântico ou a afinidade sentimental não se opõem necessariamente, podem harmonizar-se ou associar-se. Não há desaparecimento das tarefas instrumentais no contexto da família, verificando-se uma divisão sexual das responsabilidades a este respeito. O estatuto social continua a ter influência determinante, diferenciando a extensão das trocas e as normas que orientam as interacções conjugais.

Kellerhals tem ainda o mérito, por outro lado e como se disse atrás, de, não deixando de ter em conta as condicionantes sociais que interferem no casamento, ultrapassar largamente as visões anteriores, demasiado deterministas. Na verdade, ao analisar a dimensão da divisão das tarefas no contexto conjugal e ao mostrar as virtualidades e limites das perspectivas de Blood e Wolfe (1960) e de outros autores americanos que insistem numa abordagem próxima da dos autores da *Teoria dos recursos*, o autor suíço especifica um pouco mais as suas ideias.

A proposta dos autores norte-americanos é considerada redutora. Vejamos porquê. Blood e Wolfe pretendem explicar a divisão das tarefas no contexto conjugal entre homens e mulheres como decorrentes de uma avaliação racional da rentabilidade dos seus recursos em mercados alternativos. Por outras palavras, eles consideram que os casais procedem à optimização das suas competências. Como os homens são, tendencialmente, mais dotados de recursos valorizados no mercado de trabalho, ficam para as mulheres as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, já que têm menos competências para desempenhos alternativos. Outra correlação verificada por Blood e Wolfe é entre a maior dotação de recursos e as posições de poder e autoridade no casal. Concluíram eles que quanto mais recursos (económicos ou em termos de níveis de instrução) detinha o cônjuge, independentemente do sexo, maior era o seu poder de decisão e a sua autoridade no casal e

verificaram esse maior poder nas decisões familiares entre as mulheres que trabalhavam profissionalmente fora de casa e com maiores níveis de instrução.

Ora o que Kellerhals considera, beneficiando aliás de um conjunto de outras críticas feitas a Blood e Wolfe por vários autores que aplicaram o mesmo modelo de análise (Michel, 1983), é que não é possível explicar a divisão do trabalho entre os cônjuges estritamente a partir da racionalidade e da otimização dos recursos em termos de capital económico. É preciso ter igualmente em conta os capitais simbólicos que produzem, por sua vez, efeitos muito particulares na esfera da identidade social.

Se esta posição surge aqui como pretexto para ilustrar o problema dos factores explicativos da divisão do trabalho entre os cônjuges, a verdade é que a sua validade contribui para explicar as lógicas da conjugalidade muito para além dessa divisão do trabalho. Ela também contribui para superar visões demasiado deterministas, como a de Bourdieu e Girard. Vejamos então as “três lógicas de acção que se combinam na dinâmica familiar” (Kellerhals, *et.al.*, 1982: 134).

Além da lógica da rentabilização dos recursos exteriores absolutos ou comparados, com a sua influência nas posições de poder e na divisão do trabalho, é preciso ter em conta a lógica afectiva e a lógica das normas culturais. Quanto à afectividade, Kellerhals sublinha a impossibilidade de ignorar que a gratificação afectiva constitui uma finalidade essencial da vida do casal, seja na sua dimensão da relação conjugal, acrescentamos nós, seja na dimensão da relação com os filhos. É a afectividade que se gera ou que se espera e investe nas relações de parentesco e nas relações conjugais que autoriza certas práticas transformando-as em sacrifícios justificados ou em gratificações afectivas. Uma mulher com boa formação escolar e bom emprego pode optar por ficar em casa a tomar conta do filho acabado de nascer. A opção é irracional no estrito plano económico, mas pode ser justificada no plano identitário ou afectivo e numa lógica de sacrifício ou de gratificação pessoal. Ou, bem pelo contrário, uma outra poderá considerar que para o seu bem-estar pessoal e para o da família faz sentido manter o seu trabalho no exterior, após o nascimento de um filho, numa lógica que pretende articular gratificação pessoal, bem-estar afectivo e vantagem económica. De qualquer modo, na dinâmica familiar pesam ainda outros factores, além dos recursos e da afectividade.

Na verdade, continua Kellerhals, são as normas culturais que definem o que em matéria de divisão do trabalho pode ou não ser considerado adequado como prática a seguir, pelos homens ou pelas mulheres, neste ou naquele momento do ciclo de vida conjugal, neste

ou naquele grupo de pertença social. Acrescente-se que é exactamente também o facto de as normas culturais se irem alterando e interferindo na vida familiar que a transformação progressiva na definição do que é uma adequada divisão do trabalho entre homens e mulheres e quais são os seus direitos e deveres no contexto da conjugalidade e da família. Nos últimos anos tem-se assistido a transformações desse tipo.

A forma como Kellerhals define a questão da relação entre estatuto social, casamento e família é, assim, complexa e multifacetada. Tem em conta não só as dimensões dos condicionamentos sociais como a das dinâmicas afectivas. Inclui a perspectiva das diferenças de sexo, procurando articulá-las com a das diferenças sociais. Prevê a interferência das normas culturais nas práticas e nas representações a propósito da família e do casamento. Como veremos melhor à frente, consegue identificar, ainda no início dos anos 80, o sentido da evolução que ocorreu e se acentuou exactamente na direcção que ele então indicara, nomeadamente, a tendência para a valorização do bem-estar individual no contexto da família e da conjugalidade. Foi ainda dos primeiros a sublinhar a existência de tensões e contradições que atravessam a vida familiar no contexto das práticas e dos valores contemporâneos, rompendo de forma muito clara a harmonia implícita nas abordagens até aí dominantes, quer nas diferentes aproximações funcionalistas, quer nas que sugerem que o casamento e a família têm finalidades mutuamente exclusivas, ou de estrita racionalidade económica, ou de estrita “racionalidade” afectiva³³.

Consequência desta visão mais multifacetada de Kellerhals é a proposta dos diferentes tipos ou modelos de interacção conjugal que, em conjunto com a proposta de L. Roussel, foi já utilizada na pesquisa sobre o divórcio (Torres, 1996). Mas também na pesquisa sobre o casamento (Torres, 2002) ela se revelou referência inspiradora fundamental.

Numa obra mais recente, *Mesure et Démesure du Couple*, Kellerhals, Widmer e Levy (2004) dão conta dos resultados de uma pesquisa empírica que se distancia de *Mariages au Quotidien*, investigação de referência do início dos anos 80, de mais de vinte anos. É um livro, com imensa actualidade, onde se discutem os resultados de um inquérito muito extenso e pormenorizado (abrangendo cerca de 1500 casais suíços) que se torna um verdadeiro fresco

³³ Identificou-se atrás como na lógica parsoniana a harmonia do funcionamento dos diferentes sistemas parece a finalidade inquestionável que simultaneamente explica as acções dos indivíduos e lhes impõe papéis que eles cumprem. Esta concepção de harmonia implícita para que se tende dificulta a compreensão das situações de conflito, designadamente a tendência para o aumento do divórcio. Do mesmo modo, as explicações avançadas pelas escolas económicas e racionais (*social exchange theory* e *economic model*) têm igualmente revelado a sua unilateralidade e os seus limites ao acentuar apenas uma das dimensões que pode estar em causa no casamento e na vida familiar (Torres, 1996: 65, 66). Também já se tinha visto no caso de Burgess, as virtualidades mas também os limites de perspectivas que salientam os motivos da gratificação afectiva como os únicos que regem as relações conjugais e familiares.

sobre as interações, contradições e conflitos nos contextos familiares e conjugais do tempo presente. Numa leitura a partir do subtítulo do livro mais recente (*Cohésion, Crises et Résilience dans la Vie des Couples*) e por comparação com o subtítulo do livro publicado em 1982 (*Inégalités Sociales, Tensions Culturels et Organisation Familiale*, percebem-se diferenças que estes últimos anos trouxeram à vida em casal nas sociedades contemporâneas. A maior insistência, logo visível a partir do subtítulo no índice, nos temas da crise, do conflito, dos problemas, dos falhanços, das frustrações e da resiliência ou dos êxitos alcançados, evidencia desde logo as mudanças que ocorreram nestes últimos vinte anos, já que no livro anterior o subtítulo e o conteúdo apontavam ainda (apenas?) para *tensões culturais*.

Os autores identificam cinco mudanças fundamentais que se verificaram nos últimos trinta ou quarenta anos, com efeitos de transformação profunda na vida dos casais contemporâneos que classificam como “casais nómadas”. A primeira mudança traduz-se no aumento das taxas de divórcio, que arrastou um conjunto novo de problemas, entre os quais a solidariedade entre cônjuges e a equidade na repartição de responsabilidades ou bens. A segunda refere-se à generalização das uniões livres que implica maior espaço para os indivíduos na escolha e adequação das formas de viver em casal mas também deixa mais margem para a incerteza. A terceira diz respeito ao desenvolvimento das família recompostas e aos problemas decorrentes da desvinculação entre laços biológicos, jurídicos e sociais. A quarta grande mudança está associada à transformação das identidades sociais e psicológicas dos géneros masculino e feminino, à correlativa generalização da dupla carreira e às dificuldades em geri-la no contexto do casal. Finalmente, a quinta mudança pode ser designada como uma maior individualização das trajetórias que não seguem agora um calendário fixo e pré estabelecido – namoro, casamento, trabalho profissional, filhos, reforma - mas antes se pautam por trajectos com avanços e recuos – profissionais, conjugais, residenciais - com muitas indefinições e dificuldades de projecção no futuro.

Os resultados da pesquisa ilustram depois com pormenor e de forma muito rica como os diferentes estilos conjugais vivem as diferentes fases e momentos da relação. Importa destacar apenas algumas ideias que se referem, como tem sido preocupação desde o início, às teorias ou aos contributos teóricos mais relevantes. Neste plano merecem realce dois temas.

Em primeiro lugar, Kellerhals e colaboradores substituem o conceito de *tipos de interação conjugal* pelo de *estilos conjugais*. Não interessa agora desenvolver muito a justificação que os autores dão para tal mudança do conceito. Na nossa leitura trata-se de,

sem deixar de ter em conta os enraizamentos sociais, tal como acontecia no conceito de *tipos*, insistir mais na vertente micro das relações e das interações. A aproximação a uma perspectiva mais íntima e próxima pode, de resto, ter sido também efeito do facto de nesta pesquisa se terem entrevistado os dois membros do casal, homem e mulher em separado, ao contrário das respostas a “cenários” propostos pelos investigadores respondidas em conjunto e em co-presença pelos dois membros do casal em *Mariages au Quotidien* (Kellerhals, *et al*, 1982). Também esta aproximação ao indivíduo no contexto do casal, tal como tínhamos feito em Portugal no contexto da pesquisa sobre o casamento, permite uma visão mais individualizada da vida conjugal. A decisão metodológica tem por certo efeitos também, como tinha acontecido na nossa pesquisa, na expressão mais aberta das insatisfações, aborrecimentos e mal-estares. Nota-se igualmente maior insistência nesta nova pesquisa na diversidade de “estilos” dos casais dando conta dos efeitos de perspectivas mais individualizadas e menos institucionalistas das relações conjugais. Os resultados apontam para a caracterização de diferentes estilos conjugais e mostram de que forma cada um deles gere os problemas, qual o seu nível de conflitualidade, ou qual o tipo de “clima” relacional.

O segundo tópico que nos parece mais relevante é o que se refere a um subtítulo da conclusão do livro: *É preciso três para fazer um casal*. Os autores pretendem com esta finalização dizer que o casal, apesar de dar uma imagem de ser uma pequena sociedade separada de tudo o resto, é objectivamente dependente do contexto social em que se insere e do poder social que detém. Mais recursos, ou mais poder, por exemplo conferem-lhe mais margem de manobra para lidar com a contingência, maior possibilidade de se abrir ao exterior, mais capacidade de reivindicar autonomia e capacidade de negociação. Pelo contrário, baixos rendimentos, inserções precárias no mercado de trabalho, implicam maior fechamento sobre o nós-casal ou o nós-família e um recuo para as antigas divisões do trabalho em função do género, o centramento em torno da criança, etc. Por vezes, quando as ancoragens na profissão, por via da precarização ou do desemprego, são frágeis ou inexistentes, o dinheiro falta e as mudanças tornam velhas rotinas e hábitos adquiridos obsoletas e sem sentido, podendo gerar-se reacções de grande conflito e violência. Estas violências – contra aqueles que se amam ou contra si próprio – têm efeitos devastadores e angustiantes.

Mas a vida conjugal joga-se ainda a três porque depende das redes familiares – do seu maior ou menor apoio – e também de um conjunto de instituições e estruturas públicas – jardins-de-infância, escolas, empresas, administrações, hospitais, médicos, bancos. Em síntese, a vida conjugal não é apenas assunto privado dos dois implicados mas é também um

empreendimento que depende e interage fortemente, diremos nós, com um conjunto vasto de outros – relacionais, institucionais, políticos.

As reflexões finais, deste livro já do século XXI, não deixam no plano teórico de nos fazer lembrar as referências iniciais de Durkheim quando se referia, na viragem do século XIX para o século XX, à importância do papel do Estado – aqui entendido como um outro que deveria regular e proteger os mais frágeis – as mulheres e as crianças - dos excessos do patriarca, ou quando sublinhava também a importância da escola como parceiro educativo fundamental das famílias .

“É preciso três para fazer uma casa”. Bem poderíamos entender esta conclusão de uma pesquisa empírica recente também como reflexo claro de uma visão teórica mais vasta que tem sido apanágio do trabalho das equipas de Genève dirigidas por Kellerhals. Eles sempre sublinharam a necessidade de ancorar a análise dos processos familiares no quadro de estruturas e de redes de relações sociais mais vastas, sem deixar de parte a interacção e o jogo relacional mais íntimo. Desde os anos 80 até aos nossos dias e tendo até em consideração os factores de mudança identificados pelos autores no início do livro intensificaram-se esses laços de interdependência entre família e contexto social envolvente.

Afastadas desta perspectiva está a visão de um núcleo conjugal fechado sobre si mesmo numa lógica autárca e de papéis diferenciados e complementares, a “fábrica de personalidades”, explícita na visão da família conjugal moderna de Parsons e dos anos 50.

Estamos bem longe também das visões empiristas que se limitam a “descrições” de resultados de pesquisa sem perguntas de partida consistentes nem problematização teórica. E onde tantas vezes preconceitos e distorções ideológicas sustentam conclusões completamente enviesadas. Mas também nos encontramos distantes de vagas teorizações, mais ou menos moralistas ou filosóficas, mais ou menos audaciosas ou radicais, sem suporte empírico sobre a vida real das famílias da contemporaneidade. Com Kellerhals e a sua equipa estamos em pleno no domínio da investigação científica, da pesquisa empírica teoricamente orientada, rigorosa e problematizadora, que continua a actualizar-se.

5.3 François de Singly: do sexo dos capitais à família relacional

A definição conceptual do casamento feita por F. de Singly em *Fortune et infortune de la femme mariée* (1987) é sintética e ilustrativa da sua perspectiva teórica: “O casamento constitui, com o emprego, um mercado onde os capitais se trocam. A escolha do cônjuge

efectua-se segundo o princípio da equivalência das riquezas masculinas e femininas (Singly, 1987: 8)”. Esta perspectiva contém, por um lado, elementos de recuperação de uma proposta anterior, a de Bourdieu e de Desrosières, ao avançar a ideia de mercado matrimonial e sugerir a troca de capitais que parece recobrir o conceito de estratégias matrimoniais. Mas contém também, por outro lado, elementos inovadores. Na verdade, F. de Singly é um dos primeiros sociólogos da família, depois de A. Michel, que no plano teórico coloca no centro da análise da conjugalidade e da família as diferenças de sexo. A sua proposta, complementar com a ideia inicial acima exposta, consiste em considerar que não se pode esquecer que no mercado das trocas matrimoniais os capitais também têm sexo, ou seja, homens e mulheres no casamento não trocam os mesmos capitais mas capitais que se equivalem. Vejamos como.

Num artigo publicado no mesmo ano do livro referido, F. de Singly ilustra melhor a sua perspectiva própria ao desenvolver o que chama uma “teoria crítica da homogamia” (Singly, 1987a). De facto, começa por mostrar que um dos erros da proposta de Girard e dos que insistem na ideia de homogamia social é o facto de esquecerem as “relações sociais de sexo” o que os leva a “subestimar os interesses divergentes dos cônjuges” (Singly, 1987a: 182). Apoiando-se igualmente numa pesquisa realizada sobre anúncios matrimoniais, ele mostra que homens e mulheres fazem sobressair características diferentes quando se apresentam no mercado matrimonial. Elas sublinham mais as suas qualidades relacionais e estéticas e eles insistem mais no seu trabalho profissional ou nas suas propriedades. Por sua vez, quando “procuram”, reproduzem a mesma lógica “sexualizada” da oferta: “as exigências femininas voltam-se para o económico, as exigências masculinas para o relacional e o corporal” (Singly, 1987a: 197).

Para Singly, o que explica a insistência nestas diferenças que surgem como complementares, é que, e tal como C. Delphy já tinha chamado a atenção, há relações de produção e reprodução a operar no casamento e no contexto familiar. Daí que não se possa considerar apenas a proximidade social na escolha do cônjuge, sendo também obrigatório reconhecer as diferenças de sexo: “o casamento contribui para uma dupla reprodução das relações entre as classes e da relação entre os sexos. A negociação entre os futuros cônjuges respeita duas regras implícitas: a equivalência social e a diferenciação sexual” (Singly, 1987: 30).

Este efeito de “sexo” dos capitais tem ainda como consequência que as competências (os dotes) que as mulheres têm à entrada do casamento se transformem com o casamento e com a maternidade: “as desigualdades profissionais entre homens e mulheres não reenviam unicamente para os mecanismos da discriminação sexual; elas traduzem, em primeiro lugar, o

facto de as consequências do casamento serem divergentes para uns e para outros. A mais fraca conversão do dote feminino em rendimentos monetários ou em estatuto profissional deriva das relações sociais entre os sexos na família. Uma mulher casada que tem uma actividade profissional deve acumular as cargas de uma vida “activa” e da vida familiar. As condições nas quais ela pode rentabilizar as suas riquezas no mercado de trabalho são por isso mesmo menos favoráveis” (Singly, 1987: 59).

Os efeitos do casamento na carreira feminina são abundantemente demonstrados: “Em oito casos em nove, a mãe de uma ou várias crianças tem, para um determinado diploma, um salário inferior ao de uma mulher casada sem filhos. Carreira maternal e carreira profissional contrariam-se” (Singly, 1987: 59).

Outro raciocínio simplista que a perspectiva de F. de Singly permite contrariar de forma muito clara é o que consiste em explicar o trabalho feminino no exterior apenas numa lógica dualista: tratar-se-ia ou de trabalho obrigatório por imposição económica, ou de trabalho por opção própria. Na óptica de Singly esta abordagem: “mascara os interesses sociais do trabalho assalariado da esposa” (...); na realidade a dupla actividade profissional feminina cria as condições de acesso a um estilo de vida superior, a um alinhamento em relação à fracção social acima” e pode ser “(...) uma das estratégias que o casal põe em acção para preservar os seus interesses enquanto grupo” (Singly, 1987: 87).

Além desses aspectos de interesse do colectivo familiar, as vantagens do trabalho feminino junto das crianças são demonstradas por várias pesquisas citadas pelo autor francês. Aí se conclui que os operários casados com mulheres com mais formação escolar do que eles têm menos filhos e que, os que têm, obtêm maior rendimento escolar do que os que são filhos apenas de operários casados com domésticas (Singly, 1987: 98). O trabalho assalariado das mulheres tem ainda outra vantagem, largamente demonstrada, de resto, nas nossas pesquisas sobre Portugal: ele consiste também, por parte das mulheres, em maior “exigência de autonomia, comportamental e espiritual” (Singly, 1987: 98).

O interesse desta abordagem é inegável, na medida em que ela se centra exactamente nas mesmas temáticas globais que nos têm ocupado até aqui: conjugalidade e diferenças de sexo. Ela constituiu igualmente fonte inspiradora fundamental para a pesquisa sobre o casamento (Torres, 2002).

Outros trabalhos posteriores procuram dar uma perspectiva mais global em relação à sociologia da família. Numa obra de síntese em que analisa os traços fundamentais da família contemporânea, Singly propõe a ideia de que, a partir dos anos 60 do século XX, a família se

caracteriza no essencial por ser uma família relacional, individualista, situando-se a meio caminho entre o privado e o público (Singly, 1993). À frente, ao debater a problemática da mudança social, analisá-la-emos com mais pormenor.

Aí tem ainda a ocasião de desenvolver outras ideias já esboçadas em *Fortune et infortune de la femme mariée*, onde avançava a propósito do papel da formação escolar como meio de reprodução e mobilidade social e do seu impacto na conjugalidade: “Foi a passagem de um modo de dominante económica para um modo de dominante escolar que tornou possível o casamento amoroso; (...) a lógica amorosa não contradiz a lógica social, a primeira redobra a segunda numa sociedade onde o capital escolar domina.” (Singly, 1987: 185). Ideias do mesmo tipo são ainda levadas mais longe no livro sobre a família contemporânea, onde se defende que nas sociedades contemporâneas o papel da educação tem relevo central e implicações decisivas no contexto conjugal e familiar (Singly, 1993).

Mais recentemente ainda, no livro *Le soi, le couple et la famille* de 1996, F. de Singly explicita outras interessantes propostas. Com efeito, surge muito mais sublinhado do que no livro de 1987 o papel central da relação conjugal como fonte de identidade pessoal, na medida em que, entre outros aspectos, se trata da relação com um outro significativo. Desenvolvendo de forma pormenorizada o papel que a ajuda relacional entre os cônjuges tem no contexto do casamento, são considerados três os aspectos essenciais que constituem os cuidados “terapêuticos” dessa ajuda relacional: “a validação de si por um familiar próximo inclui várias missões: a da coerência, a da revelação e a da totalidade” (Singly, 1996: 46). Tudo se passa como se o cônjuge deixasse de contar fundamentalmente pelo desempenho de um papel esperado no contexto da instituição, como seria no passado o de provedor da família, no caso do homem. Nem sequer chega, acrescentaremos nós, que o cônjuge declare o seu amor pelo outro e o pratique à sua maneira. É preciso e fundamental que o cônjuge seja sentido pelo outro como um “bom cônjuge”, isto é, alguém que me ajuda no plano relacional, me confirma enquanto pessoa, contribui para a minha auto-estima, me devolve uma boa imagem de mim mesmo.

Na nossa pesquisa sobre o casamento encontraram-se nas entrevistas exemplos nítidos desse papel do outro e da relação como reveladores de aspectos da identidade pessoal de cada cônjuge. Num ponto já a seguir, aliás, daremos particular atenção à análise da relação entre casamento e identidade pessoal, recorrendo à fonte que o próprio F. de Singly utilizou ele próprio: as propostas teóricas de Berger e Kellner.

5.4 Michel Bozon: casamento, homogamia e mobilidade social

As temáticas da conjugalidade, da coabitação e do casamento, da atracção física e da escolha do cônjuge, da sexualidade, da reprodução e mobilidade social e ainda das relações sociais de sexo, entre outras, têm ocupado lugar central como objectos de investigação de Michel Bozon. Alguns dos seus resultados serão referidos a propósito desses diferentes temas, mas vale a pena sintetizar desde já aspectos centrais das suas análises.

Nas interpretações que propõe assumem papel de relevo as determinações de classe no casamento e as relações sociais de sexo. O tema da homogamia surge nalguns dos trabalhos iniciais, a partir do grande inquérito que dirigiu com François Héran sobre a formação dos casais em França em 1984 e 1985 e onde se comparam casais formados entre 1960-1972 com casais formados entre 1973-1983. Publicou desde então, e durante os anos 90, um conjunto de artigos importantes sobre as temáticas referidas. Ao actualizar a perspectiva de A. Girard (1964), Bozon e Héran (1987, 1988) revelam, para esse período mais recente, fortes traços de continuidade na presença da homogamia social no casamento.

Em dois artigos sobre a descoberta do cônjuge mostram quais os locais de encontro que permitem os namoros e desencadeiam eventuais projectos de casamento, analisando também os aspectos da escolha conjugal dos casados e dos que coabitam. Concluem que as escolhas homogâmicas são mais frequentes sobretudo no prisma da comparação das origens sociais dos cônjuges (o pai da mulher e o pai do homem) e menos quando se comparam directamente as posições sociais -- através da inserção socioprofissional -- do homem e da mulher que se casam ou iniciam a coabitação. No último tipo de comparação, aliás, tende-se erroneamente a esquecer que as posições das mulheres na estrutura socioprofissional são, em geral, diferentes das dos homens, porque tendem a reproduzir as assimetrias de sexo que as colocam a elas, desde logo, em lugares inferiores da hierarquia das profissões. Aponta-se assim para que o chamado efeito de hipergamia no casamento -- as mulheres tenderem a casar acima -- não seja mais do que a reprodução dessas diferenças mais globais entre homens e mulheres. M. Bozon subscreve aqui a perspectiva de Singly, o qual, como já vimos, chama a atenção para a especificidade do sexo dos capitais.

Ainda que a comparação entre as posições dos cônjuges perante a profissão, como avança Bozon, à primeira vista não confirme a ideia de homogamia, e visto que o raciocínio da hipergamia se revela também falacioso, uma análise mais fina das profissões de ambos os

cônjuges mostra que há forte inclinação para se escolherem se não os iguais – não há homologia de posições possível – pelo menos os mais próximos. É isso que o autor conclui ao comparar a um nível muito mais desagregado as posições socioprofissionais de homens e mulheres casados (Bozon, 1991).

Na comparação das origens (do pai da mulher e do pai do marido), o efeito da escolha homogâmica é muito nítido nas classes superiores e nas de agricultores e menos claro nas classes médias assalariadas, particularmente no grupo dos filhos dos empregados. Quanto aos operários nota-se enorme fractura entre os que são filhos de operários qualificados e os que são filhos de operários não qualificados. Os primeiros tendem a escolhas mais diversificadas e acima da sua condição de origem e os segundos não. Não deixa de ser curioso notar, avançamos nós, que os sectores onde se verifica menos a tendência homogâmica sejam justamente aqueles que mais cresceram nos últimos anos. Talvez também por aqui se possa não tanto pôr em causa, mas delimitar de forma mais rigorosa este tipo de análises, no sentido de perceber o que elas nos permitem elucidar acerca do casamento e das consequências da proximidade ou da diversidade social dos cônjuges.

Considerando que o casamento é um “elo maior” na cadeia da reprodução social, Bozon procura analisar a relação entre casamento e mobilidade social, propondo um esquema de análise mais complexo onde cruza a origem, a posição social dos cônjuges, a sua trajectória pessoal e a do grupo em que estão inseridos. Desta análise cruzada conclui que a “formação do casal é a associação de duas dinâmicas individuais que geralmente se parecem” (Bozon, 1991: 187), sublinhando assim a importância de uma análise em termos de trajectória. Com efeito, a homogamia é muito mais acentuada quando de pais para filhos se regista a reprodução social simples, uma trajectória de estabilidade e não de mobilidade, como a que se verifica quando um filho de quadro é um quadro, ou um operário tem um filho também operário (Bozon, 1991: 188). As escolhas matrimoniais são, pelo contrário, muito mais diversificadas, sempre que se verifica reconversão social ascendente (um filho de operário qualificado torna-se quadro) ou descendente (um filho de quadro é empregado dos sectores intermédios). A formação escolar, pelo seu lado, não surge como variável independente, isto é, só assume relevo no que toca à mobilidade social ascendente, por exemplo, quando articulada a outros factores como a trajectória social ou a pertença a um sector social específico (Bozon, 1991: 187).

Além destes contributos e de uma certa actualização da problemática da homogamia e da reprodução social no casamento, M. Bozon analisou outros aspectos da conjugalidade. Em textos referentes ao papel da aparência física na escolha do cônjuge, dá exemplos muito

evidentes das diferenças entre homens e mulheres (Bozon, 1991a) analisando sob outro ângulo aquilo que F. de Singly tinha mostrado através da análise dos anúncios matrimoniais, isto é, a especificidade dos capitais masculinos e femininos que se trocam no casamento (Singly, 1984).

As diferenças de idade entre os cônjuges no casamento surgem também como reveladoras das relações sociais de sexo e da dominação masculina (Bozon, 1990 a, b). O lugar da sexualidade na constituição do casal (Bozon, 1991b) e uma análise sociológica sobre o ritual do casamento (Bozon, 1992) constituem outros dos temas abordados pelo autor.

AULA 5 Bibliografia de referência

- Bozon, Michel e F. Héran (1987), "La découverte du conjoint I", *Population*, 42 (6).
- Bozon, Michel e F. Héran (1988), "La découverte du conjoint II", *Population*, 43(1).
- Bozon, Michel (1992), "Sociologie du rituel du mariage", *Population*, 2.
- Bozon, Michel (1991) "Mariage et mobilité sociale en France", *European Journal of Population*, 7.
- Bozon, Michel (1991a), "Apparence physique et choix du conjoint", in T. Hibert e L. Roussel, *La nupcialité: évolution récente en France et dans les pays développés*, INED, Congrès et Colloques, nº7.
- Bozon, Michel (1991b), "La nouvelle place de la sexualité dans la constitution du couple", *Sciences Sociales et Santé*, vol. IX, nº4.
- Bozon, Michel (1992), "Sociologie du rituel du mariage", *Population*, 2.
- Kellerhals, Jean (1982), *et al., Mariages au quotidien - inégalités sociales, tensions culturels et organisation familiale*, Lausanne, Ed. Pierre Marcel Favre.
- Kellerhals, Jean e P. Trutot (1982a) "Divorce et Modèles matrimoniaux - quelques figures pour une analyse des règles d'échanges" in *Revue Française de Sociologie*, XXIII.
- Kellerhals, Jean *et. al.* (1984), *Microsociologie de la famille*, Paris, PUF, Que sais-je?
- Kellerhals, Jean, (1985), "Statut social, projet familial et divorce: une analyse longitudinale des ruptures d'union dans une promotion de mariage", *Population*, 6.
- Kellerhals, Jean (1987), "Types d'interaction conjugale", *L'Année Sociologique*, 37.
- Kellerhals, Jean e Louis Roussel (1987), "Les sociologues face aux mutations de la famille: quelques tendances de recherche 1965-1985", *L'Année Sociologique*, 37.
- Kellerhals, E. Widmer e R. Levy (2004), *Mesure et Démesure du Couple. Cohésion, Crises et Résilience dans la Vie des Couples*, Paris, Éditions Payot & Rivages.
- Singly, François de (1987), *Fortune et infortune de la Femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*, Paris, Presses universitaires de France.
- Singly, François de (1987a), "Théorie critique de l'homogamie", *L'Année Sociologique*, 37.
- Singly, François de (1991), "Les relations conjugales", in, F. de Singly (dir.), *La famille. L'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.

- Singly, François de (1993), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan, edição em português (2007) *Sociologia da Família Contemporânea*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Singly, François de, *et. al.* (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan.
- Singly, François de, *et. al.* (1996a), “L’ amour et l’ affection un nouvel objet sociologique”, in F. de Singly, *La famille en questions, état de la recherche*, Paris, Syros, Institut de l’enfance et de la famille.

AULA 6

Sumário

A sociologia da família: teorias e propostas dos finais do século XX aos inícios do século XXI (II)

- 6.1 Berger e Kellner: casamento, identidade pessoal e social
- 6.2 Identidade versus estabilidade, tensões e reconstruções: J.C. Kaufmann, J. Askham, A. Giddens
- 6.3. Contributos portugueses: a família como unidade de análise, identidade, permanência e mudança; J. Ferreira de Almeida, A. Nunes de Almeida, N.Lourenço, K. Wall, E. Leandro.
- 6.4 Balanceando perspectivas

6.1 Berger e Kellner: casamento, identidade pessoal e social

A relação entre casamento e identidade pessoal entra de forma mais evidente na sociologia da família através da publicação de um artigo de Berger e Kellner de 1964. Não é de estranhar, aliás, que os autores americanos, falando nesta época das fragilidades do casal moderno, das altas expectativas associadas ao casamento e da sua resultante incerta, voltem a estar na “moda”. Eles foram reeditados nos finais de 80, numa altura em que os fenómenos, ainda em esboço no início dos anos 60, se acentuavam de forma nítida. Mas a problemática da identidade e da conjugalidade ganha a partir de então autonomia relativa e vários autores a vão retomar.

Sentido, identidade e construção da realidade

A perspectiva que a seguir se desenvolve é completamente contrastante em relação à que foi abordada anteriormente. Antes desempenhavam papel central os constrangimentos externos à relação conjugal, as determinações sociais e as que decorrem da diferença de sexo. Nesta, exactamente em sentido contrário, toda a atenção está voltada para o que se passa numa dimensão específica do contexto da interacção conjugal, na conversa quotidiana e na relação face a face, consideradas como constitutivas do sentido existencial, pessoal e social dos próprios indivíduos e dos papéis que eles desempenham. Por outras palavras, no primeiro tipo de explicações trata-se de uma opção epistemológica que pretende ir do nível macro para o micro, de fora para dentro; no segundo tende-se a explicar papéis, identidades, instituições e

a criação de novas realidades de nível macro, a partir das micro acções quotidianas, isto é, de dentro para fora.

Mas foi precisamente essa atenção diferenciada que pareceu atraente e singular em relação a qualquer outra perspectiva do casamento até aqui referida. Permitindo analisar aspectos “internos” da relação conjugal, ela abre importantes pistas de investigação. Questões como o papel da interacção conjugal na construção, afirmação ou reafirmação da identidade pessoal e social são susceptíveis de aprofundamento a partir deste ângulo de análise. Por outro lado, passa igualmente a ser possível equacionar o papel da dinâmica interna da relação conjugal nas práticas e representações dos cônjuges ou nas suas eventuais mudanças.

A intenção expressa de Berger e Kellner no artigo fundador *Marriage and the social construction of reality* (Berger e Kellner, 1964, 1975) é a de construir uma teoria sociológica sobre o casamento liberta de categorias psicológicas. Os autores começam a explicitar neste artigo, e a propósito da realidade empírica que é o casamento, uma proposta sociológica de âmbito geral que virá, de forma mais consistente e alargada, a ser desenvolvida em livro posterior (Berger e Luckmann, 1966).

Afirmam de início, um entendimento específico do casamento. Partindo do Durkheim que sustenta o papel da integração familiar e conjugal como factor de defesa contra a *anomia*, Berger e Kellner salientam, pela positiva, o contributo do casamento na produção específica de *nomos*, isto é, de sentido. Definem o casamento como “um arranjo social que cria para o indivíduo uma espécie de ordem através da qual ele pode experienciar a sua vida como fazendo sentido” (Berger e Kellner, 1964, 1975: 302). A partir de uma perspectiva microsociológica, os autores desenvolvem em seguida os seus argumentos, não sem antes enquadrar as suas posições em três propostas teóricas de outros autores: a perspectiva interaccionista de Mead, que considera a identidade como um fenómeno social; a tese weberiana que considera a sociedade como “rede de significações”; e, finalmente, a fenomenologia de Shutz e Merleau Ponty. Desta articulação surge a afirmação que a relação conjugal é o contexto de relações sociais que constitui um domínio por excelência da produção do sentido e de construção identitária.

A argumentação desenvolve-se a partir de algumas ideias chave sobre a construção social da realidade. Afirmam os autores que “o processo que nos interessa aqui é o que constrói, mantém e modifica uma realidade consistente que pode ser experimentada como fazendo sentido para os indivíduos” (Berger e Kellner, 1964, 1975: 303). Por outras palavras,

trata-se de perceber como é que a realidade social preexistente, que se impõe aos indivíduos, é incorporada e “naturalizada” no contexto das interacções quotidianas. Berger e Kellner consideram, aliás, que é através das relações sociais no quotidiano, e particularmente nas relações sociais com outros “significativos”, que a realidade adquire “sentido”. Os processos de produção de sentido são cumulativos, começando no início da história biográfica dos indivíduos e desenrolando-se através dos diferentes contextos de socialização.

Ora, continuam os autores, para que o mundo faça sentido para cada indivíduo é necessária a “validação” da sua inquestionabilidade através de uma infinidade de relações e interacções quotidianas. Acordamos todas as manhãs com as notícias do país em que vivemos e desenvolvemos automaticamente um conjunto de movimentos e de gestos que testemunham o nosso papel, o nosso lugar nos diferentes contextos em que nos movemos: desde a família, antes de sair de casa, até aos cumprimentos da praxe no início de cada dia de trabalho. As notícias, as interacções com os outros, constituem processos de validação da nossa identidade, na ausência dos quais entraríamos em anomia (perda de sentido). De todas as interacções em que estamos implicados, dizem ainda os autores, são particularmente importantes para os processos identitários as que estabelecemos com outros significativos. E, na vida quotidiana, é essencialmente através da conversação que este processo de validação ocorre. Assim, para Berger e Kellner, as relações com outros significativos podem ser consideradas como “conversações em curso”.

Através dessa contínua conversa, que não tem de ser explicitamente articulada, mas em que se assume implicitamente a definição da realidade a que ela diz respeito, não só se aceita a realidade e ela se torna “significativa”, como se processam modificações ou adaptações a novas realidades implicando eventuais mudanças na biografia.

Os autores vêm então formular uma proposição sociológica “a plausibilidade e a estabilidade do mundo, como é socialmente definido, depende da força e continuidade das relações significativas em que as conversas sobre este mundo podem ser continuamente prosseguidas”. Por outras palavras, “a realidade do mundo é sustentada através da conversa com outros significativos” (Berger e Kellner, 1964, 1975: 305). Afirmam ainda que, do lugar da sociologia, se deve perguntar como é que estas relações são objectivamente estruturadas e distribuídas. Também se deveria compreender como é que elas são subjectivamente percebidas e experienciadas. A resposta a estas perguntas condu-lo a uma questão que nos interessa directamente e que constitui, neste texto, a sua tese principal: “o casamento ocupa um estatuto privilegiado entre as relações significativas validantes para os adultos na

nossa sociedade”. Por outras palavras, o casamento reveste-se, no nosso tempo, de uma instrumentalidade nómica.

Contribui para este lugar de relevo do casamento na produção de sentido e de realidade o facto de ele se traduzir numa interacção quotidiana com um outro significativo bem como o de ser também contexto de conversação próxima permanente. São estas particularidades que o tornam capaz de cumprir, para os cônjuges, o papel de validação identitária central. Mas há outras características fundamentais da conjugalidade.

São elas, em primeiro lugar, o facto de o casamento juntar dois estranhos³⁴ numa união legitimada e esperada como promessa de realização pessoal, ela própria implicando redefinições de modos de ser e de fazer. Em segundo lugar, o facto de se encarar a esfera privada como um mundo onde há escolha e autonomia para “moldar” a realidade à nossa maneira, o que tende a traduzir-se em altas expectativas em relação ao casamento. Esta distinção do nível micro -- onde se pode estabilizar a identidade através da conjugalidade -- do nível macro -- onde a maioria dos indivíduos não têm capacidade para certos tipos de intervenção ou controlo -- é aliás considerada pelos autores como “funcional” no plano societal.

Ora, as duas características referidas, a estranheza entre os cônjuges, que se traduz no “dramatismo” do encontro conjugal, somada às altas expectativas associadas ao casamento, tornam-no num empreendimento difícil e até de resultante incerta.

São estes argumentos centrais que constituem, em síntese, o corpo principal da análise sociológica do casamento de Berger e Kellner. Nela se acentua o papel activo dos sujeitos na construção da realidade através da conversação no contexto conjugal. Sublinha-se a criação de novos sentidos e novas realidades sociais através da interacção conjugal, insistindo-se no papel dinâmico das interacções. Mostram-se efeitos desses mesmos níveis micro da interacção na própria identidade pessoal.

Recorde-se que, nas perspectivas anteriores, sempre que se voltava a atenção fundamentalmente para o nível de análise “casal”, era para aí salientar apenas as relações interpessoais, afectivas, de dimensão exclusivamente psicológica. Berger e Kellner, pelo contrário, vêem nessa relação, não só a criação do sentido existencial, como o da própria vida relacional e social. E isso mesmo pareceu do máximo interesse na pesquisa sobre a

³⁴ Na óptica de Berger e Kellner não se trata de estranhos no plano das diferenças de origem social, mas no que diz respeito a hábitos e estilos de relação, de conversação e de normas para o quotidiano, como o que se pune e o que se elogia, de que se fala ou do que não se fala e de um imensidão de pequenos actos e gestos que diferem muito de família para família.

conjugalidade (Torres, 2000) já que aí se pretendia também analisar a relação entre identidade pessoal e social e casamento, para daí olhar as eventuais mudanças de perspectiva dos homens e das mulheres.

Na verdade, para quem procura operacionalizar esta proposta com o objectivo de investigar a conjugalidade, parece vital o facto de nela se salientar o carácter construído da identidade pessoal e social, rejeitando-se do mesmo passo visões estáticas e essencialistas, muitas vezes associadas ao funcionalismo e ao conceito de papel, ou ao estruturalismo determinista. É que, na verdade, nós não *somos*, *vamos sendo*. E esse aspecto dinâmico da construção identitária resulta muito evidente ao analisar a vida conjugal e as mudanças que aí ocorrem, através do desempenho de diferentes papéis que marcam momentos do ciclo de vida. Nesta perspectiva, o casamento e a identidade pessoal podem ser considerados como *processos* extremamente interligados, em fases cruciais do ciclo de vida.

Podemos, em todo o caso, localizar três tipos de limites aos trabalhos de Berger e Kellner. Num primeiro plano, embora se mostrem as dificuldades relacionais o que surgia muito pouco ou quase nada nos autores anteriores, parece sempre supor-se um pano de fundo de perspectivas e interesses comuns entre os cônjuges. A realidade, porém, mostra a existência mais ou menos frequentemente de divergências, não só de hábitos, como de interesses e expectativas entre os cônjuges. E se não se supõe a existência desta possível conflitualidade, muito menos se equaciona o papel das diferenças de sexo. Usando a própria linguagem de Berger e Kellner, não se prevê a possibilidade de o casamento ter “sentidos” ou significados identitários diferentes para homens e para mulheres, não se imagina que as vozes da “longa conversa” possam ter ou desenvolver dissonâncias ou ainda que a conversa seja alimentada por silêncios que um impõe, mesmo sem agressão directa, ao outro.

Em segundo lugar, não há coordenadas espaço/tempo nesta abordagem. A relação conjugal parece desenvolver-se de forma completamente indiferente ao contexto social, cultural e até valorativo em que obrigatoriamente ocorre. Mas o que é definido como adequado para a conversa entre os cônjuges, as normas a serem construídas e negociadas diferem de acordo com os múltiplos contextos indicados. Na mesma linha de descontextualização das interacções, ignora-se a hipótese de que, muito para além da própria relação, existam constrangimentos objectivos impostos por situações de dependência face à conjugalidade. Esta pode ser vivida, em certos contextos sociais, por outro lado, como instituição que se sobrepõe à vontade individual. Consequência adicional desta perspectiva de desenraizamento da interacção conjugal é o facto de se dar menor atenção a outras dimensões das relações sociais produtoras da identidade pessoal e social. Embora se possa

considerar a relação conjugal como particularmente importante para a validação da identidade, a verdade é que outras esferas das relações sociais contribuem também para esse processo. A relação com a profissão, por exemplo, assume em certos momentos mais do que noutros, de forma diferenciada de acordo com os sexos, papel de relevo na construção dessa identidade. A excessiva atenção dada à relação conjugal, neste domínio, por Berger e Kellner, pode fazer esquecer essas outras dimensões de investimento e identidade.

No caso da pesquisa sobre a conjugalidade a que temos vindo a fazer referência, procurou-se evitar precisamente esse problema, buscando outras esferas de investimento identitário dos actores sociais. Para cumprir tal objectivo incluíram-se no guião de entrevista perguntas que remetiam, por exemplo, para a percepção subjectiva dos dois membros do casal sobre a sua actividade profissional e a do cônjuge, as diferentes dimensões da vida doméstica e familiar, os tempos livres, as saídas individuais ou em casal, as relações com outras familiares e amigos.

Em terceiro lugar, e como consequência da relação estreita entre os dois primeiros limites apontados, deixaria de ser possível prever qualquer tipo de mudança no contexto da conjugalidade ou da família, bem como nas definições identitárias do que é ser mulher ou homem, se nos limitássemos a uma visão da conjugalidade circunscrita às dimensões micro. Ora os últimos quarenta anos mostram exactamente grandes e relevantes transformações nestes domínios.

6.2 Identidade versus estabilidade, tensões e reconstruções: J. Askham, J.C.Kaufmann, A. Giddens

Além dos limites apontados é ainda possível salientar outros aspectos, como avança Janet Askham (1984). A autora inglesa, embora se situe numa lógica mais microsociológica e privilegie a perspectiva interaccionista, considera que Berger e Kellner dão demasiado ênfase à dimensão da identidade pessoal e esquecem que o casamento pode ser igualmente relevante para a estabilidade dos indivíduos. A partir de uma investigação desenvolvida em Aberdeen, Escócia, que incluiu entrevistas a vinte casais (Askham, 1984), chama a atenção para as tensões que podem existir entre identidade e estabilidade no decurso da vida conjugal. Verifica que os cônjuges podem ser “obrigados” a manter certos aspectos da identidade pessoal não resolvidos ou insatisfeitos para garantir outra necessidade básica que é a estabilidade conjugal. A problemática da sua pesquisa centra-se na captação das contradições entre esses dois pólos, sugerindo-se que o acento na identidade pode pôr em causa a estabilidade e vice-versa. A que consensos chegam os casais, que zonas de dito e

não dito é que se estabelecem (para manter estabilidade e identidade), quais as áreas de reserva e de partilha, são alguns dos aspectos desenvolvidos. Eles merecem atenção.

As propostas de J.C. Kaufmann, por outro lado, constituíram também referente fundamental na mesma pesquisa. De uma obra vasta, podemos referir muito brevemente algumas das suas ideias centrais, desenvolvidas no livro *Sociologie du couple* (1993) obra de síntese de meio percurso. Privilegiando na investigação, fundamentalmente, técnicas de análise qualitativa como a entrevista, Kaufmann desenvolve análises de uma enorme sutileza e riqueza, o que faz que se tenham desdobrado referências às suas interpretações e explicações. Na verdade, as suas sugestões repartem-se a propósito de diversos temas. Ou quando analisa a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres a partir da posição dos dois membros do casal em relação à máquina de lavar roupa (Kaufmann, 1992). Ou ao analisar as modalidades de entrada na vida conjugal e os seus processos de transição desde o tempo da descoberta, ao tempo da ambiguidade e deste ao do conforto (Kaufmann, 1993). E ainda quando salienta a difícil gestão entre combater hábitos injustos na divisão do trabalho familiar e fazer falar o coração (Kaufmann, 1997). Muitas outras dificuldades do quotidiano conjugal são igualmente abordadas pelo autor a partir do mesmo pretexto de partida.

As suas posições teóricas são igualmente sugestivas. A temática da identidade pessoal e do casamento, sugerida por Berger e Kellner e retomada por vários autores contemporâneos, tem em Kaufmann um dos que a reatualiza utilmente com contornos particulares.

Para Kaufmann, a maior margem de manobra dos indivíduos e a sua crescente responsabilidade individual na construção dos cenários da vida familiar e conjugal contemporâneas, distancia-se da de épocas anteriores em que os indivíduos se ajustavam ao cenário institucional que lhes era imposto, sem vislumbrar grandes possibilidades de o transformar. Maior acento tónico na vontade individual traduz-se também em protagonismo acrescido na construção identitária, a qual continua a fazer-se através da relação com os próximos “validantes”, tal como para Berger e Kellner. Ora a exigência identitária “imposta” à relação conjugal é o que, simultaneamente, a torna decisiva para o indivíduo, mas também o que a torna exigente e a transforma num empreendimento difícil.

Dois exemplos das propostas de Kaufmann permitem elucidar e concluir sobre a sua utilidade para a pesquisa. O primeiro surge a propósito da entrada na vida conjugal e das socializações diferenciadas de homens e de mulheres. Kaufmann (1992) salienta a possibilidade de “reescapagem” de aspectos da identidade pessoal adquiridos em fases iniciais

dos processos de socialização. Dá o exemplo, no caso feminino, do conjunto de saberes e competências domésticas que se adquirem na adolescência e que são susceptíveis de ser rejeitados ou negados em fases de maior vontade de afirmação profissional -- quando se está na fase inicial da carreira, por exemplo -- e que podem voltar a adquirir importância a propósito da adequação a novas situações como o casamento ou a maternidade. Mas o inverso, ou seja, o desejo de mudar aspectos da identidade pessoal e social até aí em maior destaque, também pode acontecer, como é o caso, por exemplo, das mudanças que ocorrem quando uma mulher que se ocupou muito dos filhos os vê ganhar mais autonomia ou saírem de casa. Revela-se produtiva e analiticamente interessante esta remissão para a capacidade dos actores sociais de adoptarem uma lógica flexível, e até mesmo, negocial, quanto à sua identidade pessoal, social e sexual, em função dos contextos e dos papéis. Kaufmann enuncia desta forma, por outro lado, os processos de constante vai e vem na reformulação da identidade, entendida esta, também aqui, como um processo aberto e reflexivo.

São igualmente valiosas as análises propostas a partir da divisão do trabalho entre homens e mulheres. O autor francês verifica a existência de uma “retórica” da igualdade ao nível da partilha das tarefas domésticas, mas também de uma certa “tensão” que se gera perante a contradição entre esta retórica e a realidade das práticas. Sabe-se que as mulheres continuam a assumir grande parte das tarefas domésticas e se a insistência na retórica ilustra a existência de uma nova norma, a tensão que se gera a seu propósito pode também denotar incomodidades, contradições e busca ou não de solução negociada para elas. Tais tensões são susceptíveis ainda de estar associadas a questões de identidade pessoal vividas de forma diferenciada por cada um dos sexos. Pelo nosso lado obtivemos diversos exemplos destes diferentes tipos de tensões e contradições.

A problemática da relação entre casamento, identidade pessoal e transformações de valores e práticas sociais nas sociedades contemporâneas foi também abordada por Giddens (1991). Nas sociedades que chama de “modernidade tardia”, ele admite que os indivíduos têm maior capacidade de intervenção na construção da sua própria identidade através da auto-reflexividade e do conjunto de informações disponibilizadas, nomeadamente, a partir das ciências sociais. Verificando-se a erosão dos quadros normativos rígidos que definem um padrão de comportamento ajustado a papéis fixos ou imutáveis, os actores sociais, nomeadamente no quadro da conjugalidade ou da família, dotam-se de maior margem de manobra no cumprimento dessas normas que passam cada vez mais a ser também redefiníveis, ajustáveis e negociáveis.

O divórcio, nesta perspectiva, pode surgir também como um dos indicadores da mudança, já que mostra que em certos momentos (*fateful moments*) os indivíduos podem -- por iniciativa própria ou induzidos pela iniciativa do outro -- ajustar aspectos da sua identidade que sentiram eventualmente ameaçados ou postos em causa no contexto conjugal anterior. Com efeito, verificou-se que, se é verdade que a ruptura conjugal pode ser vivida ou explicada pela simples (e por vezes bem complexa) razão do desamor, a análise dos discursos dos divorciados (Torres, 1996) revela quão frequente é a referência a uma incomodidade percebida de forma difusa, traduzida em frases do tipo “já não me sentia eu próprio” ou “não me sentia bem”. Outras vezes, só à posteriori, de forma mais clara, os próprios elementos de reestruturação da identidade eram claramente identificados (“mudei totalmente a minha vida”, “foi o recomeço”, “mesmo com algumas dificuldades passei a sentir-me eu próprio”).

Ora podemos ver aqui pela negativa o que Berger e Kellner propunham. A razão por que a identidade pessoal parece ser abalada ou questionada pelos processos de divórcio, é o facto de o casamento implicar se não uma revolução identitária, pelo menos uma redefinição de sentidos e de prioridades que envolvem a identidade pessoal e social. Giddens vai ainda mais longe, ao sugerir que nas sociedades contemporâneas o papel individual na definição identitária se intensificou e alargou de tal forma que se tornaram frequentes trajectos conjugais interrompidos. Eles implicam, na maioria dos casos, e porque a relação conjugal continua a manter o seu poder atractivo, a insistência em novas relações, em segundas oportunidades (Giddens, 1991: 10). Outro sinal evidente desta maior capacidade de intervenção dos indivíduos na construção da sua identidade pessoal é o crescente recurso aos saberes da psicologia e psicanálise, aos programas de auto-ajuda e, genericamente, às psicoterapias. Com Giddens, a relação entre identidade pessoal e casamento é colocada num contexto de tal maneira abrangente, que se transforma numa característica específica da própria modernidade.

É assim por diferentes ângulos que podemos abordar a relação entre identidade pessoal e casamento. Antes ainda de sintetizar aspectos centrais das propostas dos autores que discutem em torno dessa relação entre identidade e casamento, vale a pena clarificar em que sentido se fala de identidade pessoal, distinguindo-a da identidade social, com o simples objectivo de esclarecer possíveis equívocos. Autores como Berger e Kellner, ou aqueles que no âmbito da sociologia da família se referem à identidade, como Singly e Kaufmann, na maior parte das vezes não definem o conceito de identidade de que partem, nem distinguem entre identidade pessoal e social. Mas se parece perfeitamente evidente que, quer no caso de Berger e Kellner, quer no de Giddens, toda a argumentação se desenvolve à volta dos

aspectos mais nucleares da identidade e neste sentido no da identidade pessoal, no dos outros é menos evidente.

6.3 Contributos portugueses: família como unidade de análise, identidade, permanência e mudança; J. Ferreira de Almeida, A. Nunes de Almeida, N.Lourenço, K. Wall, E. Leandro.

Como se referiu no início deste ponto, a relação entre determinações sociais, contextos ou classes sociais e família foi considerada relevante em muitas das teorias de autores europeus como muito importantes para dar conta das realidades familiares. Também em Portugal esta questão tem sido, já há muitos anos, sustentada teoricamente e operacionalizada em várias pesquisas.

Já foi bem ilustrada a originalidade e interesse da grelha teórica desenvolvida pela equipa de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (Ferreira de Almeida, *et.al.*, 1988; Ferreira de Almeida, *et.al.*, 1994; Machado e Costa, 1998). Entre outras particularidades, tem a de utilizar o grupo doméstico como unidade de análise, estratégia utilizada em várias pesquisas, nomeadamente, no domínio da sociologia da família (Lourenço, 1991; Nunes de Almeida, *et. al.*, 1998;). Na verdade, o que esta abordagem permite é reconhecer os contributos dos vários membros do grupo doméstico – dando assim visibilidade às trajectórias femininas - para a identificação da situação de classe dos indivíduos e das famílias. Cruzando a situação de classe dos dois cônjuges e acrescentando, quando for caso disso, a dos filhos adultos que contribuem para o orçamento familiar, pode ter-se uma visão muito mais completa das práticas e representações, expectativas e estratégias de cada um dos membros da família dos indivíduos, bem como do grupo no seu conjunto. Vejamos alguns exemplos de utilização da proposta e dos seus efeitos heurísticos.

Na pesquisa que deu origem ao livro *Classes sociais nos campos*, onde se definem os traços iniciais dessa proposta, resulta de forma clara que só é possível perceber melhor as estratégias das famílias de campesinato parcial, a sua relação com a agricultura e mesmo os seus valores, quando se conta com a inserção na vida activa dos dois cônjuges – que pode assumir a modalidade de a mulher trabalhar a terra e o homem na fábrica e só complementarmente na terra – e, sempre que este existe, com o contributo dos filhos do sexo masculino que trabalham também, frequentemente, no exterior. O recurso a este tipo de análise permite, entre outras coisas, explicar a permanência de uma agricultura de subsistência sem modernização. Também se percebe melhor como a “modernidade” e as

mudanças no plano simbólico e até político, podem ser resultantes de uma espécie de “socialização invertida”, através da qual os pais são influenciados pelos filhos em alguns planos de orientação de vida. (Ferreira de Almeida, 1986).

Numa pesquisa sobre os jovens integrados em cursos de formação na escola de uma grande empresa metalúrgica (Capucha e Torres, 1986) resultou também muito claro que o que poderia contribuir para explicar o sucesso ou insucesso escolar e de formação dos jovens não era a origem social localizada apenas a partir do chefe de família - que neste caso era à primeira vista, a mesma visto serem todos filhos de operários da Mague - mas também o nível de escolaridade e/ou a actividade profissional da mãe. Contar para a identificação da origem ou da situação de classe dos indivíduos com a informação referente a ambos os cônjuges da sua família de origem contribui, assim, para dar visibilidade a variáveis antes ocultas e enriquecer globalmente a análise.

Ainda a questão da identidade: contributos portugueses

Faz sentido ainda, determo-nos um pouco sobre algumas interpretações do conceito de identidade bem como de algumas distinções a estabelecer entre identidade pessoal e identidade social. Entendimento útil de identidade pessoal é o que a refere aos domínios mais internos ou íntimos da definição do “eu” na sua relação com o mundo (existencial e ontológica), no sentido em que Berger e Kellner a definem. Nessa acepção pode admitir-se que há uma dimensão da identidade pessoal, da noção que o indivíduo vai fazendo de si próprio ao longo da sua história, que corresponde à resposta a um “quem sou eu?”, que, ainda que se construa na interacção com os outros, é marcadamente íntima e individualizada, pode ser objecto de análise no domínio da psicologia ou da psicanálise. Contudo, outra dimensão dessa mesma identidade pessoal alimenta-se, necessariamente, de outras respostas para a mesma pergunta -- “eu sou em relação com, por referência a, diferente de, próximo de, pertença a...”-- sendo essa dimensão a que muitas vezes se tem chamado a identidade social.

Ora, se seguirmos as pisadas de Piaget, percebe-se que podemos adoptar as duas perspectivas na medida em que é impossível dissociar, a não ser para efeitos analíticos, a construção do “eu” do contexto inteiramente relacional em que ela ocorre. Assim, ou falamos de duas identidades – pessoal e social – não deixando de sublinhar a sua ligação indissociável, ou se fala de dimensões das identidades estreitamente associadas. Antes ainda

de dar alguns exemplos, convém reter em que sentido se deve falar, no domínio da sociologia, de identidade social utilizando para isso a proposta de José Madureira Pinto (1991).

Madureira Pinto salienta a vocação iminentemente relacional do conceito de identidade, rejeitando o essencialismo, Trata-se de uma posição que inspirou também as nossas posições. Numa perspectiva sincrónica, o autor afirma a construção das identidades sociais como um *processo* duplo de integração – em conjuntos mais vastos de pertença e de referência – e de autonomização – diferenciação, estabelecimento de fronteiras e de distinções (Pinto, 1991: 218). Numa perspectiva diacrónica, ressalta, na construção das identidades, o papel dos trajectos sociais, das posições ocupadas na estrutura social e dos projectos que a partir desses lugares se vão elaborando e reconstruindo.

Ora a insistência no lado relacional e na ideia de processo na construção das identidades e a vertente dupla de integração – movimento para o colectivo – e diferenciação, autonomização, parece extremamente rica. Ao aplicá-la ao casamento tornam-se evidentes os aspectos heurísticos da proposta. Ser uma pessoa casada -- mulher ou homem -- pode ser cumprir uma etapa importante para a identidade pessoal e social, dar testemunho do desejo de integração no grupo, mas, simultaneamente, diferenciar-me como indivíduo, tomar conta do destino, protagonizar uma nova vida, fazer nascer e responsabilizar-me por outros indivíduos. O sentido de integração vai de mão dada com o de diferenciação e autonomização.

Outra ideia sugerida por Madureira Pinto no seu texto, na continuação das anteriores, sublinha que a construção das identidades se alimenta de alteridades e, por isso, nunca exclui “convências e infidelidades recíprocas” (Madureira Pinto, 1991: 219). Excelente sugestão que contribui para explicar, por exemplo, as dificuldades que as posições feministas têm em fazer-se entender e aceitar pelas “interessadas” ou em paralelo a desconfiança que estas por vezes nutrem em relação àquelas, quando as acusam de não “gostarem de homens” sempre que se trata de mostrar os mecanismos da dominação masculina. Poder-se-ia ainda prolongar o exercício, a partir das interessantes sugestões do texto referido, mas faz sentido agora voltar à problemática aqui desenvolvida, nomeadamente a da relação entre casamento, identidade pessoal e identidade social.

Assim, como se viu, através do casamento contribui-se para a definição de uma e de outra das formas de identidade, de resto estreitamente associadas. A relação conjugal é uma relação validante, uma interacção com um outro significativo, mas esse outro, sendo homem

ou mulher, vive num determinado contexto social em que as acções são balizadas e orientadas também por pertenças de género.

O casamento ao contribuir para a construção da identidade pessoal e social, para um sentimento de pertença, não anula a voz individual, diferenciada, autonomizada. Por outro lado, outras zonas de produção identitária – tal como Madureira Pinto também acentua – como a da profissão, a das sociabilidades, etc., interagem com as dimensões identitárias mais privadas da relação conjugal.

A construção da identidade pessoal e da social é, assim, no essencial, um processo em aberto, que, como Giddens aponta, cada vez mais sofre momentos de crise e reconstrução. Quando se pensa na relação entre o casamento e a questão feminina, aliás, torna-se ainda mais evidente não só a ideia de identidade como processo, como a questão da relação estreita entre identidade pessoal e social. As transformações dos últimos quarenta anos foram particularmente ilustrativas das mudanças no campo das identidades sociais possíveis das mulheres -- de uma mulher essencialmente esposa e mãe passou-se tendencialmente para uma visão de mulher-indivíduo -- o que, ao redefinir identidades permite do mesmo passo novos projectos e novas expectativas pessoais de inúmeras mulheres, casadas ou solteiras.

O que se rejeita aqui quanto à problemática da identidade é, assim, tal como António Firmino da Costa defende a propósito das identidades culturais, uma visão estritamente ontológica, apostando, em contrapartida, numa concepção dessas identidades como “conjunto de representações simbólicas socialmente construídas, e em permanente processo de reconstrução por diversos tipos de protagonistas sociais” (Costa, 1999: 496). Questões como a de “ser mulher” ou a das chamadas identidades femininas prestam-se, com enorme facilidade, a resvalar para visões ontológicas e rigidificadoras que as perspectivas sociológicas mais consistentes tornam possível combater.

Excelente exemplo dessas perspectivas, para o debate sobre a construção das identidades femininas, dá Ana Nunes de Almeida. A sua perspectiva desenvolve-se no âmbito de uma pesquisa sobre mulheres a viver num bairro degradado (Portela-Outourela) às portas de Lisboa que tinham migrado do campo para a cidade, nos anos 60, em busca de uma vida melhor. Partindo da maneira de contar a vida destas mulheres, pautada pela centralidade do seu papel como mães e mulheres de família, Ana Nunes de Almeida sugere uma interessante dicotomia entre *maneiras de dizer* e *maneiras de fazer*, central, na opinião da autora, para compreender a construção das identidades femininas. Aliás, pretende-se ter seguido a sua

sugestão final – “a adopção de semelhante perspectiva obriga a um trabalho de revisão e reconstrução do que se tem escrito sobre a posição da mulher na sociedade e sobre as relações intersexos” (Nunes de Almeida, 1986: 520) ao procurar estabelecer as diferenças entre o que é dito é o que é feito.

O problema parte da estranheza que Ana Nunes de Almeida parece ter sentido ao verificar que a um discurso vitimizado e fatalista, se contrapõe um fazer feminino protagonista, activo, desempoeirado e despachado. Elas dizem que os namorados as “enganaram,” mas percebe-se a sua cumplicidade para pressionar os pais a concretizar o que os dois queriam: casar um com o outro. Elas afirmam que não podem fazer nada perante o destino, mas acompanham os maridos no projecto de migração para a cidade e lançam mãos à obra, agarrando qualquer trabalho, gerando salários fundamentais para o orçamento familiar. Elas dizem-se dependentes e pouco conhecedoras, mas são elas que se aventuram na cidade resolvendo inúmeros problemas burocráticos. Afinal quem são elas então, apetece perguntar. São as criaturas dependentes e passivas do discurso ou as mágicas da acção? Ana Nunes de Almeida responde que elas são as duas coisas numa “relação de cumplicidade entre maneiras de fazer” e “maneiras de dizer” (Nunes de Almeida, 1986: 520).

De facto, na transição do campo para a cidade, estas mulheres transportam consigo um universo de referências onde são centrais a forte diferença nas modalidades de construção identitária entre homens e mulheres, a divisão entre a função instrumental e a expressiva clássica, a assimetria perfeitamente hierarquizada de lugares, com o feminino sempre em posições subalternas. Mas a migração para a cidade implica uma mudança. Áreas de protagonismo que eram já certamente as suas no lugar de onde vinham, vão agora ampliar-se, tornando-se, senão para elas, pelo menos para o observador exterior, ainda mais visíveis nos seus novos pontos de aplicação.

Dar visibilidade aos dois lados da realidade, ao dito e ao feito, para analisar a construção da identidade feminina, constitui sugestão importante para superar equívocos frequentes. Ora se tende, em certa literatura, a sublinhar as diferenças entre homens e mulheres “ontologizando-as” e artificializando-as apenas a partir do discurso dos actores, ora se tende, em contrapartida, a negar o discurso e a minimizar as realidades da discriminação feminina sob a capa de poderes misteriosos que elas de facto deteriam e que “compensariam” as reais desigualdades. Questões ideológicas funcionam como barreiras cognitivas, levando a que se dê mais atenção a esta ou àquela vertente da realidade, sendo possível, conforme o olhar afirmar a identidade vitimizada das mulheres ou o seu poder mágico e redentor. É indispensável romper com ambas as visões.

A importância histórica e sempre renovada da emigração na sociedade portuguesa, torna ainda mais relevantes as análises que Engrácia Leandro faz de todos esses processos identitários e das suas consequências nas famílias neles envolvidas (Leandro, 1995; Leandro e Leite, 1996: 175-189). De resto voltaremos aos textos e livros da autora também a propósito de outras temáticas.

Contributos portugueses: o que permanece e o que muda

A problemática da mudança social, no domínio específico da família e do casamento, tem sido também abordada por autores portugueses que constituíram referência importante para a pesquisa.

Nelson Lourenço, por exemplo, chama a atenção para a dificuldade em distinguir, a propósito da reprodução dos sistemas sociais e dos processos de mudança, o que permanece do que muda: “as noções de invariância e de mudança surgem aos observadores com intensidades diferentes, isto é, enquanto as transformações são directamente observáveis, os elementos invariáveis apenas se destacam como resultado de um processo de abstracção, sendo por isso difícil a sua apreensão” (Lourenço, 1991: 140). É também impossível perceber o que muda sem definir referentes temporais e qual o nível de abstracção retido na análise.

Vêm essas observações a propósito dos processos de mudança no âmbito de uma pesquisa que teve, entre outros objectivos, o de procurar compreender as relações que se estabelecem entre sistema produtivo e sistemas familiares, num contexto particular das transformações ocorridas numa sociedade rural que conheceu a penetração da indústria.

Na verdade, as mudanças observadas apontam para a reprodução dos sistemas familiares através de um processo de “continuidades e discontinuidades”. Verifica-se a manutenção de lógicas tradicionalistas enquanto que se desenrola o processo de entrada da indústria na zona rural estudada, entrada essa a que, habitualmente, se associa o modelo de modernização. Mas tais elementos tradicionalistas combinam-se de forma peculiar com a descida da idade do casamento ou a nuclearização da família e ainda outras mudanças em relação ao passado que testemunham os efeitos do surgimento de novas estratégias individuais e familiares. Isto é, são os contornos específicos dos processos sociais que importa analisar para compreender melhor o que permanece e o que muda. As pistas de interpretação, a partir das sugestões de Nelson Lourenço, revelaram inequívoca utilidade

apesar das diferenças dos problemas e dos contextos de análise empírica na pesquisa sobre a conjugalidade.

No seu trabalho, o autor sublinha igualmente, de forma muito nítida, as capacidades dos actores sociais no contexto das lógicas familiares, entendendo-os como verdadeiros dinamizadores da mudança social e não apenas agentes reactivos de adaptação a ela. A utilização da família como unidade de análise revelou-se, também aqui, um poderoso revelador da inventividade das estratégias de reprodução social dos grupos domésticos.

Karin Wall lidou também com uma problemática de lavradores e camponeses e confronta-se igualmente, de forma directa, com a questão da mudança. Aí se utilizam algumas das propostas teóricas que partilhamos no nosso trabalho. A linguagem comum permite e facilita o diálogo, não obstante as claras diferenças de horizonte empírico.

Apesar das especificidades da situação nas sociedades rurais analisadas e da sua heterogeneidade interna, não deixam de surgir sinais de transformação na família que em contextos urbanos estão em curso. Assim, nas famílias de lavradores, assiste-se à valorização da relação conjugal e as regras da troca tendem a pautar-se pela fusão e pela partilha comunitária, perdendo vigor as lógicas mais autoritárias da submissão total dos filhos à vontade dos pais; o gosto, as preferências, o sentimento, são mais valorizados do que no passado; a escolha conjugal tende a assentar no entendimento a partir da afinidade profissional e pessoal e já não tanto na imposição do exclusivo interesse patrimonial; e, quanto às finalidades da vida familiar, “o respeito pelas exigências da produção agrícola moderna não deve sobrepor-se a um certo bem-estar familiar, conjugal e individual” (Wall, 1998: 331).

Estas tendências, porém, só se fazem sentir nalguns planos, visto que existe “ (...) uma dupla lógica de funcionamento; no plano das representações é a ideia de uma vivência consensual e igualitária que predomina (...); em contrapartida, as práticas familiares assentam por vezes numa lógica de funcionamento menos fusional e mais desigual (...); a família não reage em bloco a essas mudanças o que mostra que “a relação entre mudança social e lógica familiar é insidiosa” (Wall, 1998: 335).

O que Karin Wall revela assim é que as famílias não são blocos monolíticos dotados de vontade colectiva. Elas estão internamente fraccionadas, podendo gerar-se no seu seio lógicas contraditórias e tensões entre os indivíduos que as constituem – entre mulheres e homens, entre mais velhos e mais novos – ou a partir de objectivos e interesses divergentes. Ocorrem assim oposições e negociações, num permanente vai e vem de trocas e de valores.

Excelente sugestão que envolve o rompimento com as lógicas funcionalistas, mostrando, por outro lado, as complexidades da relação entre família e mudança social: porventura nem todos querem o mesmo, nas mesmas alturas. Trata-se aqui de questões que a cada passo encontramos na análise dos contextos de conjugalidade, internamente diferenciados em várias dimensões, onde, por exemplo, o género tende a traduzir-se em “fazer” e “querer” e também em “dizer” diversos.

Karin Wall, em obras posteriores, e no conjunto substancial de pesquisas que tem dirigido a nível nacional e internacional, continua a ilustrar estas combinações entre modernidade e tradição de que a sociedade portuguesa se parece constituir como caso exemplar (Wall, org., 2005).

Também as pesquisas que Engrácia Leandro tem dirigido no âmbito da emigração portuguesa, na França e na Alemanha, mostram de forma muito clara a articulação entre o moderno e o tradicional, e o entrelaçamento das duas lógicas, entre contexto social, mobilidade e família nas dinâmicas de transformação que atravessam as sociedades europeias. Aí se revela como tais mudanças são vividas na primeira pessoa, e como as práticas e representações dos emigrantes mostram a sua procura simultânea de referentes e tradições, mas também de transformações. As hesitações entre ficar e voltar referem-se tantas vezes a factores exteriores à família mas que nela fortemente interferem (ter ou não ter acesso a melhor sistema de saúde); e também aí se vêem protagonismo tanto quanto contradições, perplexidades e problemas (Leandro, 1995; Leandro e Leite: 1996).

Mas é no seu livro *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas* que a perspectiva destas combinatórias é mais sistematizada e acentuada. Aí se assume, a “imbricação das lógicas familiares e sociais”, numa linha de pensamento que temos vindo também a seguir e que, de resto, é comum, no plano teórico, a muitos dos autores e das teorias a que temos dado relevo. Constituirá esta, de facto, a tradição, em particular na sociologia da família, de uma certa sociologia europeia, como referia Andrée Michel?

Afirma Engrácia Leandro: “Se à primeira vista se pode ser tentado a pensar que a família é um domínio privado, uma vez que os actores familiares, desde a decisão da sua formação até à realização das suas aspirações mais profundas, podem organizá-la a seu belo prazer, a realidade vem mostrar algo bem mais complexo. A família é o que parece integrar melhor a dimensão do privado e do público, do individual e do social. Logo, há um conjunto de lógicas que nunca poderão ser apreendidas isoladamente, mas antes na qualidade das

relações que estabelecem entre família e determinados factores da vida económica, social, cultural, espacial e política.” (Leandro, 2001: 190).

Para além das clássicas abordagens histórico sociológicas sobre a emergência da sociologia da família e das teorias sociológicas sobre a família, neste livro desenvolvem-se de forma muito sistemática temas como: família e mobilidade social, relação entre família e trabalho ou dinâmicas e relações de género; o espaço doméstico entre o privado e o público; relação entre família e políticas familiares. Revela-se pois de forma muito clara a postura que no plano teórico considera incontornável estabelecer a relação entre família e contexto e relações sociais de forma mais alargada, que Engrácia Leandro ilustra neste livro de forma sistemática. Com efeito, ela mostra como para além do contexto social se deve atender às interações no espaço do privado e como nestas se deixam ver as marcas dos contextos exteriores; ou como trabalho e família são “duas instâncias profundamente imbricadas”; ou como ainda as práticas educativas se relacionam com a pertença social.

O livro aborda ainda, de forma desenvolvida, as dinâmicas de transformação familiar e social mais recentes como a pluralidade de formas familiares, as recomposições familiares, os problemas colocados pela longevidade, as dinâmicas das relações e solidariedades intergeracionais. É referência importante, para qualquer estudioso da família em Portugal e no património da sociologia portuguesa sobre a família. Acresce que o estilo de escrita, segura, informada, acessível sem fazer concessões, e a forma como o livro está organizado, dão à obra carácter atraente para públicos mais alargados.

Muitos outros exemplos de contributos portugueses poderiam ser aqui referidos. As pesquisas em sociologia da família cresceram exponencialmente em Portugal e seria impossível referir o contributo de todas, sem cometer injustiças, a não ser que aqui se tratasse, o que não é o caso, de um trabalho exclusivamente dedicado a essa actualização. Insista-se, no entanto, que se deram os exemplos acima a título ilustrativo e porque se tem dado relevo às dimensões teóricas da relação entre família, casamento e mudança social.

6.4 Balanceando perspectivas

Voltemos agora à velha, e sempre nova, questão procurando as respostas dos autores. O que mudou então nas relações familiares e conjugais nos últimos anos? A resposta de Kellerhals, no início dos anos 80, mantém-se perfeitamente actual. Assiste-se hoje como tendência dominante, apesar da pluralidade dos tipos de família, ao primado do indivíduo sobre a família

-- primado do "eu" sobre o "nós-casal" -- o que significa que é em função do bem-estar de cada um dos cônjuges que se definem as regras e as formas de regulação nas interações conjugais. Contudo, esse primado do eu deve ser entendido não tanto como a afirmação do mero egoísmo mas mais como valor ou referência que se invoca em situações limite, quando o bem-estar do indivíduo fica claramente em causa.

Como se chegou a este modelo dominante? Kellerhals considera que, no plano das relações familiares e no processo sociohistórico, há três movimentos consecutivos: da comunidade para a família, da família para o casal e deste para o indivíduo. Tais movimentos sucessivos originam tensões, nomeadamente as que se tendem a operar entre individualismo e fusão. Os indivíduos podem sentir dificuldades resultantes da gestão de uma dupla obediência: a lealdade a si próprios, a lealdade ao colectivo familiar (Kellerhals, *et.al.*, 1982). Vejamos melhor estes processos de transformação.

O recolhimento para o indivíduo não tem a ver, na óptica de Kellerhals, com a nuclearização, mas com o surgimento do "sentimento doméstico". E há três modificações fundamentais que dão origem ao surgimento desse sentimento doméstico: o espaço doméstico especializa-se na intimidade conjugal; desenvolve-se o sentimento maternal e o da infância; acentua-se a ideia do amor-romântico. O casal torna-se, assim, foco central onde se concentram as esperanças dos indivíduos, também porque se constitui como novo modelo cultural.

Mas ao contrário do que defendem os funcionalistas, não é por razões funcionais que o casal assume este lugar de relevo. Lembre-se que, naquela lógica, se diagnostica uma divisão funcional entre a esfera familiar e a esfera do trabalho: o sistema familiar apoia-se na gratuidade, no afecto e nas relações desinteressadas, obedecendo a lógicas opostas às que funcionam no quadro exterior das relações mercantis, que são as da competição e dos constrangimentos económicos. Seria por representar esse oásis, esse repouso, que, na perspectiva funcionalista, o casal assumiria tanta importância. Para Kellerhals, ao menos parcialmente, são outras as razões para a centralidade da relação conjugal.

Em primeiro lugar, estas novas perspectivas sobre o casal constituiriam sobretudo um modelo cultural. É fundamental distinguir, assim, entre esse modelo como ideal e a realidade vivida. Aliás, também há razões específicas que conduzem a acentuar a intensidade da esperança no modelo. As relações sociais foram sectorializadas – só no contexto da família cada um aparece inteiro e independente deste ou daquele papel parcial que desempenha. O trabalho torna-se burocratizado e desinteressante e não oferece a realização pessoal

prometida, enquanto se fala constantemente na importância do quotidiano de bem-estar. Os laços comunitários atenuam-se e os simbólicos associados ao transcendente também. É a conjugação de todos esses factores que sugere, então, que o sentido passe a ser procurado, fundamentalmente, na relação conjugal, no amor romântico. Em síntese, “o processo histórico e social e as estruturas ideológicas contemporâneas dão ao casal fusional um lugar de primeiro plano como modo legítimo de realização de si” (Kellerhals, *et.al.*, 1982: 35).

Os mesmos factos, no entanto, que conduzem ao recolhimento sobre o casal e a vida familiar, contribuem também para a fragmentação. O *ethos* individualista entra na lógica conjugal. Os indivíduos devem obediência a dois princípios: a si próprios, por um lado, e à família e à relação conjugal pelo outro. Da dupla lealdade resulta tensão entre individualismo e fusão. Mas as modalidades de resolução dessa tensão dependem, também, do estatuto social: há “mercados” variados para investir a satisfação e a realização pessoal. Nem todos podem investir em cada um dos mercados, as possibilidades de investimentos alternativos são também mais limitadas para uns do que para outros.

Na opinião de Kellerhals, os indivíduos são, por outro lado, levados a fazer o balanço entre a ficção da mudança e do bem-estar permanente e as vantagens da segurança e da continuidade. A tendência para a ideia de que lá, noutra lugar, é certamente melhor, ou dito por outras palavras, que a felicidade e não só pecado mora sempre ao lado, reforça-se e pode acabar por se tornar recorrente.

Em síntese, o desenvolvimento histórico das representações sobre a família e a vida conjugal abriga uma dupla tensão entre individualismo e fusão, entre mudança e continuidade (Kellerhals *et.al.*, 1982: 135).

Há, nesta análise, aspectos de grande relevância. Ao procurar captar as grandes tendências de mudança no campo das relações conjugais, o autor passa dos níveis de análise macro para o micro, mostrando como se podem retraduzir no plano da realidade quotidiana do casamento os traços do processo socio-histórico. Consegue ainda apontar tendências de fundo, sem ignorar as diferenças de estatuto social que acabam por reconfigurar o modo como essas novas tendências são vividas nos diferentes contextos sociais. Presta-se ainda esta perspectiva de forma adequada à operacionalização. Encontrámos, por exemplo, através das entrevistas da investigação sobre o casamento sinais claríssimos dessas tensões entre fusão e individualismo e entre continuidade e mudança.

No plano teórico, outra importante contribuição de Kellerhals parece ser ainda a de uma ruptura positiva e construtiva com a perspectiva mais estritamente funcionalista. Na

verdade, ele sublinha a existência de contradições, tensões e conflitos, rompendo, no plano epistemológico e teórico, com um dos princípios que sustenta toda a lógica funcionalista, a saber, o da tendência dos sistemas para uma espécie de equilíbrio natural. No plano da família, e muito para além das correntes funcionalistas, têm sido muito insistentes e pervasivas as visões que tendem a dar da vida familiar e conjugal uma imagem adocicada de refúgio e bem-estar, locais de onde estão ausentes conflitos e tensões. Ora cada vez mais nos últimos anos, essa imagem tem sido questionada, com a contribuição também para tal questionamento de posições teóricas como as de Kellerhals.

As tensões de que Kellerhals falava em 1982 passam, de resto, anos mais tarde a transformar-se em conflitos e nas modalidades de resistência (resiliência) a essas crises dos diferentes estilos conjugais (que substituem a tipologia anterior). E Kellerhals afirma mesmo, com outro contributo teórico que se mantém actual, que “É preciso três para fazer uma casal!” (Kellerhals, Widmer et Levy, 2004). Isto é, que os recursos, as oportunidades, as instituições diversas e a regulação do estado interferem na vida do casal. O contrário assim de uma visão fechada sobre o núcleo conjugal.

Na investigação sobre a conjugalidade que realizámos foi possível utilizar parcialmente tais posições. Quanto à ideia de processo de individualização, a intenção foi comparar homens e mulheres, admitindo que esses processos de individualização fossem diferentes em função do género, como de resto se verificou mais tarde na pesquisa recente dirigida por Kellerhals (Kellerhals, Widmer et Levy, 2004). Além das perspectivas sobre o decurso da vida conjugal tratou-se também de perceber as posições face à profissão de ambos os sexos para avaliar hipóteses de investimento em áreas alternativas.

Outros domínios de análise empírica foram igualmente abordados. A partir da hipótese de que as tensões de que se falou assumissem contornos diferenciados em diferentes pontos da trajectória conjugal, distinguiram-se momentos da vida conjugal através da variável duração do casamento. Porque a duração do casamento remete também para a variável idade, foram tidos em conta os modelos culturais de mulheres e homens casados de gerações diferentes, mas também de classes sociais distintas. Pretendia-se ver se em Portugal, nos últimos anos, se poderia falar do surgimento de um modelo cultural nos moldes referidos por Kellerhals.

Quanto às posições de Singly a respeito dos elementos chave de mudança no âmbito do casamento e da família, propostas mais recentes do que as de Kellerhals, foram também

tidas em conta ao longo da pesquisa. Assinale-se apenas, desde já e muito sinteticamente, alguns dos seus elementos centrais.

Para Singly (1993) há quatro traços característicos da família na sua versão contemporânea. O primeiro, diz respeito ao facto de a família ser fundamentalmente relacional, considerando o autor francês, na senda de Durkheim, que nela se valorizam mais as relações pessoais do que os bens materiais. Em segundo lugar, a família contemporânea estaria entre o privado e o público, sublinhando também como já o fazia o fundador da sociologia, o papel de certo modo intervencionista do Estado como regulador de conflitos e decisões e a sua acção enquanto agente socializador das crianças. Em terceiro lugar, afirma o carácter “individualista” da família contemporânea, querendo significar com esta classificação o facto de cada vez mais se ter em consideração os direitos, o bem-estar e a autonomia dos indivíduos no contexto familiar. E finalmente, considera Singly que dado o carácter relacional da família e as características de centramento da relação conjugal falta horizonte intergeracional à família contemporânea.

AULA 6 Bibliografia de referência

- Almeida, Ana Nunes, M. D. Guerreiro, C. Lobo, A. Torres, K. Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, in, J.M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais no Campo*, Edições do Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- Almeida, J. Ferreira de, A. F. da Costa e F. L. Machado (1988), “Famílias, estudantes e universidade - painéis de observação sociológica”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 4.
- Almeida, Ana Nunes (1986), “Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina” *Análise Social*, vol. XXII (92-93).
- Askham, Janet (1984), *Identity and Stability in Marriage*, Londres, Cambridge University Press.
- Berger, P. e H. Kellner (1964, 1975), “Marriage and the construction of reality”, in Anderson, M. (ed.) *Sociology of the family - selected readings*, Harmondworth, Penguin Education, pp.302-323. Texto original publicado em *Diogenes*, 1964.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta.
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1992), *The Transformation of Intimacy. Sexuality, Love & Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.
- Girard, Alain (1964), *Le choix du conjoint*, Paris, PUF, Travaux et Documents, Cahier nº 44.
- Kaufmann, Jean Claude (1988), *La chaleur du foyer. Analyse du repli domestique*, Paris, Meridiens Klincksieck.
- Kaufmann, Jean Claude (1992), *La Trame conjugale. Analyse du couple par son linge*, Paris, Nathan.
- Kaufmann, Jean Claude (1993), *Sociologie du couple*, Paris, Presses Universitaires de France.

- Kaufmann, Jean Claude (1997), *Le coeur à l'ouvrage. Théorie de l'action ménagère*, Paris, Nathan.
- Leandro, Engrácia (1995), *Familles portugaises projets et destins*, Paris, CIEMI/ L' Harmattan.
- Leandro, Engrácia e C. Leite (1996), "Identidades femininas em contexto migratório", *Dinâmicas multiculturais novas faces, outros olhares*, Lisboa, Edições ICS, pp 175-189.
- Wall, Karin (1998), *Famílias no campo. Passado e Presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Wall, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

AULA 7

Sumário

A sociologia da família no século XXI

- 7.1 O triunfo do sentimento? Da centralidade do sentimento amoroso.
 - W. Goode e a importância teórica do amor
 - Luhmann e as promessas improváveis do amor
 - Giddens, a relação pura e o amor confluyente
 - U. Beck, Elizabeth Beck-Gernsheim, a igualdade entre homens e mulheres e o caos normal do amor
 - Gilberto Velho: subjectividade e sociedade
 - Relações afectivas, o amor e o casamento: um olhar específico
- 7.2 Família, Sexo e o Poder no mundo do século XX. A proposta de Goran Therborn
- 7.3 Elizabeth Beck e a reinvenção da família

7. 1 O triunfo do sentimento? Da centralidade do sentimento amoroso.

O amor - real, desejado, suposto, frustrado, idealizado - foi sempre protagonista de histórias em todas as latitudes, em todos os tempos. Porém, na viragem do século XIX para o século XX, e no decurso deste, deu-se uma mudança decisiva. De estado inacessível, a não ser para alguns eleitos, o amor romântico democratizou-se tomando-se história que pode acontecer a qualquer um. O discurso amoroso, que pareceu durante uma certa época fora de moda (Barthes, 1977) reentrou, mais ou menos adocicado, no nosso dia a dia. A partir dos seus fragmentos quase todos podem agora dizer, pelo menos num momento da vida: “eu sou, eu fui o sujeito dessa história”.

Em trabalhos anteriores, defendeu-se a pertinência de uma análise sociológica das relações afectivas, afirmando que a afectividade constitui uma das dimensões das relações sociais e que o amor pode ser analisado como expressão específica dessa dimensão (Torres, 1987)³⁵. Não faz agora sentido recuperar a argumentação desenvolvida, mas vale a pena

³⁵Não deixa de ser curioso verificar que as propostas feitas nessa altura (1987) sobre a necessidade de desenvolver a análise sociológica das relações afectivas, do sentimento amoroso e da sua relação com a conjugalidade e o divórcio, têm sido citadas por alguns colegas de língua francesa. Contribuíram para o conhecimento desses trabalhos quer Didier Le Gall que cita um texto meu numa revista internacional (1992:69), quer Jean Claude Kaufmann, através do seu livro *Sociologie du couple* (1993:34), quer Claude Martin a quem agradeço a sua síntese para francês das ideias centrais de um texto que só existia em português (Singly, *et. al.*, 1996:149), quer ainda François de Singly que fez referência a esse mesmo texto e ao trabalho sobre os “desamores” na minha pesquisa sobre o divórcio (Singly, *et.al.*, 1996:99).

referir alguns dos seus temas. São questões já abordadas por sociólogos e cientistas sociais como Goode (1959), Luhmann (1986), Gilberto Velho (1986) e mais recentemente retomadas por Giddens (1991, 1992), Beck e Beck-Gernsheim (1990/1995) e até por Bourdieu (1998).

Além do contributo desses autores de referência, nos finais de oitenta e no decurso dos anos noventa assiste-se à proliferação de textos sociológicos sobre o amor, as emoções e a sua relação com o género. Sobre a problemática do amor podem referir-se ainda Brown (1987) e Cancian (1987), sobre a perspectiva da construção social das emoções, Harré (1986) e, propondo também uma sociologia das emoções, Jackson (1993). A relação entre género, amor e emoções foi também estudada por Duncombe e Marsden (1993) e a construção cultural da sexualidade foi sugerida por Caplan (1987). Mais recentemente ainda, em 1998, um número especial da revista *Theory Culture & Society*, editado por Mike Featherstone, é inteiramente dedicado ao tema Amor e Erotismo, com um conjunto valioso de 19 artigos.

Estes trabalhos mais recentes permitem olhar de outra forma os que foram elaborados anos atrás – quem sabe até conferindo-lhes maior legitimidade – sendo também possível, a partir das novas referências, fundamentar melhor algumas das questões já levantadas e não deixando de sugerir outros problemas. A nova atenção ³⁶, agora cada vez mais insistente, sobre uma temática considerada até há alguns anos estranha à sociologia, pode ser explicada por duas ordens de factores. Por um lado, temos a perda de influência de paradigmas e perspectivas teóricas que defendem ou a “exterioridade” dos factos sociais ou, sob diversas formas, sublinham deterministicamente o peso das estruturas e dos sistemas sociais, tendendo, em contrapartida, a diminuir o papel da acção social e dos seus sentidos subjectivos. Seria mais difícil, neste tipo de quadros teóricos, prever a abordagem sociológica do sentimento amoroso, embora se encontrem algumas excepções.

Nos últimos 40 anos o panorama alterou-se. No plano epistemológico e teórico a passagem de um pluriparadigmatismo de combate a um pluriparadigmatismo de convivência (Ferreira de Almeida, *et al.*, 1995: 33) passou a permitir a rejeição dos raciocínios do tipo ou/ou que insistiam na separação forçada do objectivo e do subjectivo, bem como na dicotomia radical entre estruturas e práticas. A consequência era que se se sublinhava o sentido subjectivo, não se olhava para os constrangimentos externos objectivos e vice-versa³⁷. Nos últimos anos, em contrapartida, ganha visibilidade a busca de articulações e sínteses.

³⁶ Não podemos esquecer as análises pioneiras de Simmel (1988).

³⁷ Até aos anos sessenta há, evidentemente, autores que escapam a esta arrumação esquemática e simplificadora não se situando nem num campo, nem noutro. Um dos casos mais fecundos é o de Norbert Elias, o qual na análise do processo civilizacional, aborda a relação entre o público e o privado. Ele mostra,

Por outro lado, maior atenção à temática dos sentimentos foi também sugerida pelo conjunto de transformações sociais no plano das práticas e dos valores associados à forma de encarar as relações familiares e o casamento, de que constituem exemplos o aumento do divórcio, a descida da taxa de natalidade, a crescente paridade entre homens e mulheres. A análise de transformações deste tipo, nomeadamente a partir de uma pesquisa sobre o divórcio, conduziu-nos à tentativa de analisar sociologicamente as relações afectivas.

O debate que a seguir se regista pretende sistematizar apenas alguns dos contributos dos autores de referência. Outras propostas, de um conjunto enorme de textos mais actuais atrás identificados, surgem apenas referidas ao longo do texto. Deixa-se no entanto uma ressalva. Não se aborda aqui a proposta original e já muito conhecida de Francesco Alberoni, a qual foi objecto de análise num artigo publicado em 1987 (Torres, 1987). Privilegiam-se agora outros autores.

W. Goode e a importância teórica do amor

A ideia de que o amor (ou o seu desejo) além de ser importante para a vida quotidiana do mais simples cidadão é-o também para a própria teoria sociológica, data pelo menos de finais dos anos 50. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista não foram Shorter³⁸, nem Ariès, os únicos ou mesmo os pioneiros a abordar estas temáticas. Na verdade, o já referido William Goode, num texto elucidativamente intitulado *The theoretical importance of love*, publicado em 1959, enfrenta essa problemática. O autor analisa o amor como um elemento da “acção social e como tal da estrutura social” (Goode, 1959: 38). Nesta perspectiva, o amor não seria apenas um sentimento que pairaria acima ou fora da vida social e por isso só analisável no quadro da psicologia ou do inconsciente. Ele é considerado uma espécie de mola propulsora da acção, uma força que, no quadro dos valores das sociedades contemporâneas, tem o poder suficiente para criar, em sentido real e figurado, novas relações

precisamente, como as estruturas sociais estão incorporadas nas práticas dos actores, situação muito bem identificada, por exemplo, a propósito do tema das relações sexuais e da passagem do constrangimento externo ao auto-constrangimento: “o código do comportamento social inscreve-se tão profundamente na natureza humana, que ele se torna de certa maneira em elemento constitutivo do eu individual. Este elemento, o “*surmoi*”, transforma-se tal como a estrutura psíquica e o eu individual tomado com um todo, em função do código de comportamento social e das estruturas da sociedade” (Elias, 1969/1973: 276).

³⁸ Não julgámos necessário desenvolver aqui a conhecida proposta de E. Shorter sobre o nascimento da sentimentalização das relações familiares, expressa no livro *La naissance de la famille moderne*, Paris, Seuil, 1977, visto que ela é sobejamente conhecida e os seus limites foram já muito bem apontados por Ana Nunes de Almeida (1990: 46-60).

sociais. Poder para agir, força para criar, mas nem sempre com as mesmas margens de liberdade, nem com ausência de controlo.

Na verdade, pelo seu poder “atractivo” como veículo para a intimidade com outra pessoa, o amor e, particularmente, o amor conjugal, é criador de novos laços. Laços esses que adquirem contornos específicos nos diferentes contextos sociais e históricos. Nesse sentido, depois de analisar o papel do amor romântico e as suas relações com a conjugalidade na sua época, Goode desenvolve de forma mais pormenorizada, e exactamente porque considera que o amor pode ser “disruptivo” da ordem social, as formas de controlo que se têm exercido em diferentes sociedades sobre essa “força poderosa”.

Goode começa por definir que vai desenvolver a sua análise para responder à seguinte questão: “de que maneira os padrões do amor se encaixam na estrutura social, especialmente, nos sistemas de escolha do parceiro e de estratificação?” (Goode, 1959: 40). Fundamenta depois a ideia da existência das relações amorosas como possibilidade psicológica universal e avança que os diferentes sistemas sociais fazem “ajustamentos” para lidar com o poder “disruptivo” desse sentimento.

Considerando que o amor, enquanto sentimento, pode ser vivido e pressentido como experiência de intensidade variada, Goode afirma que a forma como ele está relacionado com a estrutura social ultrapassa a simples dicotomia entre a existência ou não do amor romântico. Defende antes que se deve considerar a hipótese de um *continuum* entre dois pólos. De um lado, encontra-se uma forma de encarar o amor, do ponto de vista social, como uma aberração trágica ou risível. No pólo oposto está a consideração de que é relativamente vergonhoso casar sem estar apaixonado pelo futuro cônjuge. Assim, as diferentes posições assumidas em diversas sociedades quanto à forma de encarar o amor podem ser encaradas como pontos nesse *continuum*, mais afastadas ou mais próximas dos dois extremos.

Mostra depois que, ao contrário do que alguns autores parecem afirmar, não foi só no ocidente que surgiram, como experiências individuais, relatos de histórias reais e ficcionadas de situações de forte envolvimento amoroso, ou do que podemos designar por amor-paixão, amores que vão contra todas as regras sociais e passam por cima de todos os obstáculos. Essas histórias singulares, que Goode referencia como existindo em várias civilizações, ocorrem, ou ocorreram, pouco frequentemente, mas não apenas no Ocidente.

Mesmo o que se pode considerar como “padrão do amor” -- encarar, por exemplo, o sentimento amoroso como base para a decisão final de casar -- e que deve ser distinguido do “complexo do amor romântico”, existe em muito mais sociedades, não modernas e não

ocidentais. No entanto, só em certas sociedades, como a norte-americana e a europeia, entre muito poucas outras, é que esse padrão se transformaria numa ideologia segundo a qual estar apaixonado é a mais desejável forma para começar o namoro e depois casar. Isto é, só nestas latitudes o amor está fortemente institucionalizado.

Considera, assim, o autor americano, que faz sentido analisar as relações que, em todas as sociedades, relacionam o amor com a estrutura social, seja através dos padrões do amor, seja através do “complexo do amor romântico”. É essa análise que desenvolve a seguir, mostrando também que, na maior parte das sociedades e nas diversas classes sociais, o problema da escolha do parceiro conjugal assume lugar de grande relevo, pelas suas importantes consequências, nomeadamente pelos efeitos que tem nas relações de parentesco e na transmissão do património. Sintoma de tal relevância é o facto de em muitas sociedades e nos sectores sociais mais favorecidos levados, se considerar que essa escolha não pode ser deixada ao acaso dos “amores” adolescentes, assumindo-se desde logo que a inclinação amorosa deve ser controlada.

Goode identifica depois cinco tipos de controlo institucional sobre o amor em diferentes sociedades, desde aquelas em que os casamentos são arranjados pelos pais na infância dos filhos, até àquelas em que o noivado e o contacto controlado entre os futuros cônjuges constituem o meio de fomentar a dose adequada de sentimento para garantir o nascimento do necessário amor pelo cônjuge. Acrescenta-se o padrão ocidental actual onde há “formalmente” escolha livre, mas onde, na prática, essa escolha é, ao menos indirectamente, controlada pelos pares e pelos pais dos adolescentes. Em particular no caso dos últimos, desde cedo eles procuram incentivar a escolha do parceiro certo através dos locais que deixam os filhos frequentar, das festas que organizam, da lista de convidados que subtilmente sugerem, etc.

Conclui Goode, de forma muito elucidativa: “ao contrário da opinião corrente entre sociólogos e antropólogos contemporâneos sugiro que o amor é um potencial psicológico universal, que é controlado por uma série de cinco padrões estruturais, que constituem todos eles tentativas para que os jovens não façam escolhas dos seus futuros cônjuges inteiramente livres”; (...) “A importância teórica do amor faz-se sentir nos padrões sócio-estruturais que são desenvolvidos para impedir que ele dê origem à ruptura das configurações sociais existentes” (Goode, 1959: 47).

Esta ideia do amor como mola impulsionadora, como parte constitutiva da acção e da estrutura social é extremamente sugestiva e acaba, como outras propostas do autor, por se

revestir de grande actualidade. Não se pode esquecer, com efeito, que se trata de um texto de 1959. Podemos interpretar o aumento do divórcio nos anos que se seguiram à publicação deste texto, por exemplo, como um dos sinais do que Goode chama a “força disruptiva do amor”.

E, neste mesmo sentido, também poderíamos dar razão a Goode quando ele fala do amor como fazendo parte da estrutura social. Na verdade, a maior frequência do divórcio e a sua crescente aceitação e integração nas sociedades contemporâneas, implicou o surgimento de novos tipos de família, novas situações e papéis sociais, novas formas de mediação entre os indivíduos e o Estado, nova legislação. Através desta, e quando se procura preservar direitos dos que indirectamente estão envolvidos nestes processos – as crianças, por exemplo – nota-se com clareza a preocupação de conseguir formas de controlar, atenuando-lhe os efeitos, a força disruptiva do amor. Outras tentativas existem de contrabalançar a “desordem” das paixões.

Mas basta pensar apenas na conjugalidade e na forma como é relatado o processo de formação dos casais, tal como se verificou sistematicamente na pesquisa sobre a conjugalidade (Torres, 2000), para reconhecer de forma muito evidente essa dupla condição das situações de enamoramento que conduzem ao casamento, de que Goode também nos fala.

Na verdade, nessa investigação e num leque variado de situações, foi possível quase sempre verificar a presença dessa duplicidade: por um lado, escolhe-se o parceiro num clima de liberdade, acentuando as componentes da atracção e a lógica dos sentimentos como factores decisivos, mas, por outro lado, escolhe-se o socialmente próximo, procura-se desde logo compatibilizar esses sentimentos com as expectativas quer dos pares, quer dos ascendentes. Negoceiam-se aspectos da ritualização do enlace, dá-se sinais de desejo de integração. Ou seja, de forma tendencial, procura-se limar os aspectos eventualmente mais disruptivos da escolha amorosa integrando-a numa lógica social mais global.

A vigilância dos ascendentes e dos pares sobre a escolha formalmente livre do cônjuge não deixa de estar também fortemente presente, por exemplo, em aspectos associados ao género. O controlo da chamada boa reputação das raparigas, que ainda há pouco mais de 20 anos passava pela obrigatoriedade de assegurar a sua virgindade até ao casamento, não deixa ainda hoje de se fazer sentir, embora de forma mais atenuada e em certos contextos sociais. Também aqui se nota a interferência, de forma subtil, de critérios sobre o comportamento moral, e as suas diferentes regras para os dois sexos, nas inclinações

do coração. Revela-se novamente a relação estreita entre amor e relações sociais que Goode enuncia. Com este autor produz-se um frutuoso encontro entre o amor e a sociologia, podemos mesmo dizer: a sociologia declara-se ao amor...

Como vimos, Goode chega às suas propostas, fundamentalmente, a partir de duas perspectivas. Por um lado, parte da comparação com outras culturas de forma muito sistematizada e abrangente, apoiando-se num vasto leque de pesquisas históricas e empíricas de várias latitudes e continentes, para concluir sobre a existência de uma certa transversalidade do controlo sobre os aspectos disruptivos do amor. Por outro, para localizar o amor na estrutura social, centra-se na escolha do parceiro, analisando os diferentes padrões que o controlo sobre essa escolha assume em diferentes sociedades e estabelecendo assim a diversidade das relações entre estrutura social e amor.

Luhmann e as promessas improváveis do amor

A perspectiva de Luhmann, que, já em meados dos anos 80, volta a pegar no tema (Luhmann, 1986), apesar de ter alguns pontos de contacto, é bastante diferente da de Goode. O autor alemão, também preocupado com as relações entre o sistema social e o que designa como meios de comunicação simbólica generalizada, trata a temática do amor-paixão como um estudo de caso exactamente sobre a emergência desses códigos de comunicação simbólica generalizada. Em vez da primazia à sincronia e à comparatividade de Goode, Luhmann propõe uma abordagem histórica a partir de textos e narrativas através dos quais procura analisar o surgimento do código e da nova semântica do amor.

Depois de mostrar as especificidades da afirmação da “semântica” do amor romântico na França, na Alemanha e na Inglaterra, associando a sua afirmação a outros aspectos do desenvolvimento dos sistemas sociais e também do contexto filosófico mais global de cada país, Luhmann revela as contradições em que essa “ideologia” parece, desde logo, estar encerrada. Alimenta-se da noção de fruição do eu e da multiplicidade das experiências, mas, ao mesmo tempo, sublinha a distância e a esperança mais do que a satisfação imediata do desejo. Mostra como este “complexo semântico” acentua as diferenças entre homens e mulheres – “o homem amava amar, a mulher amava o homem³⁹” (Luhmann, 1986: 136).

³⁹Esta perspectiva da assimetria dos sexos e do papel dos homens no amor romântico está bem ilustrada em várias obras de que o de *L'Amour* de Stendhal (1962), escrita no primeiro quarto do século XIX, é apenas um brilhante exemplo. Trata-se quase de um manual de bem amar, obra de um homem sensível destinada a outras

Traça-nos, em suma, um retrato riquíssimo e muito informado, até chegar à análise da relação entre o casamento e o amor romântico nos nossos dias, explicando as mudanças socioestruturais e a diferenciação dos sistemas propiciadores de que os laços familiares e de parentesco deixassem de ocupar lugar central na regulação das funções económicas, políticas e religiosas, tornando assim possível uma relação mais próxima entre inclinação amorosa e casamento. Por sua vez, as narrativas românticas vinham ganhando terreno e difundindo-se criando novas éticas de comportamento. Elas generalizaram-se gradualmente a toda a Europa desde o século XVII. Daí que, para Luhmann, este estudo de caso constitua também excelente ilustração do que ele considera ser o surgimento dos meios de comunicação simbólica generalizada. Na verdade, o modelo do amor romântico acaba por se generalizar e impor, com adaptações, às sociedades ocidentais desde essa época até aos nossos dias.

Assim, se as estruturas sociais estavam preparadas para que as relações familiares pudessem assumir novas configurações também estava já disponível a semântica do amor romântico, capaz de funcionar como modelo e código dos novos comportamentos. Assumindo tendências diferenciadas de acordo com os países, em França orientada para as paixões fora do casamento, na Inglaterra mais voltada para a domesticidade e na Alemanha, em parte, para a educação, a nova semântica do amor dava resposta aos anseios de liberdade de escolha no casamento: “Pelo fim do século XVIII a unidade entre o casamento por amor e o amor conjugal era geralmente professada como o princípio da natureza perfeita da humanidade” (Luhmann, 1986: 146).

Mas com a sua associação ao casamento, o amor romântico, o amor paixão, foi assumindo versões mais suavizadas, chegando mesmo a começar a esboçar-se a separação entre paixão -- vertigem, desordem -- e amor e até a criticar-se o casamento só por paixão (Luhmann, 1986: 148). Começam também a mostrar-se os problemas da trivialização do sentimento amoroso ao longo do casamento, verificando-se a distância entre o amor, só para alguns, visto e popularizado nos livros e nos filmes e o quotidiano conjugal. Retrabalha-se, assim, o código, suavizam-se os seus aspectos mais “apaixonados” da primeira metade do século XVII.

almas sensíveis, em que se ensina a distinguir entre a simples galanteria ou o amor-gosto das verdadeiras e desinteressadas paixões, que se dão bem melhor com a espontaneidade dos sentimentos do que com retórica. A explicação da assimetria entre homens e mulheres, reservando aos primeiros um papel activo e às segundas um papel expectante, relaciona-se ainda com as atribuições familiares da mulher, necessitando esta de se defender de propósitos menos honestos. Enquanto as mulheres deveriam preservar a sua intimidade, só se entregando por amor uma vez e para todo o sempre, para os homens o exercício das artes do amor só poderia trazer experiência, sabedoria, aperfeiçoamento, sensibilidade.

O desenvolvimento de uma nova semântica da intimidade relaciona-se também com os movimentos de diferenciação dos sistemas sociais. Na verdade, o desenvolvimento económico e as relações de mercado, a opacidade das relações sociais, afirma Luhmann, impõem a distinção cada vez mais clara entre “as relações impessoais e as pessoais” (Luhmann, 1986: 152). A generalização das relações impessoais e dos critérios de comportamento universalistas em contextos em que os indivíduos não são reconhecidos enquanto tal e, em que, nas suas múltiplas funções, não assumem a unicidade das suas experiências e da sua identidade, tem como consequência a necessidade de intensificação das relações pessoais: “Uma vez que esta experiência básica da diferença entre relações impessoais e pessoais se tornou conhecimento comum, uma vez que se tornou verdadeira para toda a gente, independentemente do sexo e do estrato social, ela tem de cristalizar o desejo de relações pessoais, de uma maior interpenetração, a um nível mais profundo e fazê-lo aparecer como ainda mais inatingível” (Luhmann, 1986: 153).

A identificação desta nova semântica da intimidade, segundo Luhmann, acaba por nos conduzir aos paradoxos e dificuldades dos nossos dias, no final do século XX. De um lado, e devido às transformações socioestruturais, os indivíduos têm mais autonomia em relação às instituições, o que se traduz em acrescida margem de manobra individual. A crescente paridade entre homens e mulheres é exemplo dessas transformações e dessa maior autonomia. Mas, por outro lado, a necessidade da intensificação das relações pessoais aumenta as expectativas em relação ao desejo de ser compreendido pelo outro e torna-se difícil, senão impossível, que o seu retrato idealizado se sustente no quotidiano (Luhmann, 1986: 165). Expectativas mais elevadas implicam também, ao não serem ajustadas à realidade, maiores desilusões, crescente instabilidade e incerteza. E o autor termina afirmando que o amor, nas sociedades contemporâneas, promete muito, mas acaba por dar pouco. O código do amor transformou-se de um ideal, através dos paradoxos referidos, num problema.

No passado tinham sido levantadas algumas objecções a este acento tónico de Luhmann no lado da improbabilidade do amor (Torres, 1987). Na investigação sobre o casamento voltou a ser abordado este tema já que se operacionalizou especificamente a questão do sentimento amoroso. Os entrevistados, nessa pesquisa, fazem também nítida separação entre paixão e amor conjugal. Embora as experiências sejam diversas, alguns dos mais jovens relatam que, tendo sido a paixão o motor inicial da aproximação conjugal, ela se veio a transformar, mais tarde, num sentimento tranquilo, que se foi construindo e cimentando ao longo da relação.

Não nos aparece generalizadamente a imagem dilacerada – grandes promessas, fracas realidades – que pode estar implícita nas análises de Luhmann, embora se tenha encontrado, igualmente, uma ou outra situação conflitual. Situações essas, aliás, que se ajustam bem ao problema dos paradoxos e contradições focados pelo autor alemão, nomeadamente, quando se nota o desajuste entre expectativas perante o comportamento do outro e realidades vividas no quotidiano.

Gilberto Velho: subjectividade e sociedade

Estabelecer pontes entre o subjectivo e o social, analisar processos de individualização e participação, casamento e aliança, política e subjectividade, público e privado, racionalidade e paixão, constituem temas centrais de um livro do prestigiado antropólogo brasileiro, Gilberto Velho, intitulado *Subjectividade e Sociedade, uma experiência de geração* (Velho, 1986). O livro foi elaborado a partir de uma pesquisa que se apoia em histórias de vida. Surgem nelas com particular realce os relacionamentos afectivos dos entrevistados pertencentes a uma geração de indivíduos das camadas médias e altas da Zona Sul do Rio de Janeiro e que viveram mais de 20 anos no período autoritário do regime militar. Os contributos do autor e as questões debatidas no livro são do maior interesse para o tema que temos vindo a analisar.

Partindo das relações entre cultura objectiva e cultura subjectiva, a partir da conceptualização de Simmel, e procurando responder à questão *Como se pode ser sujeito no mundo?* Gilberto Velho mostra-nos como se tecem as relações entre contexto social e geracional, por um lado, e percepções e experiências subjectivas dos indivíduos, por outro.

O grupo em análise pertence às camadas mais cosmopolitas e favorecidas da sociedade carioca, menos marcadas pelos constrangimentos económicos e pelas lógicas tradicionais, revelando os traços típicos dos processos de individualização das sociedades modernas. O casamento tende aí a ser encarado como uma opção individual, uma escolha feita em função do critério amoroso. A análise de Gilberto Velho revela muito bem, no entanto, a partir das histórias relatadas, os traços do compromisso entre lógicas mais individualistas e lógicas de aliança que se traduzem no desejo de não colocar em causa os laços familiares, evitando rupturas muito radicais. A importância destes laços, de resto, surge com toda a evidência após as separações ou divórcios, momento em que se volta a recorrer ao apoio dos ascendentes. Embora fique claro que prevalecem as relações com os amigos e que se

valoriza o *ethos* da liberdade de escolha, verificando-se cada vez menor dependência da família, a verdade é que se sente também a “tensão entre individualizar-se e incorporar-se”. Neste sentido, salientando a existência deste tipo de tensões, compromissos e ambiguidades, o autor conclui: “por mais que o casamento, a união entre dois parceiros, esteja envolvida por um forte halo de escolha, de opção de liberdade, fica claro que está fortemente vinculado e ancorado a um conjunto mais abrangente, que é legitimado por valores e representações em que o indivíduo está longe de ser a força-motor ou o ponto nodal” (Velho, 1986: 32, 38).

A valorização da privacidade, do espaço íntimo e das relações amorosas é muito acentuada no discurso dos entrevistados que opõem estas esferas ao exterior e ao espaço público. Estes são entendidos como lugares de constrangimento e de racionalidade imposta. Ao invés, o privado, que se apresenta como o universo dos “verdadeiros” espaços de realização pessoal, seria o lugar em que o indivíduo pode revelar a sua autenticidade. Encontra-se neste análise do autor brasileiro, de resto, uma perspectiva que acaba por se anteciper à de Luhmann que, como se viu, contrapõe a existência da necessidade de intensificação dos espaços íntimos e das relações pessoais como contraponto à generalização das relações impessoais nas sociedades de modernidade avançada.

A percepção desta dicotomia, e uma certa busca de coerência, são na óptica de Gilberto Velho, ao mesmo tempo ilustradoras dos processos de fragmentação das experiências individuais na modernidade e contribuem também para explicar o frequente recurso nestes grupos à psicanálise. Trata-se, na verdade, de um grupo e de um universo fortemente “psicologizado”.

Ora Gilberto Velho mostra que o desejo de intimidade, a vontade de ser reconhecido e de obter grandes gratificações nesta dimensão da vida íntima, nem sempre tem correspondência com a realidade. Como se ilustra neste excerto: “A vontade ou a frustração da *felicidade individual* é evidente” (...) O encontro e o desencontro com o outro constituem preocupação central deste universo. A tensão entre individualização e a busca de sociabilidade e de aliança, sob as formas mais diferentes permeia os depoimentos. O casamento é problemático mas a solidão é difícil.” (Velho, 1986: 77).

Estas apostas no íntimo, de resto, são ainda sobrevalorizadas pelo quadro político em que decorreu grande parte da adolescência e juventude dos entrevistados. A persistência, naquela época, do regime autoritário, com todo o cortejo de perseguições políticas, prisões e torturas, que atingiram muitos conhecidos do grupo, traduziu-se num retraimento relativamente ao que no seu período de juventude fora o envolvimento em lutas pelos direitos

e liberdades cortadas e ameaçadas. Como mostra Gilberto Velho: “O desencontro diante do domínio do público está obviamente relacionado com a sensação de impotência, expressão de experiências frustrantes”.

Esta valorização do privado e aposta individual não se processam, no entanto, com a negação da sociabilidade, já que se valoriza também a relação com os amigos e o companheirismo de grupo. Trata-se, assim, de “um individualismo que se elabora através da interação permanente com certos parceiros escolhidos e valorizados dentro desses ethos” (Velho, 1986: 89) coexistindo com a forte valorização dos laços afectivos e amorosos.

É ainda neste quadro que se sublinha de forma muito acentuada a vivência da paixão amorosa. A paixão possibilita a afirmação da *uniqueness* da experiência individual – por mais que se conheçam os relatos de outros, a paixão apresenta-se como experiência única, sempre original. Aliás, no quadro da valorização do privado e do íntimo, por oposição ao exterior e ao público, a irrupção do irracional surge também como o que existe de mais profundo, a expressão de verdadeira subjectividade. “A paixão, portanto, é a presença do extraordinário que penetra o cotidiano, transformando-o”. Ela é, de resto, representada como uma espécie de iluminação, algo de mágico. O olhar tolerante perante as pessoas que estão apaixonadas demonstra igualmente como a paixão é valorizada por todos.

A paixão pode ainda, segundo os entrevistados de Gilberto Velho, ter valor pedagógico, significando uma aprendizagem, um melhor conhecimento de si em situação-limite, um factor de crescimento. A dimensão da perda e do sofrimento tendem a traduzir-se igualmente, e tal como no processo psicanalítico, num aperfeiçoamento, numa cura. Mas é preciso domesticar a paixão, por encerrar perigos e descontrolo. Tal como no compromisso entre a lógica do casamento aliança e a da escolha livre do cônjuge, a paixão precisa de se adequar às regras da aliança, limando a dicotomia razão/emoção, de forma a lidar com contradições e tensões, garantindo estabilidade e segurança.

Temas como o contraste entre a retórica da igualdade entre homens e mulheres e a dimensão bem menos igualitária das práticas existentes no grupo de jovens adultos estudado, atravessam ainda a pesquisa de Gilberto Velho que, tal como em *Nobres e Anjos* (1998) centra a sua atenção na forma como um conjunto de sentimentos e emoções – amor, medo, retraimento, fuga - perpassam a vida colectiva e os processos de individualização nas sociedades contemporâneas. Uma inspiração fundamental para todos os que se interessem por estas temáticas, servida por livros onde se entrelaçam perspectivas teóricas e observações empíricas através de descrições e interpretações extremamente vivas e de leitura fascinante.

Giddens: a relação pura e o amor confluyente

Vale a pena ainda referir duas propostas de Giddens (1991; 1992). A primeira diz respeito ao que o autor considera ser uma tendência da “modernidade tardia” no domínio das relações conjugais. Tender-se-ia para um modelo auto-referenciado, que Giddens denomina de *pure relationship* e que se materializa, entre outros aspectos, no facto de as relações entre parceiros não se pautarem por padrões estabelecidos ou impostos do exterior, mas antes por critérios definidos pelos parceiros conjugais e em torno do que estes consideram ser a qualidade intrínseca da relação.

Outra ideia de Giddens (1992) refere-se à passagem do modelo do amor romântico ao amor confluyente (*confluent love*). De certo modo também associada à primeira proposta, esta outra tem em conta as mudanças verificadas quanto ao estatuto das mulheres. O facto de se tender cada vez mais para relações igualitárias entre homens e mulheres põe em causa modelos anteriores segundo os quais eram essencialmente as mulheres que alimentavam uma visão romântica das relações conjugais e em que eram sobretudo elas que mais se sentiam implicadas na componente emocional e afectiva dessas relações. O *confluent love* (Giddens, 1992: 61) seria a tendência para uma implicação afectiva e emocional igualmente partilhada entre homens e mulheres, também porque se trata hoje de trocas entre parceiros que estão cada vez mais próximos no plano do desempenho dos papéis sociais. Na base destas ideias está uma análise interessante dos efeitos das mudanças no estatuto feminino, no plano mais vasto das relações entre os sexos.

Esta análise aproximava-se muito dos interesses e das problemáticas da nossa pesquisa sobre o casamento. Contudo, e em alternativa à ideia de amor-confluyente, julgamos mais ajustada às realidades analisadas a ideia de amor-construção (Torres, 2000).

U. Beck, Elizabeth Beck-Gernsheim: a igualdade entre homens e mulheres e o caos normal do amor

A ideia segundo a qual o amor é a religião secular das nossas sociedades surge com Beck e Beck-Gernsheim, autores de um livro significativamente intitulado *The Normal Chaos of Love*, escrito a duas mãos, depois do casal já estar divorciado. Baseiam-se numa análise muito extensa e bem fundamentada das relações familiares na Alemanha, que foca, entre outras realidades, o aumento do divórcio e das famílias recompostas, a descida abrupta da taxa de

natalidade, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Assumindo depois, claramente, que se debruçam sobre as tendências mais recentes – com manifestações muito diferentes nas diversas zonas geográficas e sociais da Alemanha – observáveis fundamentalmente nas grandes cidades. Acentuam, assim, a crescente tendência global para a individualização e o maior protagonismo dos indivíduos na construção do seu próprio destino no campo das relações amorosas e sentimentais.

Para os autores, a fé no amor está ligada à sua falta de tradição. Chega depois dos partidos, dos credos, das grandes narrativas e nasce também depois da quebra dos tabus em relação às liberdades sexuais (Beck e Beck-Gernsheim, 1990, 1995: 177). Trata-se de uma religião sem igrejas e sem padres: “nós” somos o seu templo e os nossos desejos as suas orações. Tal como Luhmann, os autores não deixam de focar os paradoxos envolvidos nos comportamentos recentes, nomeadamente o contraste entre experiência vivida e valores, orientações, expectativas.

P. Bourdieu: o amor suspende a dominação?

Ao abordar a problemática da dominação masculina, Bourdieu (1998) interroga-se, em cerca de quatro páginas, sobre a possibilidade de, no quadro da relação homem/mulher, o amor funcionar como elemento de neutralização dessa dominação: será que o amor “suspende a relação de dominação masculina e a sua violência simbólica ou não deixa de a perpetuar com subtileza?” (Bourdieu, 1998: 116).

A resposta de Bourdieu parece clara. É possível que o amor tenha esse poder de suspender a dominação masculina, mas há condições para que ela possa de facto ocorrer. Por um lado, não se trata de uma aquisição de uma vez por todas: “só através de um trabalho de todo os instantes, recomeçado sem cessar, se pode arrancar às águas frias do cálculo, da violência e do interesse, essa “ilha encantada” do amor, esse mundo fechado e perfeitamente autárquico que é o lugar de uma série continuada de milagres. São eles o da não-violência, que torna possível a instauração de relações fundadas na plena *reciprocidade* e autorizando o abandono e a entrega de si; o do reconhecimento mútuo, que permite, como diz Sartre, o sentir-se ‘justificado por existir’ (...); o do *desinteresse* que torna possíveis as relações desinstrumentalizadas (...)” (Bourdieu, 1998: 117). A igualdade entre pares, no contexto da relação amorosa, constitui assim peça fundamental para que o milagre que suspende a

dominação se concretize: “o sujeito amoroso só pode obter o reconhecimento de um outro sujeito, mas que abdique, como ele próprio, da intenção de dominar;” (Bourdieu 1998: 119).

E Bourdieu continua, num texto que trai o sujeito que fala do que sabe porque ama ou amou, falando da relação amorosa com um outro igual na procura de comunhão e fusão, testemunhada na utilização sem cessar de redundâncias, como os repetidos “amo-te, amas-me?” e na atribuição de inúmeros nomes carinhosos e dos termos com que se “nomeia” o outro.

Termina, em sentido convergente com os autores que temos vindo a referir, mostrando como o amor pode surgir como um lugar de transcendência e de resistência às instituições. “Reconhecimento mútuo, troca de justificações de existir e de razões de ser, testemunhos mútuos de *confiança*, tantos sinais da reciprocidade perfeita que confere ao círculo no qual se encerra a díade amorosa, unidade social elementar, inseparável e dotada de uma poderosa autarcia simbólica, o poder de rivalizar vitoriosamente com todas as consagrações que se pedem habitualmente às instituições e aos rituais da “Sociedade”, esse substituto mundano de Deus”.

Relações afectivas, o amor e o casamento: um olhar específico

Procurando fazer uma pequena síntese, pode concluir-se que, apesar da diversidade das perspectivas analisadas, há dois temas que as atravessam e aproximam. Trata-se, por um lado, do tema da relação entre modernidade e amor romântico e, por outro, da questão dos efeitos da chamada questão feminina na vivência do sentimento amoroso. Embora elas sejam temáticas associadas entre si, vale a pena, num primeiro momento, distingui-las.

Quanto ao primeiro tema, o que parece mais interessante reter é a ideia de que a crescente individualização, representando maior margem de liberdade e de escolha no plano das relações conjugais e familiares, tem igualmente consequências complexas, criadoras de novas dificuldades. Os autores mencionados não são os primeiros a fazer a análise desta relação entre modernidade e amor romântico⁴⁰, mas é nova a forma sistemática como abordam o tema e o estatuto central que atribuem à articulação dos chamados níveis macro e micro. A partir destas propostas passam a encarar-se, de forma muito directa, as

⁴⁰ Também Weber se referia, de forma um pouco diferente é certo, à relação entre modernização e amor romântico (Lindholm, 1998; Jackson, 1993); Norbert Elias aborda igualmente, como se indicou atrás, esta relação.

interinfluências da vida pessoal e da intimidade com as estruturas ou os sistemas sociais, tornando-se mais difícil pensar a vida quotidiana desenraizando-a dos seus contextos de ocorrência. Por aí surge uma das vias que permite e facilita a operacionalização, a transformação das propostas teóricas em interrogações específicas ao real, tal como se procurou fazer na pesquisa sobre a conjugalidade.

O segundo tema, referido aos efeitos da tendência para a igualdade entre homens e mulheres na forma como se vivem as relações familiares, conjugais e amorosas, parece também atravessar as perspectivas focadas. É este, de resto, o objecto de vários dos artigos que já nos anos 90 procuram explorar a relação entre intimidade, emoções, amor e género. Embora a emancipação feminina e os seus efeitos na relação amorosa já tenham sido analisados por Simmel (1988) ou, no campo literário, por exemplo, por Octávio Paz – “não há amor sem liberdade feminina” (Paz, 1993, 1995: 54) – a verdade é que as transformações dos últimos quarenta anos tornaram ainda mais óbvia essa relação.

Associando os dois temas que atravessam as perspectivas dos autores focados, é-se reconduzido novamente ao problema que desde o início aqui tem estado presente e que indaga sobre a relação entre a chamada questão feminina e a conjugalidade nas sociedades contemporâneas. Vejamos então como, a partir dos contributos dos autores e das nossas próprias interrogações de pesquisa se procurou operacionalizar a questão do sentimento amoroso.

A afectividade constitui uma das dimensões das relações sociais, dimensão que contem a vertente amorosa mas, também, todas as outras formas de afectividade: a maternal, a paternal, a parental, a erótica e sexual, a amizade, o companheirismo. O afecto produz “obras”, pessoas, é uma forma de criação por excelência da vida social em sentido metafórico e real.

Já desde os clássicos gregos até aos românticos se procurou sempre identificar distinções nas diferentes formas de exprimir os sentimentos e emoções. A associação entre amor e casamento é, em todo o caso, mais recente. Quando era dominante o casamento por interesse, por exemplo, era essencialmente fora da lógica conjugal que o amor encontrava os seus protagonistas e as suas musas. Hoje, nas nossas sociedades, ele é claramente considerado como único fundamento legítimo para o casamento. Chega mesmo a ganhar mais espaço, subvertendo o imperativo heterossexual, tornando-se também pretexto para uniões homossexuais cada vez menos encaradas como desviantes.

O aumento do divórcio vem, por outro lado, revelar que a relação conjugal e o amor estão particularmente sublinhados, assumem importância central na vida dos indivíduos. Mesmo que à primeira vista os laços conjugais pareçam frágeis, porque baseados no sentimento que é aparentemente mais efêmero, a verdade é que os indivíduos tendem para a relação dual, que conserva todo o seu poder atractivo sobrevivendo mesmo a eventuais decepções.

7.2 Família, Sexo e o Poder no mundo do século XX . Goran Therborn

Goran Therborn, num livro recente, obra de grande fôlego, analisa as transformações da família em todas as regiões do mundo durante o século XX (Therborn, 2004). Centra-se em três temas fundamentais: o que ele designa por declínio da lei do pai e da lei do marido; a evolução do casamento e das uniões de facto como forma de regulação da sexualidade; as tendências passadas, recentes e futuras da fertilidade e suas consequências nos vários planos. É uma obra equivalente em âmbito e ambição à do clássico de W. Goode *Padrões de Família e Revolução Mundial*. Neste se comparam exaustivamente as diferentes formas e padrões de família nos vários continentes e partes do mundo, abrangência geográfica idêntica à que o livro de Therborn reteve. Therborn estabelece com o seu antecessor um intenso diálogo, identificando algumas discordâncias de fundo sem deixar de prestar homenagem ao autor norte-americano que lhe serve também de inspiração. Mas a distância entre as duas obras é obviamente grande, quer porque há perspectivas teóricas e epistemológicas diferentes, quer porque as separa mais de quarenta anos, período anterior a mudanças sociais fundamentais que alteraram significativamente os valores e as práticas familiares.

De um leque variado seleccionam-se as ideias que se consideraram mais profícuas e os argumentos que parecem ter maior impacto no plano teórico. Vale a pena centrar a atenção no primeiro tema - o do declínio do patriarcado - e na chamada modernização dos sistemas de família do século XIX para os séculos XX e XXI, tendo por horizonte empírico o chamado mundo ocidental. Therborn considera que há três momentos fundamentais de viragem no decurso do século XX que tornaram "(o) patriarcado, a lei do pai (...) o grande perdedor do século XX" (Therborn, 2004: 73). Foram eles o período à volta da primeira guerra mundial e os dois momentos seguintes à segunda guerra mundial e a "1968".

No primeiro momento identifica um conjunto de mudanças legislativas, em que assumiram papel de pioneirismo os países escandinavos e que representaram perdas consideráveis dos poderes do pai e do marido. Foram elas, nomeadamente, as leis que consagraram a igualdade entre homens e mulheres no casamento – quer na sua vigência quer na sua dissolução, por divórcio ou por morte, o fim da diferença entre filhos legítimos e ilegítimos para efeitos de herança, o respeito pelos direitos das crianças, nomeadamente o princípio do respeito primordial pelo seu bem-estar em situações de divórcio ou separação (Therborn, 2004: 80-85).

Outras mudanças significativas e mais radicais ocorreram depois da revolução russa de 1917, que cortou com legislação feudal e patriarcal, assumindo desde logo as posições mais avançadas ao tempo quanto à igualdade entre homens e mulheres. Transformações, embora de modo nenhum ousando ainda quebrar de maneira radical com os poderes patriarcais ou o poder dos homens como chefes de família, ocorreram também depois dos anos 20 na Inglaterra e nos países anglo-saxónicos.

O segundo momento, depois da segunda guerra mundial, tem como centro, na perspectiva de Therborn, o leste da Ásia, designadamente depois da revolução comunista na China e da influência americana no Japão, cujos efeitos se fizeram sentir na elaboração da Constituição Japonesa de 1947. A influência da União Soviética nos países do Leste Europeu teve também efeitos na legislação dos diferentes países que tendeu a acabar com os direitos patriarcais. A Declaração sobre os Direitos Humanos das Nações Unidas em 1948 representou outro dos momentos que expressam as ideias de liberdade de escolha do cônjuge (em oposição ao casamentos arranjados pela família e pelo poder patriarcal) e de igualdade entre homens e mulheres no casamento.

Finalmente, os finais dos anos sessenta do século XX, com a pílula, a chamada revolução sexual e as reivindicações de Maio de 68 marcaram outro momento importante. Mas Therborn salienta ainda a importância do ano de 1975, declarado pelas Nações Unidas como Ano Internacional das Mulheres, e da conferência realizada no México que acabou por consagrar 1975-1985 a década das mulheres. Com efeito, na sequência de 1975 inúmeros países mudaram as suas legislações e códigos civis consagrando a liberdade de escolha no casamento – e portanto a recusa do *pater potestas* - e igualdade ente homens e mulheres no casamento – a recusa do *manus mariti*.

Interessante será ainda identificar os factores que Therborn considera serem os motores ideológicos determinantes destas transformações e da erosão do chamado poder

patriarcal. É aqui de resto que vamos encontrar argumentos e teorias novas que contrariam algumas das já estabelecidas.

A primeira corrente ideológica considerada como fundamental para a mudança de perspectivas é, talvez sem surpresa diríamos, a constituída pelos movimentos de mulheres e pelo movimento feminista desde a chamada primeira vaga (a das sufragistas), até aos movimentos mais recentes de segunda e terceira vagas. O livro refere como esses movimentos se constituíram nos diferentes países e os seus pontos históricos de viragem, mas trata-se de informação desenvolvida atrás que se julga agora poder economizar.

A segunda corrente, considerada relevante é a do movimento socialista e dos trabalhadores sobretudo na sua vertente marxista e anarquista, bem como a que se constituiu nos países em que estes movimentos estiveram no poder. Eis aqui um exemplo da identificação de uma força ideológica que raras vezes, na chamada bibliografia ocidental, tem sido considerada como motor de transformação com efeitos muito importantes na luta pela igualdade entre homens e mulheres ou na erosão do poder patriarcal. Na verdade, são muitos os exemplos das mudanças legislativas significativas a propósito da igualdade entre homens e mulheres no casamento e na família, quer ainda no pós revolução Russa, quer depois, na legislação em vários países da Europa de Leste, para já não falar na China. Muito embora também seja preciso distinguir entre aquilo que são as disposições legais e as práticas, a verdade é que muitos desses países tinham anteriormente aos poderes socialistas sistemas patriarcais fortemente arraigados. É por isso inevitável reconhecer o impacto dessa nova legislação e ideologia ainda que sejam conhecidos também movimentos de *backlash* de que o caso da União Soviética de Stalin é apenas um exemplo.

A terceira corrente ideológica importante identificada por Therborn provém de um liberalismo secularizado, constituído basicamente por cristãos protestantes ou judeus – e raras vezes por católicos – que foi central nos países escandinavos e que constituiu suporte importante, do lugar masculino, para as correntes feministas anglo-saxónicas.

Finalmente, Therborn identifica uma quarta corrente ideológica de nacionalistas desenvolvimentistas que fora da Europa e da América escreveram textos contra o patriarcado e onde se incluem autores turcos, japoneses, egípcios ou chineses. Tendiam a considerar os regimes patriarcais como exemplos impeditivos da modernização dos seus países pela qual lutavam muitas vezes arduamente.

Estas correntes ideológicas, considera Therborn, não actuavam, como é óbvio, no vazio. Para explicar a erosão do patriarcado é necessário ter em conta as transformações

sociais, económicas e culturais bem como as diferentes conjunturas e as lutas políticas. Defende assim que, em divergência com W. Goode⁴¹, atribuir apenas à urbanização e à industrialização o papel de principal motor para as transformações da família que se observaram nos últimos cem anos não parece suficiente para compreender essas mudanças. Dando exactamente como exemplo o papel pioneiro dos países escandinavos nalgumas das transformações que hoje são consideradas como a “norma”, a propósito da família, nos restantes países europeus – igualdade entre os sexos no casamento, liberdade de escolha do cônjuge, valorização dos direitos individuais, visão secular da conjugalidade – Therborn tende pois a dar prevalência a factores políticos, culturais e ideológicos, como a forte secularização, para explicar as diferenças nos sistemas familiares que se observam, nomeadamente, entre países europeus (Therborn, 2004: 78).

Quando explica, por exemplo, o êxito e a permanência das reformas realizadas pela comissão escandinava constituída em 1915 para mudar as leis da família, avança que elas se sucedem numa lógica de adaptar a legislação às mudanças na própria sociedade sueca, e também porque a legislação vigente não era alterada havia mais de um século. Curioso e elucidativo é ainda registar, pensando a partir de um país de influência católica, que estas reformas encontraram pouca resistência da igreja luterana. Therborn explica que esta igreja tendia muito mais do que a católica, ou do que outras correntes protestantes como a calvinista, a não hostilizar uma visão secular do casamento e da família. Como dizia Lutero, o casamento era “uma coisa do mundo”(in Therborn; 2004: 80) entenda-se um empreendimento profano por oposição ao sagrado.

É tentador de resto comparar estas mudanças na Escandinávia, durante os primeiros anos do século XX, com a situação portuguesa. Sem desenvolver o tema registre-se apenas que as leis da família da I República de Portugal constituíram exemplo de grande pioneirismo a Sul da Europa (Torres, 1996; Torres, 2008) – que Therborn parece desconhecer...De resto, a descrição do espírito liberal e inovador inspirava, na opinião do autor sueco, os juristas escandinavos, parece poder inteiramente aplicar-se aos nossos legisladores que elaboraram as suas propostas bem antes da comissão escandinava, logo no final de 1910. Espírito que se reflecte, de resto, na letra das nossas leis. Mas estas ao contrário do que aconteceu com a igreja luterana na Escandinávia, encontraram desde logo grande resistência por parte da hierarquia da igreja católica, acabando mesmo depois por ser postas em causa pela regime

⁴¹ O autor sueco explica que quando alguma da legislação fundamental sobre casamento, família e direitos das mulheres foi aplicada nos países escandinavos logo no início do século XX, grande parte da população activa estava ainda dedicada à agricultura (Therborn, 2004: 77). Questiona assim a atribuição à urbanização e à industrialização da causalidade sobre a mudança das estruturas familiares no mundo (Goode, 1963).

ditatorial entre 1926 e a 1974. E essa resistência revelou-se noutros momentos de mudança, como no período que se seguiu à revisão do código civil de 1977.

Estes exercícios comparativos – que aqui apenas sugerimos de forma breve - são de resto muito estimulantes porque permitem justamente a discussão das teorias já não só referentes à sociologia da família mas às mudanças sociais de forma mais global. Quais são os motores da mudança? As transformações na estrutura social e económica - numa perspectiva estruturalista ou marxista - ou será que têm as mudanças ideológicas a prevalência, numa perspectiva mais *weberiana*? Ambas, tem sido a resposta dos autores de síntese, como Bourdieu ou Giddens, ou como os autores no âmbito da sociologia da família a que temos vindo a fazer referência. E é também por isso que se tem assumido a inevitabilidade da pesquisa científica teoricamente orientada para que os problemas empíricos desafiem as teorias estabelecidas e estas se renovem e aperfeiçoem.

Numa lógica comparativa, e retomando Therborn e o campo de análise da Europa, ele acaba por concluir pela persistência da diversidade de padrões familiares apesar de todos eles terem sofrido grandes mudanças e evoluírem globalmente no mesmo sentido. Ele afirma que, quanto ao sistema familiar europeu, certas diferenciações internas já verificáveis no passado acabam por reemergir depois de vastas transformações sociais (Therborn, 2004: 306).

Convocar as especificidades de cada país ou grupo de países torna-se fundamental, assim, para compreender certas diferenças ou semelhanças. Para se perceber, por exemplo, por que razão os valores da taxa de actividade feminina portuguesa são comparáveis aos que se verificam na Finlândia, país com inúmeras diferenças de fundo relativamente a Portugal, é fundamental ter em conta que aqui, para além dos salários masculinos baixos, houve uma guerra colonial de 1961 a 1974, ou seja, 13 anos consecutivos em que os jovens do sexo masculino eram obrigados a prestar serviço militar durante 4 anos e a combater pelo menos 2 anos em África. Associada a outros factores, esta realidade acabou por representar para as mulheres uma oportunidade de entrada e permanência no mercado de trabalho quer para as que tinham baixa formação escolar, quer as de mais elevada formação académica. A revolução de Abril veio depois permitir as mudanças na lei que se foram ajustando à valorização do discurso sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas diferentes esferas da vida e também no acesso ao trabalho pago. Assim, na análise comparativa, é preciso também ter em conta que os países podem apresentar valores semelhantes para o mesmo indicador recobrando significados, histórias, condições sociais e culturais específicas consideravelmente diferentes.

A distância entre os países escandinavos e os do sul pode ainda confirmar-se com variadíssimos exemplos. Para citar apenas outro, na Suécia, entre muitos movimentos e medidas de defesa da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres existentes desde muito antes dos anos 60, a educação sexual passa a ser matéria obrigatória na escola a partir de 1955 (Roussel, 1992: 144). Nos países do sul, em contrapartida e apesar do actual uso generalizado da contracepção⁴², nem mesmo ainda hoje se pode falar de uma realidade semelhante.

Ora, para além do já referido efeito de diferenciação produzido pela influência do protestantismo luterano e do catolicismo, ou como Therborn afirma, pela maior ou menor influência da secularização nos temas associados à família, a existência ou não de políticas referentes à igualdade de género ou à sexualidade, que não podem ser entendidas apenas como consequências mecânicas de orientações religiosas, constituem também factor a ter em conta para explicar essas diferenças.

Dinâmicas de mudança dos contextos sociais, políticos e ideológicos produzem efeitos a considerar. Para compreender, por exemplo, a descida brusca da natalidade nos países do Leste europeu, para além dos factores de influência mais globais, é preciso ter em conta a conjunção de factores que se ligam com a perda da estabilidade de emprego, com a privatização dos serviços de guarda de crianças e com a saída de jovens desses países (Beck e Beck-Gernsheim, 2002: 119-127; Therborn, 2004: 258).

Pensando finalmente no conjunto da obra, que cobre as transformações na família do século XX ao XXI, temas e áreas geográficas tão extensas, vale a pena sublinhar três ideias. A primeira para salientar que embora Therborn aponte o patriarcado como o grande “perdedor” do século XX ele não quer com isso significar o fim das desigualdades entre homens e mulheres. É muito bem ilustrada a persistência das desigualdades existentes, tanto mais quanto no plano legislativo no chamado mundo ocidental era suposto elas terem desaparecido. O autor chama várias vezes a atenção tanto para as contradições que permanecem entre práticas e representações como para as dificuldades que muitas mulheres vivem. E também dá inúmeros exemplos dos movimentos de *backlash* relativamente aos direitos das mulheres nos países ocidentais e em vários pontos do mundo. Nomeadamente, os movimentos religiosos fundamentalistas nos EUA que tiveram com George Bush e os seus apoiantes a sua expressão máxima na tentativa de contrariar direitos adquiridos pelas norte-

⁴² O sinal mais evidente do uso generalizado da contracepção, mesmo quando desaconselhada pela Igreja nos países do Sul, são os próprios valores da natalidade que são consistentemente, desde os finais dos anos 80, dos mais baixos de toda a Europa nos países de influência católica.

americanas há já muitos anos. Ou as perdas sentidas pelas mulheres na Rússia e em muitos países de leste que para além de um empobrecimento global significativo (Therborn, 127), deixaram de ter creches e serviços de apoio à primeira e segunda infância e viram ameaçados os seus direitos ao trabalho. São muitas vezes forçadas a abdicar da maternidade para serem profissionalmente independentes, ou a limitarem a sua fecundidade a um filho apenas.

Mas é difícil de não aceitar esta ideia da erosão dos poderes patriarcais, quando se olha para o século XX no seu conjunto, sobretudo se a entendermos como perda de legitimidade desses poderes no plano legislativo e mesmo no plano simbólico, apesar das faltas de sintonia já apontadas e das inúmeras contradições entre práticas e discursos. Foi essa, de resto, a proposta que a autora destas linhas vem fazendo, e que formulou já num livro de 2001, quando aí se afirmava que no século XX se tinha assistido à passagem de uma ideia de mulher-natureza para uma ideia de mulher-indivíduo. Não será por acaso, de certo, que o autor sueco na sua qualidade de representante do sexo masculino fale de perda e que a autora, em posição simétrica, falava de processo de afirmação ainda em curso...

Em terceiro lugar, outro aspecto a destacar é o realce que Therborn dá aos processos de emancipação feminina e aos seus efeitos incontornáveis nas estruturas e nas práticas familiares bem como num conjunto de dimensões da vida social. Foi também essa a linha que seguimos quando atribuímos centralidade a esses processos de transformação e aos seus impactos na conjugalidade, no trabalho e na vida social de forma global (Torres, 2001; 2002; 2004).

7.3 Elizabeth Beck-Gernsheim e a reinvenção da família

A família e os seus processos de transformação, como temos vindo a afirmar, constituem-se como importantes lugares de debate onde se cruzam os temas do privado e do público. Num livro sugestivamente intitulado *Reinventando a família. À procura de novos estilos de vida* Elisabeth Beck-Gernsheim tenta explicar as transformações na família nos últimos anos do século XX à luz da teoria da individualização. Os títulos dos capítulos são desde logo elucidativos acerca dos temas analisados. “A Nova Confusão sobre a Família “ “Quando o Divórcio se Torna Normal”, “Vida como Projecto Planeado”, “Contrato Geracional e Relações de Género” “Nós Queremos uma Criança Especial” “A Caminho da Família Multicultural”.

Por referência às sociedades ocidentais contemporâneas e às dinâmicas de individualização, a autora avalia a forma específica como estes processos afectam as

relações familiares. Ou como, utilizando as suas próprias palavras “as antigas certezas (enraizadas na religião, na tradição, na biologia, etc.) perdem muita da sua força sem de facto desaparecerem e novas opções redesenham as áreas de escolha individual, não num espaço livre fora da sociedade, mas num espaço que envolve novas regulações sociais, pressões e controlos.” (Beck- Gernsheim, 2002: 7).

Contrariando a ideia de que a teoria da individualização possa ser interpretada no sentido de conduzir a sociedades de “indivíduos singulares”, a autora defende que os processos de individualização geram ao mesmo tempo o desejo de uma vida própria mas também a expectativa de “laços, proximidade e comunidade”. Responde assim de forma provocatória à questão “O que se segue depois da família? Muito simplesmente a família! Apenas diferente, mais e melhor: a família negociada, a família alternativa, família múltipla, novos arranjos depois do divórcio, recasamento, novo divórcio, novas combinações dos teus, meus ou nossos filhos, das nossas famílias passadas e presentes” (Beck- Gernsheim, 2002: 8).

A visão aqui identificada pode parecer um diagnóstico demasiado optimista perante um quadro bastante complexo de questões. Mas esta não é a conclusão que se retira depois da leitura completa do livro, para além das suas primeiras páginas. Na verdade, a obra vai elencando de forma exaustiva quer os diferentes “dilemas morais” que os indivíduos enfrentam na modernidade tardia, quer os constrangimentos de diverso tipo que se lhes colocam. Isto mesmo quando possuem acrescidas margens de manobra individual relativamente a épocas passadas.

A identificação e o debate de um conjunto de questões relativas às relações familiares nas sociedades contemporâneas - que estamos constantemente a ver tematizadas nos meios de comunicação social - contribui com reflexões e respostas a partir da perspectiva sociológica.

São assim analisados temas como “quando o divórcio se torna normal” que identifica as dificuldades no pós-divórcio, os conflitos de lealdade vividos pelas crianças, as suas adaptações, os sentimentos de perda e culpa mas também as suas agressividades. As novas questões suscitadas pelas famílias recompostas são igualmente tratadas, incluindo os papéis, direitos ou deveres, dos padrastos e madrastas; ou ainda as demasiadas e intensas expectativas em torno das crianças quando a conjugalidade vai mal. Identificam-se ainda os problemas e dilemas morais relativos a situações totalmente novas como a procriação medicamente assistida; ou outras questões como o recurso individual, ou por casais

homossexuais, à inseminação artificial; o projecto de ter uma criança sozinha, as questões decorrentes da homoparentalidade, entre outras.

Tema igualmente focado é o das dificuldades criadas na sociedades capitalistas contemporâneas quando se empurra, por um lado, os indivíduos a planear - numa lógica de biografia “faça você mesmo!” – mas depois não se lhes proporciona nem estabilidade, nem recursos, nem todos os elementos para poderem de facto traçar a sua trajectória biográfica autónoma. Também é identificado e questionado - tal como Giddens o havia feito – o papel dos peritos, como substitutos das lógicas tradicionais religiosas ou institucionais, mas dando muitas vezes indicações contraditórias, que já não funcionam como dogmas securizantes.

Quanto à questão das relações entre gerações – e o apoio entre elas – Elizabeth Beck-Gernsheim defende que ela se relaciona directamente com a igualdade de género, revelando as tensões suscitadas pela responsabilização das mulheres relativamente a estes apoios, ao mesmo tempo que se considera que elas se devem autonomizar. O resultado é a acumulação de tarefas e de responsabilizações por parte das mulheres muitas vezes associadas a profundas desilusões pela assimetria de expectativas. São estes desapontamentos com uma divisão muito assimétrica de responsabilidades entre homens e mulheres trabalhadores que podem contribuir para explicar ressentimentos acumulados e desentendimento conjugal.

As pressões sobre os indivíduos, e em particular sobre os homens, parecem também ser todas de sentidos contraditórios – por um lado, exige-se que sejam flexíveis, pelos efeitos da desregulação do mercado de trabalho, e que se dediquem sem limites à empresa, mesmo em situação precária, e impõem-se-lhes, por outro lado, que sejam responsáveis, atentos e presentes na esfera da família. Recados contraditórios, mensagens paradoxais.

AULA 7 Bibilografia de referência

Beck, Ulrich e E. Beck-Gernsheim (1990, 1995), *The normal chaos of love*, Cambridge, Polity Press.

Beck-Gernsheim, Elizabeth, (2002), *Reinventing the Family. On Search of New Life Styles*, Cambridge, Polity Press.

Cancian, Francesca M. (1987), *Love in America - Gender and Self- Development*, Cambridge University Press,

Featherstone, Mike (org.) (1998), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on *Love and Eroticism*, Volume 15, nº 3-4.

- Frisby, David, "Introduction to Georg Simmel's 'On the sociology of the family'", in Mike Featherstone (org.) (1998), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on *Love and Eroticism*, Volume 15, nº 3-4.
- Goode, William (1959), "The theoretical importance of love" in *American Sociological Review*, Fevereiro.
- Goode, William (1963, 1969), *Revolução Mundial e Padrões de Família*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Harré, Rom (org.) (1986), *The Social Construction of Emotions*, Oxford, Basil Blackwell.
- Illouz, Eva (1998), "The lost innocence of love. Romance as a Postmodern Condition", in, Mike Featherstone (ed.), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on *Love and Eroticism*, Volume 15, nº 3-4.
- Jackson, Stevi (1993), "Even Sociologists fall in love: an exploration in the sociology of emotions", *Sociology*, Vol.27, nº2.
- Luhmann, Niklas (1986), *Love as Passion, The Codification of Intimacy*, Cambridge, Polity Press.
- Paz, Octávio (1995), *A chama dupla. Amor e Erotismo*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Simmel, Georg (1969), *Cultura Feminina*, Alfragide (Damaia), Galeria Panorama.
- Simmel, George (1988), *Philosophie de l'amour*, Paris, Petite Bibliothèque Rivages.
- Simmel, Georg (1998), "On the Sociology of the family", in Mike Featherstone (org.), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on *Love and Eroticism*, Volume 15, 3-4.
- Therborn, G. (2004), *Between Sex and Power. Family in the world, 1900-2000*, London, Routledge.
- Velho, Gilberto (1986), *Subjectividade e Sociedade. Uma experiência de Geração*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

AULAS 8, 9 e 10

Sumários:

Das teorias aos temas e debates

Como consta do programa desta unidade curricular, e com vista à concretização do processo de ensino-aprendizagem-avaliação, prevê-se a apresentação na aula, por parte dos alunos, de temas de debate no âmbito da sociologia da família. Os grandes temas – rotativos de ano para ano - são propostos pela docente. Os alunos, em grupos de dois a quatro elementos, escolhem logo que possível o tema preferido, seleccionam aí um enfoque específico e inscrevem-se. Essa inscrição de data é feita na primeira aula para que o planeamento seja assegurado desde o início. Como os alunos dispõem do esquema das aulas – aula a aula - também se lhes sugere a possibilidade de escolherem um ou mais autores contemporâneos e que essa aula – prevista inicialmente como aula teórica dada pela docente – seja dada pelo grupo. É uma escolha, contudo, menos frequente, já que os estudantes parecem preferir os temas que lhes surgem, provavelmente, como mais aliciantes para debate.

Como está definido no programa há, contudo, temas “obrigatórios”. Se eles não constituírem objecto de nenhuma das exposições por parte dos alunos será a docente a abordá-los, de preferência logo na primeira destas aulas práticas. O tema “o privado e o íntimo na agenda pública e política” é de todo o modo uma perspectiva própria que a docente tem desenvolvido e que é objecto de apresentação breve nessa primeira aula de temas e debates.

Relembre-se que a orientação principal destas aulas supõe a abordagem aos temas que parte das teorias dos principais autores de sociologia da família apresentadas nas aulas. Para além da bibliografia indicada, os alunos têm liberdade de a alargar por escolha própria. Em geral, estas aulas são fortemente participadas e acabam por representar momentos de aprendizagem muito vivos para todos. O facto de a bibliografia ser já muito vasta nestes domínios, mesmo em Portugal, acaba por se traduzir em enriquecimento também para a docente, que vê a procura dos alunos enriquecer o leque de referências bibliográficas utilizadas na UC.

Indicam-se, a título de exemplo, os temas apresentados aos estudantes no ano lectivo de 2008/2009.

- 1) Infância e Protecção: o lugar da criança na família contemporânea; adopção: laços afectivos/biológicos; maus-tratos e negligência infantil; o lado obscuro da família;
- 2) Novas propostas quanto ao casamento; novas propostas quanto ao divórcio; razões para estas novas propostas; significados sociais e implicações para o futuro;
- 3) Igualdade entre homens e mulheres. Família: implicações, tensões e tendências futuras;

Mostram-se de seguida, também a título ilustrativo, os pontos principais de duas apresentações em *power point*, escolhidas aleatoriamente entre as várias que surgiram no ano lectivo 2008/2009. Interessa verificar como os alunos procuram articular, tal como lhes é solicitado, as teorias de sociologia da família com os temas de debate escolhidos.

Apresentação 1:

Lugar da criança na modernidade familiar: infância nas margens

Lugar da criança na família parsoniana (Michel, 1983);

Funções da criança na família contemporânea (Kellerhals, 1982; Cunha *in* Wall, 2005);

Lugar da criança na família hodierna (Almeida, 2000; Bremner, 1994; Sarmiento, 2004)

Emergência dos maus tratos infantis como problema social; “The Battered-Child Syndrome”, *Journal of the American Medical Association* (1962); (Newman, 1999);

Categorias de mau tratos infantis (Almeida, 2000);

Explicações para o mau trato infantil (Cazenave & Straus, 1990; Newman, 1999);

Mortes Infantis Causadas por Maus-tratos em Países Desenvolvidos (UNICEF; Lourenço *in* Barroso, 2005: 166)

Autoria: Carla Ramos, Catarina Vilhena, Inês Marques, Maria João Pires, Simeão Luzio

Apresentação 2:

Nova Lei do Divórcio e Valorização do Casamento;

Sentimentalização; Primado dos afectos na relação conjugal e nas relações parentais (Singly – família relacional);

Outras dimensões relevantes nas relações (Kellerhals - económica, patrimonial);

Família existe principalmente para gratificação mútua dos seus membros os quais estão unidos por coesão interna mais do que por pressão externa (Burgess);

Tudo gira em torno do bem-estar, não é tolerável que o casamento não se enquadre neste conceito;

Individualização; Bem-estar dos indivíduos passa a ser mais importante que as bens materiais (Durkheim);

Afirmação da igualdade entre homens e mulheres tendendo a transformar o casamento numa relação igualitária; Individualização, dissolução de modelos tradicionais da família (Beck); Declínio da “lei do pai” e da “lei do marido” (Therborn); afirmação dos direitos das mulheres (Torres);

Afirmação da criança como sujeito de direitos;

Tendência para maior igualdade entre mulheres e homens; aumento do número de divórcios; desruralização da sociedade e crescimento das classes médias; novas formas de encarar o casamento; menor dependência do casamento como modo de vida por parte da mulher;

Nova Lei do Divórcio; fundamentos; exposição de motivos

Considerações para debate; opinião do Presidente da República e da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas;

Autoria: Alexandre Marques, Cheila Silva, Denise Tomaz, Joana Lúcio, Lúcia Teixeira.

A primeira parte da aula 10 é ainda de apresentações e debate. Reserva-se uma última parte para uma revisão sintética da matéria, fazendo com os alunos o percurso desde as perspectivas e teorias abordadas no início até aos autores e temas do presente, com a preocupação de identificar os principais adquiridos tanto no plano dos conteúdos como no plano pedagógico.

IV Estratégias pedagógicas, avaliação dos discentes e da docente.

4.1 Avaliação dos discentes

A concretização dos objectivos desta unidade curricular faz-se através de aulas teóricas, teórico-práticas, seminários, orientação tutorial e outras actividades de contacto com os docentes, bem como através do trabalho pessoal dos estudantes, individualmente e em grupo.

O trabalho dos estudantes traduz-se em actividades que prevêm:

- participação nas aulas;
- leitura da bibliografia e discussão da mesma nas aulas;
- consulta da bibliografia de referência e pesquisa autónoma de bibliografia; complementar, bem como de exemplos ilustrativos e outra informação que se justifique;
- apresentação e debate de textos da bibliografia em aulas teórico-práticas;
- Realização de um trabalho final sobre temas seleccionados do programa (8 a 10 páginas, a espaço e meio, font 12).

São estes diferentes momentos, actividades e procedimentos pedagógicos que contam para a avaliação e atribuição de uma nota final ao discente na Unidade Curricular.

4.2 Avaliação da UC e da docente

Ao tempo da criação do mestrado, no ano lectivo de 2002/2003, decidi, enquanto coordenadora do mesmo, introduzir um sistema de avaliação global que permitisse ouvir a opinião dos estudantes e monitorizar os seus diferentes aspectos: organização do curso/disciplina; interesse das matérias e programas; pedagogia utilizada; actualização da informação; desempenho da/o docente; sistema de avaliação de conhecimentos; condições ambientais; apoio de secretariado.

Importava ter este retorno por parte dos alunos por várias razões. Sempre se considerou que a avaliação dos cursos e dos docentes existe para melhorar e auto corrigir, devendo por isso ser naturalizada como procedimento regular na Universidade, sendo esta

obviamente a principal razão por que se considerou importante introduzi-la. Na altura, esta era prática habitual no Departamento de Sociologia apenas em alguns mestrados como o de *Educação e Sociedade* cujo modelo de avaliação serviu de resto de inspiração ao que então se desenhou.

Por outro lado, o mestrado *Família e Sociedade* constituía oferta lectiva nova, numa época em que as licenciaturas eram ainda, na sua maioria, de cinco anos e em que os alunos vinham de campos diversificados de formação. Existia já uma proporção muito acentuada de alunos que voltavam à Universidade com experiência profissional longa. Nestes casos, o mestrado representava uma oportunidade importante para aprofundar conhecimentos e aplicá-los no exercício profissional. No caso dos que prosseguiam estudos, o mestrado significava o início do aprofundamento do caminho da pesquisa e a preparação para o doutoramento, como veio a acontecer com vários dos estudantes cujas teses oriento – ou são orientados por outras colegas - no presente momento. Ter um retorno das opiniões discentes sobre diferentes aspectos do mestrado parecia assim importante medida de aferição do projecto que então se iniciava.

Apresentam-se no quadro 2 os resultados referentes à apreciação dos alunos do ano lectivo de 2002/2003 quanto aos diferentes aspectos do funcionamento da UC (então disciplina) *Sociologia da Família. Teorias e Debates*. Neste quadro só constam as respostas que diziam respeito a perguntas fechadas. A ficha de avaliação dispunha ainda de um espaço, em forma de pergunta aberta, para os alunos qualificarem os aspectos mais positivos e os mais negativos da disciplina e do mestrado, que deram algumas pistas mas que não faria sentido aqui desenvolver.

QUADRO 3
Avaliação por parte dos alunos do Mestrado Família e Sociedade
da UC
Sociologia da Família: Teorias e Debates I
Ano Lectivo 2002/2003

Sociologia da Família. Teorias e Debates I e II (escala de 1 a 5)	2002/2003
Organização da disciplina	4,73
Interesse das matérias e programas	4,84
Pedagogia utilizada	4,76
Actualização da informação	4,92
Desempenho do docente	4,96
Sistema de avaliação de conhecimentos	4,73

Como se pode ver a avaliação é globalmente muito positiva. Este aspecto correspondia, de resto, à impressão obtida a partir do contacto com os alunos. Eles avaliaram esta disciplina com as melhores pontuações de entre as outras ofertas, embora, todas as outras disciplinas fossem avaliadas também positivamente. Numa ou noutras avaliações menos positivas – matéria excessiva para o tempo disponível, por exemplo – acabaram por permitir efectuar ajustamentos e correcções posteriores.

Vale a pena no entanto salientar que a experiência iniciada foi também avaliada como muito positiva por parte dos docentes envolvidos no mestrado. Tratava-se de um grupo de alunos extremamente motivado que fora alvo de selecção apertada – candidataram-se perto de 90 alunos para apenas 30 vagas. O mestrado efectuou desde então mais 4 edições, sempre com procura elevada, não tendo aberto todos os anos lectivos para não sobrecarregar os docentes com a acumulação do elevado número de teses que era necessário acompanhar. Note-se que nem sempre todos os anos as taxas de sucesso, nomeadamente de dissertações de mestrado defendidas, foi tão elevado como nesse primeiro ano.

Passando agora para o ano lectivo de 2008/2009 e para a reestruturação do mestrado pós-Bolonha, vale a pena salientar que, para além das mudanças realizadas na UC especificadas na primeira parte deste relatório, se verificaram mudanças de procedimento em matéria de avaliação. Em primeiro lugar, aquilo que era iniciativa do próprio mestrado passou a ser a aplicação de uma lógica de avaliação generalizada e centralizada ao nível do ISCTE ficando todas as UCs a ser alvo da aplicação das mesmas fichas de avaliação, com óbvios ganhos em matéria de comparabilidade. Em segundo lugar, para cada UC passaram a ser preenchidas duas fichas de avaliação. Uma que se referia especificamente ao desempenho da/o docente e outra a avaliação da própria UC. Se a primeira tem indicadores que se aproximam, pelos menos parcialmente, à ficha que fora aplicada em 2002/2003, como se pode ver no quadro 3, a segunda introduz algumas novidades interessantes, nomeadamente a apreciação do aluno quanto ao seu próprio desempenho e ao processo de ensino-aprendizagem, como se pode ver no quadro 4.

QUADRO 4
Avaliação da docente Anália Torres por parte dos alunos da UC
Sociologia da Família: Teorias e Debates
Ano Lectivo 2008/2009

	Media
Expõe com clareza as matérias da UC (escala de 1 a 5)	4,50
Esclarece as dúvidas dos alunos de forma adequada (escala de 1 a 5)	4,71
Estimula o interesse dos alunos pela UC (escala de 1 a 5)	4,57
Globalmente qual é a sua satisfação com este docente (Escala de 1 a 10)	8,63

Não é possível fazer uma comparação directa com o ano lectivo de 2002/2003, embora se possa também salientar elevados índices de satisfação com a docente e com a UC em 2008/2009 e que tal como já acontecera antes, esta é a UC avaliada de forma mais positiva por comparação com as outras.

Mas vale a pena olhar com alguma atenção para o quadro 4, que introduz novidades e resultados interessantes, a partir dos quais se podem recolher ensinamentos futuros. Por um lado, é de registar que os indicadores que revelam menor pontuação são os que se referem ao tempo: o de horas de contacto (3,86) e o relativo ao tempo de trabalho autónomo por parte dos alunos (3,17).

Quanto ao tempo das aulas de contacto, e registando que se trata apesar de tudo de uma pontuação positiva, é importante lembrar que este foi um problema sentido pela própria docente sobretudo na gestão das aulas práticas – que acabaram por ser mais apressadas do que se teria desejado devido também ao elevado número de alunos. Por outro lado, a “queixa” referente ao tempo de trabalho autónomo é mais difícil de interpretar. E poderá lançar pistas para debate com os futuros estudantes. Será o facto de a maioria dos alunos serem também trabalhadores e sentirem por isso falta de tempo? Haverá forma de os ajudar a estudar mais autonomamente? Ou, em conjugação com o item anterior, poderá isto indicar que o docente deverá aumentar o seu tempo de contacto com os alunos? E será isto possível no quadro de mestrados massificados, como é hoje o caso?

QUADRO 5
Avaliação por parte dos alunos da UC
Sociologia da Família: Teorias e Debates
Ano Lectivo 2008/2009

Esta UC permite aprender muitos conhecimentos novos (escala de 1 a 5)	4,22
Esta UC contribui para o desenvolvimento do meu sentido crítico e espírito reflexivo (escala de 1 a 5)	4,14
As matérias desta UC estão bem articuladas com os conhecimentos adquiridos noutras UC (escala de 1 a 5)	4,43
Nesta UC o número de horas de contacto / aulas é adequado (escala de 1 a 5)	3,86
Nesta UC o número de horas de trabalho autónomo é adequado (escala de 1 a 5)	3,17
Globalmente, qual o grau da sua satisfação com esta unidade curricular (escala de 1 a 10)	7,88
Vou regularmente às aulas (não faltei a mais do que duas) (escala de 1 a 5)	4,57
Participo nas discussões das aulas (escala de 1 a 5)	3,86
Procurei bibliografia sobre os temas abordados (escala de 1 a 5)	4,25
Globalmente, qual o grau da sua satisfação com o seu próprio empenho nesta UC: (escala de 1 a 10)	7,38

Para finalizar, é possível ainda salientar outros dados esperando que estes não sejam tomados como auto-valorizantes. Por um lado, pode considerar-se curioso que os alunos tenham atribuído nota superior ao desempenho da docente (8,63) do que à UC (7,88). Talvez isto se explique exactamente pelos aspectos que se referem ao desejo de que tivesse havido mais tempo de contacto em aula, constrangimentos que percebem como não sendo da responsabilidade da docente mas antes de uma organização do tempo que a transcende. Factor de todo o modo a ter em conta no futuro. Por outro lado, os estudantes também se dizem mais satisfeitos com a UC do que o com o seu próprio empenho na UC (7,38). Sinal, também aqui compatível com a menor satisfação com o tempo de trabalho autónomo por eles dedicado? São resultados em todo o caso que possibilitam abertura de espaço de diálogo com os próximos alunos, de modo a permitir aperfeiçoamentos e ajustamentos. É para isto mesmo que servem a avaliações.

V Referências bibliográficas

- Abbott, Pamela, Claire Wallace e Melissa Tyler (2005) *An Introduction to Sociology. Feminist Perspectives*, London, Routledge.
- Almeida, Ana Nunes (1986), "Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina" *Análise Social*, vol. XXII (92-93).
- Almeida, Ana Nunes (1990), *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, Lisboa, ISCTE, Dissertação de Doutoramento em Sociologia.
- Almeida, Ana Nunes, M. D. Guerreiro, C. Lobo, A. Torres, K. Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", in, J.M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais no Campo*, Edições do Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- Almeida, J. Ferreira de, F. L. Machado, L. Capucha, A. C. Torres (1994) *Introdução à Sociologia*, Universidade Aberta.
- Almeida, J. Ferreira de, A. F. da Costa e F. L. Machado (1988), "Famílias, estudantes e universidade - painéis de observação sociológica, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 4.
- Almeida, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Fim de Século Edições.
- Amâncio, Lúcia (1994), *Masculino e Feminino, A construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- Andersen, Michael, (1984), *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*, Lisboa; Editorial Quercus.
- Anshen, Ruth, (org.) (1949, 1971), *A família: sua Função e Destino*, Lisboa, Editora Meridiano.
- Ariès, Philippe (1973), *L'Enfant et la Vie Familiale dans L'Ancien Regime*, Paris, Seuil.
- Askham, Janet (1984), *Identity and Stability in Marriage*, Londres, Cambridge University Press.
- Bachelard, Gaston, (1984), *A Epistemologia*, Lisboa, Edições 70.
- Barrère-Maurisson, Marie Agnès (1992), *La Division Familiale du Travail, La vie en double*, Paris, PUF.
- Battagliola (1984), "Employés et employées. Trajectoires professionnelles et familiales" *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif* (obra colectiva), Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- Beck, Ulrich, (1992) *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Sage Publications.
- Beck, Ulrich e E. Beck-Gernsheim (1990, 1995), *The normal chaos of love*, Cambridge, Polity Press.
- Beck, U. e E. Beck-Gernsheim, (2001), *Individualization*, London, Sage.
- Beck-Gernsheim, Elizabeth, (2002), *Reinventing the Family. On Search of New Life Styles*, Cambridge, Polity Press.
- Becker, Gary S. (1981), *A Treatise on the Family*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

- Berger, P. e H. Kellner (1964, 1975), "Marriage and the construction of reality", in Anderson, M. (ed.) *Sociology of the family - selected readings*, Harmondworth, Penguin Education, pp.302-323. Texto original publicado em *Diogenes*, 1964.
- Berger, P. and T. Luckmann (1966) *The social construction of reality. A treatise in the sociology of knowledge*, Penguin Books.
- Bertaux, Daniel (1978), *Destinos pessoais e estruturas de classe*, Lisboa, Moraes Editores.
- Bertilsson, Margareta (1991), "Love's labour lost? A sociological view", in, M. Fertherstone, M. Heptworth e B. Tuner (ed.), *The Body. Social process and Cultural theory*, Londres, Sage Publications, 297-324.
- Blood, Robert O. e Donald Wolfe (1960), *Husbands and Wives*, Nova York, Free Press.
- Blumberg, Rae Lesser (1991), *Gender, Family, and Economy. The Triple Overlap*, London, Sage Publications .
- Bourdieu, Pierre (1968), *Le Métier de Sociologue*, Paris, École Pratique des Hautes Études, Mouton and Bordas.
- Bourdieu, Pierre (1972), "Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction", *Annales*, E.S.C, nº24, 4-5.
- Bourdieu, Pierre (1998), *La domination masculine*, Paris, Éditions du Seuil.
- Bozon, Michel e F. Héran (1987), "La découverte du conjoint I", *Population*, 42 (6).
- Bozon, Michel e F. Héran (1988), "La découverte du conjoint II", *Population*, 43(1).
- Bozon, Michel (1991) "Mariage et mobilité sociale en France", *European Journal of Population*, 7.
- Bozon, Michel (1991a), "Apparence physique et choix du conjoint", in T. Hibert e L. Roussel, *La nupcialité: évolution récente en France et dans les pays développés*, INED, Congrès et Colloques, nº7.
- Bozon, Michel (1991b), "La nouvelle place de la sexualité dans la constitution du couple", *Sciences Sociales et Santé*, vol. IX, nº4.
- Bozon, Michel (1992), "Sociologie du rituel du mariage", *Population*, 2.
- Brown, Robert, (1987), *Analysing Love*, Cambridge University Press, Cambridge Studies in Philosophy.
- Burgess, Ernest, M. J. Locke, M. Thomas (1960), *The family from institution to companionship*, Nova York, American Book.
- Burguière, André (dir.) (1996), *História da Família*, Lisboa, Edições Terramar.
- Cancian, Francesca M. (1987), *Love in America - Gender and Self- Development*, Cambridge University Press,
- Caplan, Pat (ed.) (1987), *The Cultural construction of sexuality*, Londres, Tavistock Publications.
- Capucha, Luís e Anália Torres (1986), "Jovens da Escola da Mague. O Fim da Arte no Trabalho", *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 1, pp. 91-101. (N)
- Carreiras, Helena (1997), *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Casey, James, (1989) *História da Família*, Lisboa, Círculo dos Leitores.

- Chaudron, M., "Sur les trajectoires sociales des femmes et des hommes. Stratégies familiales de reproduction et trajectoires individuelles" in, *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif* (obra colectiva), Presses Universitaires de Grenoble, 1984.
- Commaille, Jacques (1993), *Les Stratégies des Femmes. Travail, Famille et Politiques*, Paris, La Découverte.
- Connell, R.W. (1987) *Gender & Power*, Cambridge, Polity Press.
- Connell, R.W. (1995) *Masculinities*, Cambridge, Polity Press.
- Connell, R.W. (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta.
- Damásio, António (1994), *O erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Lisboa, Publicações Europa América.
- Delphy, Christine (1978), "Travail ménager ou travail domestique?", Andrée Michel (dir), *Les femmes dans la société marchande*, Paris, PUF.
- Delphy, Christine (1992), "A Theory of Marriage", in, L. Mcdowell e R. Pringle (ed.) *Defining Women. Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press, The Open University.
- Desrosières, Alain (1978), "Marché matrimoniale et classes sociales", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Março.
- Durkheim, Émile (1892, 1975), *Textes, Fonctions sociales et institutions*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Durkheim, Émile (1893,1977), *A divisão do trabalho social I*, Lisboa, Editorial Presença.
- Elias, Norbert (1969, 1973), *La civilisation des moeurs*, Paris, Calmann-Levy.
- Engels, F. (1884, 1976), *A origem da família da propriedade privada e do estado*, Lisboa, Editorial Presença.
- Featherstone, Mike (org.) (1998), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on *Love and Eroticism*, Volume 15, nº 3-4.
- Fernandes, Maria Teresa Sousa (1981), *Women and the wage labor system. A theoretical approach to the sexual division of labour*, Phd Dissertation, Brandeis University.
- Fernandes, Maria Teresa Sousa (1993), "Assimetria dos sexos e construção do mundo social na teoria de Georg Simmel", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13.
- Ferreira, Virgínia, (1981), "Mulheres, Família e Trabalho Doméstico no Capitalismo", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 6, 47-86.
- Ferreira, Virgínia, (1999), "A segregação sexual do mercado de trabalho"-perspectivas teóricas e políticas", *Sociedade e Trabalho*, 6, 39-45.
- Frisby, David, "Introduction to Georg Simmel's 'On the sociology of the family'", in Mike Featherstone (org.) (1998), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on *Love and Eroticism*, Volume 15, nº 3-4.
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1992), *The Transformation of Intimacy. Sexuality, Love & Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.
- Girard, Alain (1964), *Le choix du conjoint*, Paris, PUF, Travaux et Documents, Cahier nº 44.

- Goode, William (1959), "The theoretical importance of love" in *American Sociological Review*, Fevereiro.
- Goode, William (1963, 1969), *Revolução Mundial e Padrões de Família*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Guerreiro, Maria das Dores (1994), *Famílias na Actividade Empresarial. Empresas familiares em Portugal*, Dissertação de doutoramento em Sociologia, ISCTE.
- Hartmann, Heidi (1976), "Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex" *Signs* 1, pp. 137-169.
- Harré, Rom (org.) (1986), *The Social Construction of Emotions*, Oxford, Basil Blackwell.
- Illouz, Eva (1998), "The lost innocence of love. Romance as a Postmodern Condition", in, Mike Featherstone (ed.), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on *Love and Eroticism*, Volume 15, nº 3-4.
- Jackson, Stevi (1993), "Even Sociologists fall in love: an exploration in the sociology of emotions", *Sociology*, Vol.27, nº2.
- Johnson, Miriam (1989), "Feminism and the theories of Talcott Parsons", in, Ruth Wallace (org.), *Feminism and Sociological Theory*, Newbury Park, Sage Publications.
- Kaufmann, Jean Claude (1992), *La Trame conjugale. Analyse du couple par son linge*, Paris, Nathan.
- Kaufmann, Jean Claude (1993), *Sociologie du couple*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Kaufmann, Jean Claude (1997), *Le coeur à l'ouvrage. Théorie de l'action ménagère*, Paris, Nathan.
- Kellerhals, Jean (1982), *et al., Mariages au quotidien - inégalités sociales, tensions culturels et organisation familiale*, Lausanne, Ed. Pierre Marcel Favre.
- Kellerhals, Jean e P. Trutot (1982a) "Divorce et Modèles matrimoniaux - quelques figures pour une analyse des règles d'échanges" in *Revue Française de Sociologie*, XXIII.
- Kellerhals, Jean *et. al.* (1984), *Microsociologie de la famille*, Paris, PUF, Que sais-je?
- Kellerhals, Jean, (1985), "Statut social, projet familial et divorce: une analyse longitudinale des ruptures d'union dans une promotion de mariage", *Population*, 6.
- Kellerhals, Jean (1987), "Types d'interaction conjugale", *L'Année Sociologique*, 37.
- Kellerhals, Jean e Louis Roussel (1987), "Les sociologues face aux mutations de la famille: quelques tendances de recherche 1965-1985", *L'Année Sociologique*, 37.
- Kellerhals, E. Widmer e R. Levy (2004), *Mesure et Démesure du Couple. Cohésion, Crises et Résilience dans la Vie des Couples*, Paris, Éditions Payot & Rivages.
- Kergoat, D. (1984), "Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation", in, *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif* (obra colectiva), Presses Universitaires de Grenoble.
- Kimmel, Michael (2000), *The Gendered Society*, Oxford, Oxford University Press.
- Le Gall, Didier (1992), "Secondes amours. Aimer la raison?" in, *Revue Internationale d'Action Communautaire Sociologia*, 27/67.
- Leandro, Engrácia (1995), *Familles portugaises projets et destins*, Paris, CIEMI/ L' Harmattan.

- Leandro, Engrácia e C. Leite (1996), "Identidades femininas em contexto migratório", *Dinâmicas multiculturais novas faces, outros olhares*, Lisboa, Edições ICS, pp 175-189.
- Leandro, Engrácia, (2001) *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Lobo, Cristina (1994), *Processos de Recomposição Familiar: Estratégias e Trajectórias nas Famílias Recompuestas*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Lorber, Judith and S. Farrel, (eds.) (1991), *The Social Construction of Gender*, California, Sage Publications.
- Lourenço, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria. Mudança social na região de Leiria*, Lisboa, Fragmentos.
- Luhmann, Niklas (1986), *Love as Passion, The Codification of Intimacy*, Cambridge, Polity Press.
- Lindholm, Charles (1998), "Love and Structure", in Mike Featherstone (ed.), *Theory, Culture & Society*, Special Issue on *Love and Eroticism*, Volume 15, nº 3-4
- Macdowell, Linda e Rosemary Pringle (orgs) (1992), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Macdowell, Linda (1992), "Gender divisions in a post-Fordist era: new contradictions or the same old story?", in Linda Macdowell, e Rosemary Pringle (orgs), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Machado, Fernando L. e António Firmino da Costa, "Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e de mobilidade social" in, J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.) *Portugal, que Modernidade?*; Oeiras, Celta Editora, 1998.
- Merton, Robert, *Social theory and social Structure*, New York, Free Press, 1968.
- Michel, Andrée, (org.) 1970, *La Sociologie de la Famille*, Paris, École Pratique de Hautes Études et Mouton.
- Michel, Andrée, (org.) (1978), *Les femmes dans la société marchande*, Paris, PUF.
- Michel, Andrée (1983), *Sociologia da família e do casamento*, Lisboa, Rés Editora, (tradução s/data, 1ª edição, 1972, 2ª edição 1978).
- Morgan, J. (1978), "Aspects quantitatifs de la production non marchande dans les familles américaines", in, Andrée Michel, *Les femmes dans la société marchande*, Paris, PUF, 1978.
- Nye, F. Ivan, (1988), "Fifty Years of Family Research, 1937-1987", in *Journal of Marriage and the Family*, 50 (May, 1988), pp: 305-316.
- Oakley, A. (1974), *Housewife*, London, Allen and Unwin.
- Osmond, Marie Withers (1987), "Radical-critical theories" in Marvin B. Sussman, Suzanne K. Steinmetz, (orgs.), *Handbook of Marriage and the Family*, Nova York, Plenum Press.
- Parsons, Talcott e Robert Bales (1956, 1968), *Family, Socialization and Interaction process*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Parsons, Talcott, "A Estrutura social da família" (1971, 1949) in Ruth Ashen (org.), *A Família sua função e destino*, Lisboa, Edições Meridiano.
- Paz, Octávio (1995), *A chama dupla. Amor e Erotismo*, Lisboa, Assírio & Alvim.

- Phillips, Anne (1992) "Classing the women and gendering the class" in, L. Macdowell, e R. Pringle (orgs), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Pinto, José Madureira (1991), "Considerações sobre a produção social de identidade" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, 217- 231.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (1989), *Mulheres empresárias: resultados de uma investigação empírica sobre as mulheres empresárias em Portugal*, Lisboa, ISCTE, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Trabalho de Síntese.
- Roussel, Louis (1989), *La Famille incertaine*, Paris, Odile Jacob.
- Saraceno, Chiara e Manuela Naldini, (2003) *Sociologia da Família*, Lisboa, Editora Estampa
- Scanzoni, John (1983), *Shaping Tomorrow's Family*, California, Sage Publications.
- Segalen, Martine (1999) *Sociologia da Família*, Lisboa, Edições Terramar.
- Shorter, Eduard (1977), *Naissance de la famille moderne*, Paris, Éditions du Seuil.
- Simmel, George (1902 ,1988), *Philosophie de l'amour*, Paris, Petite Bibliothèque Rivages.
- Simmel, Georg (1895, 1998), "On the Sociology of the family", in Mike Featherstone (org.), *Theory, Culture & Society, Special Issue on Love and Eroticism*, Volume 15, 3-4.
- Singly, François de (1984), "Les manoeuvres de séduction" *Revue Française de Sociologie*, XXV, 523-559.
- Singly, François de (1987), *Fortune et infortune de la Femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*, Paris, Presses universitaires de France.
- Singly, François de (1987a), "Théorie critique de l'homogamie", *L'Année Sociologique*, 37.
- Singly, François de (1991), "Les relations conjugales", in, F. de Singly (dir.), *La famille. L'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Singly, François de (1993), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan, edição em português (2007) *Sociologia da Família Contemporânea*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Singly, François de (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan.
- Singly, François de, et. al. (1996), *La famille en questions, état de la recherche*, Paris, Syros, Institut de l'enfance et de la famille.
- Stendhal (1962), *Do amor*, Lisboa, Editorial Presença.
- Sussman, Marvin B., S. K. Steinmetz. (ed.) (1987), *Handbook of Marriage and the Family*, New York and London, Plenum Press.
- Tilly, Louise e Joan Scott, (1978), *Women, Work and Family*, New York, Holt, Rinehart and Winston.
- Therborn, G. (2004), *Between Sex and Power. Family in the world, 1900-2000*, London, Routledge.
- Thomas, Darwin L. e J. E. Wilcox (1987), "The rise of family theory: a historical and critical analysis, in, Marvin B. Sussman, Suzanne K. Steinmetz, (orgs.), *Handbook of Marriage and the Family*, Nova York, Plenum Press.
- Torres, Anália Cardoso (1987), "Amores e desamores - para uma análise sociológica das relações afectivas", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 3.

- Torres, Anália Cardoso (1990) *Fatalidade, Culpa, Desencontro – Formas da Ruptura conjugal*, Trabalho de Síntese das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, ISCTE.
- Torres, Anália Cardoso (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos*, Celta Editora, Oeiras.
- Torres, Anália Cardoso e F.Vieira da Silva (1998), “Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho entre homens e mulheres”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 28, pp.9-65.
- Torres, Anália Cardoso, (2001) *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso, (2002), *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália, F. Vieira da Silva, T. L. Monteiro, M. Cabrita (2004), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, CITE,.
- Torres, Anália, Rita Mendes e Tiago Lapa (2006), Famílias na Europa, in Vala e Torres *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Torres, Anália e Rui Brites (2006), “Atitudes e valores dos Europeus: a perspectiva do género numa análise transversal”, in Vala e Torres *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Torres, Anália, “Nova Lei do Divórcio”, in *Nova Lei do Divórcio*, Edição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pp. 13-28.
- Turner, Bryan, “Sociology of the Family” (2005) in Craig Calhoun, Chris Rojek, Bryan Turner, *The Sage Handbook of Sociology*, London Sage Publications, pp135-153.
- Velho, Gilberto (1986), *Subjectividade e Sociedade. Uma experiência de Geração*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Velho, Gilberto (1998), *Nobres e Anjos. Um estudo de tóxicos e hierarquia*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Wall, Karin (1998), *Famílias no campo. Passado e Presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Wall, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin e Lúcia Amâncio (org.) (2007), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wallace, Ruth (ed.) (1989), *Feminism and Sociological Theory*, Newbury Park, Sage Publications.
- West, Candance, D. H. Zimmerman (1991), “Doing Gender”, in J. Lorber and S. Farrel, (eds.), *The Social Construction of Gender*, California, Sage Publications.